

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Bruna Silveira Martins de Oliveira

**O MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA: O BRASILEIRO E A
AVERSÃO AO POLITICAMENTE CORRETO NO PERÍODO ELEITORAL DE
2018**

Belo Horizonte

2020

Bruna Silveira Martins de Oliveira

**O MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA: O BRASILEIRO E A
AVERSÃO AO POLITICAMENTE CORRETO NO PERÍODO ELEITORAL DE
2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em comunicação social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de pesquisa: Processos comunicativos e práticas sociais

Orientadora: Dr^a. Rousiley Celi Moreira Maia
Universidade Federal de Minas Gerais

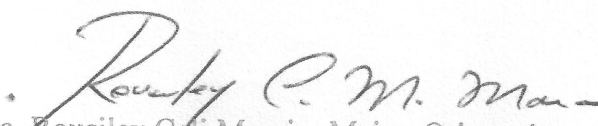
Belo Horizonte
2020

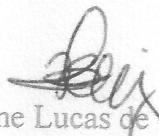
301.16 048m 2020	<p>Oliveira, Bruna Silveira Martins de.</p> <p>O mal-estar da regulação discursiva [manuscrito] o brasileiro e a aversão ao politicamente correto no período eleitoral de 2018 / Bruna Silveira Martins de Oliveira. - 2020.</p> <p>210 f.</p> <p>Orientadora: Rousiley Celi Moreira Maia.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Comunicação - Teses. 2. Eleições - Brasil 2018 - Teses. 3. Comunicação na política - Teses. I. Maia, Rousiley, 1965-. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
------------------------	---

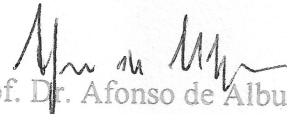
O mal-estar da regulação discursiva: o brasileiro e a aversão ao politicamente correto no período eleitoral de 2018

Bruna Silveira Martins de Oliveira

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Profa. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia - Orientadora
DCS-FAFICH/UFMG


Profa. Dra. Regiane Lucas de Oliveira Garcêz
DCS-FAFICH/UFMG


Prof. Dr. Afonso de Albuquerque
UFF

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2020

À minha mãe e à minha irmã, parte do universo de mulheres que me inspiram. E ao meu amor, Davi, pela calma, pelo companheirismo e pela vida compartilhada.

AGRADECIMENTOS

Lembro-me exatamente do dia em que larguei meu emprego para me dedicar exclusivamente à vida acadêmica. A partir dali, eu andaria (correria e dançaria), dia após dia, por um caminho de autoaceitação, de autoacolhimento, e, sobretudo, de autoamor. Hoje, fazer um mestrado, para mim, é dar vida a um sonho e poder me aprofundar nessa trajetória eterna de aprendizagem e de autoentendimento.

Obviamente, não posso e nem devo negligenciar o quão privilegiada fui por ter essa oportunidade. Também não posso deixar de agradecer a todas as pessoas e às boas energias que contribuíram para que essa caminhada não fosse tão solitária. Nesse caminho, tenho em minha mãe minha maior inspiração para crescer. Se hoje estou aqui, mãe, é porque você sempre transbordou esperança e sempre transmitiu toda sua espiritualidade, doçura e paz para mim. Além de você, tenho em minha irmã minha fonte de determinação e feminismo. Faltam-me as palavras para expressar a gratidão por tudo que essa mulher me ensinou sobre a vida. Em meu pai, reside com ele minha confiança, independentemente de onde quer que eu vá. Por isso, pai, agradeço por todo carinho e por toda preocupação que teve ao longo de minha criação e ao longo de minha jornada. Em meu sobrinho, João, vejo uma miscelânea inexplicável de força e de ternura para encarar todo esse mundo.

No amor da minha vida, Davi, além dos cafés, boas comidinhas, palavras, aconchego e acalanto, tenho um companheiro de vida acadêmica. Obrigada por tanto.

Obrigada por me segurar enquanto eu parecia quase cair no meio disso tudo. Por acompanhar, pacientemente, passo a passo de minha pesquisa e por me incentivar sempre.

Tenho em minha família um doce incentivo: vovó Geni e vovô Eurico. Agradeço a eles pelas orações. Tia Eleusa e tia Beth: obrigada pela fiel torcida. Em minha família do coração, senti (e sinto) uma amorosidade inesgotável. Obrigada à minha sogra Cris, à minha cunhada Camila, à vovó Dalva e ao vovô Antônio pela acolhida e por se fazerem presentes. Miguel e Clarinha, obrigada por colorirem meus dias ininterruptos em que estive sentada em frente ao computador.

Não poderia deixar de mencionar que, nessa trajetória acadêmica, encontrei uma orientadora admirável, a professora Rousiley Maia. Uma magnífica pesquisadora que se dedicou a me orientar, enquanto percorria essas longas páginas. Quanta honra! Muito obrigada pelo estímulo, pela paciência, e, sobretudo, pela confiança.

Quero deixar também registrados meus mais sinceros agradecimentos aos queridos amigos do EME (Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública). Sem vocês o caminho não teria sido tão prazeroso.

Aos bolsistas, pós-graduandxs, pós-docs: obrigada pelas horas de companhia e de troca. Em Fernanda e Érica, encontrei uma escuta paciente, um olhar atencioso para o meu trabalho e um apoio incomensurável. Obrigada por serem tão maravilhosas. Em Maiara, Gabi, Julia, Pedro, Thais e Léo, deparei-me com amigos para dividir a jornada. Obrigada pelas boas gargalhadas e pelas escritas compartilhadas. Em especial, agradeço à Julia, por ter executado comigo o teste de confiabilidade para esta pesquisa. Agradeço ao Luciano pelas diversas orientações sobre a análise estatística e também ao Marcus pela raspagem dos dados.

Dedico aqui um agradecimento aos professores Regiane e Afonso pelas riquíssimas contribuições na qualificação. À professora Vanessa pelo parecer do projeto, e à professora Carol pelos toques em relação à metodologia. Vocês são incríveis e foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos queridos do mestrado, com os quais dividi a dor e a delícia de ser uma mestranda, em especial à Dani e ao Lucas, obrigada pela amizade, pelos desabafos e pela força que demos uns aos outros.

Aos tantos outros amigos e pessoas queridas que encontrei por esta e por outras estradas: obrigada!

Por último, mas não menos importante, agradeço à CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — pela concessão da bolsa de estudos durante esses dois anos de mestrado. Investir na educação é encarregar-se da construção de pessoas, de relações e de redes melhores. É lutar por um país melhor.

Chego ao fim da minha trajetória como mestranda e sigo, agora, rumo ao doutorado com as palavras de Conceição Evaristo na cabeça: “o imaginário brasileiro racista não concebe que as mulheres negras são intelectuais”. Por isso, avanço contra toda a perspectiva racista, machista e misógina do nosso país.

Ao universo e à vida, agradeço a oportunidade.

“Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosia esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executou, é a senha pela qual eu acesso o mundo”

Conceição Evaristo, "Gênero e Etnia: uma escre (vivência) de dupla face", 2005.

RESUMO

O presente trabalho investiga o fenômeno do chamado mal-estar da regulação discursiva, tomando as eleições de 2018, no Brasil, como contexto analítico. A regulação discursiva é compreendida como um sinônimo para o uso da linguagem politicamente correta, como um cuidado da linguagem para respeitar às diversas normas sociais e reivindicações de identidades na esfera pública. O estudo tem como objetos de análise os comentários das páginas de Facebook de três candidatos à Presidência da República: Jair Bolsonaro (ex-PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT), durante a propaganda eleitoral oficial no período de 2018. Por meio da análise de conteúdo, esta pesquisa permite compreender quais são os argumentos acionados pelas pessoas indispostas à regulação discursiva, bem como entender as relações entre tal mal-estar, as pautas identitárias e a defesa da liberdade de expressão, a partir de diferentes espectros político-ideológicos de representantes políticos. Entre as contribuições importantes da dissertação, podemos destacar três aspectos: primeiramente, em termos teóricos, o chamado mal-estar da regulação discursiva é analisado a partir do marco teórico da deliberação como um modelo ideal de conversação. Apesar de a liberdade de expressão ser considerada fundamental para a experiência democrática moderna, a esfera pública não deve ser vista como um dado, já que há desigualdade de condições entre os atores sociais para expressarem seus interesses, perspectivas e opiniões; segundo, em termos empíricos, a pesquisa ajuda a revelar disputas, no campo discursivo, de problemas relativos à regulação da linguagem, como parte de um sistema de direitos que se define à sombra de uma exclusão baseada na invisibilidade de certos grupos; terceiro, tal estudo, ao abordar o contexto digital, traz também algumas inovações analíticas. Entre os resultados, em relação aos espectros político-ideológicos, pode-se citar que os argumentos acionados pelas pessoas indispostas à regulação discursiva se associam ao ataque à esquerda e ao progressismo. Outro achado nos leva a entender que os posicionamentos indispostos à regulação discursiva são, majoritariamente, de negação dos problemas sociais advindos das pautas identitárias. Além disso, vale destacar que o mal-estar da regulação discursiva é mais perceptível entre os apoiadores de Bolsonaro, sendo assim, os comportamentos do então candidato poderiam estar avalizando e estimulando tal ponto de vista. Focalizar os comentários sobre as eleições via Facebook no momento das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, em um contexto tão polarizado e com candidatos tão díspares, permite-nos captar a cultura do engajamento político atual.

Palavras-chave: mal-estar da regulação discursiva; politicamente correto; intolerâncias; eleições 2018.

ABSTRACT

This work investigates the phenomenon of the so-called discontent regulation malaise, taking the 2018 elections in Brazil as an analytical context. Discursive regulation is understood as a synonym for the use of politically correct language, as a care for language to respect the different social norms and demands for identities in the public sphere. The study has as its object of analysis the comments on the Facebook pages of three candidates for the Presidency of the Republic: Jair Bolsonaro (ex-PSL), Fernando Haddad (PT) and Ciro Gomes (PDT), during the official electoral propaganda. Through content analysis, this research allows us to understand what are the arguments triggered by the people who are indisposed to discursive regulation, as well as to understand the relations between such malaise, the identity guidelines and the defense of freedom of expression, from different political-ideological specters of political representatives. Among the important contributions of the dissertation, we can point out some. First, the so-called discomfort of discursive regulation is analyzed from the theoretical framework of deliberation as an ideal model of conversation. Second, although freedom of expression is considered fundamental to the modern democratic experience, the public sphere should not be seen as a given, since there are unequal conditions between social actors to express their interests, perspectives and opinions. The research helps to reveal disputes, in the discursive field, of problems related to the regulation of language, as part of a system of rights that is defined in the shadow of an exclusion based on the invisibility of certain groups. Third, and finally, this study, when addressing the digital context, also brings some analytical innovations. Among the results, in relation to the political-ideological spectra, it can be mentioned that the arguments triggered by indiscriminate people can affect discursively if they associate with the attack on the left and progress. Another finding leads us to understand that the positions unavailable for discursive control are, for the most part, a denial of advanced social problems in the identity guidelines. In addition, it is worth mentioning that the discomfort of discursive regulation is more noticeable among Bolsonaro supporters, so the behavior of the then candidate could be endorsing and stimulating this point of view. Focusing comments on the elections via Facebook at the time of the 2018 presidential elections in Brazil, in such a polarized context and with such diverse candidates, allows us to capture the current culture of political engagement.

Keywords: discomfort of discursive regulation, political correctness; intolerance; elections 2018.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Danilo Gentili faz piada gordofóbica no Twitter	53
Figura 2 — Publicação na página de Bolsonaro sobre politicamente correto. Data da publicação: 30/08/2018	56
Figura 3 — Publicação de Jair Bolsonaro com 714 mil reações — maior número dentro do corpus específico da pesquisa	72
Figura 4 — Publicação de Fernando Haddad com 202 mil reações — maior número dentro do corpus específico da pesquisa	73
Figura 5 — Publicação de Ciro Gomes com 58 mil reações — maior número dentro do corpus específico da pesquisa	74
Figura 6 — Publicação de Jair Bolsonaro sobre segurança e liberdade	98
Figura 7 — Publicação de Haddad referente à entrevista de Bolsonaro. Fonte: página do Facebook de Fernando Haddad	101
Figura 8 — Publicação de Haddad referente à afirmação de Bolsonaro. Fonte: página do Facebook de Fernando Haddad	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números das plataformas de mídias sociais dos três candidatos à Presidência da República	79
Tabela 2- Interpretação do P-Valor	86
Tabela 3 – Regulação discursiva X Jair Bolsonaro	94
Tabela 4 – Regulação discursiva X Fernando Haddad	99
Tabela 5 – Regulação discursiva X Ciro Gomes	104
Tabela 6 – Regulação discursiva X Intolerância personificada ou coletiva	114
Tabela 7 – Regulação discursiva X Grupos minoritários: LGBTQ+	116
Tabela 8 – Regulação discursiva X Raça	119
Tabela 9 – Regulação discursiva X Grupo minoritário: Mulheres	120
Tabela 10 – Regulação discursiva X Intolerância à ideia	121
Tabela 11 – Regulação discursiva X Leis e políticas públicas	124
Tabela 12 – Regulação discursiva X Partido dos Trabalhadores	126
Tabela 13 – Regulação discursiva X Ataque a grupos políticos	127
Tabela 14 – Regulação discursiva X Ataque a grupos ideológicos	129
Tabela 15 – Regulação discursiva X A favor da família	136
Tabela 16 – Regulação discursiva X Menção a Deus/Jesus	137
Tabela 17 – Regulação discursiva X Negação da problemática	140
Tabela 18 – Regulação discursiva X O Brasil é um só	144
Tabela 19 – Regulação discursiva para tratar de pautas identitárias	150
Tabela 20 – Regulação discursiva como robustez na linguagem	151
Tabela 21 – Regulação discursiva como aquilo que não parte para ação concreta	151
Tabela 22 – Regulação discursiva como símbolo de honestidade/ honra/ dignidade	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – INTOLERÂNCIAS E O ATAQUE À DEMOCRACIA: ELEIÇÕES 2018 E A JUSTIFICATIVA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	18
1.2 O ataque à democracia deliberativa	22
1.3 A aversão ao politicamente correto e a danificação da esfera pública	26
1.3.1 Como se define a esfera pública?	26
1.3.2 Por que ser contra o politicamente correto?	28
1.4 O chamado mal-estar da regulação discursiva: explicando o conceito	33
1.5 Tolera-se o intolerável?	38
1.6 Vale tudo pela liberdade de expressão?	44
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DO POLITICAMENTE INCORRETO: UM RELATO SOBRE O BRASIL	49
2.1. Seria mesmo o brasileiro um povo cordial?	51
2.2 O humor transgressor	55
2.3 Eleições 2018: três perspectivas sobre direitos humanos e sobre o politicamente correto	59
2.3.1 Jair Bolsonaro e o Partido Social Liberal	59
2.3.2 Fernando Haddad e o Partido dos Trabalhadores	63
2.3.3 Ciro Gomes e o Partido Democrático Trabalhista	65
CAPÍTULO 3: FACEBOOK E O CONTEXTO ELEITORAL	67
3.1 Conversações políticas <i>online</i>	67
3.1.1 Campanhas eleitorais e plataformas digitais	71
3.2 Estratégias discursivas dos candidatos no Facebook	74
3.3 Hipóteses de pesquisa	79
CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	81
4. 1. A construção da coleta	82
4. 2 A construção da análise	86
4.2.1 Filtragem dos comentários	86
4.2.2 A análise de conteúdo	86
4.2.3 A análise estatística	90
4. 3 Os métodos digitais e suas controvérsias	91
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE I: O MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E A ESCOLHA DOS CANDIDATOS	95
5.1 As palavras-chave	95

5.2 Os adeptos e os não-adeptos de cada candidato	97
5.2.1 Bolsonaro	97
5.2.2 Haddad	103
5.2.3 Ciro	108
CAPÍTULO 6: ANÁLISE II: O MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA	113
6.1 Pela liberdade de se expressar	114
6.2 As intolerâncias	116
6.3 A pauta conservadora das direitas	126
6.4 A negação do conflito	143
6.5 O que se entende por politicamente correto e por regulação discursiva?	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICES	178
APÊNDICE A – RELATÓRIO DE EXTRAÇÃO DE DADOS	178
APÊNDICE B – QUANTIDADE DE COMENTÁRIOS POR PALAVRAS-CHAVE E POR CANDIDATOS	184
APÊNDICE C – CRUZAMENTO MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	185
APÊNDICE D – CRUZAMENTO MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E GÊNERO	186
ANEXOS	193
ANEXO A – LIVRO DE CÓDIGOS	193
ANEXO B – RESULTADO DO TESTE DE CONFIABILIDADE	206

INTRODUÇÃO

Discursos e atitudes intransigentes, como a intolerância religiosa, são obviamente antigos na história da humanidade. Desde a Grécia à Roma Antiga, do Egito à Idade Média, as intolerâncias perpassam a convivência social. Judeus e pagãos eram perseguidos por cristãos, o sagrado e o natural eram dizimados, as bruxas eram queimadas. Na Idade Média, o que era feito em favor da ideia de expansão da sociedade focada na cosmologia feudal e religiosa da época, no caso o cristianismo, era justificado. Assim, entende-se que o discurso de ódio tem longa existência, não sendo uma novidade da era digital. No entanto, para aqueles já têm o ódio em relação a algo, como uma convicção já determinada, as bolhas informacionais – formação de redes algorítmicas que garantem a personalização dos conteúdos – advindas da internet podem servir como formas de potencializar tal sentimento e de propagar esse tipo de discurso.

“Hoje em dia não pode falar nada que já tem mimimi interpretando mal!”¹ Assiste-se a uma aversão aos princípios politicamente corretos e à linguagem politicamente correta. Argumentos como esse são cada vez mais acionados, como formas de contestações ao fato de não ser mais aceitável a demonstração explícita de todas as faces e opiniões de indivíduos. Ao identificar e reunir essas percepções, no presente trabalho, investigamos o fenômeno do chamado mal-estar da regulação discursiva, considerando as eleições de 2018 no Brasil como contexto analítico. A regulação discursiva é compreendida como um sinônimo para o uso da linguagem politicamente correta, como um cuidado da linguagem para respeitar às diversas normas sociais e às reivindicações de identidades na esfera pública. É importante deixar explícito que o uso do termo “mal-estar” faz referência à indisposição que parcela da sociedade diz sofrer para adequar a linguagem a fim de uma esfera pública mais respeitosa e igualitária.

Como objeto empírico de análise da pesquisa, tomamos os comentários das páginas de Facebook de três candidatos à Presidência da República no Brasil em 2018: Jair Bolsonaro (PSL, na época), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT), durante o período de propaganda eleitoral oficial, iniciado dia 16 de agosto de 2018 e encerrado dia 28 de outubro de 2018. Assim, a análise comparativa entre os comentários indispostos à regulação discursiva pode nos levar a um estudo mais completo sobre o fenômeno. A definição dos atores se deve ao fato de serem os três primeiros colocados na disputa

¹ Comentário retirado do corpus da pesquisa – Coleta de dados.

indicada. No primeiro turno, realizado no dia 7 de outubro, o candidato do PSL, atual presidente do Brasil, recebeu em torno de 49 milhões de votos, o do PT cerca de 31 milhões, e o do PDT cerca de 13 milhões de votos. Já no segundo turno, empreendido no dia 28 de outubro, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad tiveram por volta de 57 e 47 milhões de votos respectivamente.

Outra circunstância que justifica a escolha dos três candidatos são as diferentes posições políticas que ocupam. Bolsonaro se assume como direita conservadora, Haddad como representante dos ideais de esquerda e Ciro Gomes como centro-esquerda.

Vale ressaltar que a candidatura de Fernando Haddad foi anunciada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 11 de setembro. Haddad entrou para substituir o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve o registro de candidatura rejeitado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tal episódio pode ser tomado como uma das bases para compreensão da popularidade do candidato. Outro ponto importante para análise dos comentários das publicações nas redes sociais, objeto da presente pesquisa, é o fato de Ciro Gomes ter concorrido apenas ao primeiro turno.

Como alvo de discussão do trabalho, foca-se em uma instância que foi objeto de disputas discursivas e incentivou a polarização de determinadas ideias: o debate que envolve a indisposição à adequação do discurso e a contraposição ao politicamente correto. Dessa forma, busca-se responder à seguinte questão: como são configurados os discursos das pessoas que sofrem do fenômeno do mal-estar da regulação discursiva, que comentaram nas páginas dos três principais candidatos à presidência?

São raros os estudos que se dedicaram a analisar o problema do politicamente correto na conjuntura de disputas eleitorais para a escolha de representantes políticos. Portanto, o interesse da pesquisa para o campo acadêmico se refere à relevância de se focar no momento das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, em um contexto tão polarizado e com candidatos tão díspares. Muitos são os comentários sobre as eleições via Facebook e é necessário pensar no arquivamento e na análise desses comentários e publicações como parte do retrato da cultura de engajamento político atual. Uma perspectiva para se falar sobre as plataformas é o de que, apesar de as ferramentas das redes conduzirem as conversações como são, quem as cria e as interações ali realizadas são feitas por pessoas; portanto, as intolerâncias ali destinadas são imbricações entre forma e conteúdo. Vamos abordar o Facebook como arranizador de conexões também fora daquele espaço, e, ao mesmo tempo, como consequência dessas conexões externas. Compreender os dados fornecidos e, da mesma maneira, os métodos digitais é

fundamental para entender as implicações da adoção de tal metodologia. Ruppert *et al.* (2013), ao olharem para a performatividade desses, destacam o fato de os métodos digitais verem o mundo como uma rede de ações e transações: trabalha-se com indivíduos que estejam em ação, fazendo coisas. Por isso, é importante destacar que a presente pesquisa se dedica a contemplar os sujeitos que se engajam nas páginas dos candidatos em período eleitoral.

Para investigar a questão das configurações dos discursos adversos ao politicamente correto, ou, ainda, ligados ao politicamente incorreto, tal trabalho visa analisar quais são os argumentos acionados pelas pessoas indispostas à regulação discursiva; compreender o que essas pessoas que comentam nas páginas dos candidatos entendem por politicamente correto e por regulação discursiva; analisar se os posicionamentos indispostos à regulação discursiva são de ataque e/ou de negação das pautas identitárias; compreender se tal mal-estar da regulação discursiva está ligado à defesa da liberdade de expressão; distinguir se a regulação discursiva é um mal-estar sofrido, majoritariamente, por eleitores do Bolsonaro, Haddad ou Ciro Gomes.

Por meio de um *script* elaborado exclusivamente para a pesquisa, foi feito o *web scraping*: a raspagem dos dados do Facebook. A linguagem Python é acionada para visualização e organização dos dados. Com o uso do Python, foram pesquisadas palavras-chave específicas no campo dos comentários, a fim de analisar a aversão ao PC, bem como o fenômeno do mal-estar tratado na dissertação. A partir da configuração da amostra, os comentários foram categorizados pelo chamado livro de códigos. Com base na classificação feita por intermédio do citado livro, foi avaliado o que pode ser considerado posicionamento relativo à indisposição e à adequação do discurso. No trabalho, é feita a análise de conteúdo (BARDIN, 1994; NEUENDORF, 2002) que conta com as fases de organização da análise, codificação, categorização e, por último, tratamento e interpretação dos resultados. Dessa maneira, discute-se sobre o que o imaginário dos brasileiros, que se engajaram nas plataformas dos candidatos à Presidência da República em período eleitoral, traz de mal-estar da regulação do discurso.

A pesquisa faz uma articulação entre o fenômeno e suas repercussões no Facebook em contexto eleitoral brasileiro. Porém, anterior à análise, realiza-se um estudo amplo sobre os caminhos que levaram parte dos indivíduos do País a se sentirem indispostos em relação às adaptações de suas expressões públicas. Por isso, as páginas subsequentes se organizam da seguinte forma: no primeiro capítulo, traçamos um breve histórico do contexto eleitoral de 2018, discutimos sobre o diálogo (e o não diálogo) entre a Teoria

Deliberacionista, vista, aqui, como o ideal normativo das conversações, e sobre a deterioração da cultura cívica. Desenvolvemos uma revisão teórica sobre intolerâncias, colocamos em pauta o estado da arte das pesquisas sobre o politicamente correto e o incorreto, explicamos o chamado mal-estar da regulação discursiva, e, por último, delineamos uma fundamentação teórica e empírica da liberdade de expressão; após a base teórica e a contextualização do cenário político-eleitoral brasileiro, o segundo capítulo se empreende em uma visão histórica do Brasil, no que tange ao seu passado notadamente não-cordial, e à virada conservadora brasileira; o terceiro capítulo conta com discussões a respeito de três diferentes perspectivas sobre os direitos humanos e a linguagem politicamente correta, em relação aos candidatos e partidos em evidência no trabalho, Jair Bolsonaro (ex-PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT); o Facebook como ambiente de conversação política é o tópico trabalhado no quinto capítulo, já que se dispõe da plataforma de mídia social como objeto de análise, e, além disso, são colocadas na agenda de debate as estratégias discursivas dos candidatos no ambiente *online*; posteriormente, no sexto capítulo, minuciam-se os procedimentos metodológicos e, a partir do sexto capítulo, desenvolve-se o processo analítico.

CAPÍTULO 1 – INTOLERÂNCIAS E O ATAQUE À DEMOCRACIA: ELEIÇÕES 2018 E A JUSTIFICATIVA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A fim de se empreender uma discussão aprofundada acerca dos desafios ao politicamente correto e aos tensionamentos do mal-estar da regulação discursiva, tal capítulo trata as intolerâncias como pontos-chave de corrosão da esfera cívica. Há uma crescente de estudos (GOMES, 2019; MOUNK, 2019; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; STANLEY, 2018) que percorrem a discussão epistêmica da crise da democracia. Mundialmente, vive-se a ascensão de grupos conservadores que antes silenciavam-se (NORRIS e INGLEHART, 2019).

Segundo Gibson (2013), mesmo em locais que não produzem diretamente a violência política, a intolerância se tornou um dos impedimentos mais importantes para a consolidação da reforma democrática em todo o mundo. Sendo assim, o presente capítulo reflete sobre os ataques sofridos pela democracia deliberativa, considerada fundamental para guiar o trabalho, discute sobre a aversão ao politicamente correto, disserta acerca do fenômeno do mal-estar tratado, situa o lugar das intolerâncias e, por último, passa pela fundamentação teórica e empírica da liberdade de expressão. No entanto, com o intuito de se criar a ambientação necessária para tais discussões, o capítulo propõe, inicialmente, traçar uma abordagem sobre o contexto eleitoral brasileiro. Discutir sobre a linha do tempo que contextualiza o resultado das urnas é essencial para se entender a complexidade da aversão atual ao que representa o politicamente correto.

1.1 O contexto eleitoral brasileiro de 2018

A polarização das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, causada pelo protagonismo de candidatos com visões e agendas políticas opostas, é alvo de diversos estudos (BAPTISTA *et al.*, 2018; CHUERI, 2018; ABRANCHES, 2019; GOYA *et al.*, 2019), pois, a partir desse episódio, seria possível inferir sobre o perfil sociopolítico do brasileiro na contemporaneidade. Porém, é uma visão simplista situar a polarização como o único fator relevante para explicar as últimas eleições, ou mesmo colocar o uso das plataformas de mídias sociais, assim como o WhatsApp, como protagonistas exclusivos responsáveis pelo resultado das urnas de 2018. É necessária uma investigação ampla de conjuntura, considerando os diversos atores envolvidos no processo, e o contexto do país

anteriormente ao processo das eleições. A ansiedade mobilizada das classes médias, a transformação estrutural da esfera pública, a ascensão da direita conservadora, a inserção das pautas identitárias, bem como seu tensionamento e a corrupção, são pontos que devem ser levados em conta. Ademais, a persuasão inevitável do populismo, o desmonte da credibilidade da educação, a discussão entre o que é verdade e qual verdade é válida, o antipetismo, entre outros aspectos vividos pela população brasileira devem ser considerados para se compreender a situação ao qual o país se encontra. Para Esther Solano (2019, p. 319), o resultado das urnas se deve a fatos como: “a retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, o louvor a uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, o anti-intelectualismo”, que, para a autora, configuram-se como elementos altamente corrosivos para a democracia.

Além das questões já mencionadas, assistimos a um crescente enaltecimento do politicamente incorreto, traduzido como um antagonismo a tudo que representa o politicamente correto. Segundo Di Carlo e Kamradt (2018), o termo politicamente incorreto vem passando por batalhas discursivas e, no Brasil, é apropriado por aqueles que não respeitam as minorias. A nova direita, de acordo com os autores, apresenta uma visão específica sobre a história do país e busca “negar toda violência praticada contra os negros, quando a escravidão vigorava, e contra os opositores, na época da ditadura militar” (*idib.*, p. 57). Tal revisionismo histórico de negação das agendas das minorias procura barrar as legislações específicas que as protegem das assimetrias sociais. Sendo assim, ainda de acordo com Di Carlo e Kamradt (2018), essa cosmovisão determina uma forma de exercer o poder político, o que põe em risco o processo democrático no país.

Principalmente no Brasil, em razão de a confiança na democracia, conforme pesquisa recente da Datafolha (2017), ser baixa e o desconhecimento sobre os direitos humanos ser alta, conforme pesquisa da *Human Rights in 2018 – Global Advisor*, do Instituto Ipsos (DI CARLO E KAMRADT, 2018, p. 57).

Pode-se dizer que, de maneira geral, o processo eleitoral de 2018 teve início no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016. Na realidade, o início tem como base nuances históricas, políticas, sociais e econômicas brasileiras. Conforme descreve Tatagiba (2018), o fim do governo Lula (PT), em 2010 propiciou ao país um novo ciclo nas relações entre Estado e sociedade, impactando, assim, algumas práticas políticas contestatórias. A autora ainda explica que a polarização gerada na campanha de 2014 de Dilma “ofereceu os caminhos para que os sentimentos de ódio e ressentimento pudessem ancorar uma via de expressão política performada numa luta do bem contra o

mal” (*ibid.*, p. 106). O período de junho de 2013 foi o ápice das mobilizações no governo Dilma, além de haver uma relação entre seus desdobramentos em 2015/2016 – o *impeachment* – e as mudanças anteriores que impactaram na configuração dos atores e dos repertórios de luta, com as direitas em movimento (TATAGIBA, 2018).

Como forma de se especificar a discussão, aqui iremos tratar apenas a partir do processo de *impeachment*. Na seção seguinte, faremos um breve estudo sobre a virada conservadora brasileira – considerada eixo fundamental para a análise. Como são poucas as pesquisas que se debruçaram sobre a problemática do politicamente correto em conjunturas eleitorais, considera-se necessária a explicação, mesmo que breve, sobre o contexto eleitoral brasileiro, para que, assim, seja possível desenvolver analiticamente sua relação com o fenômeno do mal-estar da regulação discursiva.

Tomando como alicerces os achados de Solano (2019), esta seção se divide em entender o resultado das eleições em conformidade com os seguintes fatores: (1) a instrumentalização dos anseios de renovação política; (2) o louvor a uma justiça messiânica; (3) o antipartidarismo; (4) a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado; (5) o anti-intelectualismo.

Em dezembro de 2015, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB, atual MDB), então presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, abriu o processo para o início da tramitação do *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT)². Acusada por realizar “pedaladas fiscais” (operação que consiste na prática de atrasar repasses a bancos públicos para se cumprir as metas da previsão orçamentária), a presidenta teve seu mandato cassado no dia 31 de agosto de 2016³, e, assim, o vice, Michel Temer (PMDB, atual MDB), assumiu o poder. O Partido dos Trabalhadores (PT), após quatorze anos no poder, com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), depois Dilma Rousseff (2011-2016), viu-se como protagonista de um contexto de profunda instabilidade política. A não oscilação governamental gerou desconforto para a elite, para o centro político e, até mesmo, para parte da esquerda, já que a alternância de poder é uma característica das democracias modernas (NETO, 2012). A ampliação dos direitos sociais, a inclusão de classes mais baixas em lugares e posições anteriormente exclusivas às elites brasileiras, entre outros fatores, levaram à insatisfação de indivíduos de classes mais elevadas. Já a

² Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-pr-ocesso-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/sena-do-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html> Acesso em: 30 de jul. de 2019.

instabilidade econômica e os escândalos de corrupção, somados a outras razões, fizeram com que o partido perdesse apoio do centro político. Parte da esquerda deixou de apoiar o PT pelo fato de o partido ter se desalinhado a algumas pautas esquerdistas, como a Reforma da Previdência proposta por Lula e a abertura para privatizações de setores estratégicos, dentre outras. Tudo isso foi usado no processo de instrumentalização dos anseios de renovação política (1). Em meio a essa conjuntura, o então deputado Jair Bolsonaro passa a ser visto como uma opção viável para a direita conservadora.

A ascensão de grupos conservadores de direita, fenômeno visto mundialmente (NORRIS e INGLERAHT, 2019) e, em seguida, nacionalmente (SANTOS E TANSCHKEIT, 2019), fez com que o antipetismo, substrato emocional dos protestos à direita (TATAGIBA, 2018), tornasse-se ainda mais patente, assim como gerou uma base popular e midiática para que a justiça tivesse o papel de ator político. Assim, o louvor a uma justiça messiânica (2) levou à prisão de Lula, às vésperas da eleição de 2018, o qual era o candidato favorito⁴. O juiz Sérgio Moro⁵, atualmente Ministro da Justiça, na época era o responsável por julgar os casos da força-tarefa Lava-Jato, operação que condenou Lula por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso tríplex⁶⁷.

Ao mesmo tempo, o juiz Sérgio Moro já se aproximava do então pré-candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro⁸, que, ao acionar o discurso do antipartidarismo (3), colocava-se enquanto um *outsider* político (FURTADO, 2018), apesar dos seus 30 anos enquanto ator político. Em setembro de 2018, Bolsonaro sofreu um atentado na cidade de Juiz de Fora (MG)⁹, fato que alavancou a popularidade do capitão reformado do exército¹⁰. O discurso antissistêmico e antipartidarista, característica de Bolsonaro, o

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-lidera-intencoes-de-voto-seguido-por-bolsonaro-aponta-pesquisa-cnt.shtml>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

⁵ O conteúdo vazado pelo jornal The Intercept Brasil aponta que o então juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos julgamentos da Operação Lava Jato, conduzia a investigação junto com os procuradores, dando orientações, indicando testemunhas e modificando a ordem de determinadas ações. Moro, ao demonstrar-se parcial, coloca em questão os julgamentos e prisões da Operação Lava Jato. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/15/politica/1560600221_463810.html?prm=ep-ob. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43663767>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

⁷ Após decisão do Supremo, Lula foi solto em 8 de novembro de 2019.

⁸ Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5963153/moro-foi-convidado-para-ministerio-ai-nda-na-campanha-diz-mourao>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

¹⁰ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/efeito-facada-bolsonaro-sobe-no-ibope-e-melhora-ate-desempenho-no-2-turno-7c47y6qwjoaefjji98b34vgge/>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

posicionou como um candidato acima do centro e do jogo de artimanhas políticas, sob o viés de seus apoiadores.

Na conjuntura do período eleitoral de 2018, as intolerâncias se tornaram explícitas e foram propagadas à sombra da defesa da liberdade de expressão. Dessa forma, o outro era, e ainda é, visto como antagonista, assim como havia, e ainda há, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado (4). Como marketing político, diversas estratégias passaram a ser aceitáveis, como a disseminação de desinformações, chamadas popularmente como *fake news*, a utilização de perfis falsos em redes sociais e a contratação de empresas por fora dos custos declarados de campanha. Segundo Mergulhão *et al.* (2018), o fenômeno das *fake news* no processo eleitoral corresponde aos seguintes fatores: a) divulgação de notícias de duvidosa certeza e/ou veracidade como ato ilícito; b) postura antidemocrática; c) desequilíbrio no pleito eleitoral; d) interferência na lisura do pleito eleitoral. A totalidade dos elementos aqui descritos, alinhada à valorização crescente ao anti-intelectualismo (5), foi uma das principais causas que levaram cerca de 57 milhões de brasileiros a optarem pelo candidato que se afirma, declaradamente, politicamente incorreto.

1.2 O ataque à democracia deliberativa

As intolerâncias, em relação a um grupo, a um indivíduo, ou, até mesmo, a um objeto, em contextos políticos e digitais, são pesquisas de caráter emergencial na academia. A investigação dos comentários e das interações *online* como formas de conversações políticas nos leva a uma compreensão dos novos arranjos dos ambientes da esfera pública. A questão não perpassa por defender as intolerâncias a grupos e indivíduos como formas de participações políticas cívicas, até porque são contrapostos à deliberação, ideal normativo tomado por essa pesquisa, mas analisá-los pode nos dizer muito sobre nossas comunicações contemporâneas entre personalidades políticas ou individuais.

É necessário esclarecer quando a hostilidade e a ofensa implicam um ataque direto a uma pessoa ou suas opiniões e quando o ataque é dirigido a determinados grupos e modos de vida coletivos; portanto, o conceito de desrespeito depende do contexto (MAIA e REZENDE, 2016). Segundo Garcêz e Cal (2013), o desrespeito, ao causar uma autoconexão prática negativa, ameaça as condições psicológicas dos sujeitos, interferindo na autoconfiança, no autorrespeito e na autoestima.

Nas perspectivas deliberacionistas, os conflitos inerentes à democracia devem ser discutidos na esfera pública, e, segundo Hamelers (2019), estruturas de governo populistas ameaçam a comunicação democrática, já que prejudicam a diversidade, a tolerância, a razão e a busca da verdade. A intolerância afeta a liberdade política dentro da sociedade. Sendo assim, certas normas culturais podem incentivar ou desencorajar o desacordo político (GIBSON, 2013). Segundo o autor, há diversos estudos que colocam a homogeneidade política dentro das estruturas sociais como uma questão que reforça a intolerância política. Dentro de um grupo onde há similaridade de perspectivas, a intolerância restringe a discussão política e faz com que as pessoas se sintam menos livres para expressar suas opiniões sobre tais temas (*ibid.*). Portanto, certas suposições principais sobre as teorias da democracia deliberativas acabam sendo lesadas pelas evidências empíricas (HUCKFELDT, JOHNSON e SPRAGUE, 2005 apud GIBSON, 2013).

O caminho percorrido pelas relações humanas até chegar à esfera do reconhecimento é complexo, e, muitas vezes, assistimos percursos com objetivos adversos ao de se reconhecer o direito do outro. Nesse parâmetro, enquadramos a rejeição e o desrespeito, formas de não convivência pacífica traduzidas em manifestações de ódio, e proferidos como desejo o extermínio do outro, ou até mesmo a execução do próprio ato. Da rejeição, o conceito parte para a dita intolerância, maneira mais branda de se descrever a falta de compreensão, a repugnância, a intransigência a diferentes opiniões, e, em muitos casos, a propagação de discursos de ódio. Ser intolerante pode denotar acionar para si a significação de injustiça.

Aqui, discute-se a intolerância e a valorização a posicionamentos politicamente incorretos, bem como o chamado mal-estar da regulação discursiva, tomando a deliberação como um modelo ideal de conversação. Diversas pesquisas exploram o papel da deliberação *online* em processos políticos (MIN, 2007; STROMER-GALLEY; WEBB; MUHL-BERGER, 2012). Para Habermas (2006), apesar de a deliberação ter sua origem em rotinas de demandas e fornecimento de argumentos, ela se caracteriza como uma forma de comunicação exigente. Entre os princípios fundamentais da deliberação estão: a inclusão de todas as pessoas afetadas ou concernidas; a argumentação e as considerações refletidas; o status igualitário entre os participantes enquanto interlocutores; a interação livre, sem coerção e respeitosa; a não restrição de tópicos e a possibilidade de rever decisões.

Acreditamos que a deliberação é o padrão normativo ideal para pautar as interações, pois apresenta as condições ideais para argumentação e para o debate. Portanto, para explicar sobre o respeito, acionaremos como base os estudos de Habermas, que se debruçou, sobretudo, às teorias do agir comunicativo, da política deliberativa e da esfera pública. O autor sempre teve como preocupação pautar o debate argumentativo para analisar e falar de política. Para ele,

(...) o âmago da política deliberativa consiste precisamente numa rede de discursos e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas – que são precisamente os problemas acumulados de uma fracassada integração funcional, moral e ética da sociedade (HABERMAS, 1997, p. 47).

O filósofo alemão alinha o processo democrático à criação de um direito legítimo como maneira de tratar, racionalmente, os problemas. No entanto, tolerar, respeitar e reconhecer é se deixar afetar, bem como o movimento oposto também diz dessa sensibilização.

A tentativa de eliminação da pluralidade e a negação das identidades estigmatizadas, características do mal-estar da regulação discursiva e do acionamento da linguagem e de posicionamentos politicamente incorretos, correspondem a desafios atuais à democracia deliberativa. Os atores que se sentem hostilizados pelo preconceito raramente frequentam a esfera pública do debate, e, quando há oportunidades, não ocupam os lugares sob as mesmas condições de grupos privilegiados (RAMOS, 2017). De acordo com a autora, apesar de a liberdade de expressão ser considerada fundamental para a experiência democrática moderna, a esfera pública não deve ser vista como um dado, já que há desigualdade de condições entre os atores sociais para expressarem seus interesses, perspectivas e opiniões (YOUNG, 2000 apud RAMOS, 2017). Como a democracia acaba não garantindo, empiricamente, os mesmos direitos a todos, de maneira igualitária, o sistema se define à sombra de uma exclusão baseada na invisibilidade de certos grupos. “Há muros invisíveis que impedem o livre acesso de todos e todas a lugares de fala e de decisão, tanto no âmbito social quanto nas instâncias políticas” (RAMOS, 2017, p. 46). Logo, a exclusão, ao se tornar estrutural e se aliar ao apagamento de discursos dissonantes, ameaça as lutas por reconhecimento.

Esta seção aponta para a complexidade de fatores estruturais e conjunturais que explicam a intolerância e o desconforto com o politicamente correto. Ainda que a intolerância tenha um longo histórico, conforme veremos na seção 1.5, as manifestações de ataque à democracia precisam ser estudadas em sua especificidade. Antes de tratarmos

sobre a danificação da esfera pública, foi necessário examinar o quadro teórico da democracia deliberativa.

1.3 A aversão ao politicamente correto e a danificação da esfera pública

Cabe aqui destacar, preliminarmente, o que chamamos de politicamente correto. O conceito é alvo de disputas, tanto discursivas quanto sociais, e, para a pesquisa, focamos na abordagem política do seu significado. Ser politicamente correto sinaliza, no contexto atual, respeitar e conviver com a pluralidade, além de adaptar a forma discursiva e comportamental, a fim de considerar as diversas identidades que coexistem na esfera pública. Para além do caráter linguístico do termo, a dissertação explora as batalhas que estão atreladas aos comportamentos, e, considerando o contexto eleitoral brasileiro de 2018 previamente detalhado, busca-se investigar as posições de grupos contrários ao politicamente correto e adversos às nuances que derivam desse fato. Como tal aversão se enquadra na conjuntura política? Essa questão se apresenta enquanto pano de fundo, ao passo que a pesquisa busca responder como são configurados os discursos de quem sofre do fenômeno do mal-estar da regulação discursiva.

Diversos autores (HALL, 1994; HERZOGENRATH-AMELUNG, 2016; RAMOS, 2017; RAJAGOPALAN, 2000; entre outros) se debruçaram sobre os deslizamentos que envolvem a questão do politicamente correto, no que tange à eficácia ou não do seu emprego, bem como a sua relação com as liberdades individuais e coletivas. Tratando-se do Brasil, segundo Soares (1998) apud Scabin (2018), há entre as elites o acordo de rejeição ao PC, já que consideram que o fenômeno, além de cercear o humor e a espontaneidade, é uma expressão puritana que intenciona arquitetar uma sociedade artificialmente uniforme e que tenta anular as diferenças, por meio da normatização de comportamentos já aceitos.

1.3.1 Como se define a esfera pública?

Caracterizada como o espaço em que os assuntos públicos são articulados e debatidos pelos sujeitos privados e públicos, a esfera pública está diretamente ligada à formação de opiniões. A cultura do politicamente incorreto, seja ela acionada pela negação das diferenças, seja pela defesa da liberdade de expressão, acarreta o

desequilíbrio da convivência harmoniosa entre os indivíduos, o que acaba por lesionar a esfera pública. Isso implica em dizer que a noção do que as pessoas têm sobre o politicamente incorreto e sobre o politicamente correto interfere na opinião pública.

Segundo Maia (2006), para se apreender sobre o processo contemporâneo de formação da opinião pública, a permeabilidade entre os limites das trocas comunicativas nas distintas esferas públicas deve ser observada. A autora afirma que a argumentação entre os públicos não se dá de maneira organizada e comportada. “Ao invés disso, a formação discursiva da opinião e da vontade (...) é um processo informal, parcial e fragmentado. Habermas denomina-o de ‘processo anárquico’” (MAIA, 2006, p. 21). Para se compreender de maneira mais detalhada a dinâmica de formação da opinião pública, também se faz necessária a sua distinção dos processos de tomada de decisão nas conjunturas formais do sistema político. Para Maia (2002), isso evita o erro de dizer que uma esfera pública ativa tem por consequência a construção de instituições democráticas. “Formas de poder ilegítimo podem se acumular de modo crescente em instituições de grande porte das sociedades contemporâneas, mas o uso do poder público não fica imune da crítica (ou crise) da própria legitimidade” (MAIA, 2002, p. 3). Como atualmente se assiste a uma virada conservadora, tanto governamental quanto civil (NORRIS e INGLEHART, 2019), há uma reestruturação da esfera pública, já que o povo tem se posicionado, em certa medida, de maneira contrária aos processos democráticos (MOUNK, 2019).

O surgimento da esfera pública e suas transformações nos ajudam a compreender o processo de formação de opinião. Contudo, segundo Maia (2006), a concepção de esfera pública habermasiana, enquanto espaço aberto para debate entre instâncias políticas e cidadãos com status político igualitário, exclusiva à classe burguesa masculina, trouxe muitas críticas (RYAN, 1991; FLEMING, 1993; FRASER, 1992-1999), já que excluía as mulheres da vida pública.

Para Fraser (1999), a esfera pública é mais heterogênea do que a descrita por Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2014), de modo que as desigualdades não são colocadas como centrais na problematização. Porém, o filósofo alemão amplia a noção de esfera pública em outras obras, como em *Direito e Democracia* (1997) e em *Ética do Discurso* (2014), em que ambas tratam sobre o patriarcado e sobre a consequente exclusão das mulheres. No período da ampliação da participação política, com a extensão do sufrágio universal, a difusão da educação e a implantação do Estado de bem-estar social, Habermas configura o declínio da esfera pública burguesa (MAIA,

2006). “Deixa claro que a esfera pública, enquanto *locus* da discussão, não pode ser entendida como uma “instituição”, ou como um “lugar”, pois se refere ao uso que os sujeitos fazem da comunicação, relacionado particularmente à troca argumentativa” (MAIA, 2006, p. 4).

Em resposta aos fenômenos de desigualdades nos processos de formação de opiniões, Habermas (1997) determina a primordialidade de se distinguir entre atores que já têm recursos garantidos na sociedade para ingressar no espaço de visibilidade midiática e aqueles que ainda precisam se estabelecer nesse campo (MAIA, 2006). Dessa forma, a esfera pública não é vista como única e homogênea, mas com fronteiras reais, sociais e temporais fluídas (HABERMAS, 1997, p. 33).

Ser parte de uma esfera pública diversa e conviver de maneira harmônica com o outro requer uma sensibilização para as diferenças, no lugar de sua negação. “A responsabilização solidária pelo outro como um dos nossos se refere ao ‘nós’ flexível numa comunidade que resiste a tudo o que é substancial e que amplia constantemente suas fronteiras porosas” (HABERMAS, 2002, p. 7). A democracia deve se dirigir rumo à inclusão do outro. Tal argumento habermasiano contra a exclusão sistemática se refere a uma inclusão, independentemente da procedência cultural, em que as fronteiras da comunidade estejam abertas a todos, sobretudo, àqueles colocados à margem. Para o autor, apenas uma reforma judiciária que tenha como base o direito moderno, em que as instituições públicas se apoiem em artifícios morais mais complexos, torna possível o estabelecimento de relações de respeito entre os sujeitos discordantes.

1.3.2 Por que ser contra o politicamente correto?

“O que suporta o politicamente correto é a política das diferenças” (CHOI e MURPHY, 1992, p. 131 – tradução da autora 11). Para os autores, o politicamente correto acredita na democracia igualitária e na eliminação das barreiras de classe, sexo e raça. A democracia real só existe quando as dissidências são fomentadas, as diferenças de opiniões são encorajadas e as propostas são resolvidas por meio do debate livre e aberto (CHOI e MURPHY, 1992).

Diante da falta de poder conferida às vozes dos agentes que sofrem discriminação no tecido social – mulheres, negros e negras, população LGBTQI+, indígenas, entre outros – não se pode discutir sobre as formas de opressão a partir do viés de que há

igualdade de acesso à fala pública e midiaticizada. Segundo Ramos (2017), a polêmica que envolve o politicamente correto expressa a necessidade de novas configurações das esferas públicas, nas quais seja possível constituir um debate real sobre as diversas violências que estruturam a sociedade.

Rajagopalan (2000, p. 93) afirma que “a linguagem ‘politicamente correta’ tem sido alvo de críticas acirradas advindas de todos os lados”. De acordo com o autor, certos grupos intelectuais da esquerda acreditam que a linguagem politicamente correta é uma manobra para maquiar a realidade existente. Enquanto isso, os que simpatizam com os ideais conservadores, mostram-se igualmente insatisfeitos por terem que utilizar uma linguagem politicamente correta. Para Hall (1994), muito do que se passa por politicamente correto é, na prática, uma deformação de uma nova configuração política. Contudo, em vez de entender as forças e as ideias que realmente a produziram, tenta-se conduzir novas lutas com armas antigas.

De acordo com Herzogenrath-Amelung (2016), o filósofo Slavoj Žižek é conhecido por ser um dos intelectuais mais politicamente incorreto do nosso tempo. Para Žižek, o politicamente correto é a forma mais perigosa de totalitarismo, quando comparado aos exercícios tradicionais do poder autoritário. O filósofo acredita que o politicamente incorreto pode ser um meio de promover a proximidade e a compreensão, enquanto as indagações polidas sobre a cultura do outro mantêm uma distância fria e enfatiza a diferença. Para Žižek, é por meio das brincadeiras e piadas que se conhece realmente a cultura do outro.

Desde o seu surgimento, o termo politicamente correto já era usado de maneira pejorativa. Kohl (1992) afirma que a origem do politicamente correto se deu no final da década de 1940 e início de 1950, em referência aos debates políticos entre socialistas e membros do Partido Comunista dos Estados Unidos. Durante a Segunda Guerra Mundial, o acordo firmado entre Stalin e Hitler causou desgostos consideráveis aos judeus e aos socialistas, visto que os membros do Partido Comunista alegavam que a doutrina seguida por eles era considerada “correta” para o momento. Como tal posicionamento foi visto como uma traição ao judaísmo europeu e aos ideais socialistas, o termo “politicamente correto” foi usado com desprezo para se referir a alguém cuja lealdade aos princípios do partido falavam mais alto do que a própria compaixão, acarretando, assim, estratégias políticas negativas. Destarte, o politicamente correto foi “destinado a separar os Socialistas que acreditavam em ideias morais igualitárias dos Comunistas dogmáticos que

advogam e defendem posições do partido, independentemente da sua substância moral” (KOHL, 1992, p. 1 – tradução da autora¹¹).

Ainda segundo o autor, os intelectuais de direita, na década de 1990, apropriaram-se do termo para tratar de maneira depreciativa estudantes e professores defensores do multiculturalismo, os quais estavam dispostos a confrontar o racismo, o sexismo e a homofobia na universidade. Seguindo a mesma linha de pensamento, Strauts e Blanton (2015) afirmam que o PC (politicamente correto) foi introduzido pelos políticos conservadores para dizer que alguns políticos liberais, ao promoverem a tolerância a minorias, estariam, na verdade, realizando ações que poderiam ser interpretadas como outros meios de intolerância. Segundo tais grupos conservadores, o PC poderia ter como consequência a limitação das liberdades de expressão e o sufocamento das discussões sobre problemas sociais, promovendo a estereotipagem dos grupos desfavorecidos como vítimas.

Apesar da data inicial defendida por Kohl, para Ramos (2017), a expressão “politicamente correto” aparece nos anos 1980 e 1990, no chamado período entre guerras culturais, nos Estados Unidos. Mesmo que o termo tenha sido utilizado em textos da *New Left*¹², foi a direita estadunidense que lhe deu o caráter de “autoritarismo policesco da esquerda no uso da linguagem” (Ramos, 2017, p. 48). Feres Júnior (2017), ao revisar historicamente o uso do termo, afirma que a reação conservadora ao PC nos Estados Unidos teve início na era Reagan, conhecida por marcar o fim de um ciclo progressista. O intelectual conservador Allan Bloom, discípulo de Leo Strauss, escreveu o livro *The Closing of the American Mind* (1987), como uma crítica ao relativismo moral, que, de acordo com o filósofo e professor, desmantela a liberdade de pensamento nos espaços universitários norte-americanos. Aos olhos do debate público mais amplo, o livro foi tratado como um manifesto em oposição ao multiculturalismo, às políticas de ação afirmativa e ao feminismo (FERES JÚNIOR, 2017).

Para Ramos (2017), há duas vertentes de oposição ao politicamente correto: uma delas de cunho conservador, que acredita que tal posicionamento vigilante visa denunciar contextos classistas, racistas e sexistas, inexistentes em nossa realidade; e outra de caráter progressista, que vê a temática como artifício que deixa a realidade intacta, sem o objetivo

¹¹ No original: “It was used by Socialists against Communists, and was meant to separate out Socialists who believed in equalitarian moral ideas from dogmatic Communists who would advocate and defend party positions regardless of their moral substance” (KOHL, 1992, p. 1)

¹²A *New Left*, Nova Esquerda, corresponde aos movimentos políticos de esquerda que surgiram na década de 1960 em diversos países.

de a converter em um mundo mais justo e igualitário. “Aqueles que se opõem ao comportamento politicamente correto, em especial, à linguagem politicamente correta, estão se baseando numa visão da linguagem e o que ela é e não é capaz de fazer” (RAJAGOPALAN, 2000, p. 94). É válido compreender que a discussão relativa ao PC vai além da preocupação restrita ao uso da linguagem. Ela perpassa pelo caráter transformador dessa linguagem, que se capilariza em posicionamentos, ideais, e, sobretudo, nas lutas por reconhecimento de Honneth (2009). O politicamente correto pode ser desenhado como uma das aberturas encontradas pelas minorias, ou de quem advoga por elas, para não permanecerem nesse espaço de rejeição atribuído a elas. É o grito por respeito, que começa pelo politicamente correto e destina-se a se transportar, também, para o economicamente correto, cientificamente correto, socialmente correto, moralmente correto e historicamente correto.

A mudança da linguagem comum pode significar um desempenho importante na transformação de atitudes e crenças que impedem uma mudança social mais significativa (CAMERON, 1997; MILLER e SWIFT, 1976; RIX, 2006 apud STRAITS e BLANTON, 2015). Straits e Blanton (2015) apontam que, se a reforma da linguagem for suficiente para a promoção da tolerância, então a reação contra esta reforma (o posicionamento contrário ao PC) poderia viabilizar atitudes e crenças menos tolerantes. Para Newfield (1993), a resposta moderada ao politicamente correto espelhou o axioma da direita de que a livre circulação de ideias foi assediada pelos efeitos repressivos das agendas políticas. Conforme observações feitas por Choi e Murphy (1992), a maioria das críticas dos conservadores ao PC são baseadas em distorções. Para os autores, subitamente, os conservadores passam a se preocupar com as ameaças à verdade, à objetividade, ao rigor científico e à lei natural, como maneiras para reforçar sua plataforma política.

De acordo com Newfield (1993), algumas perspectivas podem ser inferidas a partir do debate sobre a história do politicamente correto. São elas: política – olhando para o fato de que "tudo o que fazemos é político", ou seja, como uma forma de avaliar os efeitos da política como governança cotidiana; teoria democrática – a democracia precisa estar sempre em desenvolvimento; alianças democráticas – os campos saudáveis do politicamente correto geralmente se apoiavam tanto no apoio mútuo e público quanto no reconhecimento administrativo; diversidade – o debate acerca do politicamente correto sugere que a supervisão descentralizada dificulta a homogeneização das diferenças

culturais fundamentais; e, por último, a perspectiva da desunião, considerada pelo autor como uma outra palavra para democracia.

Di Carlo e Kamradt (2018) defendem a ideia de que a cultura do politicamente incorreto produz uma contra-história, uma negação das identidades e um revisionismo histórico. Os autores ainda afirmam que o politicamente incorreto abriu uma oportunidade para as novas direitas se colocarem efetivamente em oposição às minorias. O ataque direto ao campo progressista também diz respeito ao ataque às pautas identitárias, e, segundo Solano (2019, p. 318): “É a revolta do homem branco heterossexual que enxerga privilégios demais nas lutas identitárias”.

Na teoria do *cultural backlash*, descrita por Pippa Norris e Richard Inglehart (2019), a virada conservadora, ao promover uma “revolução silenciosa de valores”, fortalece o discurso que se opõe à diversidade social. Por um lado, à medida que a proporção de conservadores torna-se menos intensa, seus comportamentos podem acabar por desaparecer. A tal fato, os autores apresentam a justificativa da teoria do espiral do silêncio, criada por Elisabeth Noelle-Neumann em 1974. De acordo com essa teoria, ao sentirem que suas opiniões são minorias, as pessoas tendem a permanecer em silêncio. Assim, ao passo que o medo do isolamento e da desaprovação toma conta dos sentimentos, as pessoas se tornam propensas a censurar a si mesmas. À vista disso, e ainda consoante à pesquisa de Norris e Inglehart (2019), os psicólogos sociais descobriram que há uma forte relação entre as normas sociais vigentes e a expressão pública do preconceito. Apesar de as atitudes não mudarem rapidamente, as pessoas podem continuar com seus preconceitos; porém, quando se sentem parte de uma minoria, hesitam em expressar suas opiniões. Tal autocensura pode estar ligada às queixas contra o politicamente correto.

Dito isso, Norris e Inglehart (2019) ainda afirmam que, por outro lado, as normas socialmente aceitáveis dependem do contexto em que os atores se encontram. Por exemplo, há casos em que o debate polarizado cria bolhas midiáticas ou até mesmo líderes de opinião dominantes, o que acaba por fazer com que as pessoas acreditem no que desejam acreditar. “Além disso, os conservadores que percebem que as crenças morais ortodoxas estão deslizando para um status marginal dentro de suas sociedades provavelmente se sentem ameaçados pela perda de respeito por seus valores” (NORRIS e INGLEHART, 2019, p. 46). Quanto mais rápidas as mudanças da opinião pública, relativas a assuntos como ações afirmativas, direitos LGBTQI, feminismo, entre outros, maior é a ameaça sentida por grupos conservadores.

O discurso adverso ao politicamente correto ora se ocupa de críticas à coerção da liberdade de expressão, ora se apresenta como intolerância. Ou ambos. Acerca do valor epistemológico da luta pela defesa do PC, Strauts e Blanton (2015) apresentam enquanto questão final: os confrontos e a vigilância do uso da linguagem politicamente correta representam um obstáculo à promoção da tolerância? Para Choi e Murphy (1992), não há dúvidas de que os politicamente corretos são intolerantes em relação a insultos racistas e comentários referentes ao fanatismo. Para os autores, não deve ser vista como paradoxal a ideia de que certos discursos podem colocar em risco comportamentos democráticos. É preciso tolerar o intolerável para ser definido como um ser tolerante? Tal proposição será discutida na seção 1.5 deste do capítulo.

1.4 O chamado mal-estar da regulação discursiva: explicando o conceito

Previamente à exposição dos meandros conceituais do termo nomeado, julgamos necessária a elucidação sobre a trajetória da pesquisa. O próprio caminho construtivo das etapas da dissertação já se formulou enquanto processo investigativo. É fundamental explicar as fases da pesquisa, visto que o termo mal-estar da regulação discursiva surgiu por meio da avaliação do *corpus*, circunstância esta combinada aos estudos das teorias acionadas.

Inicialmente, o trabalho se comprometia a fazer uma investigação das intolerâncias em período eleitoral brasileiro de 2018, já que se trata de um período caracterizado pela polarização, e, sobretudo, pela disseminação de intolerâncias (RIBEIRO e FUKS, 2019; SCHWARCZ, 2019). Porém, após uma exploração flutuante do material, não foram encontradas intolerâncias explícitas suficientemente representativas para compor um *corpus* de análise estrito sobre o tema. Apesar disso, é válido dizer que a pesquisa, em seu formato atual, ainda assim, propõe-se a ver se há a existência de intolerâncias, mas sem se limitar apenas a isso. Ao codificar as intolerâncias, o trabalho busca ver a relação do mal-estar da regulação discursiva com os comentários intolerantes.

Partindo da ideia inicial – investigação acerca das intolerâncias – seguimos em direção à aversão em si ao politicamente correto, visto que, após uma leitura flutuante do *corpus*, percebemos uma indisposição em relação ao uso “correto” da linguagem, ou seja, ao uso do discurso que respeita os Direitos Humanos. Compreendemos, a partir daí, que chamar o fenômeno, bem como codificar o material, pelo viés exclusivo da contrariedade

ao politicamente correto nos limitaria nas possibilidades de análises. Inicialmente, fizemos uma busca pelas palavras-chave “politicamente correto” e “politicamente incorreto” e partimos para um entendimento das manifestações adversas de maneira mais profunda, por meio da leitura dos proferimentos específicos. Para aprofundar esse tema, o processo construtivo da pesquisa foi melhor detalhado no capítulo metodológico (capítulo 5).

A partir dos processos pré-analíticos realizados, solidificou-se, dessa forma, a compreensão da necessidade de criação de um termo relativo à indisposição em adequar-se à linguagem, a fim de respeitar as diversas identidades que convivem em esfera pública. Por isso, ainda nesta seção, em nosso trabalho prévio de explicação da sentença em si, desenvolveremos a base teórica que fundamenta o mal-estar da regulação discursiva.

Para termos uma compreensão histórica do tema, precisamos compreender que na sociedade pré-moderna, as religiões organizavam as formas de vida. As religiões eram a base para o funcionamento da comunidade maior, formando *ethos*, tradição, ideologia e regras. Sobre isso, Habermas (2013, p. 6, tradução nossa¹³) dirá que “Cada religião é originalmente uma ‘visão de mundo’ ou, com Rawls coloca, uma ‘doutrina abrangente’, no sentido que reivindica a autoridade para estruturar uma forma de viver e sua totalidade”. Com o tempo, foram sendo demandadas a liberdade de crenças e de religiões. Assim, de acordo com Habermas (*ibid.*), a religião se tornou uma das profissões de fé que deveria abandonar tal premissa, deixando de se colocar enquanto concepção legítima de mundo, ao moldar a vida de maneira abrangente. O filósofo afirma que, sob condições do pluralismo, há uma diferenciação entre a vida da comunidade religiosa e a vida da comunidade política em geral.

Ainda de acordo com Habermas, o surgimento e o desenvolvimento de democracias constitucionais estão ligados ao papel desempenhado pelo cisma religioso e pelo pluralismo nas sociedades ocidentais, por isso, é importante entender a história conceitual da tolerância religiosa. O autor aponta, por um lado, que as justificativas filosóficas para a tolerância religiosa nos séculos XVII e XVIII tornaram possíveis a secularização do estado e a mudança para uma legitimação secular do estado; por outro,

¹³ No original: “Each religion is originally a “worldview” or, as Rawls puts it, a “comprehensive doctrine”, in the sense that it lays claim to the authority to structure a form of live in its entirety” (HABERMAS, 2013, p. 60)

o estado liberal exige que a consciência religiosa passe por uma adaptação cognitiva em prol dos direitos humanos.

Em ambos entendimentos, a luta pela tolerância religiosa se configura enquanto o modelo do multiculturalismo e da coexistência de diferentes formas de vida culturais dentro de uma mesma comunidade política (HABERMAS, *ibid.*). Porém, para além dessa visão otimista que defende o pluralismo de ideias, Habermas também explica que, inicialmente, a tolerância de minorias religiosas era justificada apenas pragmaticamente, por razões mercantilistas, legalistas, epistemológicas, e pela manutenção da lei e da ordem.

Mas, afinal, o que está por trás da liberdade de crenças? Princípios e valores. Princípios que pautam as regras, as condutas e as ações. Valores que pautam o nosso julgamento, pautam o que é certo, o que fazer e o que não fazer. Dessa forma, ao lado das liberdades religiosas e de crenças, foram reivindicadas também outras liberdades: de associação, de escolha dos representantes (com o Estado Moderno), de expressão, de ir e vir.

Assim, para Habermas (2013), com a inclusão de minorias religiosas na comunidade política como um todo, a propagação da tolerância religiosa, reconhecida como um divisor de águas para a democracia, também estimula a introdução de outros direitos culturais. “O pluralismo religioso acende e promove a sensibilidade às reivindicações de grupos discriminados em geral” (HABERMAS, 2013, p. 8, tradução nossa¹⁴). Portanto, na medida em que a sociedade evoluiu, foram se formando diversas crenças em relação às visões “certas” e “erradas” de mundo. Sendo assim, algumas regras morais antes consideradas verdades universais passaram a ser questionadas, e outras formas de concepções de mundo passaram a ser também legítimas em prol da democracia e do multiculturalismo.

Tal retorno histórico é primordial para embasar a construção da linha de raciocínio de nossa investigação. Se adotarmos uma visão pragmática, seria curioso pensarmos em nossa realidade: uma mudança esperada desde o século XVIII, relacionada à disseminação da tolerância e liberdade religiosa, ainda não teve efeito completamente assertivo nos dias atuais. Obviamente, não se pode negar que o contexto brasileiro é diferente daquele descrito por Habermas, filósofo e sociólogo alemão, já que nosso país

¹⁴ No original: “Religious pluralism kindles and fosters sensitivity to the claims of discriminated groups in general” (HABERMAS, 2013, p. 8)

passou por um processo de colonização, o que significa a imposição de culturas exteriores sobre a cultura nativa. Assim, para nosso contexto, é importante compreender, de forma ainda mais intensa, a gradualidade e a lentidão das mudanças comportamentais da sociedade. Toda mudança social requer tempo, dado que cada indivíduo possui, em si, um universo de crenças, valores, percepções de mundo e formas de viver. No entanto, o fato de as mudanças comportamentais se delongarem em sua efetivação não significa que elas sejam impossíveis de serem realizadas.

Expomos aqui um exemplo de transformação comportamental brasileira: até aproximadamente os anos 2000, pode-se dizer que eram aceitáveis pela sociedade, sem muitas reações, piadas racistas, homofóbicas, machistas e por aí vai. Porém, ao passo que a sociedade passou por uma evolução, tais expressões não são mais aceitáveis. Como destaca Scabin (2018), há indicativos empíricos de que, nas últimas décadas do século XX, a questão das identidades transfigurou-se em uma preocupação central da vida social. Como ainda aponta Scabin (*ibid.*), segundo Wilson (1995), o temor perante às mudanças culturais em curso, desde os anos 1960, nos EUA e no mundo, tiveram como consequências os ataques contra o multiculturalismo, as ações afirmativas e o feminismo.

Para Hall (1994), vê-se, no contexto contemporâneo¹⁵, a intensificação dos conflitos sociais, que passaram a se preocupar com as questões de gênero, raça e sexualidade. Certas temáticas, anteriormente tratadas como da esfera íntima, adquiriram status político, como é o caso da vida familiar, do casamento e das relações sexuais (HALL, 1994; SCABIN, 2018).

A liberdade de expressão deve defender os dizeres que atendam aos pressupostos democráticos, conforme será melhor descrito neste capítulo. No mundo contemporâneo, há diversas crenças e estilos de vida, e todas devem conviver com harmonia e respeito. Uma não deve e nem pode deslegitimar a existência da outra, nem mesmo que seja por meio de piadas, uma vez que ao deslegitimar a existência do outro também perpassa o descrédito pelo sofrimento do outro. O preconceito chamado vitimismo, frescura ou mesmo de “mimimi” é uma forma de deslegitimação do sofrimento e da própria existência do outro enquanto sujeito merecedor de respeito. Atualmente, o que vemos é a indisposição relativa à não-aceitação de se chamar a deslegitimação do outro como tal, indisposição essa nomeada em nosso trabalho por mal-estar da regulação discursiva.

¹⁵ O contexto de Hall (1994) era diferente do atual; porém, como a mudança cultural é gradual, podemos perceber que tal premissa do autor ainda pode ser aplicada nos dias atuais.

O termo será destrinchado, aqui, com o propósito de sua explicação mais detalhada. Na pesquisa, tratamos a linguagem a partir do seu viés politizador. O discurso é político. No trabalho, à luz da teoria crítica, olhamos para a linguagem e seu caráter transformador. Conforme já descrito na seção anterior desta dissertação, o linguista Kanavillil Rajagopalan (2000) afirma que os oponentes do comportamento politicamente correto se baseiam na questão do que a linguagem é ou não capaz de fazer. O termo trata de um discurso metalinguístico: um discurso que fala dele próprio. Assim, analisaremos proferimentos que falam da própria regulação da linguagem. O mal-estar não diz respeito apenas à ofensa em si, mas sim ao fato de as pessoas questionarem o caráter dessa ofensa – “tal discurso seria mesmo ofensivo?”. É o questionamento do próprio ato.

Além disso, aqui, entendemos a regulação como um alinhamento não-estatal baseado em acordos sociais de convivência. Robson Rocha de Oliveira (2014) realizou uma revisão dos conceitos de regulação a partir de áreas específicas do conhecimento: ciências da vida, direito, economia, sociologia e ciência política. O autor, ao explicar a visão da sociologia sobre regulação, utiliza as palavras de D’Hombres (2007) e explica que a compreensão sobre a regulação perpassa pelo debate relativo à normatividade. De ordem prática, ele aponta para o que deve ser norma ou princípio em relação à política econômica – intervencionismo *versus* não intervencionismo estatal. Huxley e Durkheim, também citados no trabalho de Oliveira (2014) como defensores de um Estado social forte e intervencionista, defendiam a regulação estatal ou de alguma instância pública sob a sociedade. Oliveira (*ibid.*) ainda apresenta os apontamentos de Lawe (1977), que coloca a regulação frente à teoria de mudança social e destaca os fatores dinâmicos no sistema social. Propomos o uso da palavra regulação no termo mal-estar da regulação discursiva porque a ideia é falar de fenômeno contemporâneo: a regulação discursiva, em si, é uma orientação para novas regras sociais. Portanto, cremos na mobilidade dos fluxos sociais e comportamentais, conforme já apontado.

Vale apontar que, em nosso trabalho, não estamos falando de uma regulação estatal, mas sim de uma regulação civil. Enxergamos essa regulação discursiva como uma regulação social que tem agido para ajustar a própria sociedade. É a sociedade que se autorregula. Entretanto, obviamente, quando o mal-estar chega a instâncias extremas, defendemos, sim, que o Estado atue sobre tal problemática, como, por exemplo, por meio das legislações que combatem o racismo e a injúria racial¹⁶.

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 21 de dez. de 2019.

No que se refere ao mal-estar, entendemos sua correspondência com a indisposição a algo, a não aceitação, ao incômodo. Portanto, o termo mal-estar da regulação discursiva é atual, já que a própria regulação discursiva é contemporânea e está se intensificando aos poucos. É válido explicar que não entendemos tal mal-estar como uma sensação válida e eticamente compreensível; porém, a apropriação do termo faz referência à indisposição que parcela da sociedade diz sofrer para adequar a linguagem a fim de uma esfera pública mais respeitosa e igualitária.

1.5 Tolera-se o intolerável?

Ser intolerante diz respeito à falta de compreensão das diferenças e ao não reconhecimento dos direitos do outro. De caráter político, religioso, cultural, social (ou outros), a intolerância pode se manifestar por meio de diversas configurações, em relação a diversos alvos: grupos identitários, medidas sociopolíticas, instituições, regimes e formas de governança, entre outros. Segundo Ricoeur (2000, p. 20), “dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda”.

Enunciado como um tipo de intolerância, o discurso de ódio vai contra o pluralismo de ideias e viola a dignidade humana. Em termos jurídicos, “o discurso de ódio tem por finalidade inferiorizar, ridicularizar e violentar, a partir de expressões inteligíveis, as pessoas, em especial, aquelas de grupos vulneráveis ou minoritários” (BRITO, 2018, p. 12). Proferir discursos de ódio é pregar intolerâncias e propor a não convivência respeitosa com o grupo afetado. Moura (2016) afirma que o discurso de ódio é uma forma de violência concretizada na linguagem, que ganha proporções para além da agressividade. Apesar de não haver uma lei específica para tal tipo de discurso, para o autor, como prática social, ele possui uma abordagem e previsão jurídico-constitucional. Tal fato se justifica ao se analisar os termos do artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Entre os objetivos do artigo estão: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; e a promoção do bem de todos sem preconceito de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (MOURA, 2016). Logo, o proferimento do discurso de ódio despreza e é intolerante em

relação a grupos específicos, por meio de sua inferiorização pelo simples fato de pertencerem a tal grupo (*ibid.*).

Não vivemos hoje uma época de intolerâncias e desrespeitos. Os discursos inflexíveis já fazem parte do nosso cotidiano desde os primórdios das relações sociais. Diferentemente do senso comum, a relevância dessa pesquisa diz respeito justamente ao fato da não novidade dessas questões. O ponto de destaque é o estudo das novas articulações das intolerâncias no contexto contemporâneo. Entender como tais pontos se expressam nas plataformas digitais, especificamente no Facebook, leva-nos a uma compreensão acerca dos comportamentos de quem se engaja em tal mídia em período eleitoral.

É necessário partir de uma conceitualização ampla da intolerância, bem como entender quais são as variáveis interacionais que estão menos ou mais presentes quando ocorre o endereçamento desses discursos. Justifica-se a importância da construção desse marco teórico ao olhar para as tensões produzidas nos significados de tolerância e intolerância. Em que local acaba uma e termina a outra? No atual cenário de eleições brasileiras, presenciamos o crescente protagonismo de grupos de extrema direita, e, por isso, o Paradoxo da Tolerância¹⁷, elaborado pelo filósofo austríaco Karl Popper (1966) no fim da Segunda Guerra Mundial, vem sendo pautado nas discussões sobre diversidades. Popper se referia ao fato de que devemos ser tolerantes apenas com aqueles que não são intolerantes, nem propagam a intolerância. “Se estendermos a tolerância ilimitada aos intolerantes, não estamos preparados para defender uma sociedade tolerante contra o massacre do intolerante. Então, o tolerante será destruído e, com ele, a tolerância” (POPPER, 1966, p. 265 – tradução da autora¹⁸). Além disso, como o filósofo adotava uma visão racionalista, ele ainda afirmava que: “Não se mata uma pessoa quando se toma a atitude de primeiramente ouvir seus argumentos” (POPPER, 1966, p. 238 apud O’HEAR, 1998, p. 337).

¹⁷ “A tolerância ilimitada deve levar ao desaparecimento da tolerância. Deveríamos portanto reivindicar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar o intolerante. Deveríamos reivindicar que qualquer movimento que pregue a intolerância se coloca fora da lei, e deveríamos considerar criminosa a incitação à intolerância e à perseguição, da mesma maneira que deveríamos considerar criminosa a incitação ao assassinato, ou ao sequestro, ou à retomada do comércio de escravos”. Fonte: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/lourival-santanna/o-paradoxo-da-tolerancia/>

¹⁸No original: “If we extend unlimited tolerance even to those who are intolerant, if we are not prepared to defend a tolerant society against the onslaught of the intolerant, then the tolerant will be destroyed, and tolerance with them.” (POPPER, 1966, p. 265)

Como contraponto, temos Rawls (1971), que afirma que, em uma sociedade justa, por definição, é preciso tolerar a intolerância. Para Forst (2009, p. 17), “o mero *slogan* ‘sem tolerância com o intolerante’ não é apenas vazio, mas potencialmente perigoso, pois a definição de intolerante muito frequentemente é ela mesma resultado de parcialidade e intolerância” O autor se opõe a esse discurso de “ser intolerante ao intolerável”, pois argumenta pelo componente de aceitação e alega que é errado não tolerar o errado. “As práticas ou as crenças em questão são erradas, mas não intoleravelmente erradas” (FORST, 2009, p. 19).

Porém, uma leitura cuidadosa dos pressupostos de Forst (2009), leva-nos à compreensão de que há diferenças entre os clamores por tolerância e audácia cívica e preconceitos que fogem de razões moralmente aceitáveis. Só faz sentido se pautar pelos termos da tolerância em espaços em que exista uma objeção normativa contra certas crenças ou práticas. O autor utiliza como exemplo o preconceito racial e afirma que, em vez de demandar a pessoas racistas que sejam tolerantes com o diferente, deve-se ambicionar a dissolução de tais preconceitos, visando o desenvolvimento do respeito. Isso porque, para Forst (2009), a pretensão da tolerância pelos racistas pode levar ao equívoco de que seus preconceitos sejam juízos éticos legítimos, ou, ao menos, razoavelmente possíveis.

Suportar e aceitar a existência em espaço-tempo compartilhado é o que pode ser definido como tolerância, conceito com fronteiras fluidas em relação ao seu antônimo; porém, essa visão apresenta em seu repertório a necessidade de passos menores para se chegar ao que chamamos de ideal: o reconhecimento. Esses passos, em algumas literaturas, imbricam-se com as novas formas de razões dadas à tolerância, o que será a seguir explicado de maneira mais clara.

Entre tolerar e respeitar, a diferença pode ser mínima, inexistente ou gigantesca, dependendo do viés, do objetivo do locutor e da visão da literatura acionada. O respeito, no trabalho, relaciona-se com as formulações de deliberação, o que implica no fato de que todas as opiniões devem ser contempladas, o convívio deve ser pacífico, a argumentação não ofensiva nem odiosa e a decisão deve ser tomada após reflexões. Já o reconhecimento, anteriormente explicado aqui como o ideal normativo, inclui todos os conceitos de respeito e, além disso, faz referência à garantia da legitimidade do direito do outro existir, por meio da convivência em harmonia com o diferente.

Habermas, em seu artigo *Intolerance and Discrimination* (2003), traça as origens da tolerância como uma política de abolição da monarquia por meio de sua transformação

em uma ferramenta fundamental para o pluralismo religioso em uma política democrática. O autor defende a ideia de que *Toleranz* não é o mesmo que a virtude do comportamento civil e é considerada central para a política liberal. O filósofo explica que há diferenças entre a ideia de virtude cívica e tolerância. Hoje, o termo tolerância é usado para designar os atributos políticos das nossas relações. Porém, para ele, o termo não deve ser confundido com uma simples vontade de “cooperar e comprometer”, já que a inclusão igualitária de todos os cidadãos deve ser universalmente reconhecida dentro de uma comunidade política, antes mesmo de esperarmos a tolerância mútua de um em relação ao outro.

Para Rainer Forst (2013), um estudo do termo tolerância nos leva a pensar que há um conflito em sua definição. Alguns afirmam que ser tolerante é tratar com respeito e entender as diferenças; no entanto, há uma vertente que acredita ser uma prática potencialmente repressiva. Forst reconstrói o discurso filosófico e político da tolerância desde a antiguidade. Apesar de a análise da pesquisa ser feita com a utilização das mídias digitais enquanto metodologias, as relações travadas ali também são enquadradas dentro da esfera pública. Sendo assim, as interações digitais e seus discursos de intolerância afetam os rumos ideológicos da sociedade, e, simultaneamente, são um reflexo dos perfis políticos contemporâneos.

Os regimes liberais e democráticos apresentam a tolerância como cerne de suas questões; portanto, é importante analisar os limites dessa tolerância, elaborados por Rainer Forst (2009). É fundamental para o trabalho discutir a ambivalência do conceito de tolerância, que ora a coloca como obediência cívica e aceitação ao outro, ora a delimita como um ato de apenas “suportar alguém”, o que pressupõe uma rejeição às ideologias ou modo de ser daquele indivíduo. Anna Elisabetta Galleotti (2004) propõe um passo adiante no ideal de igualdade e de respeito ao explicitar a tolerância como reconhecimento. Para ela, a tolerância pode ser definida tanto como princípio político que fundamenta a legitimidade política, quanto como um aspecto de justiça, ao admitir igual liberdade a todos.

Habermas (2003) coloca a intolerância lado a lado com a discriminação e define a tolerância como uma forma de aceitação de enunciados de validades mutuamente exclusivas. Conforme posição definida pelo autor, a ligação entre tolerância religiosa e desmoralização ocorre tanto na parte política, a partir de uma visão de mundo pluralista, quanto por parte da própria religião, que coloca como essência da sociedade seus princípios morais e legais. Ao explicar que só falamos em tolerância quando rejeitamos

as asseverações do outro, o autor explica que tolerar significa se dispor a neutralizar o impacto das dissonâncias cognitivas, a fim de resolvê-las.

A linha tênue dos sentidos atribuídos ao longo dos contextos históricos para o termo tolerância é milimetricamente traçada por Rainer Forst (2013). O teórico político alemão torna claro o conceito complexo de tolerância, de maneira a tocar nas feridas dos julgamentos e preconceitos enraizados. E, apesar de não superar as ambivalências do conceito, que se tornarão cada vez mais latentes, trazem-nas de forma transparente e esclarecida. Para ele, o discurso filosófico e político da tolerância deve ser reconstruído, e a análise sistemática das justificativas de tolerância deve ser considerada.

São propostos quatro concepções de tolerância: de permissão (tolerância como autoridade, em que a maioria garante às minorias a permissão para viver de acordo com suas convicções, desde que não seja questionado quem é autoridade); de coexistência (tolerância como meio para evitar conflitos); de respeito (tolerância como moral e respeito mútuo); e de estima (tolerância como forma de estimar as convicções do outro).

No levantamento histórico, essa distinção nos ajuda a entender como o conceito de tolerância pode se sustentar por duas coisas: pela luta contra o poder e contra a intolerância, e, ainda, ao mesmo tempo, pela prática de poder, por uma exigência de reconhecimento, e ainda também pela restrição desse reconhecimento, às vezes por uma forma de desprezo (como pensava Goethe) (FORST, 2013, p. 15. Tradução da autora)

Forst ainda trabalha no livro sobre o paradoxo da relativização da verdade. Ao colocarmos dois atores em jogo, com ideias divergentes, mas tolerantes em relação ao outro, partimos da premissa de que há duas verdades em questão. Colocar-se na posição de tolerante em relação ao outro significa considerar suas convicções como verdadeiras e não considerar as convicções do outro, partindo do fato de que se adota o caráter de aceitação do outro. Em outras palavras, existem duas verdades, mas só a minha que funciona. Assim se dá o paradoxo: existem duas verdades, mas uma não aceita a do outro. Forst aponta para as séries incumbências desse paradoxo em relação ao conceito de tolerância,

(...) pois equivale à demanda por um tipo de relativização e restrição de suas próprias convicções que não colocam fundamentalmente em questão a convicção de sua verdade – uma relativização sem relativismo, por assim dizer” (FORST, 2013, p. 23. Tradução da autora.)¹⁹

¹⁹ No original: “for it amounts to the demand for a kind of relativisation and restriction of one's own convictions which does not fundamentally place in question one's conviction concerning their truth - a *relativisation without relativism*, as it were. (FORST, 2013, p. 23 - grifo do autor)

Abranches (2019) dialoga com essa visão ao acionar Matthew D. Luttig para falar da necessidade de certeza como uma forma de ‘cabeça-durismo’, que “leva a um partidarismo rígido, acrítico, extremado, enviesado e intolerante” (p. 21). Para o autor, as pessoas constroem sua própria ideia do que é certo e do que é errado.

A partir da sugestão de um novo conceito para a tolerância, Anna Elisabetta Galleotti (2004) considera o ideal de respeito e igualdade, ao tratar a tolerância como reconhecimento, em seu sentido político. Para a autora, a negligência das diferenças tem como consequência efeitos impiedosos nos membros de grupos minoritários. Por isso, Larissa Cristine Daniel Gondim (2011) considera sua concepção de tolerância como positiva, política, referente às interações, inclusiva, mútua e recíproca, e, principalmente, a concretização do princípio da diferença.

Em contextos eleitorais, ao se discutir desafetos em relação aos partidos, as literaturas ligam à intolerância ao fato de não se escutar o que os adversários políticos têm a dizer (COLUMBIA, HUCKFELD, MUTZ apud FUKS *et al.*, 2018). Para Fuks *et al.* (2018), as conjunturas de crise do sistema político, aliada ao conflito político e social, levam as intolerâncias a apontarem para alvos mais convencionais, como os partidos. É o ódio ao partidarismo, descrito por Solano (2019) como antipartidarismo, uma das justificativas para o resultado eleitoral brasileiro de 2018.

A ascensão de líderes populistas ao redor do mundo, Donald Trump, nos Estados Unidos, Rodrigo Duterte, nas Filipinas, Viktor Orbán, na Hungria, Mateusz Morawiecki, na Polônia, Sebastian Kurz, na Áustria, Andrej Babis, na República Tcheca e Jair Bolsonaro, no Brasil, alia-se à busca pela homogeneidade do povo e à busca pela eliminação das individualidades. Para Mounk (2019), o que define o populismo, além do caráter de representação exclusiva do povo, é a resistência em tolerar a oposição ou em respeitar a existência de instituições independentes que colocam os populistas em confronto com a democracia liberal. O autor ainda descreve o que chama de revolta contra o pluralismo. Para ele, não há nenhuma dúvida sobre o quanto os partidos populistas fizeram do medo da imigração e da convivência com minorias étnicas como o ponto principal de sua plataforma.

Solano (2019) discorre que se trata da política da inimizade, em que o outro é negativo e ameaça minha forma de existência, sendo assim, deve ser eliminado. Para a autora, tal estratégia é um apelo ao medo e uma articulação dos afetos negativos como instrumento político. A política do “nós” e “eles”, braço da polarização social, é consequência do crescimento do populismo, já que, para essa prática política, quem pensa

de forma dissonante é considerado um inimigo a ser excluído, por representar uma ameaça à vontade única do povo. “A radical separação entre ‘nós aqui’ e ‘eles lá’ alimenta uma visão do outro fortemente estereotipada, preconceituosa e belicosa. Um ingrediente tóxico nas relações sociais e políticas” (ABRANCHES, 2019, p. 20). Abranches ainda coloca essa toxidade como causa para rompimentos de amizades, conflitos entre pessoas da mesma família e discriminação de todos que são considerados como “o outro lado” da discussão, fatos vividos pela população brasileira durante o período eleitoral de 2018²⁰. Para Mason (2018 apud ABRANCHES, 2019), tal ação é um tipo diferente de polarização social, já que envolve “preconceito político, raiva, entusiasmo e ativismo em favor da discriminação e do ódio e não de ideias e ideais” (p. 20)

1.6 Vale tudo pela liberdade de expressão?

Considera-se de fundamental importância que a abordagem do trabalho dialogue com os preceitos da liberdade de expressão, já que sua defesa incontestável é relacionada à contrariedade ao politicamente correto. Por conseguinte, os discursos politicamente incorretos, que podem se comportar de maneira intolerante e ofensiva, em certos momentos, embasam-se na liberdade de expressão como justificativa para adoção desses posicionamentos. De acordo com Kunelius (2016), a noção de liberdade de expressão deve nos ajudar a viver em um mundo culturalmente e politicamente hibridizado. Portanto, ele argumenta que é necessário defender tal liberdade sem perder a consideração pelos outros e seus valores.

É fato que a democracia liberal é pautada, sobretudo, pela defesa dos atos comunicativos. Além disso, a proteção da liberdade de expressão está associada diretamente à garantia da dignidade humana (ROTHENBURG e STROPPIA, 2015). Porém, de acordo com a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1995), a tolerância não deve, em nenhuma hipótese, ser invocada para justificar lesões ao reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana. “Em consonância ao respeito dos direitos humanos, praticar a tolerância não significa tolerar

²⁰ Mais informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/04/eleic-ao-abala-grups-de-amigos-e-familias-no-whatsapp-veja-historias-e-dicas-para-lidar-com-discordias.ghtm>. Acesso em: 05 de ago. de 2019

a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer concessões a respeito” (UNESCO 1995, p. 12). Nas democracias ocidentais, há o impasse dialógico sobre o significado da liberdade de expressão e sobre como ela deve ser regulada em uma sociedade democrática (LIMA E GUIMARÃES, 2013). Em conformidade com tal afirmação, Stroppa e Rothenburg (2015) reiteram que o contexto multicultural e o ambiente democrático impõem certos limites ao direito de se expressar. Independente do gênero, da classe, da raça, ou de outras diferenças, para os processos deliberativos (HABERMAS, 2011), todos os indivíduos têm direito à fala e devem ser ouvidos e respeitados da mesma forma. Todavia, o respeito se define como um dos princípios da democracia deliberativa e deve pautar as discussões da esfera pública. À vista disso, o discurso não deve ser um processo ofensivo e/ou intolerante.

Para Pereira e Caldas (2017), a defesa da legalidade da liberdade de expressão atrelada à disseminação de intolerâncias não faz sentido ao analisarmos determinados casos, já que o ataque aos déficits democráticos não é protegido pelo discurso da tolerância. Desse modo, os autores diferenciam a liberdade de expressão da expressão intolerante. Ao se tratar de mensagens que proliferam o ódio racial, a xenofobia, a homofobia, entre outros ataques intolerantes que estão além dos limites éticos sociais, Rothenburg e Stroppa (2015) também afirmam que o âmbito da proteção da liberdade de expressão não abarca a divulgação de discursos desse tipo, pelo fato de objetivarem a justificação da privação de direitos, da exclusão social, e, em alguns casos, até mesmo, da eliminação física dos já discriminados.

Ninguém pode ser livre à custa da liberdade de um outro. Pelo fato de as pessoas só se poderem individuar pela via da socialização, a liberdade de um indivíduo une-se à de todos os outros, e não apenas de maneira negativa, por meio de limitações mútuas (Habermas, 2002, p. 119)

O pensamento habermasiano, ao colocar a construção do indivíduo como dependente do processo de interação em sociedade, alega que a construção dos limites corretos é resultado de uma autolegislação exercida de forma coletiva. Para ele, em um sistema composto por livres e iguais, todos precisam se reconhecer como autores das leis as quais estão vinculados como destinatários, mesmo que individualmente. Assim, no processo democrático, a chave para a garantia de liberdades iguais é o uso público da razão, legalmente institucionalizado. Para John Dewey (1952), a liberdade tem posição de destaque para a pedagogia, princípios morais, e para a política. Segundo o pensamento deweyano, o processo de formação de valores e da moral deve ser fundamentado pela liberdade, a fim de que se chegue a uma resposta autônoma. Em relação à política, o autor,

um dos principais representantes da corrente pragmatista, coloca a liberdade como fruto do liberalismo. A obra de Dewey critica o liberalismo pelo fato de não proporcionar a liberdade e a democracia plenamente a todos os sujeitos.

Uma democracia pluralista, de acordo com a racionalidade da autogovernança, deve proteger a liberdade de expressão, desde que esta não defenda o discurso de ódio (FELDMAN, 2013). Kunelius (2009) aborda sobre a importância da compreensão do valor epistemológico da liberdade de expressão. Para o autor, deve ser possível falar sobre argumentos incorretos alegando que certos atos de fala são injustificados. Como já mencionado neste trabalho, para conceituações jurídicas, o discurso de ódio é aquele que é intolerante em relação aos grupos vulneráveis e minoritários. Entretanto, Ruthenburg e Stroppa (2015) ponderam acerca de um discurso como sendo de ódio ou não. Para os autores, é necessário levar em consideração, além da severidade da ofensa e do seu grau de generalidade, o autor do ato, o contexto, a situação da vítima, a forma de divulgação do discurso e a probabilidade que o proferimento possa estimular um real risco de dano.

Os autores ainda citam, de forma crítica, o julgamento do politicamente correto, que, por vezes, configura certas mensagens como discursos de ódio. Para eles, “somente as manifestações explícitas e que tenham aptidão para ocasionar atitudes e práticas discriminatórias estão fora do âmbito de proteção da liberdade de expressão” (RUTHENBURG e STROPPIA, 2015, p. 465). Entretanto, como definir o que são práticas discriminatórias? A questão se faz relevante ao refletir sobre a oportunidade de os ofendidos reclamarem e serem realmente ouvidos em esfera pública das ofensas, em um contexto de virada conservadora no país, em que as diferenças são negligenciadas e a sociedade é tratada como homogênea. Qualquer forma de ódio destinada a grupos estigmatizados causa danos ao movimento de reconhecimento das lutas identitárias.

Regular o uso da linguagem, bem como definir quem tem o direito de utilizá-la são condutas delimitadas por relações de poder desde os primórdios das práticas democráticas. Há um menosprezo pela luta coletiva nos argumentos de quem defende a liberdade de expressão como direito imutável contra a ditadura do politicamente correto dos movimentos identitários (SOLANO, 2019). Assim, colocam-se os movimentos como “exagerados, violentos, causadores de problemas, exibicionistas demais” (SOLANO, 2019, p. 319).

Para muitos, elas surgem como uma oportunidade para destilar ódio e violência em nome de uma pretensa liberdade de expressão. Para outros, trata-se de uma investida estéril que toca apenas a superfície do problema social abarcado pela discriminação e pelo preconceito. [...] aqueles que defendem o direito à liberdade de expressão sentem-se tolhidos por uma camisa de força que os impede de apregoar antigos modos de se

referir a determinados grupos sociais, modos que em si mesmos não denotariam preconceito, dado que nada mais fariam do que ecoar expressões inocentes ou tradicionais. Afinal, que problema haveria em elogiar a beleza de uma mulher, mesmo que isso a incomode, satirizar com desrespeito os gestos afeminados de homossexuais ou, ainda, dizer num momento de descontração que algo malfeito é sempre “coisa de preto”? (RAMOS, 2017, p. 43).

Para Ruthenburg e Stroppa (2015), a interdição dos debates, na prática, deve seguir lado a lado à criação de políticas públicas que se preocupem com a inclusão de sujeitos historicamente excluídos na esfera pública, a fim de se enfrentar o preconceito e se construir uma sociedade que respeite a diversidade no Brasil.

Apesar de as articulações entre os discursos desrespeitos/intolerantes e entre os limites não impostos à liberdade de expressão apresentarem-se como fenômenos contemporâneos, eles são discutidos desde os tempos do Iluminismo, com Voltaire, por exemplo. É importante ressaltar que essa liberdade não deve ser tratada como um direito fundamental absoluto e que esses discursos discriminatórios devem ser enfrentados. Há a iminência de movimentos²¹ que atuem na luta contra esses discursos proferidos nas redes, o que reafirma a necessidade de discutirmos o fenômeno. Banks (2010) afirma que redes sociais, como o Facebook e o Myspace, tornaram-se espaços em que racistas e grupos extremistas de extrema-direita espalham sua propaganda, transmitindo ideias e crenças e mobilizando para mobilizações e comícios. O autor confere o aumento do ódio *online* ao fato de haver dificuldades no policiamento de tais atividades, já que a *Internet* permanece, em grande parte, não regulamentada. Por meio da ligação entre lei, tecnologia, educação e orientação há a chance de se alcançar a redução na disseminação do impacto do discurso de ódio *online*, sem afetar de forma negativa o livre fluxo de informações pela Internet, ainda de acordo com Banks (2010).

A problematização acerca do direito à liberdade de expressão não deve perder de vista as assimetrias sociais que perpassam as configurações estruturais brasileiras. Sendo assim, as intolerâncias de grupos opressores, ao serem destinadas a grupos vulneráveis, não devem ser justificadas sob o argumento do direito às liberdades individuais, já que ferem liberdades coletivas.

Com o intuito de se desenvolver as controvérsias que envolvem o politicamente correto e a regulação discursiva, o presente capítulo atendeu às necessidades do trabalho

²¹SaferNet Brasil - associação civil de direito privado com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil. (<https://new.safernet.org.br/>)

Treataqui.org - iniciativa de um conjunto de entidades para facilitar a judicialização de manifestações de violência de gênero nas redes sociais e politizar esse tipo de discurso, talvez até criando jurisprudência. (<https://www.treataqui.org>)

de discutir epistemologicamente as intolerâncias, a liberdade de expressão e a esfera pública, já que a noção do que as pessoas têm sobre o politicamente correto afeta a opinião pública. Do mesmo modo, fez-se também necessário traçar a conjuntura sociopolítica brasileira que antecedeu o resultado das urnas de 2018, a fim de se compreender certas premissas que envolvem o contexto eleitoral, objeto do presente trabalho. Para alicerçar de maneira mais consolidada o processo analítico dos argumentos contrários ao politicamente correto e suas articulações, o próximo capítulo faz um apanhado histórico brasileiro, de forma a tratar o mal-estar da regulação discursiva, já explicado neste capítulo como um dos sintomas do conservadorismo brasileiro.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DO POLITICAMENTE INCORRETO: UM RELATO SOBRE O BRASIL

A indisposição que se instala nos discursos explicitamente politicamente incorretos tem relação com o incômodo referente à politização da palavra e da fala, ou, ainda, a algo que é visto como caráter individual. Em um país onde ouvem-se e consideram-se naturais locuções como: “inveja branca”, “dia de preto”, “humor negro”, “não seja uma mulherzinha”, “judiação”, entre outras muitas expressões politicamente incorretas, não se pode negar que a língua não é neutra. A língua conta nossa história e revela traços do que é ser brasileiro. Para a antropóloga Lilia Schwarcz (2019), há uma mitologia nacional de que nosso povo possui características como tolerante e pacífico. Porém, a autora afirma que nossa nação é muito mais excludente do que inclusiva. Outrora visto e posicionado como cordial, o brasileiro hoje tira suas máscaras e se revela intolerante, acarretando a possível erosão da cultura cívica, “o que eram antes manifestações recônditas e apenas furtivas, agora viraram ocasiões para o orgulho e a autocelebração” (SCHWARCZ, 2019, p. 215).

Para ilustrar o apontamento feito por Schwarcz (2019), cabe lembrar o episódio recente, de abril de 2018, da vitória²² de Paula von Sperling na 19ª edição do Big Brother Brasil, programa cujo ganhador é o competidor que conquista mais apelo popular. A participante proferiu, durante o programa, declarações racistas e se manifestou contrariamente ao politicamente correto. Para anunciar sua vitória, o apresentador Tiago Leifert não só a elogiou por adotar esse posicionamento, como afirmou: "Vence quem teve a audácia de ser imperfeita". Nesse caso, a participante foi aclamada por ter tido a audácia e a ousadia de ser desrespeitosa. A coragem de ser politicamente incorreta. A aversão ao outro, em esfera pública, ou até mesmo privada, pode ser alvo da rede de vigilância do politicamente correto. O Brasil assiste a diversos casos em que muitas pessoas, sejam elas humoristas ou até mesmo políticos, adotam posicionamentos desrespeitosos, politicamente incorretos e até intolerantes em relação ao outro. Portanto, somos um país que sofre do mal-estar da regulação discursiva.

²² Disponível em <https://diversao.r7.com/tv-e-entretenimento/vitoria-de-paula-no-bbb-representa-derrota-do-politicamente-correto-13042019>. Acesso em: 03 de jun. de 2019

O deputado Zeca Dirceu (PT-PR) referiu-se²³ ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, como “tigrão” e “tchutchuca” em sua fala durante a audiência pública da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, no ano atual. O então Presidente da República, Jair Bolsonaro, afirma-se explicitamente politicamente incorreto, fato que será melhor trabalhado no próximo capítulo, e foi condenado²⁴ em ação por danos morais por ter falado, em 2014, que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) “não merecia ser estuprada por ser muito feia”. O humorista Danilo Gentili foi condenado²⁵ por injúria à deputada federal Maria do Rosário, após publicar, em 2016, uma série de tuítes chamando a deputada de “falsa”, “cínica” e “nojenta”. Em 2017, o Ministro Roberto Barroso afirmou²⁶ que o ex-presidente do STF, Joaquim Barbosa, era um “negro de primeira linha”. Esses e outros casos contemporâneos foram alvos das disputas discursivas que envolvem o politicamente incorreto.

Neste capítulo, a fim de se compreender a relação do brasileiro com tal fenômeno do mal-estar da regulação discursiva, será apresentado um breve resumo da conjuntura brasileira no que diz respeito aos termos politicamente correto e politicamente incorreto. Embora a dissertação trate do contexto eleitoral, é importante abordar a dimensão do humor em relação ao tema. Isso porque pessoas e grupos que apoiam expressões politicamente incorretas frequentemente argumentam que essas expressões são divertidas e desafiadoras de regras e de sentidos convencionais na sociedade, assim como o humor. Por isso, o capítulo aponta a afinidade eletiva entre o PC e o humor dito como transgressor, a fim de investigar a relação existente entre a conjuntura política e os padrões comportamentais, fato tal que se apresenta como interesse da pesquisa. Além disso, serão apresentadas as três diferentes perspectivas diante do politicamente correto e das agendas dos Direitos Humanos, por parte dos três candidatos aqui analisados da corrida presidencial de 2018, bem como de seus partidos. Ciro Gomes conhecido por seu discurso “sem papas na língua”; Fernando Haddad por defender causas humanitárias; e Jair Bolsonaro por se autodeclarar politicamente incorreto.

²³ Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/03/deputados-chamguedes-de-tigrão-com-aposentados-e-tchutchuca-com-ricos.htm>. Acesso em: 03 de jun. de 2019.

²⁴ Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-que-bolsonaro-pague-inde-nizacao-maria-do-rosario-em-ate-15-dias-23689618>. Acesso em: 03 jun. 2019.

²⁵ Disponível em <https://veja.abril.com.br/entretenimento/danilo-gentili-e-condenado-a-seis-meses-de-prisao-em-caso-maria-do-rosario/>. Acesso em: 03 de jun. de 2019.

²⁶ Disponível em <https://www.geledes.org.br/o-racismo-que-escapole-no-discurso-politicamente-correto-do-minisbtro-barroso/>. Acesso em: 03 de jun. de 2019.

2.1. Seria mesmo o brasileiro um povo cordial?

Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda escreveu *Raízes do Brasil*, livro em que descreveu o “homem cordial”. Retratado como um espelho fiel do brasileiro, tal homem é de origem patriarcal, afável, e, ao mesmo tempo, violento e de herança rural. Seguindo tal conceituação, Schwarcz (2019) afirma que a cordialidade descrita por Holanda (1936) se refere a algo que evita as hierarquias para, no silêncio, reafirmá-las. Tomando por base tais retratos construídos, percebe-se que vários estudiosos (FREYRE, 1933; HOLANDA, 1936; JÚNIOR, 1942; DA MATTA, 1997) se debruçaram na construção de uma identidade para o povo brasileiro. Por isso, nesta seção, será apresentada uma discussão sobre a agenda de defesa dos direitos humanos e sobre as mudanças no discurso brasileiro, que irá contribuir para o embasamento da proposta do fenômeno do mal-estar da regulação discursiva no Brasil. Tal discussão partirá da percepção de que a hospitalidade e a generosidade do brasileiro são virtudes que, conforme interpreta Schwarcz (*ibid.*), não significam apenas boas maneiras ou civilidade, já que são ilusórias na aparência. Os anos de colonização aos quais o Brasil foi submetido, segundo a autora, nos levam a uma reflexão sobre um padrão de comportamento do brasileiro, em relação à negação da violência, da intolerância com o outro, com o diferente, por meio de uma máscara que legitima a dominação, e, por vezes, até a elogia, concomitantemente ao passo que a minimiza. Segundo Schwarcz, nosso país nunca se guiou pela defesa da inclusão de todos, mas, em vez disso, orientou-se pela submissão, mesmo que isso custasse a extinção de diversas culturas. “Trata-se de uma tentativa de definir o país a partir de suas ambiguidades, retirando delas ou suavizando toda a carga violenta” (SCHWARCZ, 2019, p. 210). Em síntese, quando a negativa não permite a visibilidade do confronto, ela pode se definir como uma intolerância.

No lugar do chamado pela antropóloga de “ritual da tolerância”, passa-se a colocar em prática o oposto: muitos brasileiros optam por desfilarem suas intolerâncias, sem se preocupar com a definição pacífica anteriormente a eles atribuída, mesmo que essa fosse de fachada. “O fenômeno dessas polaridades produz, por seu turno, uma lógica de ódios e afetos que contamina não só a compreensão e a avaliação das instituições públicas mas também o dia a dia das relações pessoais” (SCHWARCZ, 2019, p. 212).

Para o filósofo Renato Janine Ribeiro (1992) apud Possenti e Baronas (2006), o movimento do politicamente correto é resultado da organização de minorias. Ele ainda afirma que, se o movimento é fraco no Brasil, significa que as minorias no país são pouco organizadas. Para fins de análise e comparação, é válido lembrar que Ribeiro escreveu tal texto em 1992, e, hoje, diferentemente do que foi dito, os grupos vulneráveis já se organizam de forma mais sistemática, por meio dos processos de empoderamento, como é o caso, por exemplo, do movimento feminista com a Marcha das Vadias – protesto contra o machismo e sobre a crença da subordinação corporal da mulher; com o movimento *#Metoo* – contra o assédio sexual e a agressão sexual; com a mobilização sul-americana *#NiUnaMenos* – contra a relativização da cultura do estupro e da violência contra a mulher, entre outros.

Na América Latina, a agenda de defesa e garantia dos direitos humanos foi vivida tardiamente; porém, no Brasil, a questão da denúncia e da adoção de uma nova postura perante à valorização dos direitos humanos foi tratada com reações diferentes, se comparadas a outras países latino-americanos (FREIRE *et al.*, 2018, P. 3). Com o processo de transição brasileira, os movimentos de defesa de direitos humanos começaram a ampliar sua área de atuação, levando a temática também aos presos comuns, conforme descrevem Freire *et al.* (2018), o qual ainda afirmam que, por isso, criou-se a imagem de que ser favorável aos DH é o mesmo que defender bandidos (Caldeira, 1991 apud Freire *et al.*, 2018). “Essa imagem foi construída com a ajuda incondicional da mídia que, no Brasil, é uma das maiores responsáveis pela criminalização dos direitos humanos” (FREIRE *et al.*, 2018, p. 4).

A discussão de Direitos Humanos é relevante para nossa pesquisa já que a regulação discursiva garante o respeito a esses direitos universais, e o fenômeno do mal-estar incentiva o desrespeito ou mesmo a intolerância a certos grupos. Ao realizar um breve histórico da noção de direitos humanos no contexto brasileiro, Oliveira (2013) reconhece que há uma evolução no plano jurídico em relação à promoção dos direitos humanos no Brasil. Entretanto, há uma distância entre o chamado “Brasil legal” do “Brasil real”, à medida que o país enfrenta desigualdades sociais e econômicas, além de preconceitos, posturas conservadoras e diversas maneiras de discriminação (OLIVEIRA, 2013). A autora descreve que, apesar de o termo “direitos humanos” ter sido utilizado apenas na década de 1960, já em 1930, é possível perceber sua existência, com a promulgação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) realizada pelo governo de Getúlio Vargas. Na época, a conquista dos direitos humanos se limitava aos direitos

trabalhistas, conforme explica Oliveira (2013). As ações em prol dos direitos humanos, após a redemocratização do país, em 1985, tornam-se mais plurais e constantes. A autora ainda utiliza as palavras de Mondaini (2009) para afirmar que, durante a segunda metade dos anos 1980, o Brasil passou a viver uma “Era dos Direitos”, já que houve um processo de amadurecimento da democracia. Na época, segundo Oliveira:

Há uma proliferação de vários grupos e movimentos sociais que lutam por diversas causas, e é elaborada a Constituição Federal, em 1988, considerada um marco para o estabelecimento do Estado Democrático de Direito e um avanço para a luta de direitos humanos (OLIVEIRA, 2013, p. 31).

De acordo com Paulo Sérgio da Costa Neves (2002 apud Oliveira, 2013), há três concepções sobre direitos humanos no Brasil: a visão ampliada, alinhada aos direitos sociais a às minorias; a perspectiva que liga os direitos humanos aos direitos políticos e civis; e o que restringe os direitos humanos, e, dessa forma, eles passam a ser negados a determinadas parcelas da sociedade. Para Freire *et al.* (2018), há uma nítida ligação entre os longos anos de ditadura vividos pelo Brasil e a criação da cultura avessa aos valores humanos. “Negados pelas elites os mesmos [*direitos humanos*] emergem para o século XXI através de lutas que revelam os limites da democracia no Brasil” (Freire *et al.*, 2018, p. 5).

Para nossos propósitos, interessa destacar que há pouco mais de 130 anos, nossa nação ainda respirava as amarras do sistema escravagista. Por isso, em uma sociedade como a brasileira, de raiz violenta, autoritária e, ainda hoje, desigual, a construção democrática passa por trajetos voláteis, tortuosos e por diversos pontos altos e baixos de inversões antidemocráticas (STARLING, 2019; AVRITZER, 2019). A partir de 2013, conforme descreve Starling (2019), assistimos a um crescimento das tentativas de fraudar a história para torná-la ferramenta de contestação de conflitos políticos. O Partido Nazista era de esquerda? Os negros foram as pessoas que mais escravizaram negros? O que aconteceu em 1964 foi um golpe ou uma revolução? Essas e outras questões foram levantadas como arranjo de disputas ideológicas. “Fraudar fatos é uma boa maneira de se investir contra a democracia” (STARLING, 2019, p. 342).

As fraudes, assim como as negações do conflito e das diferenças, lesionam o estado democrático de direito. Para Schwarcz, esse processo foi intensificado em 2016, desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que, segundo a autora, foi o período no qual: “destampou-se o caldeirão dos ressentimentos, que desaguou numa política deliberada de ódios e polarizações” (p. 217).

Ainda sobre a regulação discursiva, o jornalista e pesquisador Ferreira (2006), ao tratar sobre a construção e a desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa, traça uma revisão histórica da relação entre o politicamente correto com a mídia impressa brasileira. O autor conta que, a partir de 1988, a imprensa se depara com novas realidades: as consequências do processo de redemocratização, que inclui a liberdade de imprensa depois de mais de vinte anos de ditadura; e a crescente pauta étnica no país, devido a eventos como os cem anos da Abolição da escravatura no Brasil (1888-1988), a elaboração da nova Constituição e a organização mundial contra o apartheid. O então deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) criou um anteprojeto que propunha que crimes raciais se tornariam imprescritíveis e inafiançáveis no país, o qual foi aprovado pela Câmara dos Deputados Federais em setembro de 1988, estimulando ainda mais a discussão sobre o racismo como pauta jornalística. Para Ferreira (2006), o grande desafio da imprensa era em relação à “dança dos termos”. Foram criados manuais de redação que abordavam o que era o politicamente correto no meio jornalístico, alertando sobre forma e conteúdo para referir ao afrodescendente, e também em relação a outros grupos minorizados. Nara Lya Cabral Scabin (2018) se debruça sobre matérias jornalísticas publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo entre 1991 e 2016 que se mobilizaram pela questão do emprego do “politicamente correto”. Após as análises, a autora, dentre outros resultados, identificou as mudanças semânticas verificadas nos usos da expressão no decorrer dos anos.

Segundo Ferreira (2006, p.84), “Presente no debate nacional e esboçado nos manuais de redação, o politicamente correto passou a ser massificado e, também, equivocadamente ridicularizado”. Para o autor, apesar de o PC ser muito falado por todos, ainda é pouco entendido. No Brasil, é comum a utilização do termo como um sinônimo para censura, ou mesmo quando se intenta ridicularizar uma situação relativa a uma minoria. De acordo com o autor, o PC “Tornou-se um termo polissêmico e negativamente adjetivado. Há até os que se orgulham de se autoproclamarem ‘politicamente incorretos’” (FERREIRA, 2006, p. 84). O pesquisador ainda aponta o fato de a pragmática do uso do politicamente correto ter implicado em medidas consideradas pouco populares, como a remodelagem dos currículos, livros didáticos, fixação de novos limites para o que dizem os meios de comunicação de massa e a diligência na substituição de alguns termos.

Com o passar do tempo, o país passou a trilhar seus caminhos. Diversos pesquisadores compartilham a visão de que, hoje, o brasileiro não esconde seus posicionamentos intolerantes, politicamente incorretos, assim como o mal-estar que sente

em relação à regulação discursiva (RAMOS, 2017; SCHWARZ, 2019, *etc.*). Em 2009, Leandro Narloch lançou o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. O livro trouxe negações de diversas afirmações que compõem a história do país. Além disso, foram lançadas continuações da obra: *Guia Politicamente Incorreto da América Latina* (NARLOCH e TEIXEIRA, 2011); *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia* (PONDÉ, 2012); *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo* (NARLOCH, 2013); *Guia Politicamente Incorreto do Futebol* (ROSSI e MENDES JÚNIOR, 2014); *Guia Politicamente Incorreto do Sexo* (PONDÉ, 2015); *Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira* (NARLOCH, 2015); *Politicamente Incorreto: o Guia dos Guias* (NARLOCH, 2015); *Guia Politicamente Incorreto dos Presidentes da República* (SCHMIDT, 2016); *Guia Politicamente Incorreto dos Anos 80 Pelo Rock* (LOBÃO, 2017); *Guia Politicamente Incorreto da Política Brasileira* (DA SILVA, 2018).

No *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, Narloch (2009) deixa claro seu objetivo ao dar outros olhares às histórias já contadas. Em sua sinopse, afirma: “É hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta”, “Só erros das vítimas e dos heróis da bondade, só virtudes dos considerados vilões”. Para o autor, os professores de história reproduziram concepções defasadas (RAMOS, 2015). Ele ainda afirma que guias desse tipo não são novidades e que Narloch segue a linha da editora americana Regnery Publishing, que publica, desde 2004, uma coleção que tem por finalidade denunciar o PC, presente em narrativas históricas criadas por historiadores e professores, em relação aos Estados Unidos, ao feminismo, ao Islã, ao socialismo, entre outros temas. “Na contramão dos ‘esquerdistas’ que mentem, estes politicamente incorretos se autodenominam científicos, adeptos à verdade histórica, sem ideologias” (RAMOS, 2015, p. 351). Para a historiadora, Narloch, em sua narrativa, consegue mobilizar diversas conexões com o leitor, familiarizadas com suas experiências e saberes que circulam na sociedade e que estão relacionados aos interesses de certos nichos sociais.

2.2 O humor transgressor

Levando o tema da regulação discursiva para a área do entretenimento, muito se assiste em relação ao debate sobre o politicamente correto e os humoristas. As fronteiras entre questões notadamente políticas do reino jurídico ou político-institucional formal e aquelas não vistas como políticas se tornam, muitas vezes, tênues.

O documentário “Rindo à Toa – Humor sem Limites”²⁷, dos diretores Cláudio Manoel, Álvaro Campos e Alê Braga, retrata o humor no início da redemocratização no Brasil, de 1985 ao começo dos anos 2000. No período, o politicamente correto sofreu ataques por todos os lados. Programas como Casseta & Planeta, TV Pirata, entre outros, são abordados no filme. Com a abertura da política brasileira, surge uma nova vertente do humor nacional. “Depois de anos de não poder nada, a nossa geração veio dizendo ‘chega’!”, afirma o ator Miguel Falabella; “A gente achava um máximo essa coisa de ser incorreto”, diz o humorista Cláudio Manoel; “Eu acho que o discurso humorístico não é um discurso neutro”, alega a cartunista Laerte. Essas foram algumas das falas encontradas no documentário. Nele, humoristas tratam sobre os desafios de realizar humor em uma época em que a criatividade era censurada e como esse processo de abertura política influenciou na, também, escassez ou até falta de limites para o humor. Era como se tudo fosse permitido após se passar por anos de ditadura no país.

Para Carrico (2018), é paradoxal a relação entre alguns artistas que sofreram a censura da ditadura e sua defesa ao, conforme chamado pelo autor, patrulhamento do PC. Para ele, a censura antes era de ordem política e moral e, atualmente, é de ordem social. “Naqueles anos, ela era oficial, mas hoje parece insinuar-se subliminarmente entre os pares do meio artístico, temerosos da reprovação recíproca” (CARRICO, 2018, p. 100).

Ainda olhando para as relações contemporâneas com o politicamente incorreto, continua-se assistindo a valorização desse tipo de discurso no humor. Danilo Gentili, humorista de *stand-up* e apresentador do programa de *talk-show* The Noite, no SBT, é nacionalmente conhecido por ser adepto ao politicamente incorreto e por suas piadas de repúdio aos direitos humanos (SANTANA e LEAL, 2019). Autor de piadas racistas, misóginas, gordofóbicas, o humorista já proferiu declarações do tipo:

²⁷ Disponível em <https://guia.folha.uol.com.br/cinema/2019/05/documentario-nacional-debate-politicamente-correto-e-apresenta-humor-do-pos-ditadura.shtml>. Acesso em: 03 de jun. de 2019.

Figura 1 – Danilo Gentili faz piada gordofóbica no Twitter



Fonte: Facebook

O humorista é apresentador do espetáculo de *stand-up comedy* dedicado inteiramente à política: o “Politicamente Incorreto”. Para ele, tudo vale em nome da comédia, e o comediante está acima de tudo, como afirmou em entrevista ao programa do Roberto Justus, em 2012²⁸. “Quantas bananas vc quer para deixar essa história pra lá?” – disse ao responder a um empresário negro no Twitter. Para Santana e Leal (2019), que traçaram uma análise do discurso politicamente incorreto na atual mídia humorística televisiva brasileira, a piada, qualquer que seja, não é inocente, ela se faz através de discursos que reafirmam determinadas práticas da sociedade em um contexto definido. Gruda (2013 apud SANTANA e LEAL, 2019) afirma que o discurso materializado em simples piadas está coberto por intenções silenciadas por pressões culturais.

Ainda de acordo com os autores, o humor transgressor sem reflexão se transforma em um humor politicamente incorreto acrítico, passível de se tornar uma problemática, pois tal subversão pode estar “a serviço de uma moral predeterminada que não questiona seus próprios valores” (*ibid.*, 2019, p. 379). Tal humor acrítico, ao provocar gargalhadas das plateias, aciona o inconsciente, já que os públicos passam a tornar aceitáveis considerar as ofensas e as discriminações como atitudes banais (SANTANA e LEAL, 2019). Além disso, em relação ao humorista em questão, Danilo Gentili, os autores dissertam sobre o fato de se notar uma evidente desinformação acerca dos conceitos do

²⁸ Programa Roberto Justus +, da Rede Record, exibido no dia 04/06/2012. Acontecimento disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5GZA6rZOwFk>.

materialismo histórico, bem como sobre concepções políticas ditas socialistas, visto que o apresentador propaga ofensas à esquerda e ao socialismo como um todo.

O problema maior se dá quando tal humor ganha espaço em contextos midiáticos nacionais, como é o caso de Danilo Gentili, que está à frente do programa *The Noite* há cinco anos em um canal de TV aberta. Santana e Leal (*ibid.*) alertam para a preocupação da disseminação desse tipo de humor politicamente incorreto acrítico, que acabam acarretando, por exemplo, episódios em que jovens se mostram revoltados pela opressão sofrida pelos brasileiros heterossexuais, brancos e de classe-média. “A influência deste tipo de mídia humorística televisiva vem causando a naturalização de discursos que perpetuam ainda mais valores de ideologias dominantes numa sociedade que já é profundamente reacionária e conservadora” (SOUZA, 2012 apud SANTANA e LEAL, p. 392, 2012). Em controvérsia a essa linha de raciocínio, para Carrico (2018), o riso, a priori, não tem uma função pedagógica. Para ele, a justiça da causa da correção política não é suficiente para resolver o problema do preconceito, nem atenuar as violências sofridas pelas minorias. Portanto, Carrico se mostra contrário à posição emancipatória que possui a regulação discursiva ao pautar as injustiças e culpabilizá-las.

Quem sabe se injuriar minorias (negros, mulheres, gays, idosos) não é, por contraste, uma maneira de gritar a injúria que eles tanto sofrem? Por que, ao invés de pensarmos as designações rebaixadoras como formas de afirmação do preconceito, não podemos considerá-las ocasiões de denúncia? Ao proibir os artistas – e comicos, em especial – de utilizar a linguagem corrente e a representação de situações cotidianas como crítica às mazelas que castigam esses sujeitos, a *political correctness* pode animar o ódio daqueles que são censurados nas mais diversas manifestações de sua criatividade e abafar uma das melhores capacidades do humor, a de criticar (CARRICO, 2018, p. 106 – grifo nosso).

Com essa afirmação do autor, recai-se novamente à discussão do limite da liberdade. Como já discutido neste trabalho, por mais livres que sejam os atos de fala, defendidos em nome do sistema democrático, é equivocado se utilizar dos argumentos da liberdade de expressão para se justificar as ofensas e as intolerâncias aos grupos estigmatizados. Esses grupos minoritários já sofrem com a realidade social ao qual são obrigados a conviver. Logo, a ofensa destilada pelo opressor não se constitui como humor.

2.3 Eleições 2018: três perspectivas sobre direitos humanos e sobre o politicamente correto

Discutir acerca do linguajar e do posicionamento politicamente correto de políticos não é novidade no Brasil. Em 2000, conforme contam Pissenti e Baronas (2006), ocorreu uma polêmica sobre o uso da palavra “mulato” pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), na época candidato à presidência. Diversas reações discordantes foram desencadeadas após o emprego do termo, vindas de movimentos organizados e de pessoas que estavam dispostas a fazer parte do debate. Para os autores, essa discussão se define como um momento em que “forças sociais que agem com e sobre a linguagem explicitam suas posições, apelando para argumentos de várias ordens, alguns supostamente científicos.” (PISENTI e BARONAS, 2006, p. 54).

Em paralelo ao exposto, em 2018, os três protagonistas da corrida presidencial se apresentam com três perspectivas distintas diante do ser ou não politicamente correto, bem como defronte às defesas ou não dos direitos humanos. Ciro Gomes é conhecido por seu discurso “sem papas na língua”; Fernando Haddad por ser defensor das causas humanitárias; e Jair Bolsonaro por se autodeclarar politicamente incorreto. Nesta seção, serão apresentadas as três vertentes dos candidatos e de seus partidos.

2.3.1 Jair Bolsonaro e o Partido Social Liberal

Deputado federal por sete mandatos, desde 1991, Jair Messias Bolsonaro se formou na Academia Militar das Agulhas Negras e serviu ao Exército Brasileiro, em 1977. Em março de 2016, 39 anos após sua carreira militar, Jair Bolsonaro foi anunciado como pré-candidato à Presidência do Brasil pelo Partido Social Cristão. Todavia, em uma mudança em sua candidatura, no ano de 2018, filiou-se ao Partido Social Liberal e lançou sua campanha ao lado de Hamilton Mourão, general reformado e vice de sua chapa, da qual se retirou durante o processo de escrita desta dissertação, iniciando a criação de seu partido chamado Aliança pelo Brasil²⁹.

Jair Bolsonaro (ex-PSL), em suas estratégias de marketing político, utilizou-se da cultura do politicamente incorreto para alcançar seu protagonismo (DI CARLO e

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

KAMRADT, 2018) e, dessa forma, assim como o uso de outros artifícios, conquistou boa parcela de brasileiros que já estavam imbuídos de uma visão também contrária ao PC.

É importante lembrar que os valores associados a Jair Bolsonaro dialogam com as literaturas do conservadorismo e que a figura do chamado “cidadão de bem” foi acionada, como aquele que almeja justiça, manutenção da ordem e não ambiciona grandes mudanças (BAPTISTA *et. al.*, 2018).

Na Figura 2, vemos uma publicação de Jair Bolsonaro em que o então candidato diz:

- a inversão de valores e o politicamente correto implementados propositalmente provocam o caos social justificando ações exclusivas do “estado-mãe”. O socialismo nos sufoca por todos os lados, com o único intuito de moldar pessoas como cordeirinhos, física e psicologicamente, para que sejamos dominados sem resistência. (BOLSONARO, 2018)

Na publicação, há um vídeo em que é feita uma comparação entre a questionabilidade ao estímulo de armas de fogo por crianças e a relação das crianças com um corpo nu, episódio visto na performance “La Bête”, por exemplo. O evento em pauta foi alvo de polêmicas por parte de grupos conservadores e gerou debates de intolerâncias e, até mesmo, de censura em relação a manifestações artísticas (SANGLARD *et al.*, 2019).

Figura 2 – Publicação da página de Bolsonaro sobre o politicamente correto. Data da publicação: 30/08/2018

449 mil visualizações · há ± 9 meses ·

- a inversão de valores e o politicamente correto implementados propositalmente provocam o caos social justificando ações exclusivas do “estado-mãe”.

- O socialismo nos sufoca por todos os lados, com o único intuito de moldar pessoas como cordeirinhos, física e psicologicamente, para que sejamos dominados sem resistência.

Fonte: Facebook

Bolsonaro, ao mobilizar reações adversas ao politicamente correto, aciona também o antipetismo das classes médias (DI CARLO E KAMRADT, 2018); porém, para os mesmos autores, apesar de Jair Bolsonaro movimentar a cultura do politicamente incorreto como estratégia política, ele não surge do vazio. O então presidente é porta-voz de uma cultura já trabalhada nos últimos anos pelos meios de comunicação e pelo mercado editorial. A cultura do politicamente incorreto visa restabelecer o *status quo* ameaçado pela emergência das minorias. Assim como descreve Jessé de Souza (2017), sempre irão haver instituições que lutam pela manutenção do *status quo*, que se seguram no medo provocado pela possível e imaginada perda de privilégios.

Segundo Solano (2019), assistiu-se no Brasil a transformação da insatisfação em potência eleitoral. “O marketing de Bolsonaro consegue transformar o antigo deputado federal numa figura *antimainstream*, capaz de capturar o voto de protesto, frustração e raiva contra o sistema político” (SOLANO, 2019, p. 313). Mounk (2019) sustenta que, durante a campanha, o candidato demonstrou claramente suas semelhanças com o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Partido Republicano), e com o Primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán (Fidesz). Alinhado a essas referências, o capitão reformado do Exército se autodeclarou como o único representante verdadeiro do povo e nomeou seus adversários como traidores ilegítimos. Além disso, Mounk (2019) também afirma que, como eles, Bolsonaro atacou as instituições do país, chegando, até mesmo, a elogiar a ditadura militar.

“Vamos fuzilar a petralhada” foi uma das frases proferidas³⁰ por Jair Bolsonaro em seu período de campanha eleitoral. Tais afirmações confirmam o fato de que o candidato do PSL considerava seus adversários como inimigos a serem eliminados, e, ainda, é um dos indícios do caráter populista do atual presidente do país. Segundo Mounk (2019), o populismo pode ser definido como a reivindicação da exclusividade representativa do povo e pela “relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes que com tamanha frequência põe os populistas em rota de colisão direta com a democracia liberal” (MOUNK, 2019, p. 10).

Para Luciano Bivar, Presidente Nacional do Partido Social Liberal (PSL), Bolsonaro representa “o que há de mais verdadeiro e contundente contra o *statu (sic) quo*, contra o

³⁰Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em: 05 de ago. de 2019

politicamente correto”³¹. O político ainda afirma que o fato de o capitão falar o que pensa é o motivo pelo qual a maioria o admira. Segundo informações explícitas no *site*³² do partido PSL, um dos compromissos fundamentais do grupo é: “j) combate à censura, ao constrangimento e aos desequilíbrios morais e sociais decorrentes do discurso ‘politicamente correto’”. Portanto, é nítido o posicionamento adotado pelo PSL perante ao PC, visto que, segundo o partido, a adoção de tal postura incorre em instabilidades públicas.

Ainda enquanto pré-candidato à Presidência da República, Bolsonaro já se revelava crítico ao politicamente correto. Para ele, a questão do ódio não é uma problemática no país, e o politicamente correto deve ser excluído das agendas de preocupação, assim como o “mimimi”³³.

No meu tempo de moleque, chamava você de gordinho, quatro olhos, não tinha problema nenhum. O gordinho, geralmente, quando ia para pelada, você chamava de gordo, ele saía na pancada. Hoje, o gordinho virou mariquinha. Vamos acabar com essa frescura. Isso não é o problema do Brasil. [...] Essa questão de ódio é secundária” (BOLSONARO, 2018).³⁴

No dia 6 de janeiro de 2018, o agora chefe de Estado publicou³⁵ em sua página do Facebook: “Não pode haver Direitos Humanos para bandidos. /- Quanto mais direitos para eles, mais violência para os cidadãos de bem” (BOLSONARO, 2018). A partir de tal publicação, é válido empreender aqui, novamente, alguns pontos concernentes aos direitos humanos. Freire *et al.* (2018) chamam atenção para a relação que se ouve entre os direitos humanos e os direitos de bandidos. Jair Bolsonaro, em seu discurso de posse da Presidência em 2019, “definiu os direitos humanos como uma *‘ideologia que descriminaliza bandidos, pune policiais e destrói famílias’*” (SILVA, 2019, p. 134). Segundo Freire *et al.* (2018 e 2014), atualmente, o enfrentamento da criminalidade é considerado uma guerra, e, nesse caso, os defensores dos direitos humanos passam a ser vistos como traidores, que, em vez de protegerem a sociedade, defendem o “inimigo”, já que “na percepção dessas pessoas, os supostos delinquentes não fazem parte do coletivo de cidadãos e, portanto não possuem direito a terem direitos” (FREIRE *et al.*, 2018, p. 4)

³¹ Disponível em: https://pslnacional.org.br/?page_id=186. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

³² Disponível em: https://pslnacional.org.br/?page_id=27. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

³³ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mencoes-a-esquerda-seguranca-e-fim-do-mimimi-chamam-a-atencao-no-discurso-de-bolsonaro,70002668775>. Acesso em: 07 de ago. de 2019.

³⁴ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/hoje-o-gordinho-virou-mariquinha-di-z-bolsonaro-ao-criticar-politicamente-correto.shtml#_. Acesso em: 07 de ago. 2019.

³⁵ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=982726631876323_. Acesso em: 07 de ago. de 2019.

2.3.2 Fernando Haddad e o Partido dos Trabalhadores

Fernando Haddad, advogado e professor de Ciência Política na Universidade de São Paulo, foi escolhido como substituto de Luiz Inácio Lula da Silva na corrida eleitoral de 2018. Antes disso, o candidato ocupou cargos políticos como: Ministro da Educação nos governos Lula e Dilma Rousseff; prefeito da cidade de São Paulo; integrante do Ministério do Planejamento no governo Lula; entre outros, sendo considerado apto para lançar sua candidatura pelo PT.

Em comparação a Jair Bolsonaro, Haddad apresentou³⁶, em sua campanha, propostas diferentes para os direitos humanos. O candidato petista destacou a necessidade de assegurar avanços no campo social, e, em seu plano de governo, pontuou o início de um novo período histórico de afirmação de direitos. O político salientou no material que mulheres e negros, duas maiorias da população brasileira, seriam grandes alvos na atual crise do país. Para ele, o combate ao racismo e ao machismo seria estratégico para a construção de uma democracia mais assertiva. Por isso, deixou clara sua intenção de implementar uma conferência nacional popular de direitos humanos, com o intuito de incluir e promover os direitos de todos os setores que lutam – “as juventudes, a população LGBTI+, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos do campo, das florestas e das águas” (PLANO DE GOVERNO FERNANDO HADDAD, p. 7).

Os discursos proferidos pelo candidato lançado pelo PT apresentavam um avanço para o próprio partido político. Em 2004, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi criada a *Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos*, com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que tinha como secretário Nilmário Miranda (PT). Elaborada pelo jornalista Antônio Carlos Queiroz, a cartilha tinha como objetivo colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos, incentivar o debate e fomentar a reflexão. A escolha do título se deu devido à intenção de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade dos considerados diferentes. “De nada adianta praticar nossa indignação moral diante da televisão, protestando contra limpezas raciais e

³⁶ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-e-haddad-tem-propostas-antagonicas-para-direitos-humanos>. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

discriminações pelo mundo afora, se não ficarmos atentos ao preconceito nosso de cada dia” (PINSKY, 1993 apud QUEIROZ, 2004, p. 6).

Na cartilha, são explicados os equívocos da utilização de certas expressões, como: “a coisa ficou preta”, “baianada”, “cabeça chata”, “comunista”, “de menor”, “esclerosado”, “fanático”, “farinha do mesmo saco”, “fascista”, entre outros. Foram, no total, 96 verbetes, os quais foram ridicularizados entre a população e, até mesmo, entre os ministros³⁷, e, a pedido do presidente Lula, retirados de circulação na mesma semana de sua publicação (POSSENTI e BARONAS, 2006). Sobre esse episódio, a mídia ainda afirmou³⁸ que o próprio presidente utilizava em seus discursos algumas expressões desaconselhadas pela cartilha, sendo endossada pelo *O Guia do Politicamente Incorreto dos Presidentes da República*, de Paulo Schmidt (2016), que conta ainda outras histórias que ligam a figura do ex-presidente Lula a atos considerados incorretos³⁹, como relações sexuais com animais e aproveitamento de viúvas. Apesar disso, é válido lembrar que o guia não apresenta pesquisa com rigor científico, mas foi utilizado a fim de desvalorizar a cartilha proposta pelo então governo vigente.

Para além do caso do ex-Presidente, dentro da discussão da relação do Partido dos Trabalhadores (PT) com o posicionamento politicamente correto, o ex-Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, Aldo Rebelo (SDD), que já chefiou quatro ministérios nos governos do PT, afirma⁴⁰, em tom crítico, que a esquerda trocou a causa nacional pelo politicamente correto. Rebelo diz ter se afastado da esquerda pelo fato de as agendas identitárias e o multiculturalismo ter ganhado muita importância nas agendas. Na Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores⁴¹, o partido demonstra sua preocupação com a desigualdade de classes e ainda afirma: “O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo”.

³⁷ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI526576-EI1194,00vCartilha+do+politicamente+correto+e+ridicularizada.html>. Acesso em: 07 de ago. de 2019.

³⁸ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI527178-EI1194,00.html>. Acesso em: 07 de ago. de 2019.

³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2016/03/1755537-lula-transou-com-animal-e-tirava-proveito-de-viuvras-desamparadas-revela-livro.shtml>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

⁴⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/bbc/2018/05/14/esquerda-trocou-causa-nacional-por-politicamente-correto-diz-aldo-rebelo.htm>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

⁴¹ Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

2.3.3 Ciro Gomes e o Partido Democrático Trabalhista

Ciro Ferreira Gomes, diferente de seus concorrentes aqui citados, nas eleições de 2018 já havia enfrentado a disputa presidencial em outras ocasiões: 1998 e 2002. O então advogado e professor universitário foi prefeito de Fortaleza, Ministro da Fazenda, Governador do Ceará, deputado estadual, entre outros cargos ocupados. Atualmente, Ciro é vice-presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT) nacional.

O pedetista é conhecido por seu despudor em falar o que pensa. Por sua fala descomedida, Ciro coleciona aproximadamente 80 processos⁴², em sua maioria ligados a danos morais, calúnia e difamação. Em junho de 2018, o, na época, pré-candidato à presidência ganhou destaque ao chamar o vereador de São Paulo, Fernando Holiday (DEM), de “capitãozinho-do-mato”, em um programa da rádio Jovem Pan. Pela atitude, Gomes foi condenado⁴³ com uma indenização no valor de 38 mil reais por danos morais. Neste ano, o pedetista fez novamente⁴⁴ tal afirmação em relação ao vereador, em entrevista ao programa Morning Show, da rádio Jovem Pan de São Paulo. Suas palavras foram: “É um capitão do mato. Capitão do mato nazista. Simples assim. Que venham os processos” (CIRO, 2018).

Em sua campanha no ano 2002, o pedetista declarou⁴⁵: “A minha companheira tem um dos papéis mais importantes, que é dormir comigo. Dormir comigo é um papel fundamental”(CIRO, 2000). Após sua fala, Ciro foi acusado de ser machista, fato que sua campanha se empenhou⁴⁶ em explicar, sob a justificativa de que Ciro sempre garantiu a representatividade feminina em suas gestões. Além dessa polêmica, Ciro já esteve envolvido em outras questões relacionadas ao politicamente incorreto. Em 2013, ao criticar⁴⁷ os separatistas do sul do país, ele afirmou: “As pessoas que defendem isso têm um desvio homossexual” (CIRO, 2013).

⁴² Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2018/desbocado-ciro-gomes-coleciona-polemicas-e-processos-ha-decadas-12102018>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

⁴³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/02/ciro-gomes-e-condenado-a-indenizar-vereador-que-chamou-de-capitaozinho-do-mato.shtml>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

⁴⁴ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2019/06/5657179-ciro-volta-a-chamar-fernando-holiday-de--capitao-do-mato.html>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

⁴⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3108200217.htm>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

⁴⁶ Disponível em: <https://todoscomciro.com/anti-fake-news/ciro-machista/>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

⁴⁷ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR76838-5856,00.html>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

A fim de esclarecer as controvérsias criadas pelo candidato, o *site*⁴⁸ de sua campanha declarou que: “Trata-se, de modo geral, de um líder político atento à promoção da igualdade social, aos direitos das minorias, à valorização da diversidade (‘investimento em gente’) como fundamento para um projeto de desenvolvimento nacional”. De maneira análoga a essa vertente descrita de Ciro Gomes, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) tem como princípios descritos em seu manifesto as seguintes causas: compromisso com as crianças e jovens de nosso país, com os interesses dos trabalhadores, com a mulher, com a causa das populações negras, com as populações indígenas, com a defesa da natureza brasileira e da soberania nacional.

Em suma, este segundo capítulo do trabalho teve como objetivo traçar um breve histórico do politicamente incorreto dentro da narrativa e do contexto do país. O brasileiro, outrora visto como povo cordial e apaziguador, também foi alvo de problematização, visto que, atualmente, vê-se o caráter intolerante do brasileiro cada vez mais patente, principalmente, durante período eleitoral, recorte analítico da dissertação. Além disso, o capítulo também descreveu as diferentes perspectivas dos direitos humanos e do politicamente correto adotadas pelos três principais atores das eleições de 2018, bem como de suas filiações partidárias: Jair Bolsonaro e o Partido Social Liberal; Fernando Haddad e o Partido dos Trabalhadores; Ciro Gomes e o Partido Democrático Trabalhista. Com o objetivo de situar a pesquisa no campo das plataformas digitais, no próximo capítulo, coloca-se o Facebook como ambiente de discussão política. Ademais, o terceiro capítulo, a partir do Facebook, traça as estratégias discursivas dos candidatos em período eleitoral.

⁴⁸ Disponível em: <https://todoscomciro.com/pnd/diverdisidade-igualdade-genero/>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

CAPÍTULO 3: FACEBOOK E O CONTEXTO ELEITORAL

A intenção do presente capítulo, ao elucidar o papel das plataformas digitais, mais precisamente do Facebook, enquanto lugar de conversação política, é justificar a escolha do *corpus* de análise: os comentários em páginas do Facebook de três candidatos à Presidência em período eleitoral. Aqui, examinamos o Facebook como ambiente de comunicação política, apresentamos alguns dados sobre a plataforma, indicamos a definição de conversação política que guia nosso trabalho e, ainda, esclarecemos as relações existentes entre conversação política informal, democracia e internet. Por fim, discutimos também a prestabilidade das plataformas para as campanhas eleitorais. Para tanto, traçamos, brevemente, as características das candidaturas em questão – Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes – via Facebook, a fim de que, por último, possamos elucidar as hipóteses de pesquisa desta dissertação.

3.1 Conversações políticas *online*

Configurada enquanto um direito democrático, o princípio da liberdade de expressão, já descrito no primeiro capítulo desta dissertação, torna possível que o discurso político ganhe a participação ativa dos cidadãos, que agem sem medo de censura ou outros tipos de retaliações, seja do governo, seja da sociedade (AKDENIZ, 2002; BHUIYAN, 2011; EMERSON, 1963; POST, 1990; VAN MILL, 2002; DASTGEER, 2017). A ideia de esfera pública habermasiana (já retratada também no primeiro capítulo) está ligada ao momento em que os cidadãos começaram, no século XVIII, a discutir seus problemas e adversidades em encontros sociais, a fim de que suas vozes fossem ouvidas por autoridades. Hodiernamente, a partir dessa visão, diversos autores sugerem que a internet possibilita uma extensão das esferas públicas (DAHLBERG, 2001; BRUNS, HIGHFIELD, 2016; ROSSINI, 2017a), já que, como explica Rossini (2017a), ao oferecer diversas arenas discursivas, esse espaço digital permite que os cidadãos interajam tanto com pessoas conhecidas, quanto com indivíduos que não fazem parte dos seus círculos sociais. Para ela, de acordo com as visões de Bruns e Highfield (2016), refletir acerca das transformações contemporâneas das esferas públicas é importante na medida em que engloba um sistema dinâmico e complexo de interações sociais e discussões públicas que podem acontecer no ambiente virtual.

Mais do que propor distinções entre as esferas públicas "reais" e "virtuais", e preciso considerar que os públicos se tornam cada vez mais dispersos e que as discussões transitam entre diferentes ambientes – sejam eles on- ou off-line. Ademais, também é preciso reconhecer que as discussões mediadas em plataformas digitais podem ser caracterizadas por formas de expressão e normas de interação distintas daquelas esperadas em interações face-a-face, tanto em virtude das características técnicas do ambiente mediado – tais como a interação assíncrona, a possibilidade de anonimato e a moderação das discussões – como em razão da natureza das interações sociais nestes espaços – frequentemente estabelecidas entre laços fracos ou previamente inexistentes (BAYM, 2010) (ROSSINI, 2017, p. 11).

Ao ganhar corpo por meio das plataformas digitais, as conversações políticas cotidianas são caracterizadas como interações entre cidadãos que possuem certas perspectivas de preferência e interesses comuns (HIGHFIELD, 2016; ROSSINI, 2017). Esses canais de comunicação atuam como atividades fundamentais para a democracia, visto que são predecessoras de outras maneiras mais sofisticadas de engajamento e participação política (ROSSINI, 2017).

Para Barber, como explica Rossini (*ibid.*), o protagonismo político deve ser concedido, também, às interações cotidianas, pois “No coração da democracia, está a conversa” (BARBER, 2003, p. 173). O cientista político atribui três estruturas a uma democracia forte pautada na conversação política: a necessidade de ouvir; o afeto alinhado à cognição; e o papel social da conversação política, relacionado à capacidade de transformar intenções em ações. Para Datsgeer (2017), alinhada aos pensamentos de Wodak (1989), o discurso político é uma forma de discurso público que lida com questões sociopolíticas em uma sociedade democrática, e, acionando Sullivan *et al.* (1993) e Mill (1884-1973), a autora ainda argumenta que discussões políticas envolvem exposições a perspectivas politicamente diferentes, para que os indivíduos possam comunicar essas diferenças.

Rossini (2017a), ao intencionar compreender as características e especificidades da discussão política em ambientes mediados, discute o fato de que a internet, enquanto “meio de meios”, oferece oportunidades para que os cidadãos participem de conversações políticas, dado que é um ambiente vantajoso para a construção de diversas dinâmicas da esfera pública. A interação por meio das plataformas digitais ocorre em dois níveis: entre os usuários e o conteúdo divulgado e entre os próprios usuários, o que se define como um conversação (DAHLGREEN, 2005; MITOZO *et al.*, 2017). As conversações políticas, quando encontram seu caminho nas plataformas digitais, trazem como resultado uma reinterpretção das questões relacionadas à liberdade de expressão, esfera pública e discurso político, pois, além de poderem participar ativamente de tais discursos com

outros cidadãos, as tecnologias de comunicação digital também permitem que os cidadãos, agora, possam interagir com atores políticos e com a mídia noticiosa em grandes escalas (VERGEER, 2012; WALLACE, 2009; DASTGEER, 2017). Segundo também descreve Dastgeer (2017), a esfera virtual – aqui entendida como uma extensão da esfera pública, não como uma esfera distinta da “real” – é um novo mercado de ideias, no qual os cidadãos se envolvem na troca de pensamentos e opiniões, com o propósito de trazer mudanças em suas sociedades. Similarmente, Maia e Rezende (2015) explicitam a argumentação de como o uso das plataformas digitais alterou drasticamente a infraestrutura da conectividade social, tornando o ambiente político mais complexo.

Para além disso, ainda há a discussão que aborda as capacidades deliberativas produzidas pela conversação política cotidiana. Para Mitozo *et al.* (2017), o advento da internet, enquanto extensão da esfera pública, pode trazer a reciprocidade, como, por exemplo, a disponibilidade dos interlocutores para reagir de alguma forma ao argumento alheio. Além disso, para Stromer-Galley e Wichowski (2011) apud Rossini (2017a), a conversação política permite que os indivíduos dialoguem acerca de suas perspectivas e suas opiniões e descubram os problemas da coletividade. Por meio dessas vantagens, tais interações contribuiriam de maneira positiva para uma democracia mais deliberativa (MANSBRIDGE, 1999; PARKINSON e MANSBRIDGE, 2012; ROSSINI, 2017a). É válido ressaltar, entretanto, que, apesar da deliberação ser um pano de fundo teórico que embasa as discussões nesta dissertação, não há, aqui, a preocupação em medir a qualidade dos discursos travados *online*, pelas seguintes razões:

- Primeiro, o fato de o mal-estar da regulação discursiva não tratar apenas do ato de ofensa a alguém, mas sim das circunstâncias que envolvem o questionamento em relação à veracidade da ofensa – por meio da questão: “isto é mesmo uma ofensa?”. Assim, olhamos, aqui, para um discurso metalinguístico, um discurso que fala do próprio discurso, com um conteúdo que se porta antideliberativamente. Por isso, a deliberação será importante para o viés normativo da questão, apesar de não ser nosso objetivo medir a qualidade dessas conversações, e sim a maneira como são acionados os argumentos pelos indivíduos.
- Segundo, a limitação dos dados raspados do Facebook (conforme será melhor descrito no capítulo sobre metodologia) não permitiu que aprendêssemos as conversações completas – formadas por comentários e suas respectivas respostas.

Ademais, não busca-se, aqui, explorar a ecologia complexa das redes, como fizeram diversos autores (PAPACHARISSI, 2010; WALTHER *et al.*, 2011; MAIA, 2014-2015), visto que o foco é apenas nas interações via Facebook.

Tais premissas teóricas apontadas acima nos levariam a dizer que as discussões políticas *online*, no mínimo potencialmente, seriam positivas para a democracia (MUTZ, 2006; NIR, 2014; ROSSINI, 2017a); todavia, as plataformas digitais também são utilizadas pelos cidadãos para destilar ódio, preconceito, intolerâncias, automutilação e, sobretudo, para indispostos à regulação discursiva proposta neste trabalho. Ainda, conforme disserta Abranches (2019), o uso cívico das plataformas digitais, apesar de ser importante, ainda não conseguiu se representar enquanto uma via principal do debate político digital, já que está repleto de discurso de ódio e difamação, “seja por indivíduos raivosos ou por milícias digitais” (ABRANCHES, 2019, p. 19).

Há a crença de que os regimes democráticos oferecem iguais oportunidades de participação para todos, em uma chamada esfera pública ideal.

Nessa esfera pública ideal, todos respeitam as ideias, crenças, valores e outras diferenças de todos, e não há discriminação contra indivíduos e grupos com base nas diferenças demográficas e no domínio social e político (PAPACHARISSI, 2002) (DASTGEER, 2017, p. 39, tradução nossa⁴⁹).

Entretanto, o que se entende, nesta pesquisa, é que as pessoas usufruem dessa “democracia”, dessa “esfera pública ideal democrática”, para agirem de maneira não democrática, ao serem intolerantes e desrespeitosas umas com as outras. O mal-estar da regulação discursiva, a partir do momento em que prevê que os indivíduos não conseguem se ajustar, se adequar a um padrão que respeita as diferenças, que se interessa e se importa com os grupos estigmatizados, e, principalmente, com os direitos humanos, também é um fator que corrói os preceitos democráticos.

Há, inclusive, outras ressalvas ao se idealizar o ambiente *online* como “esfera pública ideal”, perfeita e democrática. Tratando-se do Brasil, um país subdesenvolvido e emergente, a internet ainda não é acessível para todos. De acordo com pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)⁵⁰, em 2018, do total da população brasileira, 76% já acessou a internet e 24%

⁴⁹ No original: “In such an ideal public sphere, everybody respects everybody else’s ideas, beliefs, values, and other differences, and there is no discrimination against individuals and groups on the basis of demographic differences and social and political dominance (Papacharissi, 2002)” (DASTGEER, 2017, p. 39)

⁵⁰ Disponível em: <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/individuos/C2A/>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

nunca acessou a internet. Dos usuários, 43% utilizam-na pelo computador e 97% pelo celular, sendo que 3% só usufruem pelo computador, 56% só pelo celular e 40% têm acesso a ambos. Alguns indivíduos brasileiros têm acesso à internet apenas por meio das redes *wifi* gratuitas, espalhadas em alguns pontos – que raramente funcionam com qualidade positiva, pois o País possui uma precária infraestrutura virtual. Por isso, para além de acreditarmos no potencial transformador dos ambientes *online* para a democracia, é ilusório crer em uma esfera pública virtual como solução dos desafios de participação política social efetiva (NARDIN e ARAÚJO, 2013).

3.1.1 Campanhas eleitorais e plataformas digitais

Devido às justificativas mencionadas, entendemos, nesta pesquisa, o Facebook como uma extensão das esferas públicas contemporâneas, visto que é um ambiente onde ocorrem conversações políticas. A plataforma foi criada em 2004, por Mark Zuckerberg e pelos cofundadores Dustin Moskovitz, Chris Hughes e Eduardo Saverin. Segundo informações disponibilizadas⁵¹ pelo próprio Facebook, em 2017, 2 bilhões de pessoas eram usuárias ativas. O Brasil é o terceiro país com o maior número de usuários do Facebook, ficando atrás apenas dos norte-americanos e dos indianos. Em janeiro de 2019, eram mais de 130 milhões⁵² de usuários brasileiros no Facebook. A plataforma é líder⁵³ em relação ao número de usuários de *sites* de redes sociais, são 2,3 bilhões de usuários entrando na plataforma todo mês, sendo 1,5 bilhão de acessos diários. O grupo de Zuckerberg atualmente é proprietário também do Instagram e do WhatsApp.

Para Panke e Thauany (2013, p. 181), “a possibilidade de utilização de uma plataforma de abrangência nacional considerável, a um custo baixo de investimento, faz do Facebook uma mídia essencial para campanhas eleitorais e uma vertente a ser ainda mais explorada para as próximas eleições”. E, de fato, a plataforma – e outras – têm sido consideravelmente exploratórias para o andamento das eleições atuais. Nas eleições de 2018, conforme levantamento feito pelo Datafolha⁵⁴, a maioria dos eleitores (68%)

⁵¹ Disponível em: <https://about.fb.com/company-info/>. Acesso em: 19 de dez. de 2019.

⁵² Disponível em: <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/brasil-e-o-3-pais-com-o-maior-numero-de-usuarios-do-facebook-02032019>. Acesso em: 19 de dez. de 2019.

⁵³ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/facebook-chega-26-bilhoes-de-usuarios-no-mundo-com-suas-plataformas>. Acesso em: 17 de dez. de 2019

⁵⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/datafolha-quantos-eleitores-de-cada-candidato-usam-redes-sociais-leem-e-compartilham-noticias-sobre-politica.ghtml>. Acesso em: 19 de dez. de 2019.

possuía conta em alguma rede social. Os números entre os mais jovens (93%), os mais instruídos (94%) e entre os mais ricos (92%) são maiores. Outro dado revelou que o WhatsApp, na época, era a plataforma mais popular: 66% dos eleitores tinham conta no aplicativo. Em relação aos candidatos mais bem colocados – atores analisados aqui nesta dissertação – os eleitores de Jair Bolsonaro têm o índice mais alto de usuários de alguma rede social: 81%, contra 59% entre os eleitores de Fernando Haddad e 72% entre os eleitores de Ciro Gomes. Segundo a pesquisa, entre os eleitores de Bolsonaro também são mais altas as taxas de leitura de notícias sobre política e eleições no WhatsApp (57%) e no Facebook (61%) e o compartilhamento de notícias.

Desde as eleições presidenciais de 1998, no Brasil, as campanhas políticas migraram para o espaço *online*, por meio da empregabilidade de *sites* de candidatos e de partidos como repositórios de informação para a imprensa e para os eleitores, com pouco ou nenhum espaço dedicado à interação (MARQUES e SAMPAIO, 2013; ROSSINI *et al.*, 2016). Rossini *et al.* (2016) alegam que, apesar de o Orkut ter sido utilizado nas eleições presidenciais de 2004 e nas municipais de 2006, a campanha presidencial de 2010 foi a primeira a usufruir oficialmente das plataformas digitais, após a regulamentação do emprego das ferramentas digitais em período eleitoral, resultado da minirreforma eleitoral de 2009.

Nas eleições de 2018, foram reduzidas as restrições legais às campanhas *online*, e, na época em questão, passou a ser permitido o “impulsioneamento de conteúdo”, que funciona como propaganda paga na internet, devido às novas regras editadas pelo Congresso Nacional em 2017 (Lei 9.504/97) (ITUASSU *et al.*, 2019). Ao ampliar o foco da campanha digital, as plataformas de mídias sociais, mais do que informar, seguiam no sentido de mobilizar os eleitores e de estimular simpatizantes para o compartilhamento de conteúdo (AGGIO, 2015; GILMORE, 2012; GOMES *et al.*, 2009; ROSSINI e LEAL, 2013; ROSSINI *et al.*, 2016). Além disso, de acordo com Aggio (2010), a adoção da comunicação digital possibilitou que candidatos e partidos de menor influência pudessem compensar a escassez de tempo e espaço nas mídias tradicionais, bem como a limitação de recursos financeiros para a criação de outros materiais.

Outra questão que vale ser apontada aqui são as chamadas campanhas permanentes, impulsionadas por meio da utilização da ambiência digital como fonte de relacionamento entre político e cidadão (RIBEIRO e POZOBON, 2019). Para Ribeiro e Pozobon (*ibid.*), como o ideal da aceitação pública vai para muito além do período

eleitoral, a campanha permanente se refere à formulação de estratégias por parte dos atores políticos com o objetivo de construir e manter o apoio da população.

Jennifer Stromer-Galley, em sua obra *Presidential Campaigning in the Internet Age* (2014), debruçou-se a estudar a relação entre os DCTs (*Digital Communication Technologies*) e as campanhas eleitorais, analisando as estratégias, estruturas e táticas. Para ela, a comunicação bidirecional criada por meio do uso dos DCTs, que envolve as próprias campanhas e seus apoiadores, pode acabar descentralizando tais ações eleitorais, anteriormente configuradas hierarquica e controladamente, envolvendo, assim, os cidadãos comuns no trabalho de campanha. Entretanto, a autora alerta para a linha argumentativa de que considerar a utilização dos DCTs por campanhas políticas como uma via amplamente democrática é incorreto. A pesquisadora caracteriza a democracia em conformidade com os outros autores já acionados neste capítulo, sob o viés da ampla participação dos cidadãos, com igualdade entre as diversas vozes. Porém, em vez disso, conforme descreve Stromer-Galley, as campanhas políticas, sobretudo as presidenciais, são assuntos antidemocráticos. Elas não desfrutam dos DCTs em seu potencial de envolver e conectar as pessoas diretamente. “De fato, o objetivo de uma campanha presidencial não é envolver genuinamente os cidadãos como atores iguais. Em vez disso, o envolvimento do cidadão na campanha historicamente tem sido e continua sendo um meio para um fim: vencer a eleição para o candidato” (STROMER-GALLEY, 2014, p. 2, tradução nossa⁵⁵).

Em concordância aos pensamentos de Stromer-Galley (*ibid.*), Ribeiro e Pozobon (2019) aplicam as palavras de Marques (2016) para defender a ideia de que a utilização da internet como ferramenta nas campanhas está ligada apenas à estratégia de formação das imagens dos candidatos. Sendo assim, as estratégias digitais, com foco na ampliação do alcance das mensagens e na obtenção de doações (BIMBER E COPELAND, 2013; GOMES *et al.*, 2009; STROMER-GALLEY, 2014; VERGEER *et al.*, 2013; ROSSINI *et al.*, 2016) acabam não tornando as campanhas mais suscetíveis aos interesses dos cidadãos (ROSSINI *et al.*, 2016). As configurações e *affordances* das próprias plataformas moldam, de certa forma, as interações dos candidatos com seus públicos, uma vez que, como afirma d’Andréa (2018), as plataformas se portam, muitas vezes, como instigadoras de novas disputas e conflitos. A polêmica que envolveu o Facebook com a

⁵⁵ No original: “Indeed, the purpose of a presidential campaign is not to genuinely engage citizens as coequal actors. Instead, citizen involvement in the campaign historically has been and continues to be a means to an end: winning the election for the candidate” (STROMER-GALLEY, 2014, p. 2)

vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016, é um exemplo disso, já que a plataforma não impediu, nem sequer dificultou, a circulação de desinformações no período. “A controversa campanha populista de direita estava centrada no Facebook e é acusada de ter desenvolvido práticas de desinformação e estratégias ilegais de *big data*” (ITUASSU *et al.*, 2019, p. 16).

Alguns pesquisadores se debruçaram a estudar as campanhas eleitorais em outras plataformas, além do Facebook. Para Rossini *et al.* (2017b), o Twitter e o Facebook são usados de diferentes maneiras pelas campanhas políticas, sendo mais provável que os candidatos usem o Twitter para atacar seus oponentes e para publicar mensagens persuasivas focadas nessa questão. Ribeiro e Pozobon (2019), ao olharem para o Instagram, alegam que a plataforma corrobora com a personalização das campanhas eleitorais, dado que disponibilizam os perfis pessoais dos candidatos, e não um “perfil de campanha”.

3.2 Estratégias discursivas dos candidatos no Facebook

O local de veiculação do discurso eleitoral influencia diretamente no conteúdo da mensagem disseminada, pois permite adaptações de formato, tempo e outros recursos de linguagem (PANKE e THAUANY, 2013). Segundo Panke e Thauany (*ibid.*), o discurso eleitoral apresenta atributos peculiares, como projeção do futuro ideal e aplicação intensa do apelo emocional. Entre as suas características discursivas, os autores destacam: a personalização – determinante nas aparições do candidato, que, ao simular uma conversa com o eleitor, conjuga os verbos em primeira pessoa; a possibilidade de segmentação de público; a ligação simbólica manifestada pelos códigos de linguagem; a integração entre candidatos e eleitores; e o compartilhamento e participação (*ibid.*). De acordo com os autores (*ibid.*), os conteúdos publicados no Facebook podem ganhar diversas formas de visibilidade, apoio e propagação através dos “compartilhamentos” e da opção “curtir”.

Em uma candidatura eleitoral, presume-se que o ato de um seguidor curtir determinado *post* significa apoio às ideias e à candidatura em si. Deste modo, pode-se conceituar como característica do discurso eleitoral no Facebook o fenômeno chamado de ‘índice de adesão’: apoios explicitados pelos apoiadores ao ‘curtir’ conteúdo veiculado pelo candidato no Facebook (PANKE e THAUANY, 2013, p. 165).

Entretanto, ainda para os autores, o compartilhamento não tem o mesmo efeito, visto que, não necessariamente, demonstra um apoio. Alguém pode compartilhar uma publicação do candidato para criticar ou questionar.

Empreendemos uma pequena investigação sobre as publicações dos candidatos em pauta – Jair Bolsonaro (PSL, no período eleitoral), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) – em período eleitoral, dentro do *corpus* específico⁵⁶ desta pesquisa, composto por 2.669 comentários. Já que o engajamento nas plataformas digitais são entendidos como microatos de participação política (MARGETTS et al, 2016; CARVALHO, 2018), levamos em conta as publicações do Facebook que receberam maior número de reações, através dos *stickers* de “curtir”, “amei”, “haha”, “raiva”, “uau”, “triste” e “gr”. Apesar de as publicações com mais comentários serem mais interessantes para a própria plataforma, pois geram maior engajamento, e, conseqüentemente, aumentam a popularidade do *post*, aqui, nessa microanálise, atentou-se para as publicações com maior índice de reações, entendidas como expressões emocionais dos usuários na rede social (CARVALHO, 2018). O motivo para tal é o fato de o Python – software utilizado para a organização dos dados – disponibilizar os números de reações dos *posts*, e não o número total de comentários.

Consoante a performatividade defendida por Goffman (1959), pessoas estão sempre construindo sua presença em público. Nos desempenhos exibidos via plataformas de mídias sociais, isso, certamente, não se configura de maneira diferenciada. Dessa forma, compreende-se que a atuação dos usuários no Facebook pode-se representar como um retrato enquadrado da realidade. Rogers (2016, p. 3) afirma que “as interações virtuais suscitam mais interações reais e não um isolamento” O autor ainda defende a ideia de que as identidades se alicerçam tanto no ambiente *online* quanto no *offline*. Apesar de as configurações das redes conduzirem as conversações como são, deve-se lembrar que os traços digitais são criados por pessoas.

Bolsonaro teve, entre suas publicações com maior número de reações, publicações com os seguintes temas: atentado sofrido pelo candidato; apoio de pessoas famosas; ataque ao PT; ataque à corrupção e ao crime; aparições na imprensa; mensagens com apelo ao nome de Deus; proferimentos relativos à necessidade de “devolver o Brasil aos brasileiros de bem” e da conquista da independência dos brasileiros, entre outros temas.

⁵⁶ É importante lembrar que o *corpus* da dissertação é composto pelos comentários filtrados pelas palavras-chave: politicamente correto, politicamente incorreto, frescura, firula, mimimi, discurso bonito, vitimismo e vitimização.

O candidato utilizou, em suas estratégias, mais vídeos ao vivo e textos corridos (sem uso de imagens), de acordo com tais publicações de maior reação do *corpus* específico da pesquisa. O que se pode presumir, em relação a Bolsonaro, é que sua campanha aplicou estratégias para levar o público a entender que ele era o responsável pelas publicações: que ele mesmo dialogava com seus eleitores e pares, de forma simples e sem muitos artifícios. Tal método de tratar o ator político como indivíduo qualquer da sociedade, expondo-o também por meio do enquadramento de sua vida cotidiana, é denominado personalização da política, estimulado a partir do enfraquecimento de frentes partidárias, pela inclusão de estratégias intensificadas pelas inovações tecnológicas e pelo foco da mídia nos líderes individuais (RIBEIRO e POZOBON, 2019). Tal método é visto na campanha de Bolsonaro, que não deu muita ênfase ao seu partido da época – PSL. A campanha do candidato se centrou no uso das mídias sociais, especialmente, no WhatsApp e no Facebook (ITUASSU *et al.*, 2019), e focou as estratégias em sua própria imagem. Para Ciocari e Persichetti (2018, p. 60), na mídia tradicional, o candidato aparece como um “parlamentar polêmico raivoso e um militar estatizante. Nas suas mídias sociais trabalha uma imagem de quem defende os valores da família e da sociedade”.

A publicação no Facebook com maior número de reações de Bolsonaro, dentro do nosso *corpus* – com um total de 714 mil reações – foi o vídeo ao vivo apresentado abaixo, publicado dia 4 de outubro de 2018, em que o candidato aparece ao lado do Pastor Claudio Eduardo, do Pastor Silas Malafaia e do filho Flávio Bolsonaro:

Figura 3- Publicação de Jair Bolsonaro com 714 mil reações – maior número dentro do corpus específico da pesquisa



Fonte: Facebook

Como já descrito, a partir das eleições de 2018, passou a ser permitido o “impulsioneamento de conteúdo” por meio das plataformas digitais; porém, não há indicadores de que a candidatura de Bolsonaro tenha produzido uma grande campanha de anúncios pagos (BRITO CRUZ; MASSARO, 2018; ITUASSU, 2019). “Na verdade, o político chegou às eleições de 2018 com um posicionamento consolidado no Facebook, trabalhado ao longo de anos, e bem superior ao de seus adversários” (ITUASSU, p. 26, 2019). Segundo Di Carlo e Kamradt (2018), Bolsonaro é o político que mais possui domínio da linguagem sincrônica das plataformas digitais, com o uso de frases curtas e de alto efeito para a conquista de mais adeptos, engajando, sobretudo, a juventude.

Figura 4 – Publicação de Fernando Haddad com 202 mil reações – maior número dentro do corpus específico da pesquisa



Fonte: Facebook

As publicações de Haddad com maior número de reações eram relativas: ao desejo do candidato de lutar contra o preconceito, a intolerância, o desrespeito; às palavras de agradecimento aos que apoiaram; e também de ataques a Bolsonaro. Dentre as publicações exploradas, Haddad publicou mais vídeos e fotos. A campanha de Haddad para Presidência da República começou tardiamente, já que, em conformidade com os apontamentos já trazidos nesta dissertação, o candidato entrou para substituir Luiz Inácio Lula da Silva. A publicação com maior número de reações de Haddad, dentro do nosso

corpus – com um total de 202 mil reações – foi publicada em 28 de outubro de 2018, já após o anúncio do resultado das eleições, onde Haddad faz um pronunciamento ao lado da esposa, Ana Estela Haddad, sua vice, Manuela D’Ávila, Dilma Rousseff, entre outros.

Já *Ciro Gomes*, como os dois posts com maior número de reações (164K e 145K) são fotos que não conseguimos encontrar⁵⁷, consideramos os posts acima de 50K, que encontramos utilizando o Google (como fizemos com os outros candidatos). O primeiro desses posts, um vídeo com 58 mil reações, publicado em 28 de setembro de 2018, fazia referência ao apoio do candidato ao movimento #Elenão⁵⁸:

Figura 5 – Publicação de *Ciro Gomes* com 58 mil reações – maior número dentro do corpus específico da pesquisa



Fonte: Facebook

Já o segundo *post* com mais reações – 55 mil –, dentro do *corpus* específico da pesquisa, é um vídeo ao vivo, já no dia 27 de outubro, um dia antes do segundo turno, no qual *Ciro* já não estaria mais concorrendo. No vídeo, o político do PDT diz que não irá se posicionar em benefício ou contrariamente a nenhum dos dois candidatos em disputa; porém, demonstra preocupação com o futuro do país e se diz a favor da democracia, do pluralismo e contra a intolerância. Entre as principais táticas da equipe de *Ciro*, no Facebook, encontram-se as publicações de mais vídeos, ao vivo ou não, e fotos, olhando para as publicações que receberam mais reações – sejam elas positivas ou negativas.

⁵⁷ O candidato não colocou nenhuma legenda nas publicações em questão, e o Facebook mudou a política de encontrar posts por meio do número ID.

⁵⁸ Movimentação liderada por mulheres em repúdio ao candidato à Presidência Jair Bolsonaro. Ver mais informações em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 21 de dez. de 2019.

Além disso, outro ponto que pode ser visto é a questão das *hashtags*, usufruídas como forma de indexação de conteúdo, a fim de gerar maior visibilidade para o assunto. Enquanto Haddad e Ciro Gomes utilizaram muitas *hashtags*, como: #ViraVoto, #Vote13, #HaddadPresidente #Haddad13, #MaisLivrosMenosArmas, #HoraDaVirada, #AgoraÉHaddad; e #DemocraciaSim, #EleNãoVaiGanharNoGrito, #Ciro12, #TorturaNuncaMais, #CiroSim, #ViraViraCiro, #CiroPresidente, respectivamente, Jair Bolsonaro praticamente não fez exercício dessa estratégia. Encontramos apenas duas *hashtags*, #NasRuasComBolsonaro e #EleSim, as quais não foram criadas e estimuladas pelo candidato, são apenas respostas a movimentos já existentes. Isso pode ratificar ainda mais os pressupostos sobre o fato de Bolsonaro ter utilizado artifícios simples, para passar a impressão de que era ele mesmo o autor das publicações.

É de extrema importância ressaltar, aqui, que os dados apontados acima são importantes para contextualizar nosso problema de pesquisa. Essa investigação foi feita em caráter exploratório e, conforme já mencionado, foi baseada apenas no universo corresponde ao *corpus* de publicações filtradas para responder aos anseios da pesquisa. Tais dados são importantes para que possamos conhecer com quais *posts* os comentários analisados interagem, tendo em vista seus conteúdos e formatos peculiares.

3.3 Hipóteses de pesquisa

Antes de apresentar nossas hipóteses de pesquisa, cabe destacar que poucos estudos se debruçaram sobre o problema do politicamente correto no contexto de disputas eleitorais para a escolha de representantes políticos. Portanto, estamos examinando possíveis relações existentes entre a definição dos representantes e o fenômeno do mal-estar da regulação discursiva. As hipóteses desta dissertação são:

- H1: Os apoiadores do Jair Bolsonaro expressarão mais mal-estar acerca da regulação discursiva, enquanto os apoiadores de Fernando Haddad irão, em sua maioria, defender a regulação discursiva, já os de Ciro Gomes serão mistos;
- H2: Os argumentos que defendem a liberdade de expressão serão mais avessos à regulação discursiva em relação àqueles argumentos que não acionam a premissa da liberdade de expressão;
- H3: Haverá mais intolerância entre aqueles usuários contrários à regulação discursiva em comparação àqueles que defendem a regulação discursiva;

- H4: Haverá mais comentários de pessoas contrárias à regulação discursiva entre os grupos conservadores de direita (que atacam políticas de redistribuição e inclusão, atacam a esquerda, o progressismo, que são a favor da família, contra a ideologia de gênero, e fazem menção a Deus) – em relação àqueles progressistas de esquerda (que defendem políticas de redistribuição e inclusão, atacam a direita e o conservadorismo);
- H5: As pessoas que negam as diferenças históricas, sociais, políticas e econômicas das diversas identidades serão mais contrárias à regulação discursiva em comparação àquelas que reconhecem essas diferenças.

A fim de se compreender a escolha do objeto de nossa pesquisa, o presente capítulo examinou o papel do Facebook como lugar de conversação política. Evidenciamos aqui a relação entre alguns conceitos importantes: conversação política informal, democracia, internet e campanhas eleitorais, bem como apresentamos dados sobre a plataforma. Após a exposição das características das propagandas eleitorais via Facebook de cada candidato aqui analisado, desenvolvemos as hipóteses de pesquisa. O capítulo que segue trata dos procedimentos metodológicos, em que esclarecemos passos tomados para construir nosso processo analítico.

CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2018, ano em que o Brasil vivenciou uma eleição complexa, com atores respaldados por contextos que apelavam mais para as inclinações pessoais e afetivas do que para a racionalidade. Um ex-presidente preso, um candidato enaltecido da ditadura, palavras de ódio proferidas pelas plataformas de mídias sociais, desinformação chamada de *fake news*, aversão ao Partido dos Trabalhadores (PT), o chamado antipetismo, entre outros tantos fatores que tornam ímpar o caráter das eleições. Os meses de período eleitoral, marcados por protagonistas antagonistas e pela polarização da sociedade civil, deram realce para intolerâncias de diversas caras, cores, tipos, intensidades e alvos.

Dentro da área de Comunicação e Política, o presente trabalho tem como foco a conversação política, realizada pelos fãs ou não dos candidatos. A ideia é, a partir das visões e propostas publicadas nas páginas do Facebook dos candidatos, analisarmos os comentários de indivíduos que sofrem o mal-estar da regulação discursiva. O caminho metodológico – escolha do *corpus*, raspagem de dados, análise – que será apresentado neste capítulo se justifica ao olharmos para o contexto atual em que o país se encontra: intolerâncias políticas, religiosas, sociais, entre outras, vistas, sobretudo, na ambiência digital, entendido aqui como uma extensão das esferas públicas. É fato que não é de hoje que a intolerância causa danos para as relações sociais; porém, estamos vivendo o desafio de se conviver em harmonia com as divergências, destacado pelo período eleitoral brasileiro de 2018. No trabalho, compreende-se os ambientes digitais enquanto amplificações das arenas de discussões políticas, mesmo que esses lugares ainda não sejam ideais em relação ao respeito à pluralidade de ideias, parâmetro-base para a democracia deliberativa que é o padrão normativo norteador do embasamento teórico da pesquisa. A esfera pública, vista como o uso que os sujeitos fazem da comunicação, relaciona-se, particularmente, à troca argumentativa (MAIA, 2007).

Ao se observar as interações entre os indivíduos e dos indivíduos com os candidatos, nas plataformas, especificamente no Facebook, estamos nos preocupando com o quadro relacional (FRANÇA, 2001), com as práticas discursivas, bem como com a situação sociocultural envolvida: com o fazer comunicativo. O abandono do termo redes sociais, que dá lugar ao uso do conceito de plataformas formulado por Tarleton Gillespie (2010), destaca os aspectos políticos, econômicos e sociais, para além de suas condições computacionais.

Estudar os métodos digitais é, de certa forma, compreender a internet enquanto arranjo social que articula a criação de certas esferas públicas, a fim de estimular discussões de interesse público. Além disso, a pesquisa leva em consideração a eficiência do cruzamento de metodologias, para contemplar métodos que olhem para os ambientes *online* de forma mais assertiva.

4. 1. A construção da coleta

Os dados da pesquisa correspondem aos comentários e às respostas das páginas dos candidatos mencionados durante o período eleitoral oficial, de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018. Como procedimento metodológico para a coleta de tais dados, foram seguidos os seguintes passos:

- a) definição do *corpus*;
- b) raspagem dos dados no Facebook;
- c) visualização e organização dos dados.

Segundo Bardin (2016), a constituição do *corpus* implica em escolhas, soluções e regras: regra da exaustividade, pela qual não se pode deixar de fora elementos do universo selecionado sem justificativa plausível; regra da representatividade, que faz referência ao fato da rigorosidade da amostragem; regra da homogeneidade, cujo padrão afirma que os documentos selecionados devem obedecer a critérios precisos de escolha; e a regra da pertinência, em que os documentos devem corresponder aos objetivos da análise. Portanto, seguindo os passos definidos pela autora, para a definição do *corpus* (a) da pesquisa em questão, primeiramente, foi necessária a delimitação do contexto a se trabalhar e a delimitação dos atores. A conjuntura eleitoral de 2018, já descrita nesta dissertação, contou com elementos como o uso das plataformas digitais, o medo e a ansiedade das classes médias, a escalada das direitas conservadoras, a preocupação com a corrupção, a persuasão advinda do populismo, a batalha sobre a verdade, a discussão antissistema, o antipetismo, a intensificação das pautas identitárias, entre outros. Dito isso, alinhado ao fato de, na conjuntura brasileira, as expressões politicamente incorretas foram apropriadas pelos indivíduos que desrespeitam os grupos minoritários, consideramos o período eleitoral como um cenário propício para nossa análise. Certos autores (HALL, 1994; HERZOGENRATH-AMELUNG, 2016; RAMOS, 2017; RAJAGOPALAN, 2000; entre outros) se debruçaram sobre os deslizos que envolvem o

politicamente correto, no que tange a eficácia ou não do seu emprego, bem como a sua relação com as liberdades individuais e coletivas. Porém, cabe destacar que poucos estudos se debruçaram sobre o problema do politicamente correto no contexto de disputas eleitorais para a escolha de representantes políticos.

Definido o contexto de análise, o segundo passo é a delimitação dos atores tidos como base para a pesquisa: Jair Bolsonaro (ex-PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PSL). A escolha se deve ao fato de serem os três primeiros colocados na disputa. No primeiro turno, realizado no dia 7 de outubro de 2018, o então candidato do PSL recebeu em torno de 49 milhões de votos, o do PT, aproximadamente 31 milhões, e o do PDT, cerca de 13 milhões de votos. Já no segundo turno, empreendido no dia 28 de outubro, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad tiveram por volta de 57 e 47 milhões de votos, respectivamente. Para ilustração da popularidade de ambos os candidatos, tomamos como base a Tabela 1, localizada neste trabalho. Vale ressaltar que a candidatura de Fernando Haddad foi anunciada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 11 de setembro. Haddad entrou para substituir o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve o registro de candidatura rejeitado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tal episódio deve ser considerado ao se trilhar a análise dos comentários na página do Facebook de Fernando Haddad, bem como ao se avaliar a popularidade do candidato (Tabela 1). Outro ponto importante para a análise dos comentários das publicações nas redes sociais, objeto da presente pesquisa, é o fato de Ciro Gomes ter concorrido apenas ao primeiro turno.

Tabela 1 – Números das plataformas de mídias sociais dos três candidatos à Presidência da República

	Número de curtidas no Facebook	Números de seguidores no Facebook	Número de seguidores no Twitter	Número de seguidores no Instagram
Jair Bolsonaro	8.374.930	9.394.591	2.105.477	6.200.000
Fernando Haddad	1.776.551	1.826.436	994.191	1.100.000
Ciro Gomes	771.826	801.092	496.383	901.000

Fonte: Elaborado pela autora com dados referentes à data 29/10/2018, um dia após o segundo turno.

Escolher o Facebook como plataforma de mídia social para a coleta e análise dos dados é relevante, pois, como mostra a Tabela 1, o Facebook é a plataforma que mais apresenta seguidores, tanto para Bolsonaro quanto para Haddad. Nota-se que, no caso de

Gomes, o Instagram apresenta maior número de seguidores; contudo, adotamos o critério da maioria. Para Mounk (2019), as plataformas digitais alteraram a dinâmica de distribuição ao criarem uma rede de usuários difusa, em que todos os usuários comunicam-se entre si. O autor ainda tensiona a mediação das plataformas como instrumentos para avanços ou perdas democráticas – item já discutido no capítulo 4.

Em relação à raspagem de dados do Facebook (b), preliminarmente, faz-se necessário discutir o significado de API – *Application Programming Interface*, ou Interface de Programação de Aplicativos. BEAL (2016 apud PUSCHMANN e AUSSERHOFER, 2017, p. 147) descreve as APIs como “um conjunto de rotinas, protocolos e ferramentas para a construção de aplicativos de software”, que explicita como os componentes de softwares devem interagir entre si. Em outras palavras, uma API é criada para que um sistema possa usar as funcionalidades de outro sistema, de acordo com as linguagens programáticas. Conforme descrevem Puschmann e Ausserhofer (2017), algumas plataformas de mídias sociais fornecem APIs para desenvolvedores, que também podem ser aplicadas na coleta de informações para cientistas, pesquisadores e jornalistas.

Por meio de um *script* elaborado exclusivamente para a pesquisa, foi feito o *web scraping*: a raspagem dos dados do Facebook. Um *web scraper* corresponde a uma API (*Application Programming Interface*) ou a uma ferramenta que utiliza os padrões de construção do HTML (*Hypertext Markup Language*) para extração de dados de um ou mais *sites*. Além disso, pode ser também uma API que consome o banco de dados de um *software* para a extração de dados direto da fonte, sem a necessidade de uma raspagem HTML *in situ*. Como as páginas da *web* são criadas para usuários finais humanos, foram criados tais kits de ferramentas que coletam o conteúdo da *web*. Na área de *web scraping*, a API do Twitter é uma das mais utilizadas, já que permite, sem grandes desafios, a leitura dos *tweets*. Entretanto, em alguns casos, o *web scraping* se torna a maior dificuldade para a pesquisa. O Facebook, após o incidente com a Cambridge Analytica⁵⁹, que usou dados da plataforma durante a propaganda eleitoral norte-americana de 2016, desativou sua API; portanto, para cada tipo de raspagem de dados da plataforma, é necessário um *script* diferente. Devido a esse fator, o universo de comentários para a pesquisa representa uma amostra, já que o Facebook não disponibilizou toda a rede de comentários e respostas da

⁵⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/internacional/1521574139_109464.html. Acesso em: 7 de nov. de 2019.

época⁶⁰. Assim, chega-se ao banco de dados da pesquisa, que possui, no total, cerca de 3 milhões comentários e 600 mil respostas.

Como o Excel possui um limite para suportar o tamanho dos dados, foi acionada a linguagem Python para trabalhar com os arquivos CSV, a fim de preparar a visualização e a organização dos dados (c). O Python é uma linguagem de programação que garante mais agilidade ao trabalho e mais eficiência na integração do sistema, segundo descrição feita pelo Python.org⁶¹. Com licença de código aberto, a linguagem, que é multiplataforma, traduz o raciocínio em algoritmo. Por meio do programa, é possível visualizar os comentários e respostas, bem como as publicações referentes ao corpus, identificados por data e ID. Assim, inicia-se a estruturação para o trabalho de análise, que tem, como primeiro passo, a exploração de palavras-chave que indicam a menção ao politicamente correto e ao politicamente incorreto, para, assim, identificar outros comentários similares.

O uso da linguagem Python em uma pesquisa de caráter político-comunicacional pode ser explicado pelas humanidades digitais. Manovich (2012) traça uma visão otimista de um novo paradigma aberto às ciências humanas e sociais. Para ele, é necessário que os humanistas possam usar a análise de dados e a visualização de softwares, para que sejam possíveis abordagens quantitativas e qualitativas em seu trabalho diário. À medida que o mundo se torna cada vez mais digital, são primordiais os avanços de técnicas para pesquisar, analisar e entender os materiais empíricos. Vimieiro e Bargas (2018) defendem o fato de que os parâmetros computacionais devem ser configurados enquanto meio, e não como fim, tratando-se de pesquisas em comunicação. Para as autoras, “metodologias híbridas são umas das melhores soluções para nos beneficiarmos humanamente da virada computacional em nossa área” (VIMIEIRO e BARGAS, 2018, p.3).

⁶⁰ O trabalho final conterá um apêndice com um relatório de erros e limitações do processo de raspagem de dados do Facebook.

⁶¹ <https://www.python.org/>

4.2 A construção da análise

4.2.1 Filtragem dos comentários

O primeiro passo para construção da análise é a seleção das palavras-chave específicas. Após uma busca pelos comentários que citavam o politicamente correto e/ou incorreto, fez-se uma leitura flutuante do material com o objetivo de encontrar palavras e termos sinônimos. Dessa forma, chegou-se às seguintes palavras-chave: “mimimi”, “firula”, “frescura”, “vitimização”, “vitimismo”, “discurso bonito”, além de “politicamente correto” e “politicamente incorreto”, é claro. No capítulo de análise, empreendemos uma explicação detalhada sobre cada um dos termos e sua relevância em nossa pesquisa.

Após a definição de tais palavras-chave, preparamos o *script* a ser pesquisado no campo de buscas do Python, a fim de encontrarmos os comentários que faziam menção a esses termos. No banco de dados dos comentários na página do Bolsonaro, por exemplo, para pesquisarmos os comentários que utilizaram o termo “vitimização”, acionamos o seguinte código: `bolsonaro_comentarios.loc[bolsonaro_comentarios['2'].str.contains('vitimização', flags=re.IGNORECASE, na=False)]`. E, posteriormente, tivemos acesso à planilha com todos os comentários relativos ao termo.

Essa pesquisa foi realizada com todos os termos nos seis bancos de dados⁶², guiando-nos a um universo total de 2.669 proferimentos⁶³. A partir da configuração dessa amostra, os comentários foram categorizados por um livro de códigos, como demanda a análise de conteúdo.

4.2.2 A análise de conteúdo

No trabalho, é feita a análise de conteúdo (BARDIN, 1994; NEUENDORF, 2002), que requer as seguintes fases: a) organização da análise; b) a codificação; c) a categorização; d) a inferência. Através dessa delimitação, discute-se sobre o que o imaginário dos brasileiros que se engajaram nas plataformas dos candidatos à Presidência

⁶² Jair Bolsonaro - comentários; Jair Bolsonaro – respostas; Fernando Haddad – comentários; Fernando Haddad – respostas; Ciro Gomes – comentários; Ciro Gomes – respostas.

⁶³ Ver detalhamento disponível no Apêndice 2: quantidade de comentários por palavras-chave e por candidatos.

da República em período eleitoral traz de mal-estar da regulação discursiva. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2016, p. 44). Segundo Bauer e Gaskell (2002), essa é uma técnica que, de maneira objetiva, produz inferências de um texto para seu contexto social. Para os autores, essa metodologia, em alguns casos, pressupõe um tratamento estatístico das unidades de texto.

Durante a organização da análise, após a leitura flutuante, a delimitação do *corpus*, a formulação dos objetivos, há a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores, ou a construção do chamado livro de códigos. Reiteram-se aqui os objetivos da pesquisa: analisar quais são os argumentos acionados pelas pessoas indispostas à regulação discursiva; compreender o que essas pessoas que comentam nas páginas dos candidatos entendem por politicamente correto e por regulação discursiva; analisar se os posicionamentos indispostos à regulação discursiva são de ataque e/ou de negação das pautas identitárias; compreender se tal mal-estar da regulação discursiva está ligado à defesa da liberdade de expressão; distinguir se a regulação discursiva é um mal-estar sofrido, majoritariamente, por eleitores de Bolsonaro, de Haddad ou de Ciro Gomes. Após a definição de tais objetivos, é construído o livro de códigos, para que os dados respondam à questão principal: como são configurados os discursos das pessoas que sofrem do fenômeno do mal-estar da regulação discursiva, que comentaram nas páginas de três principais candidatos à presidência?

Conforme descreve Bardin (2016), tratar o material é codificá-lo. “A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI, 1969 apud BARDIN, 2016, p. 133). A etapa de codificação da dissertação tem como unidades de registro cada comentário postado nas páginas em questão. Quanto às unidades de contexto, trabalha-se com as próprias páginas de Facebook dos candidatos. O livro de códigos⁶⁴ conta com 50 códigos, divididos nas seguintes categorias:

- Categorias gerais – pertinência, página, gênero do usuário;

⁶⁴ Ver Anexo 1: Livro de códigos

- Cerne da pesquisa – regulação discursiva (sofre do mal-estar ou defende a regulação, politicamente correto (ataque ou defesa), politicamente incorreto (ataque ou defesa));
- Natureza do entendimento sobre a regulação discursiva – sobre pautas identitárias, robustez da linguagem, algo que fica “só no discurso”, PC como símbolo de honestidade;
- Alvos (ataque ou defesa) – grupos políticos, ideológicos, grupos raciais, LGBTQI+, pessoas com deficiência, indígenas, mulheres;
- Medidas sociopolíticas – leis e políticas públicas, mobilizações sociais, pautas ambientais;
- Sistema político formal – candidatos e instituições;
- Formas de governança – democracia e ditadura;
- Ações do governo – corrupção, outras;
- Argumento acionado – em nome da liberdade de expressão, “para salvar o Brasil”, “o Brasil é um só”, negação ou reconhecimento da problemática, contrariedade à “ideologia de gênero”, a favor a família, menção a Deus;
- Caráter da argumentação – incivilidade e intolerância.

Portanto, por meio de planilhas com os códigos já pré-estabelecidos, é codificado o material. Essa é a fase mais demorada da pesquisa que utiliza a análise de conteúdo enquanto metodologia, já que a tarefa requer um cuidado específico e minucioso. Para Neuendorf (2002), embora seja necessário um treinamento especial da pessoa que projeta uma análise de conteúdo, a noção central dessa metodologia é a de que as pessoas são potencialmente "codificadores humanos" válidos, isto é, indivíduos capazes de fazerem julgamentos de acordo com as variáveis formuladas de cada unidade das mensagens. “O esquema de codificação deve ser tão objetivo e confiável que, uma vez treinados, indivíduos de origens e orientações variadas geralmente concordem em sua aplicação” (NEUENDORF, 2002, p. 8). Anteriormente ao trabalho empírico, é realizado o teste de confiabilidade, que propicia a credibilidade da análise, e, conseqüentemente, de todo o processo investigativo. Para seguir a etapa de objetividade analítica, é necessário fazer um teste cego, em que dois diferentes codificadores empreendem a análise de 10% do *corpus* empírico, a fim de se passar pelo processo de rigor metodológico. No teste de confiabilidade feito para a dissertação, as duas codificadoras, após o entendimento

compartilhado sobre os códigos, analisaram 275 comentários⁶⁵. Segundo Krippendorff (2007), a confiabilidade é a medida que torna os dados representantes de fenômenos genuínos, em vez de hipotéticos. Para gerar o coeficiente alfa de Krippendorff (HAYES e KRIPPENDORF, 2007), que assume valores de 0 a 1 e aumenta conforme a concordância nos resultados, foi realizada a comparação das codificações. O maior valor do resultado foi 1 e o menor foi 0,676⁶⁶. Fazer a média dos alfas encontrados em cada uma das variáveis não é uma medida válida para definir a confiabilidade. Acima de 0,6, o alfa de Krippendorff já é considerado satisfatório e pode ser aprovado. A compatibilidade acima de 0,8 é vista como a ideal.

É importante ressaltar que os comentários foram codificados dentro de 48 variáveis. No total, o livro de códigos possui 50 variáveis; no entanto, para o processo de confiabilidade, excluímos os códigos referentes à página do Facebook (Bolsonaro, Haddad ou Ciro) e ao gênero do usuário, por se tratar de variáveis objetivas.

Neuendorf (2002) descreve alguns fatores importantes para a codificação da análise de conteúdo, são eles: confiança, generalização, validação, replicação e teste de hipótese. Em relação ao nível de confiança, a autora afirma que, quando são acionados codificadores humanos, é necessário que haja um nível de concordância entre dois ou mais codificadores. A generalização diz respeito ao fato de se compreender até que ponto as mesmas inferências podem ser aplicadas em outros casos, geralmente para uma população maior do que a amostra definida. A validação é o tópico relativo à questão: “Nós realmente estamos medindo o que nós queremos medir?” (NEUENDORF, *ibid.*, p. 12, tradução nossa⁶⁷). Para chegar a essa resposta, o pesquisador deve fazer as decisões finais sobre quais conceitos medir e como medi-los.

Sobre a replicação, Neuendorf (*ibid.*) cita Babbie (1995) e descreve que essa questão envolve a possibilidade de repetição do estudo em diferentes casos e diferentes contextos, a fim de se checar se resultados similares são obtidos ao mesmo tempo. Caso seja possível, para a autora, a pesquisa então deve prover informações suficientes sobre os métodos e protocolos, para que outros possam conduzir replicações. O teste de hipótese prevê que o método científico seja hipotético-dedutivo, o que significa que, por meio do

⁶⁵ O universo dos comentários, anteriormente ao processo do teste de confiabilidade, era 2750. Porém, ao longo da codificação, notaram-se comentários repetidos (seja por erro da própria raspagem dos dados ou por erro da autora no momento de aglutinar os comentários na tabela). Sendo assim, chegou-se ao número de 2669 comentários.

⁶⁶ Ver Anexo 2: Resultado do teste de confiabilidade

⁶⁷No original: "Are we really measuring what we want to measure?" (NEUENDORF, 2002, p. 12)

arcabouço teórico, uma ou mais hipóteses são construídas. Neuendorf (*ibid.*) alega que a pergunta de pesquisa traça os possíveis relacionamentos entre variáveis, e, no modelo científico-dedutivo, são criadas as hipóteses e as questões de pesquisa anteriormente ao processo da coleta de dados.

4.2.3 A análise estatística

Para tratar os resultados obtidos, utiliza-se, na pesquisa, o SPSS, software que auxilia e automatiza o cruzamento dos dados, a fim de se chegar a análises estatísticas, e, posteriormente, a análises qualitativas mais detalhadas. De acordo com Bardin (2016), o processo de categorização permite o agrupamento dos dados, com o viés de se enxergar o que há de comum entre eles. Tal processo, de caráter estruturalista, em conformidade com os achados da pesquisadora, deve comportar duas etapas: inventário – isolamento dos elementos; e classificação – imposição de organização das mensagens. Sendo assim, a análise de conteúdo coloca a categorização como uma fase de transformação dos dados brutos em dados organizados. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 2016, p. 131). Além disso, a confrontação sistemática com o material pode servir como fundamentação para outras análises.

Pelos cruzamentos dos dados gerados pelo SPSS, é possível acessar um P , valor da significância assintótica bilateral do Qui-quadrado de Pearson, que fornece uma medida da força dos resultados (ARSHAM, 1988). Assim, de acordo com Arsham (*ibid.*) e com Burdette e Gehan (1970), quanto menor o valor do P , maior é a força da evidência contra a hipótese nula (contrária à hipótese que quer se provar). Assim, quanto menor o valor do P , maior a chance da hipótese criada, relacionada ao cruzamento, ser confirmada. Assim, segue o esquema:

Tabela 2- Interpretação do P-Valor

P-valor	Interpretação
$P < 0.01$	forte evidência contra H_0
$0.01 \leq P < 0.05$	moderada evidência contra H_0
$0.05 \leq P < 0.10$	sugestiva evidência contra H_0
$0.10 \leq P$	pouca ou nenhuma evidência contra H_0

Fonte: ARSHAM, 1988 – Tradução: a autora.

4.3 Os métodos digitais e suas controvérsias

Ao passo que, durante a coleta de dados, o Facebook envia os dados fornecidos, é pertinente destacar que a presente pesquisa não busca ser um espelho idêntico da realidade social. Por isso, é de relevância reportar que as inferências aqui produzidas dizem respeito à amostra coletada, as quais servem como base para posteriores reflexões mais profundas acerca do nosso arranjo político-social. Para além de se olhar para a cultura *online*, a internet é tratada como um espaço de pesquisa, sendo assim, a questão é como identificar mudanças culturais e condições sociais por meio da internet (ROGERS, 2016). Dessa forma, as interações digitais e seus discursos intolerantes e relativos ao mal-estar da regulação discursiva afetam os rumos ideológicos da sociedade, e, simultaneamente, são um reflexo dos perfis sociopolíticos contemporâneos. Na medida em que tais discursos pautam o que pode ou não ser dito, os fluxos comunicacionais também sofrem uma afetação.

Ao tratar das plataformas digitais, deve-se abranger, como olhar crítico, o fato de que os discursos empreendidos nesse ambiente são combinações entre forma e conteúdo. É necessário olhar para os discursos empreendidos nas plataformas como combinações entre forma e conteúdo. As ferramentas, configurações e as próprias *affordances* das plataformas moldam as interações ali travadas entre as pessoas. Segundo Hepp *et al.* (2018), as pesquisas que consideram os traços digitais como um fenômeno neutro ou até mesmo como uma forma de acesso direto ao mundo social negligenciam os diversos contextos nos quais os métodos digitais estão inseridos, bem como aqueles que produzem os dados e os rastros. Assim, é importante interpretar como os traços digitais dos comportamentos dos indivíduos influenciam e são influenciados pelas articulações políticas, econômicas, históricas, e, principalmente, pelas configurações das próprias plataformas.

Seja em suas dimensões mais evidentes, como na alterações de políticas de uso, seja em questões mais especializadas, como na interoperabilidade de dados via APIs, ou ainda nas crescentes mediações algorítmicas dos fluxos informacionais, parece-nos evidente que as plataformas são cada vez mais não apenas os ambientes com as quais as controvérsias se desenrolam, mas muitas vezes o fator desencadeador de novas disputas e conflitos. Em outras palavras, as controvérsias se dão não apenas com, mas também por causa das tecnopolíticas das plataformas, o que sinaliza novos desafios teórico-metodológicos para as pesquisas sobre o tema (D'ANDRÉA, 2018, p. 37).

D'Andréa (2018), ao discorrer sobre as controvérsias das plataformas, cita a polêmica que envolveu o Facebook e a vitória de Donald Trump, fato já descrito no trabalho, uma vez que a plataforma não impediu nem dificultou a circulação de desinformações durante as eleições. O autor também coloca em pauta a proibição de fotos de corpos, principalmente femininos, total ou parcialmente nus no Instagram e no Facebook.

Outro ponto acerca das controvérsias das metodologias digitais é referente ao seu uso pelo campo das ciências humanas e sociais. Manovich (2012) traça uma visão otimista de um novo paradigma aberto para as ciências humanas e sociais em relação aos estudos de *big data*, e também aborda algumas objeções em relação a tal cenário, relativos ao acesso dos dados, à autenticidade desses como retrato social, à inevitabilidade do *know-how* em ciência da computação, estatística e mineração de dados, entre outras. Para ele, uma das principais questões para as humanidades digitais é a necessidade de que os humanistas usem a análise de dados e o uso de softwares em seu trabalho, com o propósito de se chegar à combinação das abordagens qualitativa e quantitativa.

Caminhando em direção aos avanços das metodologias comunicacionais, a pesquisa irá contemplar o acordo entre *surface* e *deep data*, uma vez que “metodologias híbridas são umas das melhores soluções para nos beneficiarmos humanamente da virada computacional em nossa área” (VIMIEIRO e BARGAS, 2018, p. 3). Segundo Manovich, *surface data* diz respeito aos métodos quantitativos, com o uso de estatísticas, técnicas matemáticas e computacionais para análise de dados. O *deepdata* faz referência às metodologias das áreas humanas, como a hermenêutica, observação participante, descrição detalhada, semiótica e leitura atenta. “Surface is the new depth” (“Os dados superficiais são a nova profundidade”, tradução nossa), afirma Manovich (2012, p. 13), ao explicar que os dados profundos, atualmente, podem ser adquiridos em larga escala, desde que as diferenças de conteúdos fiquem explícitas e as justificativas bem elaboradas. Vimieiro e Bargas (2018) defendem o fato de que os parâmetros computacionais devem ser configurados enquanto meio, e não como fim, tratando-se de pesquisas em comunicação. É preciso se atentar a essa mediação do digital ao longo do processo de investigação e assumir a opção metodológica com consciência de suas controvérsias e limites. Savage (2013) trabalha o caráter performativo dos métodos, que implica na atuação dos métodos para além de registrar a realidade. Os métodos participam da

realidade, encenam-a, e não só a descrevem. Sendo assim, constroem e são construídos pelos movimentos da pesquisa.

Ruppert *et al.* (2013), quando tratam da performatividade dos métodos, destacam que os métodos digitais investigam o mundo como uma rede de ações e transações. Para compreendê-lo, são analisados os sujeitos que estão em ação. Os autores ainda chamam atenção para o fato de que, em alguns casos, podem estar sendo produzidas leituras não-humanísticas no campo da ciência social, já que podem haver participações não-humanas nas interações. Dentro do nosso corpus, há a possibilidade da existência de perfis *fake* geridos por pessoas reais ou até mesmo *bots*, o que não inviabiliza o processo metodológico, nem mesmo a análise. O objetivo não é analisar os indivíduos, e sim o discurso desses indivíduos, sendo assim, mesmo que tenham sido criados por *bots*, os discursos ainda assim importam, já que serão vistos por muitos outros sujeitos, provocando, assim, algum tipo de afetação.

Desse modo, a pesquisa atual dedica-se a contemplar os sujeitos que se engajam nas páginas dos candidatos em período eleitoral: sujeitos que estão em ação (RUPPERT *et al.*, 2013). Isso significa dizer que os vários sujeitos que acompanham com frequência as páginas dos candidatos e não comentam nada, por exemplo, não são levados em conta na pesquisa. Assim, uma pessoa que não acompanha e faz apenas um comentário acaba sendo mais importante para nossa escolha metodológica. Outras questões que podem ser destacadas como desafios da metodologia são: quem são essas pessoas que comentam no Facebook dos candidatos durante as eleições? O que as levam a tal ação? Além disso, ainda, podemos considerar a reflexão acerca do limite de representatividade da própria plataforma, apesar da alta popularidade do Facebook no Brasil (como já apresentado no capítulo 4).

Contudo, para além de se fazer uma discussão sobre a limitação do processo investigativo, já que a escolha metodológica trabalha apenas com um grupo específico de pessoas, é necessário fazer uma reflexão sobre o significado das implicações metodológicas. Toda metodologia representa, de certo modo, um recorte de um fenômeno. Tal fato denota que toda metodologia exclui algo, para primar por uma análise mais detalhada de um evento específico.

Na divulgação de uma pesquisa, é fundamental que os procedimentos metodológicos sejam expostos detalhadamente, a fim de se cumprir o rigor científico. Portanto, o presente capítulo cumpriu a função de explicar acerca das escolhas metodológicas tomadas para a construção da dissertação. Tratamos, primeiramente, sobre

a construção da coleta dos comentários, que passou pela definição do *corpus* – comentários nas páginas dos candidatos em período eleitoral; raspagem dos dados no Facebook – realizado por meio da criação de um *script* exclusivo para a pesquisa; e visualização e organização dos dados – que contou com a ajuda do Python. Em um segundo momento, explicamos acerca da construção da análise. Após a filtragem dos comentários por meio das palavras-chave, acionamos a análise de conteúdo (BARDIN, 1994; NEUENDORF, 2002), que perpassa pela construção do livro de códigos, teste de confiabilidade e, assim, a codificação, seguida da análise estatística. Em terceiro lugar, elucidamos sobre as controvérsias advindas dos métodos digitais, a fim de deixar nítida a consciência sobre as limitações dos procedimentos escolhidos. No próximo capítulo, empreendemos a análise sobre as articulações do mal-estar da regulação discursiva, compreendida na conjuntura do período eleitoral de 2018.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE I: O MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E A ESCOLHA DOS CANDIDATOS

Dedicamos o primeiro capítulo analítico da dissertação para dar conta das possíveis articulações entre o mal-estar da regulação discursiva e as afirmações de apoio e contrárias a cada candidato. Para isso, desenvolveu-se, na primeira seção, uma explicação sobre as palavras-chave acionadas, assim, tornando-se possível compreender com melhor embasamento as proposições das hipóteses.

A fim de dar continuidade à dissertação, a seção seguinte dialoga com a primeira hipótese criada para o trabalho: os apoiadores do Jair Bolsonaro sofrerão mais do mal-estar da regulação discursiva, enquanto os apoiadores de Fernando Haddad irão, em sua maioria, defender a regulação discursiva, já os de Ciro Gomes serão mistos.

5.1 As palavras-chave

Como já pormenorizado no capítulo de metodologias, a fim de uma compreensão mais ampla do fenômeno do mal-estar da regulação discursiva, foram filtrados os comentários que continham, além dos termos politicamente correto e incorreto, outras palavras-chave específicas, como: “mimimi”, “vitimização”, “vitimismo”, “discurso bonito”, “frescura”, “firula”. Chegamos a tais palavras, conforme igualmente já explicitado, por meio da pesquisa prévia nos comentários relativos ao PC, e, a partir daí, encontramos os sinônimos que poderiam ser utilizados. Por isso, dedicamos esta primeira seção da análise para a explicação desses termos. Dessa forma, fundamentamos as bases para a elucidação da análise.

O “mimimi” é comumente empregado para a ridicularização de alguma pauta, como forma de deslegitimar certa demanda ou questão específica. Para Cavalcanti (2018), o termo é utilizado em confrontos, pelas pessoas que acreditam que acusações de desrespeito ou de preconceito seriam simples queixas sem fundamento. Peter Pál Pelbart (2019, p. 100) se utiliza das palavras de uma articulista (não identificada), que afirma que “mimimi” é “o jeito de desqualificar o sofrimento de mulheres, negros, indígenas, transexuais e pobres”

Mas o mimimi é mais amplo: é também o que costumávamos chamar de cultura, de sensibilidade ao sofrimento e a dor alheia, de acolhimento ao inexprimível e ao desconhecido, de coexistência com as múltiplas esferas do cosmos, de criatividade dissociada dos interesses do Estado, de invenção de

novas relações amorosas, de aspiração a certa altura da vida, de anseio de tocar suas notas mais altas e desconhecidas, atingir suas intensidades inéditas, individual e coletivamente, ensejar espaços públicos em que essa abertura pudesse se sustentar. O mimimi é a expressão da desqualificação disso tudo, a arma neofascista pós-moderna na guerra contra o tal do suposto marxismo cultural, o fantasma que assombra os sucessivos ministros da educação bolsonaristas e os admiradores do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho, que não faz outra coisa do que achincalhar a universidade brasileira (PELBART, 2019, p. 100).

Por isso, o olhar para os comentários que citam o “mimimi” é de importante relevância para o trabalho, já que há uma nítida relação entre o uso do termo e o mal-estar da regulação discursiva. A nominalização “mimimi” possui como objetivo central deslegitimar o ato de fala de uma pessoa. Dessa maneira, como recurso semiótico sintético, a expressão é frequentemente empregada no espaço público *online*, combinada a outros recursos, como imagens em memes (PINTO, 2019).

“Vitimização” e “vitimismo” são expressões que também compuseram o corpus de filtragem dos proferimentos. As palavras, da mesma maneira como o “mimimi”, também são utilizadas para tratar com descrédito certas lutas. Stanley (2018) descreve algumas estratégias que a política fascista oferece para seus agentes sociais, uma delas sendo hierarquia ou hierarquização social. De acordo com tal hierarquização, são verdadeiros apenas os cidadãos que se adequam ao sistema de valores nacionais, enquanto os opositores políticos são sujeitos aos quais são negados direitos. Seguindo essa conjuntura, segundo o autor, são relativizadas as reivindicações por reparações históricas, sendo elas atacadas e consideradas falso vitimismo.

O termo “discurso bonito” foi acionado como forma de se analisar o politicamente correto. O uso de tal termo parte da crença de que a linguagem politicamente correta seria algo robusto, distante da linguagem simples, coloquial, ou seja, de difícil entendimento por alguns setores da população.

Do dicionário Michaelis, “frescura”⁶⁸ é a característica do que é fresco, é o descomedimento na linguagem, o comportamento que denota cinismo, a atitude que demonstra excesso de moralismo, entre outras definições incompatíveis com o foco do trabalho. Já “firula”⁶⁹ é o recurso verbal que consiste no floreio de palavras simples. Após uma consulta realizada por meio dos comentários que citam o politicamente correto, percebemos que tais palavras também são acionadas, a fim de dizer que pensar acerca de

⁶⁸ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/frescura/>. Acesso em: 11 de jan. de 2020.

⁶⁹ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/firula/>. Acesso em: 11 de jan. de 2020.

uma regulação no discurso é algo desnecessário, que indica um excesso de preocupação em torno de algo banal, já normalizado.

5.2 Os adeptos e os não-adeptos de cada candidato

A primeira hipótese trabalha sobre o pressuposto de que os apoiadores do Jair Bolsonaro sofrerão mais do mal-estar da regulação discursiva, enquanto os apoiadores de Fernando Haddad irão, em sua maioria, defender a regulação discursiva, já os de Ciro Gomes serão mistos.

Para a formulação de tal hipótese, baseou-se, principalmente, no fato de Jair Bolsonaro ter sido um candidato que mobilizou a cultura do politicamente incorreto (DI CARLO e KAMRADT, 2018), Fernando Haddad ter se apresentado como um defensor dos Direitos humanos (SANTA INÊS *et al.*, 2019) e, na circunstância, de Ciro ser conhecido por seu comportamento imprevisível⁷⁰, apesar de se afirmar um “socialista democrático em permanente revisão”⁷¹.

5.2.1 Bolsonaro

Começaremos a análise investigando os dados do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro. De acordo com a Tabela 3, a nossa hipótese em relação ao presidenciável se confirma, pois, ao nível de 99% de confiança, 44,9% dos seus apoiadores – sujeitos que concordam com seus proferimentos e/ou citam explicitamente seu apoio, por meio de *hashtags* e outros indicadores – sofrem de uma indisposição à regulação discursiva.

É importante deixar explícito que, dentro do *corpus*, 53,9% dos proferimentos foram codificados dentro do mal-estar da regulação discursiva. Isso explicita que o valor de 44,9% (apoiadores de Bolsonaro) corresponde a esta população.

Dentre os comentários que se encaixam nessa amostra, as afirmações variam desde argumentos mais simples até argumentações mais complexas. Porém, o que se percebe é uma exaltação da postura politicamente incorreta de Bolsonaro. O

⁷⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/presidenciavel-pela-3a-vez-ciro-gom-es-acumula-polemicas-veja-principais.shtml>. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

⁷¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39910403>. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

comportamento do candidato do PSL é tratado como motivo de elogio pelo seu público, conforme os comentários⁷² a seguir:

Tabela 3 – Regulação discursiva X Jair Bolsonaro

			Candidato Jair Bolsonaro			Total
			Não identificável/ Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	788 29,60%	122 4,60%	220 8,30%	1130 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	203 7,60%	37 1,40%	1196 44,90%	1436 53,90%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	18 0,70%	68 2,60%	2 0,10%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	5 0,20%	2 0,10%	5 0,20%	12 0,50%
Total		Contagem % do Total	1014 38,00%	229 8,60%	1423 53,40%	2666 100,00%

Casos omissos: n=3;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 1599,878^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Comentário 1: Por esse que eu voto nesse cara... o fato dele não ser politicamente correto é o que mais me atrai, até mais que o plano de governo. Expõem todo mundo e não tá nem aí!!

Comentário 2: Estamos cansados do politicamente correto!!! Chuta o balde Capitão

Comentário 3: O problema é ele ser autêntico, isso incomoda muito os chamados Politicamente Correto! fala abertamente que todos entendem o recado não tem Mimimi!! Por isso #17neles

Comentário 4: A mídia não se conforma com o apoio maciço que o povo está dando a um candidato que nunca foi ministro de nada, nunca disse coisas bonitas só pra ganhar voto, nunca foi politicamente correto, sempre disse o que realmente pensa, sempre falou o que as pessoas querem falar mas muitas vezes tem vergonha.

Comentário 5: Quem parar pra escutar, quem pensar e analisar, só tem 1 opção #Bolsonaro2018 fala a verdade sem mimimi sem meias palavras, curto e grosso, direto e objetivo! #Brasilacimadetudo, #DEUSacimadetodos! #émelhorJAIRseacostumando #tamojunto

Comentário 6: Parabéns presidente Bolsonaro pela campanha limpa, honesta e por ter despertado o patriotismo no coração do brasileiro de bem. Obrigado pela coragem de ser autêntico nesse mundo politicamente correto.

⁷² As identidades dos usuários do Facebook foram ocultadas, a fim de preservar a privacidade.

Comentário 7: ESSE É O CARA KKK AMOOOOOO...SEM MIMIMI FALA NA LATAPARECE CADA UM DE NÓS FALANDO

Comentário 8: Se ele virar "politicamente correto" ou "paz e amor" ninguém vota nele!

Comentário 9: Chega do politicamente correto que afundou nosso BRASIL!!!

Os comentários 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 fazem referência ao fato de Bolsonaro ser autêntico, sincero, franco, espontâneo, “direto e reto” - argumentação que vemos em diversos outros comentários codificados. Em seu texto, Alonso (2019) afirma que Bolsonaro se expressou como um homem comum, fato que levou muitos apoiadores a se sentirem representados, “como um espelho de aumento” (p. 53), conforme percebemos no comentário 7. Baronas e Ponsoni (2018) dissertam acerca da imagem de “homem do povo” criada pelo ex-deputado, que falava não em nome da população, mas para uma parcela da população e da mesma maneira que milhões de brasileiros. No comentário 1, a realidade de o candidato não ser politicamente correto é posta em um patamar mais digno de exaltação do que as próprias ideias expostas em seu plano de governo. Tal eleitor deixa nítido que não se importa muito com o plano de governo de Bolsonaro, mas sim que suas preocupações rondam em torno das atitudes de Bolsonaro, o que podemos relacionar à personalização da política já descrita no capítulo 4. Trata-se do método, segundo Ribeiro e Pozobon (2019), de tratar o ator político como indivíduo qualquer da sociedade, além de o expor pelo enquadramento de sua vida cotidiana e focalizar nos líderes individuais, em detrimento das frentes partidárias. Em relação ao candidato Bolsonaro, podemos acrescentar que tal personalização ainda estaria ligada à sua postura explicitamente politicamente incorreta, ou ainda, como afirma alguns de seus apoiadores de nosso *corpus*, à sua postura honesta, verdadeira, franca, livre de “mimimi”, “que fala na lata”, que é autêntica.

Jair Messias Bolsonaro, ao mobilizar a cultura do politicamente incorreto, identificada com o antipetismo de classe média, incorporou os valores dessa cultura em seu plano de governo (DI CARLO e KAMRADT, 2018). Os autores também refletem acerca do personalismo que o coloca acima dos partidos e da crise do sistema político, porém, Di Carlo e Kamradt (2018) também afirmam que o candidato não é o responsável pela radicalização da sociedade, mas sim um produto de tal radicalização. “Ele é portavoz por ter sido o político mais hábil em verbalizar valores que vão de encontro a essa cultura [*do politicamente incorreto*]” (*ibid.*, p. 69). O comentário 2, por exemplo,

incentiva o atual Presidente a “chutar o balde”, a falar o que pensa, a partir da justificativa de que as pessoas estão cansadas do politicamente correto, o que, como descreve Scabin (2018), para os estabelecidos (tradicionalmente detentores das representações legítimas), seria uma forma de censura. Acrescentaria a essa afirmação a premissa de que o politicamente correto é condenado pelos autoidentificados como detentores de representações legítimas, já que no Brasil nos deparamos, frequentemente, com a falta de consciência de classe. Sendo assim, o comentário 2, ao fazer referência ao cansaço em relação ao politicamente correto, ou ao mal-estar da regulação discursiva, como aqui chamado, ainda nos remete à pretensa “ditadura das minorias” (WILLIAMS 1995; GRUDA, 2014), pois transforma o respeito a diversas identidades e a boa convivência, premissas do PC, como ideais passíveis de serem tratados com incômodo.

O comentário 4, ao realizar uma crítica à mídia, além de se assemelhar a outros proferimentos codificados, ainda segue a linha argumentativa que Bolsonaro adotou em sua campanha. O candidato sempre se portou adverso à mídia *mainstream*, em particular à Globo, que noticiava críticas em relação a ele.

Dedicaremos aqui um espaço exclusivo de análise para o comentário 6. Assim, iniciaremos pela sentença: “por ter despertado o patriotismo no coração do brasileiro de bem” Consideramos importante destacarmos alguns fatos em relação ao patriotismo, que não deve ser confundido como um sinônimo de nacionalismo. O patriotismo faz alusão ao sentimento de lealdade à nação (SEWPAUL, 2009; LEITE *et al.*, 2018), “pelo orgulho de sentir-se parte de uma comunidade nacional” (LEITE *et al.*, 2018, p. 2065). Já o nacionalismo, o amor pelo estado nacional, pode ser perigoso na medida em que incentiva e desperta o sentimento de hegemonia de nações. Para Leite *et al.* (2018, p. 2065), “o nacionalismo seria caracterizado por ser uma ideologia sobre a qual se sustenta a construção cultural da nação e, conseqüentemente, de um território e um Estado diferenciado”. O comentário destaca o fato de Bolsonaro ter estimulado o patriotismo. Ao utilizar as cores da bandeira e ter colocado em seu mote de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o candidato estaria, assim, incentivando alguns valores nacionais. Cioccarri e Persichetti (2019) não descrevem Bolsonaro como um patriota, mas sim como um nacionalista do século XX, com um viés mais econômico. As autoras afirmam que Jair Messias é expoente do nacionalismo conservador criado pelas direitas brasileiras, que demanda a soberania para si próprio, como uma autocracia.

Além disso, no comentário também é acionada a ideia do “brasileiro de bem”. Conforme afirma Baptista *et al.* (2018), a figura do “cidadão de bem” representa um “eu”

contemplado com valores morais e éticos inquestionáveis, que permite ao “outro” fazer parte desse grupo seletivo, caso tal “outro” atenda aos pressupostos do modelo ideal de cidadão. Alonso (2019) explica que a comunidade moral bolsonaristas se estrutura no compartilhamento de códigos binários, “que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas” (p. 52). Tais divisões, segundo a pesquisadora, são responsáveis pela simplificação da realidade pela ativação de sentimentos coletivos, como o afeto, o medo e o ódio, em manejo dessas clivagens reforça o senso de pertencimento a uma comunidade de pares similares. Assim, indo ao encontro do interesse da pesquisa, o comentário, ao afirmar: “Obrigado pela coragem de ser autêntico nesse mundo politicamente correto”, a relação que se pode trazer é a de que o candidato “presenteia” os “brasileiros de bem” com a autenticidade. A partir disso, questiona-se: qual o significado do politicamente correto para tal cidadão? A resposta: o PC é, definitivamente, descrito de maneira negativa.

No comentário 7, constatamos a argumentação em torno da simplicidade do candidato do PSL. Como já destacado aqui, Bolsonaro se apresentou como um “homem do povo”, e, para Alonso (2019), antes e depois da eleição, o candidato investiu na estética do improvisado e na exaltação do homem comum. Por isso, pela frase “parece cada um de nós falando”, argumenta-se que há uma sensação de proximidade dos eleitores com Jair Bolsonaro. Podemos, assim, levar a análise para os parâmetros das afetações pessoais. Estaria o brasileiro carente de um candidato que fosse a imagem e representação do povo? Em simplicidade, uso de linguagem coloquial e, sobretudo, proximidade? Dilma Rousseff sempre se portou enquanto uma figura séria e formal – o fato de ser mulher também levou a ex-presidente a assumir esta postura. Michel Temer nunca foi considerado um líder carismático⁷³ e também se apresentou como um político mais elitista do que “do povo”. Já em relação à corrida eleitoral de 2018, entre os candidatos que aqui analisamos, Jair Bolsonaro se diferencia de Haddad e Ciro nesse quesito populista. Fernando Haddad e Ciro Gomes carregam em si o fato de serem professores universitários: são figuras intelectuais, enquanto Bolsonaro “se apresenta como brasileiro médio, pai de família, trabalhador, sem tempo, dinheiro ou paciência para os maneirismos dos cultos” (ALONSO, 2019, p. 63). Flávia dos Santos Nascimento (2019), em sua dissertação de

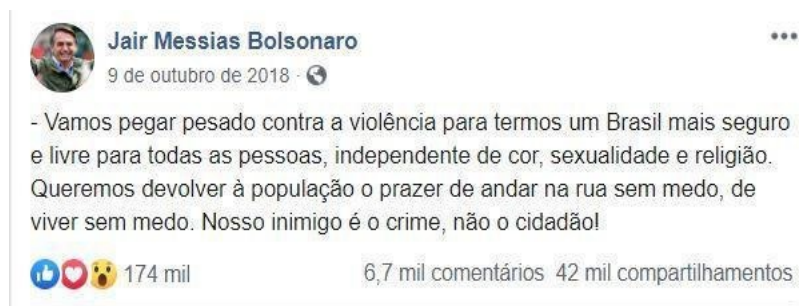
⁷³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/brasileiros-pro-temer-dizem-relevar-de-nuncias-e-falta-de-carisma-em-prol-do-avanco-economico.shtml>. Acesso em: 14 de jan. de 2020.

mestrado, correlaciona os lugares que ocupam Bolsonaro e Lula, no que tange ao campo das afetações, já que Lula também já representou a esperança e a salvação do país.

O discurso político contemporâneo é construído através dos afetos e não em um programa de governo. Isso nos remete ao pai soberano, amado e temido, ao qual renunciamos nossas decisões, para depositar nele a confiança, pois, se acredita que precisamos é de um pai protetor, que seja capaz de acabar com as ameaças a estes filhos. O discurso cativante e afetuoso estimula o desamparo e deixa a população aflita pela figura do pai protetor, ela é uma espécie de retorno às experiências infantis que infantiliza o eleitorado, afastando-o da realidade. ‘Este’ seduz o eleitor, e ocupa a posição de ideal de eu. Essa fantasia é revivida ao se colocar nesse lugar de afeto, e isso acaba dividindo a população que está tomada por essa desesperança nos tempos de crise (NASCIMENTO, 2019, p. 49).

Aqui, adicionamos ainda o fato de Lula também ter sido um homem simples, “do povo”. Destacamos, nesse momento, que está fora de nossas pretensões de pesquisa equiparar a figura e as intenções de Jair Messias Bolsonaro às de Luiz Inácio Lula da Silva. A comparação que fazemos é em relação ao imaginário sensível dos eleitores, relativo às afetações. O que dissocia esses dois dos relevantes personagens políticos brasileiros são os ideais que pautam a pluralidade e a convivência respeitosa de diversas identidades em esfera pública: os ideais da democracia.

Figura 6 – Publicação de Jair Bolsonaro sobre segurança e liberdade



Fonte: Facebook

Os comentários 8 e 9, assim como diversos outros comentários do nosso *corpus*, são relativos à publicação de Bolsonaro referente à figura anterior. Na publicação, Bolsonaro afirma que irá garantir segurança e liberdade para todas as pessoas. Colocado dessa maneira, e sob uma ótica superficial, a alegação do candidato tem coerência, visto que atende a uma suposta democracia. Porém, se analisarmos por um viés mais complexo, constatamos que o candidato utiliza a argumentação de que somos todos iguais, independente da cor, da sexualidade e da religião. O candidato ignora o problema⁷⁴ das

⁷⁴A negação da problemática será tratada na seção sobre a hipótese 5.

desigualdades entre raças, gêneros e classes, um problema histórico, econômico, social que assola nosso país. Por isso, os comentários 8 e 9, que entendem a questão do politicamente correto relacionada às lutas identitárias, também ignoram tal problema. Aliás, não só ignoram como se opõem. Para o 9, o politicamente correto, o respeito às diversas pautas, foi o responsável pela destruição do país, enquanto para o 8, assim como o 1, a figura de Bolsonaro deve ser exaltada justamente pelo fato de ele não ser politicamente correto.

5.2.2 Haddad

A hipótese relativa ao candidato do PT afirma que seus apoiadores irão, em sua maioria, defender a regulação discursiva. Conforme a Tabela 4, chegamos à conclusão de que os defensores de Haddad, em sua maioria (2,6%, com 99% de confiança), publicaram proferimentos que, ou não eram relativos à regulação discursiva, ou cuja identificação de ataque ou defesa era impossível de ser realizada.

Isso significa que a hipótese foi, em parte, refutada. Em partes porque, logo em segundo lugar, com pouca diferença (0,3%) aparecem os defensores de Haddad que defendem a regulação discursiva – totalizando 2,3% do *corpus*, dentro de 3,3% total que defendem a regulação. Como exemplo, citamos os comentários abaixo:

Comentário 10: Chamar pauta social de mimimi e vitimismo ofende a democracia! Não deslegitimaram nossas lutas! #Haddad pela democracia!

Comentário 11: Moderado, honesto, politicamente correto, ético e brilhante na medida certa. tal é o meu presidente Haddad!

Comentário 12: Ah, se ele soubesse o que o *bullying* é capaz de fazer com a vida de uma pessoa. Só quem já viu alguém que ama sofrer por ser considerado diferente, sabe o quanto dói por favor, se vocês tiverem um filho adolescente ou/e gordinho, um amigo negro ou gay, passando por *bullying*, eu imploro, não cheguem para ele e falem que sofrer por serem desmerecidos é vitimismo . Os tempos mudaram e todo mundo com o mínimo de capacidade cognitiva é capaz de entender isso, se o futuro líder da nossa nação pensa assim, que Deus nos ajude!!! Fiquei muito curiosa para saber como ele pretende acabar com esse 'vitimismo' ? 🙄

Tabela 4 – Regulação discursiva X Fernando Haddad

Candidato Fernando Haddad				Total
Não identificável/ Não se aplica	Ataque	Defesa		

Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	656	403	70	1129
		% do Total	24,60%	15,10%	2,60%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	886	537	13	1436
		% do Total	33,20%	20,20%	0,50%	53,90%
	Defende a regulação	Contagem	27	0	61	88
		% do Total	1,00%	20,20%	0,50%	53,90%
	Misto	Contagem	5	5	2	12
		% do Total	0,20%	0,20%	0,10%	0,50%
	Total	Contagem	1574	945	146	2665
		% do Total	59,10%	35,50%	5,50%	100,00%

Casos omissos: n=4;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 760,636^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Comentário 13: Fulana⁷⁵, claro que fica, fulana! haddad na verdade tem inúmeros discursos direcionado ao combate, dá a real importância a esses problemas. jair é uma mente totalmente atrasada, não vai criar lei alguma, pelo simples fato de achar “vitimismo”. se você não acha que isso vai afetar ainda mais o racismo, feminicídio, bullying, ataques a gays, realmente..

Comentário 14: As vítimas da sociedade brasileira serao as únicas culpadas de serem vítimas!. Não existe defesa nesse regime opressor!. A meritocracia é assim, azar o seu se nascer pobre, negro, índio. A culpa é sua mulher quando apanha do teu marido, a culpa é tua quando tu morres ou quando és estrupada. Chega de VITIMISMO!!.. Sqn. #democraciabrasil #naoaviolencia #Haddad13 #manuforçadasbrasileiras.

Os comentários 12 e 13 são relativos à figura 7, enquanto o 14 à figura 8. Enquadramos esses proferimentos enquanto defensores de Haddad porque os comentários apoiam as ideias do candidato explícitas nas publicações. Tais comentários ainda foram codificados como reconhecimento da problemática social: entendem que há um problema que é de nível público e que não pode ser chamado de vitimismo. Por que constatamos uma identificação entre a defesa da regulação discursiva e a defesa de Fernando Haddad? Primeiramente, conferimos a isso a questão de o candidato ter sempre prezado pela defesa dos direitos humanos, conforme mostra o capítulo 3.

A campanha do presidencial se pautou na necessidade da garantia dos direitos e propôs a implementação de uma conferência nacional popular de direitos humanos, com

⁷⁵ Os nomes ditos nos comentários foram substituídos com o objetivo de prezar a privacidade dos usuários.

o intuito de incluir e promover os direitos de todos os setores que lutam. Com o argumento da construção de uma democracia mais assertiva, Haddad, em seu plano de governo, afirmou o quão estratégico é o combate ao racismo e ao machismo, por exemplo. Sendo assim, nada mais do que comum que seus apoiadores também sejam defensores dos direitos humanos, como está nítido no comentário 13. No comentário 10, vemos ainda um discurso a favor da democracia que se pauta pelo argumento de deslegitimação de lutas. Cabe aqui destacar a visão de Honneth (2009) acerca das lutas sociais.

Para o autor, uma luta só pode ser caracterizada como “social” a partir da circunstância em que seus propósitos passam a ir além das intenções individuais, chegando a um patamar de se tornarem a fundamentação de um movimento coletivo. Na dimensão do reconhecimento honnethiana, as lutas e os conflitos históricos podem revelar uma posição na evolução social, desde que se empreenda o processo de assimilação de seus papéis para o estabelecimento de um progresso moral. “Os sentimentos morais, até aqui apenas a matéria-prima emotiva dos conflitos sociais, perdem sua suposta inocência e se tornam momentos retardadores ou aceleradores num processo evolutivo abrangente” (HONNETH, 2009, p. 265). Sendo assim, no comentário 10, ao vermos um argumento que defende as lutas sociais e a garantia da democracia, também constatamos um certo progresso moral.

Outro dado interessante (e expressivo) de ser analisado é o fato de que 20,2% das pessoas que atacam Fernando Haddad sofrem de uma indisposição à regulação discursiva. Boa parte desse dado se deve às seguintes publicações:

Figura 7 – Publicação de Haddad referente à entrevista de Bolsonaro. Fonte: Página do Facebook de Fernando Haddad



Fonte: Facebook

Figura 8 – Publicação de Haddad referente à afirmação de Bolsonaro. Fonte: Página do Facebook de Fernando Haddad



Fonte: Facebook

A publicação destacada na Figura 7 é um vídeo de uma entrevista com Jair Bolsonaro, em que o candidato declara: “Como combater o racismo? Não tocando no assunto! Quando eu era garoto, não existia essa história de *bullying*. O gordinho dava pancada em todo mundo, e hoje o gordinho chora!”. O jornalista pergunta: “Isso não seria empurrar para debaixo do tapete?”. Bolsonaro responde: “Não, não é empurrar...mas pera aí, acontecem as brincadeiras de criança, elas estão ali se moldando, moldando o caráter, você não tem que ter uma política pra isso, isso não pode continuar existindo. Coitado no negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense, tudo é coitado! Tudo é coitadismo no Brasil, nós vamos acabar com isso!”.

Em relação à proposição de Bolsonaro, Haddad se mostra explicitamente contrário, bem como o colocado na publicação da Figura 8. Os apoiadores de Bolsonaro reagiram às publicações de Haddad, afirmando:

Comentário 15: Pqp kkkkkkkkkkkkkkkkkkk é um vitimismo chega dar nojo.

Comentário 16: Q sofrimento !!!!!buaaaaa...vai ficar chorando como um coitado q todo mundo tem q passar a mão na cabeça ou vai virar adulto e resolver seus problemas sozinhos???. Para de vitimismo!!!

Comentário 17: Prá mim é frescura mesmo no passado todos nós tínhamos um apelido hoje é *bullying*

Comentário 18: Apoiado b17 chega de frescura

Comentário 19: Essa sua postagem é maior frescura Haddad Parece o filho mimado da família fazendo birra e chorando pq o irmão ta ganhando mais doce pq cortou a grama....

Comentário 20: Também acho frescura um negro um nordestino um gay e tão capaz como qualquer um ...

Comentário 21: Quanto vitimismo aqui! Procurem uma satisfação real e de paz dentro de cada um de vocês! Precisamos evoluir!!! Por isso: #BOLSONAROPRESIDENTE2018

A negação da problemática – apesar de ser um quesito que será discutido mais detalhadamente na hipótese 5 – não pode deixar de ser tratada aqui. Segundo Di Carlo e Kamradt (2018), o revisionismo histórico bolsonarista é uma cosmovisão compartilhada por seu público de eleitores. “Em um país marcado por uma memória fraca sobre sua história, a atuação política de Bolsonaro fortalece a amnésia coletiva, principalmente em um país sem tradição de museus voltados à representação da violência em sua história (escravidão, ditadura militar *etc.*)” (DI CARLO E KAMRADT, 2018, p. 57). Olhemos para os comentários. O 15 exprime sua intolerância patente em relação ao vitimismo. O comentário 16 se utiliza de ironia e ainda trata sobre a meritocracia, ao declarar que ou você “chora” ou você corre atrás dos próprios resultados. Porém, o que o sujeito negligencia é o fato de que o “chorar” seria reclamar de um problema social que é público e deveria ser resolvido coletivamente, seja ele: a falta de acesso a espaços privilegiados de maneira igualitária, o preconceito sofrido por grupos minoritários, a desigual distribuição de renda, entre outras questões. No comentário 17, ainda vemos o argumento que concorda com a visão negativa de Bolsonaro sobre a agenda do *bullying*: antes os apelidos eram aceitáveis, mas, atualmente, são chamados de *bullying*. O *bullying*, segundo Antunes e Zuin (2008), refere-se ao conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, que ocorrem com frequência entre colegas. A função do *bullying* para quem o pratica é a realização da afirmação de poder interpessoal por meio da agressão (LOPES NETO, 2005; ANTUNES e ZUIN, 2008). Ainda há a discussão acerca das causas

que incluem, além de fatores econômicos, sociais e culturais, os relacionados ao temperamento do indivíduo, às influências familiares, de colegas, da escola e da comunidade (LOPES NETO, 2005), às relações de desigualdade e de poder, tidas como naturais por Smith (2002), a uma relação negativa com os pais e um clima emocional frio em casa e às relações de poder existentes no ambiente escolar (YONEYAMA e NAITO, 2003)” (ANTUNES e ZUIN, 2008, p. 34).

Considerar o *bullying* como vitimismo e assunto não necessário de ser pautado corresponde também ao mal-estar da regulação discursiva. Há certas piadas que, em dada época, poderiam ser consideradas inofensivas; porém, hoje, já as vemos como perigosas.

A verdade é que tais piadas e apelidos nunca adotaram tal papel de completa inocência, visto que retratam parte dos preconceitos sociais, trazendo consequências às vítimas mesmo que mínimas. Portanto, nomear o *bullying*, o preconceito ou a violência verbal como vitimismo e frescura é indicativo de falta de disposição para adequar seu discurso em prol da boa convivência com certos grupos que sempre estiveram em posições de serem julgados – o gordo, o negro, o gay, a mulher, para citar alguns.

O comentário 20 utiliza a argumentação de que somos todos iguais para encobrir um grande problema social: as desigualdades. O proferimento 21, de maneira similar ao 16, ainda relaciona o vitimismo a não sensação de "satisfação real e de paz dentro de cada um", atribuindo, assim, ao indivíduo, a busca pela própria satisfação. É a negação, mais uma vez, de que há um problema público e coletivo.

Após uma análise dos comentários, constatamos que a postura de Jair Bolsonaro, um então deputado federal candidato à presidência da República, poderia estar avalizando e estimulando o mal-estar da regulação discursiva. Bolsonaro não é o único representante político que sofre desse mal-estar, tampouco é o criador do fenômeno; no entanto, suas posturas incentivam uma parcela da sociedade – que clama por mudanças no Brasil – a se atentarem para a regulação e a proclamarem que estão “cansados do politicamente correto”. Tal fato poderia estar incitando o ataque à Haddad, já que, aliada à pauta que aciona a cultura do politicamente incorreto, estaria, como descreve Di Carlo e Kamradt (2018), o antipetismo.

5.2.3 Ciro

A hipótese relativa a Ciro Gomes, em virtude de ser um candidato dual, é a de que seus apoiadores teriam uma posição mista em relação à regulação discursiva. No entanto, conforme mostra a Tabela 5, não há nenhuma relação – 0% – entre seus apoiadores e a categoria mista da regulação discursiva. Isso significa que podemos negar a hipótese.

Tabela 5 – Regulação discursiva X Ciro Gomes

		Candidato Ciro Gomes			Total
		Não identificável/ Não se aplica	Ataque	Defesa	
	Contagem	1104	8	20	1132

Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	% do Total	41,40%	0,30%	0,70%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1419	13	4	1436
		% do Total	53,20%	0,50%	0,10%	53,90%
	Defende a regulação	Contagem	86	1	1	88
		% do Total	3,20%	0,00%	0,00%	3,30%
	Misto	Contagem	11	1	0	12
		% do Total	0,40%	0,00%	0,00%	0,40%
Total		Contagem	2620	23	25	2668
		% do Total	98,20%	0,90%	0,90%	100,00%

Casos omissos: n=1;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 23,469^a; Significância Assintótica (Bilateral), 001

Fonte: Elaborado pela autora

Como Ciro Gomes só participou do primeiro turno e as eleições de 2018 tiveram uma polarização bem marcada entre Bolsonaro e o Partido dos Trabalhadores, são poucos os comentários que se referiam a Ciro dentro do nosso *corpus*. Os comentários raspados de sua página, selecionados pelos filtros criados para a pesquisa, conforme mostra o Apêndice 2, totalizam 60, em comparação aos valores de 1215 e 1394, de Bolsonaro e Haddad, respectivamente. Por isso, a maior parte dos comentários – 53,2%, ao nível de 99% de confiança – que sofrem a regulação foram codificados na categoria “Não identificável/não se aplica” em relação ao candidato. Tal categoria indica que os comentários ou não citaram o candidato, ou não era possível que fosse identificado o ataque ou defesa aos ideais de Ciro segundo o proferimento.

Um dado que pode ser analisado, dentro dos dados válidos – excluindo os quesitos “Não identificável/não se aplica” – é o fato de que 0,5% dos comentários que atacam a regulação discursiva também atacam Ciro Gomes, como é o exemplo do comentário abaixo:

Comentário 23: Essa é a opinião dele, ninguém quer que um filho seja gay, não adianta vir com discurso politicamente correto, a grande maioria não gostaria de ter um filho gay, agora se o outro candidato ganhar tu pode ter motivos reais pra se preocupar além de opção sexual, o mais engraçado é que na campanha de Ciro Gomes não vi em nenhum momento vc falar sobre os posicionamentos dele, quando ele chamou um negro de capitão do mato, ou quando ele disse q o principal papel da mulher dele na campanha era dormir com ele, quando ele bateu em um repórter que fez uma pergunta pra ele e ele não gostou, e disse q ia receber o pessoal do Sérgio mora na bala, entre outras

coisas..... onde estava seu posicionamento anti violência??? Não vi até hj
kkkkkk

O comentário faz referência à publicação de Bolsonaro, no dia 10 de outubro, data que Ciro já não mais estava no pleito eleitoral, em que o primeiro candidato compara as propostas de Haddad às suas. Para além da intolerância⁷⁶ reproduzida pelo comentário, pela afirmação “ninguém quer que um filho seja gay”, vemos uma exposição dos posicionamentos de Ciro Gomes em prol da defesa das atitudes de Bolsonaro. Alguns comportamentos, citados no proferimento, já foram detalhados no capítulo 3, no qual tratamos dos episódios relativos a Fernando Holiday e aos dizeres de Ciro sobre sua esposa. O defensor de Bolsonaro – percebe-se que é apoiador do candidato do PSL pela afirmação “se o outro candidato ganhar”, publicada na página de Bolsonaro – cobra de seu interlocutor um posicionamento de coerência no tocante à pauta antiviolença. Os outros eventos citados (a agressão a um jornalista⁷⁷ e a questão do Sérgio Moro⁷⁸) são de cunho verdadeiro, sendo assim, o comentário realmente faria sentido.

Ciro Gomes, ao confirmar sua candidatura à Presidência em 2018, reconheceu ter cometido erros e afirmou: “Não sou superior nem imune nem vacinado a erros. Tenho trabalhado praticamente dez horas por dia e a minha ferramenta de trabalho é a palavra. Evidentemente que posso errar aqui e ali, porque nunca tive a pretensão de ser um anjo”⁷⁹. Ciro é um candidato que, assim como Jair Bolsonaro, também sofre do mal-estar da regulação discursiva. Porém, diferentemente deste, Ciro tem em sua agenda a preocupação com as injustiças sociais e com os grupos estigmatizados. Em seu plano de governo, por exemplo, o candidato pauta a importância das práticas afirmativas dirigidas a grupos como mulheres, negros e comunidades LGBTQ+. Tais grupos, como relata o programa, “por serem infelizmente discriminados na sociedades, precisam de políticas específicas que reduzam essa discriminação e as decorrentes desigualdades econômica,

⁷⁶ As intolerâncias serão discutidas na hipótese 3.

⁷⁷ São dois casos distintos. Como não se sabe de qual episódio exato está se tratando, colocaremos ambos aqui: [1] Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/videos/v/ciro-gomes-agride-jornalista-dura-nte-coletiva-no-centro-de-boa-vista-no-sabado-15/7023263/>. Acesso em: 13 de jan. de 2020 / [2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/ciro-c-blogueiro-ligado-ao-mbl-se-desen-tendem-em-forum.shtml>. Acesso em: 13 de jan. de 2020.

⁷⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ciro-gomes-diz-que-se-moro-tentar-prende-lo-recebera-turma-do-juiznabala21116401?GLBID=117b3398566e4fc2bac6dab235390d8e337353078694d786f4b547a694442486a466362423276354f6d5f547144515f6259324b42434a37304c4768674251615f4583666a6d664e463956463759595171576b586b38643043367133347573744f303333413d3d3a303a75696877677763646678646e6d7774627168726b>. Acesso em: 13 de jan. de 2020.

⁷⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/presidenciaivel-pela-3a-vez-ciro-gom-es-acumula-polemicas-veja-principais.shtml>. Acesso em: 14 de jan. de 2020.

social e no acesso a oportunidades” (PLANO DE GOVERNO CIRO GOMES, 2018, p. 42).

Já no comentário abaixo, vemos alguém que ataca Ciro e tem um sentimento misto em relação à regulação. Ao mesmo tempo em que ataca, defende, afirmando que Ciro já disse coisas “escrotas” em público. Diferente do comentário 23, que se mostra indiferente às posturas de Ciro (apenas as expõe), o indivíduo do comentário 24 alega explicitamente seu desgosto e julgamento em relação aos comentários de Ciro. Por isso, esse foi codificado apenas como ataque à regulação (por outros posicionamentos), enquanto o 24 está como misto.

Comentário 24: Fulano⁸⁰, deixa de ser otário, com esse discurso batido, com essa BALELA e mimimi de sempre. Todas essas pautas que você levantou já foram explicadas e esclarecidas. Mas se você prefere ser manipulado pela mídia e pela esquerda, PROBLEMA SEU babaca! Mudem o discurso, POR FAVOR!!! Achem algum indício REAL de corrupção por parte do Bolsonaro e nos mostre, que diferentemente de vocês da esquerda que seguem seus candidatos como burros de carga, independentemente de serem BANDIDOS ou não, nós conservadores e da direita seremos os primeiros a detonarmos BOLSONARO se ficar evidente alguma ação ilícita de sua parte! Não vou nem comentar muita coisa sobre seu candidato CANGACIRO GOMES pois nem vale a pena. Os mais de 70 processos nas costas dele, as coisas absurdas e escrotas que ele já disse em público, seu apoio ao BANDIDO LADRÃO do Lula dizendo que iria resgatá-lo da cadeia entre outras situações que mostram sua simpatia pelo 9 dedos, sua promessa de tirar o nome de todo mundo do SPC (pareceu até aqueles episódios antigos do programa Estados Anysios de Chico City com políticos fazendo promessas absurdas), fora várias outras coisas que desabonam seu candidato, mostra o tipo de eleitor BOSTA que você é! Então se você acha que o Bolsonaro é corrupto, comete ilicitudes, RALA dessa página seu merda, e vai lá babar o ovo do seu CORONÉ, pois diferente de você eu jamais perderia meu tempo indo lá atacar ele na sua página, pois suas falas e atitudes já o condenam.

Em virtude aos posicionamentos de Ciro Gomes, a hipótese descrevia o fato de esperar mais comentários julgadores das posturas polêmicas do pedetista. Sendo assim, podemos concluir, dentro do nosso universo analítico, que Ciro Gomes não foi uma figura muito expressiva nas eleições de 2018, visto que estavam em jogo outros atores de maior

⁸⁰ Os nomes ditos nos comentários foram substituídos com o objetivo de prezar a privacidade dos usuários.

nível polarizador: a figura de Jair Bolsonaro e todos os valores conservadores que esse carrega consigo, e o Partido dos Trabalhadores e todos seus escândalos de anos de governo.

Nessa primeira parte da análise, pudemos relacionar a indisposição à regulação discursiva aos posicionamentos dos adeptos e dos não-adeptos de cada candidato, entendendo a importância da pauta na escolha dos representantes políticos. No próximo capítulo, o mal-estar da regulação discursiva será relacionado com a liberdade de expressão, com as intolerâncias, com as direitas conservadoras e com a negação da problemática. Para o capítulo 6, tomamos também como base o contexto eleitoral, analisando a conjuntura política brasileira de maneira mais ampla.

CAPÍTULO 6: ANÁLISE II: O MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA

O presente capítulo traça as articulações do mal-estar da regulação discursiva com as agendas defendidas pelas direitas conservadoras brasileiras. É válido destacar, aqui, que em relação ao mal-estar da regulação discursiva, há uma configuração moral daquilo que é politicamente correto ou incorreto, que leva em conta a história do brasileiro traçada neste capítulo. Para Tatagiba (2018, p. 88), a mobilização social inédita brasileira, de um espectro que vai da extrema esquerda à extrema direita, “é uma expressão visível de um processo mais longo e profundo de reconfigurações das subjetividades políticas e das redes de relações, as quais orientam o engajamento na vida pública e as escolas políticas” Ainda para a autora, muitos desses processos refletem a construção de reações às profundas transformações do contexto socioeconômico, político e cultural experienciado pelo país, sobretudo, na última década.

No Brasil, os setores mais extremados das direitas incluem, de acordo com Miguel (2018), três vertentes principais: libertarianismo, fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo. Entretanto, tais definições passam também por moralidades construídas e por relações de poder, como vem trabalhando Jessé de Souza (2006; 2009; 2010; 2016; 2017; 2018). O Brasil possui especificidades na constituição de suas direitas conservadoras e/ou radicais. Economicamente, o país vem de uma tradição liberal, e, politicamente, baseia-se em pautas conservadoras nos costumes. Assim, após 2003, a ascensão de governos de esquerda, ao causar aberturas culturais e sociais, impactou no embate público em relação à questão da moralidade.

O desejo de recomposição dos traços do passado se relaciona com a aspiração de que a sociedade, a economia e a política sejam capazes de se reerguer contra os sinais da corrupção e da decomposição do tecido social. Tal visão conservadora é descrita por Burity (2018, p. 21), que também vê o conservadorismo como um “fundamento abalado”, mas ainda passível à retomada da ordem e progresso prometidos ao país. Outros estudos também se dedicaram a apontar os aspectos valorativos do conservadorismo: a resistência à mudança e o conformismo da desigualdade (ALTEMEYER, 1996; GRAHAM; HAIDT; NOSEK, 2009; BAPTISTA *et al.*, 2018).

Ao pensar essas questões, as seções deste capítulo estão divididas da seguinte forma: a primeira empreende uma análise acerca do vínculo entre a indisposição à regulação e a defesa da liberdade de expressão; a segunda avalia a conexão do mal-estar

com os comportamentos intolerantes; a terceira tem como objetivo investigar a relação entre a indisposição e os diferentes espectros políticos; e a terceira e última seção visa relacionar o mal-estar com a negação da problemática.

6.1 Pela liberdade de se expressar

Nossa segunda hipótese propôs que os argumentos que defendem a liberdade de expressão seriam mais indispostos à regulação discursiva, em relação àqueles que não acionam a premissa da liberdade de expressão. Partimos do pressuposto de que a defesa da liberdade de expressão é colocada em xeque quando o assunto é a disseminação de intolerâncias e discurso de ódio. O direito à liberdade de expressão, por vezes, é reivindicado pela direita liberal, a despeito do fato de que isso possa validar discursos intolerantes e odiosos (MEYER-PFLUG, 2009; FRIGO e DALMOLIN, 2017).

Entretanto, já podemos negar a hipótese antes mesmo do processo analítico de sua tabela de cruzamento. Ao cruzarmos os dados da regulação discursiva (ataque e defesa) com os dados relativos ao código “Em nome da liberdade de expressão”, a significância assintótica (bilateral) do Qui-quadrado de Pearson assumiu o valor de 0,217⁸¹. Isso significa que não existe associação significativa entre as variáveis. Quando o *P-value* assume um valor maior que 0,10, há uma pequena ou ausência de evidência em relação à hipótese que se quer constatar (ARSHAM, 1988). O único comentário que fez referência direta à liberdade de expressão é o seguinte:

“**Comentário 25:** O PT também defende a liberdade de expressão, só a expressão que puxe o saco deles, já tá 17 a 0 pro Danilo Gentili, e viva o politicamente incorreto! KKKKKKKKKK”.

O proferimento acima era uma reação a uma publicação de Bolsonaro com a afirmação: “Defendemos a liberdade de imprensa e internet pois trata-se de livre expressão e cabe às pessoas decidir no que acreditar, filtrando e buscando informações. Controlar estes meios, como quer abertamente a esquerda, faz parte do processo de implementação de um estado totalitário”. No comentário 25, a liberdade de expressão é definida como parcial por parte do PT, a fim de julgar as ações do partido. Embora utilizado quando se trata da defesa do humor, como é o caso de Danilo Gentili exposto no comentário 25 (já detalhado no capítulo 2), o argumento da liberdade de expressão não

⁸¹A tabela está nos apêndices.

foi acionado de maneira significativa em nosso *corpus* de trabalho para defender posicionamentos da sociedade civil. Portanto, nesta seção, dedicaremos-nos a entender o porquê de tal ausência relacional.

Para Edström e Svensson (2016), a liberdade de expressão é mais do que um direito individual, é um elemento primordial de uma sociedade que possui fundamentação no ideal democrático participativo. Para as autoras, a liberdade de expressão nada mais é do que a formação de uma opinião livre. Segundo definem Stroppa e Rothenburg e (2015), a liberdade de expressão é assegurada por diversos tratados internacionais⁸². Entretanto, a própria Constituição brasileira, ao abordar o tema, afirma que as restrições à liberdade de expressão se relacionam aos direitos fundamentais e aos bens constitucionais. Portanto, as intolerâncias e preconceitos não se enquadram no escopo da defesa à livre disseminação de opiniões.

A questão a que nos deparamos é: por que o argumento da liberdade de expressão não aparece significativamente em nossa filtragem de comentários? Poderíamos atribuir a justificativa à plena compreensão, por parte dos cidadãos, de que a liberdade de expressão não pode se encaixar, constitucionalmente, como um direito absoluto, premissa essa que seria pouco provável, dado que foram disseminadas diversos tipos de intolerâncias entre os comentários, ferindo, assim, a Constituição brasileira.

Outro motivo poderia nos levar ao desconhecimento e/ou desinteresse por parte dos brasileiros em relação aos pressupostos da liberdade de expressão – amplamente mais conhecidos e defendidos pelos americanos, por exemplo. Como afirmam Di Carlo e Kamradt (2018), o fenômeno do politicamente incorreto, além do Brasil, vem passando por batalhas discursivas também nos Estados Unidos. Por lá, de acordo com os autores, o politicamente incorreto (ou, aqui chamado de mal-estar da regulação discursiva) tem sido utilizado pelos grupos que se baseiam na primeira emenda da constituição estadunidense, que se refere à liberdade de expressão. Tais grupos, ainda conforme os pesquisadores, ao se alicerçarem nessa emenda, defendem discursos misóginos, racistas, violentos *etc.* Feres Júnior (2017, p. 65) também disserta sobre o ataque ao politicamente correto (por seu caráter cerceador da liberdade de expressão) pelos libertários dos EUA e por “figuras

⁸² “entre eles, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948 – art. 19), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA, 1969 – art. 13) e o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (ONU, 1966 – art. 19), dos quais o Brasil é signatário” (RUTHENBURG e STROPPA, 2015, p. 3).

como Danilo Gentili e Pondé, todos defensores do “direito ao insulto público” de quem quer que seja”.

A democracia liberal, com base nos princípios do liberalismo, preconiza a não-intervenção estatal, tanto na economia quanto nos direitos individuais dos cidadãos. Conforme disserta Habermas (1995), para a concepção liberal, os cidadãos desfrutam da proteção estatal, ao passo que se dedicam aos seus interesses privados, de acordo com os limites estabelecidos pela legislação. Ainda para o filósofo alemão, essa concepção traz para o processo democrático a tarefa de programar o Estado no interesse da sociedade, visto como um sistema disposto pela economia de mercado e pelas relações entre pessoas privadas e seu trabalho social.

O que se constata é que, nesse patamar da pesquisa e por meio de suas opções metodológicas, torna-se impossível traçar acertadamente as razões pelas quais não encontramos uma relação entre a liberdade de expressão e o mal-estar da regulação discursiva. Por isso, cabe, aqui, refletirmos acerca da própria criação da hipótese. A visão, de certa forma, liberal da regulação discursiva pode ter nos levado à construção de tal premissa. Ao tratar-se de uma regulação não-estatal de interesse público, a perspectiva liberal é, de certa forma, acionada; porém, não deve ser negligenciada a necessidade da ação estatal perante a algumas posturas discursivas – racismo, LGBTfobia, entre outras. Entendemos também, que, para além da ação punitiva em determinados casos, defendemos a ação educativa do Estado, a fim de se trabalhar em prol da prevenção do mal-estar da regulação discursiva.

6.2 As intolerâncias

Haverá mais intolerância entre aqueles indispostos à regulação discursiva em comparação com aqueles que defendem a regulação discursiva. Esta é a hipótese formulada relativa ao universo das intolerâncias. Baseado no fato de que as intolerâncias correspondem à desaprovação das crenças e dos princípios do outro, bem como ao impedimento que tal outro tenha controle sobre sua própria vida (RICOEUR, 2000), entendemos que a elucidação sobre o vínculo entre as intolerâncias e o mal-estar da regulação discursiva se faz necessária aqui.

Anteriormente ao processo analítico em si, é necessário minuciar sobre algumas escolhas metodológicas para a codificação. Fizemos uma primeira clivagem em relação à intolerância personificada e/ou coletiva e em relação à intolerância a uma ideia. Dentro

de intolerância personificada e/ou coletiva, compreendem-se o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a xenofobia, e outras formas de preconceito, transformados em desejo de extermínio do outro, em não disposição para a convivência harmoniosa e a incitação à violência. Além disso, também codificamos aqui os comentários que estereotipam o alvo com a intenção de ofender. Já a intolerância a uma ideia, entendemos como um ataque ao argumento, como uma não aceitação à existência de determinada pauta, de certa agenda.

Com nuances mais complexas e pautadas por justificativas contextuais, foi criada outra divisão para a codificação do material: adotamos uma diferença entre a intolerância e a “intolerância”. Categorizamos determinados comentários como “‘intolerantes’ ao intolerante” porque não encontramos outra expressão melhor para assim nomeá-los. Partimos do pressuposto de que a intolerância está ligada aos pressupostos democráticos, sendo, assim, como explica Gibson (2013), mesmo locais que não produzam diretamente a violência política, a intolerância se tornou um dos impedimentos mais importantes para a consolidação da reforma democrática em todo o mundo. Para Rossini (2017a), as expressões intolerantes são aquelas que negam o status de igualdade a pessoas e grupos, com foco nas dessemelhanças raciais, de gênero, orientação sexual, posicionamentos, entre outras. “Em nossa concepção, tais comportamentos são negativos para a democracia ao desvelar a negação da condição básica de igualdade entre cidadãos e promover a intolerância política” (ROSSINI, 2017a, p. 215).

Dessa forma, quem demonstra uma aversão às pessoas e/ou às ideias que ferem o pluralismo de identidades não pode ser considerado intolerante no mesmo nível. Não poderíamos enquadrar tais proferimentos a partir da mesma perspectiva. Há intolerância em relação à comunidade negra, por exemplo, mas seria negligente mencionarmos que há uma intolerância aos racistas, já que o racismo não é um ideal democrático. Seguindo Forst (2009), entendemos que a definição de intolerância é parcial, e, ainda, alicerçada pelos ideais do autor sobre juízos éticos legítimos, concordamos que existem preconceitos que não são moralmente aceitáveis, por isso, entendemos que há intolerâncias e “intolerâncias”. Como retrata o esquema a seguir:

- O “intolerante” ao intolerante = é um tolerante;
- O intolerante ao tolerante = é um intolerante;
- O tolerante ao intolerante = é um intolerante.

O “intolerante” ao intolerante é, por si só, um tolerante – à pluralidade, à diversidade. Tomemos como exemplo a questão racial: um “intolerante” aos racistas é

um antirracista. Assim, compactuamos com os ideais ditos por Angela Davis⁸³: “em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”.

Tabela 6 – Regulação discursiva X Intolerância personificada ou coletiva

			Intolerância personificada ou coletiva		Total
			Ausência de intolerância	Sim	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1094 41,00%	37 1,40%	1131 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1291	145	1436
		% do Total	48,40%	5,40%	53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	88 3,30%	0 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	12 0,40%	0 0,00%	12 0,40%
Total		Contagem % do Total	2485 93,20%	182 6,80%	2668 100,00%

Casos omissos: n=2;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 53,973^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000


Fonte: Elaborado pela autora

Descartaremos dessa análise as “intolerâncias” ao intolerante e focaremos nas intolerâncias às pessoas (e/ou grupos) e às ideias, visto que essas possuem maior relação com o mal-estar da regulação discursiva. De acordo com a Tabela 6, ao nível de 99% de confiança, 5,4% dos comentários intolerantes à pessoa ou a um grupo sofrem de uma indisposição à regulação discursiva. Dessa forma, podemos confirmar a hipótese, pelo menos em relação à intolerância personificada e/ou coletiva, já que, dos que defendem a regulação, não há proferimentos intolerantes. Analisemos agora os seguintes comentários:


⁸³“Angela Davis é filósofa, professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia e ícone da luta pelos direitos civis. Como ativista, integrou o grupo Panteras Negras e o Partido Comunista dos Estados Unidos. Foi presa na década de 1970 e ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha “Libertem Angela Davis”. Foi candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Autora de vários livros, sua obra é marcada por um pensamento que visa romper com as assimetrias sociais” (DAVIS, 2016).

Comentário 26: esse tipo de gente tem que matar sem dó...nada de ser politicamente correto esse lixos comunistas forma longe de mais, tem que matar todos que fazem essas ameaças.

Comentário 27: Nem vai perder tempo com debates vai ser a mesma coisa. . caso m do rosario, caso do gordao do kilombo, caso homofobia, caso racismo, caso ditadura etc e mimimi.

Comentário 28: "Racista, homofóbico, fascista, mimimi..." Deu desse papinho. Falta de argumentos. Aqui é  17

Comentário 29: Wagner Oliveira so porque e negro tem que roubar ?cade os livros ?cade o apoio do PT para os negros ?vitimismo e a arma dos fracos ,cor de pele nao significa carater conheço negros trabalhadores quem faz preconceito e o PT contra os negros

Comentário 30: Mulher inteligente, guerreira, competente, sem discurso de vitimismo. Essa mulher sim, merece respeito e aplausos. 

Antes de analisarmos os comentários explícitos acima, voltemos aqui ao comentário 23, exposto na seção relativa ao Ciro Gomes. Destaquemos uma parte do comentário: “Essa é a opinião dele, ninguém quer que um filho seja gay, não adianta vir com discurso politicamente correto, a grande maioria não gostaria de ter um filho gay”. No proferimento, pode-se notar a posição explícita de intolerância em relação à comunidade LGBTQ+. O fato de ter um filho gay (alguém da família por quem se tem tamanha estima) é alvo de desgosto e repúdio, segundo afirma. Para Cassar e Grima Sultana (2017), a vida familiar afeta os direitos das minorias sexuais, já que refletem arenas culturais e políticas que exercem valores conflitantes entre si. Ainda conforme as autoras, a percepção de que um filho é gay pode fazer com que os pais passem a questionar a própria masculinidade, e, assim, passam a se sentir culpados pela orientação homossexual de seus filhos. Além disso, no comentário, o politicamente correto é visto como uma atitude hipócrita, já que, de acordo com o comentário, mascara o preconceito. É como se o argumento do PC não fosse capaz, de fato, de mudar o pensamento e a insatisfação de ter um filho gay. Ramos (2017) descreve que diversos intelectuais defendem a ideia de que a simples ponderação sobre a linguagem não daria conta de transformar opressões emaranhadas na estrutura da sociedade, fato tal que já demonstramos no trabalho nosso desacordo, pois acreditamos no caráter emancipatório dos discursos.

De acordo com a Tabela 7, ao nível de 99% de confiança, 2,7% dos comentários de ataque à comunidade LGBTQ+ (dentro de uma população de 2,8%) atacam a regulação discursiva. O que podemos perceber é que, na maior parte dos casos de intolerância, inseridos em nosso *corpus*, há a indisposição. Obviamente que pessoas intolerantes

sofrem desse mal-estar; porém não são todas que verbalizam tal indisposição à regulação discursiva, por isso a diferença. No caso abaixo, por exemplo – comentário 31 – o autor ataca a comunidade LGBTQ+, mas seu comentário não foi codificado como mal-estar da regulação discursiva, pois, conforme mencionado, tratamos aqui de um discurso que fala do próprio discurso e, nesse caso, não se comenta nada acerca da própria crítica homofóbica. Assim, no comentário, a citação de Lula como suposto namorado de Haddad é uma atitude homofóbica, visto que a relação é vista com tom vexatório.

Comentário 31: Porra, esse verme tá respondendo há 33 processos por corrupção e ngm fala nada, aí surge uma fake news de um jornal que recebia dinheiro do namorado do Haddad (Lula) aí começa a porra toda do mimimi.

Tabela 7 – Regulação discursiva X Grupos minoritários: LGBTQ+

			Grupo minoritário: LGBTQ+			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1129 42,30%	2 0,10%	0 0,00%	1131 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1360 51,00%	72 2,70%	4 0,10%	1436 53,80%
	Defende a regulação	Contagem	68	0	20	88
		% do Total	2,50%	0,00%	0,70%	3,30%
	Misto	Contagem	11	0	1	12
		% do Total	0,40%	0,00%	0,00%	0,40%
Total		Contagem	2568	74	25	2667
		% do Total	96,30%	2,80%	0,90%	100,00 %

Casos omissos: n=2;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 531,394^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

O comentário 26, ao incitar a violência contra os chamados comunistas, também se enquadra no aspecto da intolerância. O politicamente correto, aqui, é visto como uma atitude respeitosa em relação a alguém, cuja aplicação o indivíduo diz não ser necessária em relação a esses “lixos comunistas”. As direitas contemporâneas, como descreve Santos Junior (2019), acionam para si elementos como o udenismo, o conservadorismo, o antipopularismo, o liberalismo e o anticomunismo.

Este último se associa à retórica mais extremista do antipetismo, ainda segundo o autor, que formula o mito da chamada “Ditadura Comunista do PT”, que tende a

superdimensionar o esquerdismo petista” (JUNIOR, 2019, p. 103). Um dos aspectos da direita radical, para Miguel (2018), traz uma reciclagem do medo do comunismo, com a atualização latina e brasileira, onde as ideias de Simon Bolívar⁸⁴ se tornam ameaças de uma América Latina unificada em torno de governos de esquerda.

A tentativa de defender os comportamentos preconceituosos de Jair Messias Bolsonaro é vista frequentemente nos comentários de seus apoiadores, como é o caso dos comentários 27 e 28, publicados na página do então candidato. São diversos os argumentos, desde a alegação de que tais posicionamentos seriam *Fake News*, até justificativas que envolvem a banalidade da ponderação dessas pautas. Os proferimentos destacados são exemplos dessas visões de dispensabilidade das discussões sobre as atitudes polêmicas do candidato – que abrangem machismo, homofobia, racismo e defesa da ditadura. Ao negar de tal maneira um problema acerca do posicionamento de Bolsonaro, os comentários se enquadram como intolerâncias a grupos. Considerar que é “mimimi” ou ainda dizer “deu desse papinho” em relação a esses comportamentos define o caráter intolerante dos indivíduos, que não consideram relevante a pontuação desses temas e ainda os tratam de maneira insignificante.

Já o comentário 29 fere explicitamente a comunidade negra. Dizendo de forma mais objetiva, é um comentário racista. A afirmação “conheço negros trabalhadores” demonstra que, dentro da comunidade negra, para se ter caráter, deve-se trabalhar. Vejamos outra parte da sentença: “cor de pele nao significa carater conheço negros trabalhadores”.

Em uma sociedade como a brasileira, marcada por anos de racismo estrutural, o negro deve sempre provar seu valor, que é útil para algo, que possui relevância – seja trabalhando e sendo profissional de destaque, seja estudando e sendo aluno de prestígio, ou seja em qualquer outra função. O negro, dentro do sistema racista ao qual estamos submetidos, sempre deve ser o melhor em tudo o que faz, para que só assim seja “merecedor” de estar ali, naquele espaço, naquele lugar social. Segundo Silvio Almeida (2018), as expressões do racismo no cotidiano são um reflexo das lógicas políticas e econômicas da sociedade. Assim, o racismo, sendo consequência e causa de um processo histórico e político, ainda conforme o autor, desenvolve os alicerces para que grupos racialmente reconhecidos sejam discriminados de maneira sistemática, direta ou

⁸⁴ Simon Bolívar foi um líder político venezuelano de grande expressão em fins do século XVIII e início do XIX, por sua liderança de movimentos populares contra a colonização espanhola. Ainda que tenha vindo de linhagem espanhola, ele se destacou justamente por se voltar contra os colonizadores.

indiretamente. Portanto, colocar negros, trabalhadores e caráter na mesma frase, combinados da maneira como foram no comentário, corresponde, sim, a uma atitude racista e intolerante. O mal-estar da regulação discursiva está em citar o chamado vitimismo como uma arma dos fracos.

De acordo com a Tabela 8, 2,8% (com 99% de confiança) dos comentários de ataque às pautas raciais sofre o mal-estar. Isto é: todos os comentários que atacam a raça sofrem do mal-estar. No Brasil, a onda conservadora foi intensificada pela extensão e profundidade do avanço de demandas minoritárias pós-2003, como ações de promoção da igualdade de gênero em várias áreas de governo, criação do Estatuto da Igualdade Racial, novo Código Civil, e várias concessões nas políticas sociais e culturais para diferentes religiões, criação da lei contra a homofobia, o terceiro Plano Nacional de DH e Política Nacional de Participação Social, que dá direitos aos ativistas sociais (BURITY, 2018).

Emoldurando esse processo, as políticas majoritárias no campo social (Bolsa Família e políticas de educação, saúde e habitação) produziram um impacto fortemente democratizador e trouxeram para a equação da vida cotidiana/política institucional uma solução altamente inovadora na história republicana brasileira (BURITY, 2018, p. 28).

Miguel (2018), em conformidade com os achados desse processo reacionário, aponta para o reenquadramento do debate ocorrido em esfera pública brasileira, ao passo que a direita extremada, em suas diferentes vertentes, passou a destruir consensos que, apesar de muitas vezes serem de fachada, estavam definidos desde o fim da ditadura militar.

A partir da Constituição de 1988, enquadrava-se na aceitabilidade do discurso político a preocupação com a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. Porém, a mobilização das direitas rompeu com tal processo (MIGUEL, 2018). Essa questão será tratada com maior nível de detalhes na próxima seção (6.3).

Tabela 8 – Regulação discursiva X Raça

			Grupo minoritário: Raça			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1130 42,40%	0 0,00%	1 0,00%	1131 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1357 50,90%	75 2,80%	4 0,10%	1436 53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	70 2,60%	0 0,00%	18 0,70%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	11 0,40%	0 0,00%	1 0,00%	12 0,40%
Total		Contagem % do Total	2568 96,30%	75 2,80%	24 0,90%	2667 100,00%

Casos omissos: n=2;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 464,60^a; Significância Assiomática (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

“Essa mulher sim, merece respeito e aplausos”. O comentário 30 é um exemplo de ataque às mulheres, dado que faz uma fragmentação entre as mulheres que são dignas de serem respeitadas e as que não merecem. Na situação, o autor do comentário elogia a atitude da jurista Janaina Paschoal, por demonstrar apoio à candidatura de Jair Bolsonaro. Segundo a Tabela 9, dos 3,3% comentários que atacam as mulheres, 3% sofrem do mal-estar (com 99% de confiança).

Dentro de ataques às minorias, focamos aqui nos quesitos de raça, LGBTQ+ e ataques às mulheres. Também codificamos os ataques a outras minorias, como grupos indígenas, pessoas com deficiência, imigrantes e grupos regionais; no entanto, como não foram encontradas associações significativas, não trouxemos tais discussões para a análise. As tabelas estão no Apêndice 5.

Tabela 9 – Regulação discursiva X Grupo minoritário: Mulheres

			Grupo minoritário: Mulheres			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1121 42,10%	7 0,30%	0 0,00%	1128 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1350 50,70%	81 3,00%	4 0,20%	1435 53,90%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	75 2,80%	0 0,00%	13 0,50%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	10 0,40%	1 0,00%	1 0,00%	12 0,50%
Total	Contagem % do Total	2556 96,00%	89 3,30%	18 0,70%	2663 100,00%	

Casos omissos: n=6;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 334,856^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando a Tabela 10, constatamos que, ao nível de 99% de confiança, a maioria dos comentários que possuem intolerância à ideia (28,8%) sofrem do mal-estar da regulação discursiva, em comparação a 0% dos que defendem a regulação. Assim, os achados corroboram totalmente a hipótese 3.

Tabela 10 – Regulação discursiva X Intolerância à ideia

			Intolerância à ideia		Total
			Ausência de intolerância	Sim	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	967 36,30%	162 6,10%	1129 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	668 25,10%	767 28,80%	1435 53,90%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	87 3,30%	1 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	11 0,40%	1 0,00%	12 0,50%
Total	Contagem % do Total	1733 65,10%	931 34,90%	2664 100,00%	

Casos omissos: n=5;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 474,777^{*}; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Seguem alguns comentários codificados como intolerantes à ideia:

Comentário 33: Concordo plenamenteCapitão e futuro presidente, pense no assunto e tome sua postura firme, o politicamente correto que vá para o inferno! #Bolsonaro17

Comentário 34: A eleição desse homem tem uma importância muito maior que a do Trump para o mundo, vamos sepultar o politicamente correto.

Comentário 35: Para de vitimismo! É tal discurso que o Brasil não aguenta mais. Por isso votamos Bolsonaro! 🇧🇷

Os comentários 33, 34 e 35 são amostras do que consideramos como intolerância a uma ideia. Com argumentos como “o politicamente correto que vá para o inferno” e “vamos sepultar o politicamente correto”, vemos uma completa não aceitação ao PC e às suas consequências. Já o 35 se mostra intolerante em relação ao discurso chamado como

vitimismo, e, ainda, ao alegar esse descontentamento em nome de toda a população brasileira, atribui a tal fato o desejo de que Jair Bolsonaro se torne o Presidente da República. É como se Bolsonaro viesse para salvar a nação do politicamente correto e do vitimismo.

6.3 A pauta conservadora das direitas

A hipótese 4 do trabalho se baseia nos seguintes pressupostos: haverá mais comentários de pessoas indispostas à regulação discursiva entre os grupos conservadores de direita – como aqueles que atacam políticas de redistribuição e inclusão, atacam a esquerda e o progressismo, que são a favor da família, contra a ideologia de gênero, e fazem menção a Deus – em comparação àqueles progressistas de esquerda – que defendem políticas de redistribuição e inclusão, atacam a direita e atacam o conservadorismo.

Para esta seção do trabalho, toma-se como base a ascensão das direitas conservadoras brasileiras, que se mobilizaram (TELLES, 2016; BURITY, 2018; QUADROS, MADEIRA, 2018; MIGUEL, 2018; TATAGIBA, 2018; SANTOS JUNIOR, 2019; entre outros), seja via plataformas de mídias sociais e/ou por meio de movimentos que foram às ruas e que tomaram o protagonismo como uma novidade do período de mobilização entre 2011 e 2016 (TATAGIBA, 2018). De acordo com a pesquisa realizada pelo Barômetro das Américas (Lapop)⁸⁵ em 2018/2019, 39% dos brasileiros se autodeclararam direitistas no espectro político. Os dados demonstram uma mudança na estrutura política desde 2012, posto que, pela primeira vez, desde então, o estudo registrou mais brasileiros que se declaram ter posicionamento político de direita do que de esquerda.

“A busca por novas formas de fazer política, a elaboração de novas concepções da política, se inserem em um contexto internacional que poderíamos denominar ‘cultura pós-moderna’” (LECHNER, 1987, p. 254). A partir dessa fala de Norbert Lechner (1987), pode-se elaborar que ser conservador em uma sociedade pós-moderna, com a emergência de novas formas de fazer política, traz, portanto, diversas interpretações. Remete, ainda, a alguns questionamentos que perpassam qual o significado de se conservar um modelo

⁸⁵AmericaBarometer, 2019/19. Pesquisa realizada em 20 países nas Américas, com 31.050 de entrevistas (1.498 respondentes no Brasil) com adultos votantes. Foram realizadas web surveys e entrevistas F2F. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2018/Statistical_Compndium_2018-19_W_10.22.19.pdf. Acesso em: 13 de dez. de 2019.

de sociedade e qual seria esse modelo ideal. Aproximando ao caso brasileiro, pode-se indagar, também, qual nosso nível de pós-modernidade e quando, de fato, teria ocorrido essa onda de exaltação aos valores conservadores em nossa sociedade. Convém mencionar que tais interrogações apenas norteiam a presente discussão, mas sem a pretensão de se tornarem perguntas desta pesquisa.

A onda conservadora internacional refletiu, obviamente, na sociedade brasileira. Em conformidade com a narrativa de Burity (2018), a virada conservadora não se limita a fronteiras nacionais, nem se origina de seu interior. À medida em que, mundialmente, se vivia um neoliberalismo globalizado, o avanço do extremismo islâmico e a crise imigratória pós-2008, o Brasil dispunha-se de um caminho democratizador, mesmo que ainda incompleto e ambíguo, porém, andava no caminho oposto às macrotendências (BURITY, 2018).

“Tal contramão agora é duramente penalizada por uma ‘corrida contra o tempo perdido’ dos setores mais regressivos da sociedade brasileiro, alinhados, enfim, com o cenário global” (*ibid.*, p. 22). Assim, para além de contextualizar e justificar que a virada conservadora brasileira é um reflexo do que se vive lá fora, buscaremos elucidar as especificidades do contexto do nosso país, que, como visto no capítulo 2, possui nuances específicas.

Como aponta Santos Junior (2019), em relação à esfera moral, o conservadorismo de direita, que se baseia em princípios tradicionais de diversas religiões, sobretudo, o neopentecostalismo, é resistente à imigração, à união civil homoafetiva e à descriminalização do aborto. As políticas públicas de justiça social em prol da redução das desigualdades implantadas pelos governos petistas também são agendas pelas quais as direitas expressam oposição (SANTOS JUNIOR, 2019; TELLES, 2015).

Por isso, a relação entre o mal-estar da regulação discursiva e o ataque às leis e políticas públicas de inclusão social (por exemplo: bolsa família, cotas, *etc.*) é um assunto caro para a pesquisa. De acordo com a hipótese, aqueles que atacam as políticas de redistribuição e inclusão sofreriam mais do mal-estar, em comparação àqueles que as defendem. Conforme é apresentado na Tabela 11, 0,6% das pessoas que sofrem de uma indisposição à regulação discursiva atacam tais leis e políticas públicas, em comparação a 0% que as defendem (dados confirmados a 99% de confiança). Sendo assim, o primeiro indício da hipótese é real (apesar da pouca diferença). Isso significa que há uma relação significativa entre aqueles indispostos à regulação discursiva e aqueles que discordam de determinadas políticas públicas.

Tabela 11 – Regulação discursiva X Leis e políticas públicas

			Leis e Políticas Públicas			Total
			Não identificável/ Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1129 42,30%	2 0,10%	2 0,10%	1133 42,50%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1418 53,10%	17 0,60%	1 0,00%	1436 53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	84 3,10%	0 0,00%	4 0,10%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	12 0,40%	0 0,00%	0 0,00%	12 0,40%
Total		Contagem % do Total	2643 99,00%	19 0,70%	7 0,30%	2669 100,00%

Casos omissos: n=1;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 49,787^{*}; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Os comentários abaixo são uma amostra daqueles que atacam leis e políticas públicas de inclusão e sofrem do mal-estar:

Comentário 36: *Fulana* hã? Seu filho tem uma deficiência é completamente diferente, ele falou sobre vitimismo de negros, gays e nordestinos, todos são iguais perante a lei, e isso deve ser respeitado e pronto. E não fazer cotas pra inclusão. Não sabes interpretar?

Comentário 37: O Brasil Feliz de Novo Estão desesperados, na primeira citação foi só uma brincadeira eu mesmo tenho família no Ceará e chamo todos eles de cabeçudos kkkkkkkk depois ele só falou a verdade sobre o Bolsa migalha, e não me venha falar de xenofobia porque tenho sangue nordestino mãe e pai são de lá, vai pra lá com esse seu vitimismo, tô cansado disso.

Comentário 38: Sou do interior do Piauí é isso aí meu presidente vamos mudar a história do nosso país chegar de tantos vitimismo no nosso país. Samos todos iguais e capazes de conquistar não por cotas raciais mais por mérito e dedicação.

Comentário 39: Isso aí !! Sem assistencialismo e vitimismo pra quem é plenamente capaz.

O comentário 36 é uma reação à publicação de Fernando Haddad, já descrita na Figura 7 (em que Haddad vai contra o posicionamento de Bolsonaro, que afirma ser necessário “acabar com o ‘coitadismo’ dos nordestinos, negros, mulheres e gays”). No comentário, o indivíduo diferencia a situação das pessoas com deficiência das circunstâncias de negros, gays e nordestinos, e se mostra contrário à política de cotas para inclusão. Miguel (2018) explica que as críticas feitas aos programas sociais perpassam pela ideia do estímulo à preguiça e do desencorajamento do esforço próprio, que ganha base com o discurso meritocrático, ao colocar a desigualdade como uma forma justa de retribuição às diferenças entre os indivíduos.

Argumentações similares a “isso deve ser respeitado e pronto” são comuns em nosso *corpus*, justificados pelo entendimento de que o respeito é algo que deve ser ensinado em casa, por exemplo. O caso é mais uma amostra do desalinhamento entre o que cabe à esfera pública e o que cabe à esfera íntima. O preconceito pode, sim, ser combatido por meio da educação passada pela família; porém, na medida em que vivemos em uma sociedade preconceituosa, arraigada de valores morais, por vezes, racistas, homofóbicos e machistas, esta não pode ser a única solução possível. O preconceito sofrido por grupos estigmatizados é um caso público, portanto, é necessário que seja combatido por meio de políticas públicas de inclusão.

Já no comentário 37, além de uma explícita situação de xenofobia, vemos também a argumentação contrária ao bolsa família, chamado de “bolsa migalha”. No proferimento, também há um ataque ao PT, já que faz menção ao slogan de campanha de Fernando Haddad (“O Brasil Feliz de Novo”) em natureza crítica (“estão desesperados”). Os contornos finais das direitas contemporâneas, segundo Santos Junior (2019), foram se moldando durante os mandatos petistas, ao passo que adotaram um caráter contestador em relação às políticas sociais do partido, “a partir de um cenário de desgaste e de enfraquecimento do desempenho econômico do país, somado ao aumento dos escândalos de corrupção política” (p. 111). Entendendo a relação entre o mal-estar da regulação discursiva e as pautas dos conservadores de direita, entre elas, o antipetismo, cruzamos os dados (Tabela 12) e vimos que, ao nível de 99% de confiança, 8,1% das pessoas que atacam o PT sofrem de um indisposição à regulação discursiva, conforme explícito no comentário 37, por exemplo.

Tabela 12 – Regulação discursiva X Partido dos Trabalhadores

			Partido dos Trabalhadores			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1035 38,80%	87 3,30%	9 0,30%	1133 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1218 45,70%	215 8,10%	3 0,10%	1436 53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	87 3,30%	0 0,00%	1 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	10 0,40%	2 0,10%	0 0,00%	12 0,40%
Total	Contagem % do Total	2350 88,10%	304 11,40%	13 0,50%	2667 100,00%	

Casos omissos: n=2;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 49,787^c; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao sentimento antipetista que moveu as direitas, Santos Junior (2019) explica que há dois momentos históricos distintos, um deles relativo à contrariedade ideológica da época do PT socialista, que adotava políticas antimercado e se distanciava dos interesses de hegemônicas empresas midiáticas, e o segundo referente ao antagonismo contemporâneo, pautado pela desconfiança das origens sociais e ideológicas do partido e pelo discurso moralizante da política. Assim, como explana Tatagiba (2018), as direitas se moveram às ruas entre 2015 e 2016 a fim de defenderem políticas relativas ao funcionamento do governo (o sentimento antipetista). As mobilizações tratavam de

agendas relacionadas à moral e à ordem, ambas ligadas a uma “expectativa de fortalecimento da autoridade” (TATAGIBA, 2018, p. 102). Em comparação a momentos anteriores, atualmente, vê-se no Brasil algumas inflexões no discurso da direita, visto que passou-se a adotar um discurso principista e moral e passou-se a defender a ampliação do domínio e da atuação das instituições sobre a política (KOERNER e SCHILLING, 2015). Bruni (2018), ao beber dos pensamentos de Mudde (2007), dialoga com os pressupostos do fortalecimento da autoridade de Tatagiba, já que explica o autoritarismo como uma crença em uma sociedade estritamente ordenada, onde é aceitável e necessário punir severamente as infrações à autoridade. Sendo assim, nesse acordo, o autoritarismo inclui profundas preocupações com a lei e a ordem, e a defesa do 'moralismo convencional punitivo’”(MUDDE, 2007, p. 23 apud BRUNI, 2018, p. 131).

Tabela 13 – Regulação discursiva X Ataque a grupos políticos

			Ataque a Grupos Políticos				Total
			Não identificável/ Não se aplica	Ataque à esquerda	Ataque à direita	Ataque misto	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1061 39,80%	63 2,40%	3 0,10%	2 0,10%	1129 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1353 50,80%	79 3,00%	0 0,00%	2 0,10%	1434 53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	83 3,10%	0 0,00%	5 0,20%	0 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	10 0,40%	2 0,10%	0 0,00%	0 0,00%	12 0,50%
Total		Contagem % do Total	2507 94,10%	144 5,40%	8 0,30%	4 0,20%	2663 100,00%

Casos omissos: n=6;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 97,257^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Além da aversão às cotas raciais e políticas de assistencialismo, nota-se uma negação da problemática nos comentários 38 e 39, pelo fato de mencionarem a igualdade entre todos, a dedicação e a capacidade, argumentos relacionados à meritocracia, que será tratada na próxima seção.

Em segundo lugar, abordaremos sobre o ataque a grupos políticos. Analisando a Tabela 13, chegamos à conclusão de que o segundo indício da hipótese também pode ser

confirmado, já que 3% dos que atacam a esquerda sofrem do mal-estar da regulação discursiva, em comparação a 0% dos que atacam a direita, ao nível de 99% de confiança.

Em seu país de origem, Estados Unidos, o termo politicamente correto possui ligação com a esquerda, conforme desenvolve Feres Júnior (2017). De maneira bem objetiva, o autor ainda elucida a diferença entre os espectros políticos, abatendo os usos retóricos dos termos: a esquerda se relaciona à defesa dos muitos, ao pregar o valor da igualdade, e a direita vem associada à defesa dos privilégios dos poucos. Assim, o cientista social explica que o PC é “utilizado pela direita política para atacar políticas públicas e posições normativas de esquerda, sendo que tal esquerda raramente assume o termo como parte de sua identidade” (*ibid.*, p. 64). Abaixo, são apresentados alguns comentários que atacam a esquerda e sofrem do mal-estar da regulação discursiva:

Comentário 40: Eu também!!! A esquerda nojenta fala de amor e tolerância mas se alguém pensa diferente já encham o saco. Isso são frutos do politicamente correto o maior câncer do Brasil. Para eles mulher que vota no Bolsonaro é vergonha mas se querer um país andando é motivo de vergonha eu não tenho vergonha nenhuma de ser Bolsonaro 2018!!!!

Comentário 41: Esse discursinho politicamente correto não cola se você e seus amigos querem que o Brasil seja uma Venezuela, eu não quero. Esquerdista petista é lixo sim me mantenho o mais longe possível.

Comentário 42: Vitimismo é o clichê da esquerda.

Os comentários 40 e 41 culpabilizam a esquerda por ter instalado o politicamente correto no país. O 40 julga como parcial o discurso de “amor e tolerância” da esquerda, e o 41 vemos o medo de que o Brasil se torne uma Venezuela Chagas *et al.* (2019) se debruçar sobre o discurso “o Brasil vai virar uma Venezuela”, evocado em disputas políticas nacionais. Segundo os autores, a disseminação da comparação entre os dois países atendeu a interesses estratégicos de campanha nas eleições de 2018. Tal ameaça retórica, para Chagas *et al.* (*ibid.*, p. 8) só apresenta coerência para quem acessa as seguintes problemáticas: “(a) a Venezuela como um país que experimenta uma crise humanitária sem precedentes, (b) a inclinação à esquerda do governo venezuelano como principal responsável pela crise, e (c) a suposta associação entre os partidos à esquerda brasileiros e o governo venezuelano”. Já o comentário 42 é relativo à publicação em que Jair Bolsonaro afirma:

A melhor forma de mostrar respeito às pessoas é tratá-las de igual pra igual, valorizando-as por seu caráter e competência, não cor ou sexualidade, nem como se fossem mais frágeis e incapazes. Ninguém gosta de ser tratado como coitadinho. O Brasil é um só! É de todos nós! (BOLSONARO, 2018)

Assim, o indivíduo responsável pelo comentário responsabiliza a esquerda pelo chamado vitimismo, indo ao encontro da posição de Bolsonaro, que defende a necessidade do tratamento igualitário a todos e deixa implícita sua postura contrária a certas políticas de inclusão.

Tabela 14 – Regulação discursiva X Ataque a grupos ideológicos

			Ataque a Grupos Ideológicos				Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque ao progressismo	Ataque ao conservadorismo	Ataque misto	
Regulação discursiva	Não identificável/Não se aplica	Contagem	1129	4	0	0	1133
		% do Total	42,30%	0,10%	0,00%	0,00%	42,50%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1377	58	0	1	1436
		% do Total	51,60%	2,20%	0,00%	0,00%	53,80%
	Defende a regulação	Contagem	87	0	1	0	88
% do Total	3,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,30%	
Misto	Contagem	10	2	0	0	12	
	% do Total	0,40%	0,10%	0,00%	0,00%	0,40%	
Total	Contagem	2603	64	1	1	2669	
	% do Total	97,50%	2,40%	0,00%	0,00%	100,00%	

Casos omissos: n=0;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 79,553^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Como já descrito no capítulo 1, o mal-estar da regulação discursiva é um fenômeno contemporâneo, visto que é um movimento recente, que veio com a preocupação com a linguagem politicamente correta. O mal-estar é uma reação conservadora contra uma mudança de paradigma social. Portanto, o conservadorismo é uma reação, uma resposta a algo que busca por mudança (DRYZEK e DUNLEAVY, 2009). A adoção de uma abordagem moralista da política é uma característica dos conservadores, que geralmente apreciam fortemente as tradições de uma determinada sociedade, no que tange à garantia da coesão social e da estabilidade política (*ibid.*, 2009). De acordo com a Tabela 14, ao nível de 99% de confiança, 2,2% das pessoas que atacam as pautas progressistas (ou seja, se identificam mais com o conservadorismo) sofrem de uma indisposição à regulação discursiva. Dessa forma, a terceira afirmação da hipótese

também é confirmada, visto que 0% dos ataques ao conservadorismo correspondem ao mal-estar da regulação.

Anteriormente à análise dos comentários específicos, empreende-se, aqui, uma revisão sobre as fundamentações e a origem do conservadorismo.

O conservadorismo tem sua origem filosófica em Edmund Burke (1790), filósofo, teórico político irlandês e membro do parlamento londrino, que, em seu mais famoso trabalho, *Reflections on the Revolution in France*, trouxe questionamentos dos rumos e efeitos da revolução francesa. Nesse sentido, como descrito em acontecimentos até mais antigos à Revolução Francesa, eram conhecidos como conservadores ou o pensamento conservador, o medo de mudanças bruscas ou radicais, nem tanto associado a valores como se seguiram os escritos posteriores. Para Burke (1790), portanto, as reformas são necessárias, mas devem ser aplicadas devagar e cuidadosamente (DRYZEK, DUNLEAVY, 2009). Assim, como descrevem Dryzek e Dunleavy (2009), os conservadores europeus, ao longo do século XIX e início do século XX, tinham uma tendência maior ao reacionarismo, já que defendiam as classes privilegiadas em detrimento da democracia, e a aristocracia fundiária contra a ascensão do capitalismo e, posteriormente, o socialismo. Destarte, no contexto de expansão do capitalismo, democracia eleitoral e estados de bem-estar social, a perspectiva conservadora condenava o excesso de direitos individuais, sendo contra a sociedade das atividades e o estado excessivamente ativo e oneroso. Por mais de dois séculos, apresentando mais sucesso no Reino Unido, o conservadorismo prosperou segundo a pauta – já mencionada acima – da manutenção de um *status quo* geralmente satisfatório contra propostas de mudanças radicais (DRYZEK e DUNLEAVY, 2009). Entrementes, ainda de acordo com os autores aqui mencionados, quando os conservadores sentem que a realidade se tornou insatisfatória, eles se tornam menos confiantes em relação ao que fazer. Na virada do século XXI, ao perceberem um *status quo* político nas democracias liberais preenchidos pelo declínio da comunidade e do capital social (PUTNAM, 2000), pela ascensão do secularismo, dos direitos humanos universais, do pluralismo, do multiculturalismo, do bem-estar social, de pautas feministas, da mercantilização do estado e do crescimento do governo internacional, superando as tradições nacionais, os conservadores passaram a ser eloquentes em suas críticas a essas tendências (DRYZEK e DUNLEAVY, *ibid.*).

Na América Latina, a antiga direita, predecessora da direita neoliberal europeia e estadunidense, assumiu uma vertente mais moralizante, ligada às ideologias católicas, e mais autoritária, como forma de reagir à ascensão aos movimentos populares reformistas

dos anos 1960 (CODATO *et al.*, 2015). Como ainda afirmam Codato *et. al.*, sua hegemonia, que teve início com o golpe político-militar de 1964 no Brasil, encerrou-se com o colapso das ditaduras no continente. Porém, ao menos no Brasil, sua influência persistiu por mais uma década. “Nos anos 1990, parte importante da sustentação do governo [Fernando Henrique] Cardoso veio dessa direita tradicional que garantiu, politicamente, a agenda de reformas neoliberais” (*ibid.*, p. 117). Alexandre Trindade (1997, p. 303) sumariza pontos importantes do conservadorismo, que, para ele

valoriza os elementos retraídos para o mundo privado, racionalizando e dignificando categorias como família contra o contrato burguês, a intuição concreta contra a razão universalista, a experiência espiritual contra a experiência material. Uma das características principais é a “forma como ele se apega ao imediato, o real, o concreto” consistindo-se, mesmo, numa atividade básica nuclear sua.

Os incômodos ideológicos sofridos pelo Partido Conservador Britânico e pelo Partido Republicano dos EUA resultaram em mudanças de ideologias, já que passaram a combinar conservadorismo social com neoliberalismo (MUDDE, 2007; DRYZEK e DUNLEAVY, 2009). Para Dryzek e Dunleavy (*ibid.*), os liberais de mercado não são verdadeiros conservadores, pois não se importam com comunidades, moralidade e tradições públicas, apenas com indivíduos e mercados. Ainda para os autores, chamado como um terceiro ramo do conservadorismo – diferente dos que querem voltar no tempo e dos que aceitam que o mundo deve mudar de forma lenta e gradual – o neoconservadorismo surgiu nos Estados Unidos por meio da política externa dos EUA, no mundo. “O neoconservadorismo é altamente moralista e se opõe à decadência cívica das sociedades contemporâneas, mas, diferentemente do conservadorismo mais estabelecido, adota alegremente políticas radicais para alcançar seus objetivos” (DRYZEK e DUNLEAVY, 2009, p. 269). No Brasil, é o que se chama de liberal na economia e conservador nos costumes, conforme se autointitula⁸⁶ João Amoêdo, um dos fundadores do Partido Novo brasileiro.

Para Mudde (2007), o caráter do conservadorismo e sua distinção estão em disputa, e o termo “conservador” é um conceito notoriamente difícil de definir. Possui duas vertentes, absoluta e relativa, que são, muitas vezes, conflitantes. Relativamente, conservador denota uma atitude que busca conservar o *status quo* e possui uma preferência reacionária por um retorno ao passado, em oposição à progressiva mudança.

⁸⁶ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,joao-amoedo-se-diz-liberal-na-economia-mas-conservador-nos-costumes,70002318886>. Acesso em: 16 dez. de 2019.

Porém, o cientista político holandês deixa explícita a problemática do uso dos conceitos relativistas, principalmente em estudos comparativos, espaciais ou temporais: o que é conservador em um país pode ser, ao mesmo tempo ou em outro momento, progressivo ou reacionário em outro. Dessa forma, Mudde (*ibid.*) adota a preferência por uma definição absoluta, na qual conservadorismo se refere a uma certa ideologia, com base nos seguintes recursos: autoritarismo, tradicionalismo, religiosidade e nacionalismo (LAYTON-HENRY 1982; MUDDE, 2007). O autor aponta que, com essa definição, os limites entre partidos de direita conservadores e radicais (populistas) se tornam difíceis de serem estabelecidos. Huntington (1957 apud BAPTISTA *et al.*, 2018), trata o conservadorismo como um conjunto de concepções empregadas na justificação do estabelecimento da ordem social.

Consoante aos pensamentos de Mudde (2007), dentre as permutações do conservadorismo, algumas estão mais próximas da direita radical populista. O neoconservadorismo que se desenvolveu na Grã-Bretanha e nos EUA na década de 1980, em particular, foi associado à direita radical populista (IGNAZI, 1992; MUDDE, 2007). Enquanto o neoconservadorismo e a direita radical populista compartilham ideias como autoritarismo e preocupação com o interesse nacional, há diferenças em suas composições, a exemplo: o nativismo e o populismo não são questões importantes para o conservadorismo, e a economia neoliberal não está na agenda de preocupações da direita radical populista (MUDDE, 2007). Entretanto, Mudde (*ibid.*) aponta que, apesar das óbvias discrepâncias entre as duas ideologias políticas, ainda há indefinições em relação a alguns partidos, como é o caso do austríaco FPÖ (Partido da Liberdade da Áustria), do eslovaco SNS (Partido Nacional Eslovaco), do tcheco Občanská demokratická strana (Partido Democrático Cívico, ODS) e do húngaro FIDESZ-MPS (Fidesz-União Cívica Húngara).

Tal discussão, trazida para o contexto brasileiro, faz-nos pensar que Bolsonaro se representa enquanto direita radical populista, já que, conforme afirma Silva (2018), ele construiu sua imagem como a antítese dos governos de esquerda e teve como principais bandeiras a redução da maioria penal, a aversão ao desarmamento civil, a defesa dos militares e a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, bem como a oposição a oposição à discussão sobre pautas relativas à gênero e sexualidade nas escolas.

É válido explicitar que, neste trabalho, ambos os conceitos de conservadorismo de Mudde (2007) se mostram relevantes: absoluto e relativo, bem como outras conceitualizações aqui mencionadas. Isso porque não se busca, nesta oportunidade, fazer

um estudo comparativo, mas sim focar na realidade brasileira e, portanto, dialogar com diversos autores contemporâneos brasileiros para explicar a situação política e social em que se encontra o país. O significado **relativo**, aqui, nos é útil já que trazemos o mal-estar como um sintoma do conservadorismo, desse conservadorismo que busca a manutenção do *status quo*, que tem medo do novo. Já o significado **absoluto** se faz útil porque buscamos traçar uma caracterização da ideologia conservadora brasileira, que conversa com nosso livro de código e análise do material. Seguem alguns comentários contrários às agendas progressistas (ou seja, próximos às agendas conservadoras) que sofrem do mal-estar:

Comentário 43: *Fulano* veja aí, a mulherada cansou de mimimi de feminista chata.

Comentário 44: *Fulano* não preciso cair fora. Daqui a alguns dias o PT será estraçalhado nas eleições e vcs feministas extremistas também não terão espaço para mimimi.

Arruma alguma instituição de caridade para ajudar porque seu tempo está sobrando

Comentário 45: *Fulano*, diversidade é apenas o nome que dão a um monte de gente safada que quer ganhar a vida na base do vitimismo e do mimimi. Se vc se considera negro, gay, feminista ou esquerdista antes de se considerar BRASILEIRO, é parte do problema.

Comentário 46: *Fulano* seus dias estão contados como professor. Volta a catar latinha na rua que esse será o seu lugar seu verme. Enquanto manter esse pensamento. Não sou politicamente correto não, portanto foda-se vc com suas aulas de Marxismo e Che "que vara"!!!

Nos comentários 43, 44 e 45 vemos uma aversão ao feminismo. O 44, por exemplo, faz uma aproximação direta entre o PT e as chamadas “feministas extremistas”. Ao pesquisar a ofensiva conservadora contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, Biroli (2018) conta que a politização da sexualidade e as conquistas dos movimentos feministas e LGBT foram culpabilizados pelas ameaças ao modelo normativo da chamada “família brasileira”, já que são considerados aliados à subversão da ordem moral. Foi dessa maneira que foram incorporadas nas campanhas internacionais adversas à igualdade de gênero e à diversidade sexual as ações contra a suposta “ideologização” no ensino brasileiro, como explica Biroli (*ibid.*).

No comentário 45, destaca-se a necessidade de ser brasileiro em primeiro lugar, além da relação de certas pautas identitárias (negro e gay), de maneira igualitária, a certos grupos ideológicos (feminismo) e políticos (esquerdismo). Nesse proferimento, nota-se também a negação da problemática, ao rejeitar a questão das pautas identitárias. O

Comentário 46, além de ser intolerante ao chamar o interlocutor de “verme”, também é intolerante ao marxismo – repúdio identificado também em outros comentários. Ainda de acordo com Biroli (2018), o comunismo, o marxismo, bem como a “ideologia de gênero” são valores combatidos pelo “Programa Escola sem Partido”. A parcialidade combatida, segundo a autora, é aquela que levaria para as escolas a crítica ao sistema de propriedade vigente e às desigualdades sociais, além disso, há também uma oposição às perspectivas

Comentário 47: 🍌 Quem é a favor da família, da vida, contra o aborto, a favor de Israel, contra Ideologia de Gênero nas escolas, a favor do Princípios da palavra de Deus, dos bons costumes da sociedade, contra a doutrinação comunista, contra o feminismo, contra a liberação da maconha, contra as desordens publicas, contra a pedofilia, contra os criminosos, contra o politicamente correto... A FAVOR DO CRISTIANISMO E DO CONSERVADORISMO, APOIA: Jair Messias Bolsonaro – Brasil acima de tudo, Deus acima de todos

Pormenorizar acerca do comentário 47 nos leva a uma compreensão mais minuciosa de certas bandeira hasteadas pelas direitas conservadoras: a argumentação em prol da família, da palavra de Deus e dos bons costumes; a luta contra o aborto, contra a chamada doutrinação comunista, contra o feminismo, contra a ideologia de gênero, contra o politicamente correto, entre outras.

Em relação à preocupação moral brasileira – vista no comentário 47, Jessé de Souza (2017, p. 133) afirma: “A classe média é a classe por excelência da meritocracia e da superioridade moral”. Souza (*ibid.*) traça uma relação existente entre a moralidade e a classe média brasileira, porém, afirma que isso não significa que a classe média é necessariamente conservadora, nem muito menos hegemônica.

Conforme descreve o autor, os avanços significativos industriais, comerciais e da atuação do Estado na vida social, na primeira metade do século XX, correspondem às mudanças estruturais na sociedade que foram responsáveis pela criação da classe média brasileira. “Ela nasce e se reproduz como aquele segmento intermédio entre os proprietários e as classes populares do trabalho manual ou menos qualificado em termos comparativos” (*ibid.*, p. 133)”. A heterogeneidade dos setores médios é algo percebido desde seu surgimento⁸⁷, visto que havia uma confusão em relação à hierarquia das questões principais referidas.

⁸⁷ O movimento tenentista, conhecido como o primeiro movimento político comandado pelos setores médios no Brasil, revela bem essas características [*NÃO HOMOGENEAS DA CLASSE MEDIA*]. Ainda que tenha sido protagonizado por oficiais militares de baixa e média patente (daí o nome tenentismo), a partir dos anos 1920, esse movimento refletia já a nova sociedade mais urbana e moderna que se criava. A parte rebelde da instituição militar era uma expressão desses novos anseios (SOUZA, 2017, p. 130 – grifo nosso e acréscimo nosso).

A não conscientização coletiva desses setores da sociedade em relação desmandos de uma elite apenas interessada na perpetuação de seus privilégios permitiu que a elite, ameaçada pela perda do poder político, agisse de forma calculada e planejada para a dominação da opinião pública (*ibid.*). Portanto, com a modernização, veio à tona um liberalismo atualizado, desenvolvido para convencer e não apenas oprimir, dessa maneira, “o moralismo da nascente classe média urbana seria a melhor maneira de adaptar o mandonismo privado aos novos tempos” (*ibid.*, p. 131).

Assim, a elite capturou intelectualmente e simbolicamente os setores médios da sociedade. A aliança entre a classe média letrada e a elite do dinheiro formou a classe dominante que marca o Brasil até os dias atuais. É oportuno mencionar que o capital se apresenta de forma mais pragmática do que ideológica.

Apesar disso, não é válido dizer que moralismo também não seja visto em outras classes brasileiras, mas, como afirma Souza (2017), na classe média ele está em casa. As classes sociais, como conta o sociólogo, além de disputarem bens materiais e salários, estão em constante disputa de legitimação do próprio comportamento e do próprio estilo de vida. A classe média justifica e legitima seus privilégios de forma distinta, seja pela meritocracia, seja pela superioridade moral. “A suposta superioridade moral da classe média dá a sua clientela tudo aquilo que ela mais deseja: o sentimento de representarem o melhor da sociedade” (*ibid.*, p. 133).

Além disso, uma das principais características do populismo é a predominância da moralidade (MUDDE 2004-2007; TAGGART 2000). Concordando com as ideias de Chaloub (2019) sobre o embate público entre o bem e o mal, Mudde (2007) aponta que a consequência dessa moralidade é a divisão “nós-eles”, na qual o “outro” é demonizado (ABTS, RUMMENS, 2005; MOUFFE, 1995; GESSENHARTER, 1991 apud MUDDE, 2007). Assim, o que está em questão é a chamada valorização da moral e dos bons costumes. O conservadorismo, ao se preocupar com a manutenção da ordem, reforça a premissa da necessidade de limitar as liberdades individuais como forma de garantir essa ordem (BAPTISTA *et al.*, 2018).

Os autores ainda citam que há críticas em relação a essa ideia, já que alguns conservadores – como já citado – pregam a liberdade dos indivíduos economicamente falando, simultaneamente enquanto defendem padrões morais e de costumes na esfera social. Miguel (2018) aponta que a ênfase na agenda moral conservadora pelas direitas apareceu como um caminho para que fosse possível reconquistar ao menos uma base

social que havia perdido com as políticas de combate à miséria ligadas ao Partido dos Trabalhadores.

Além disso, outro ponto importante em relação à questão da moralidade perpassa pelo fato de que acaba por ser estabelecido, por meio do teor denunciatório de grande parte das informações, uma ligação entre a desmoralização das conjunturas e os efeitos dos regimes democráticos (SOUZA, 1988, p. 586-9 apud LIMA, 2015).

Apesar dessa associação feita entre desmoralização e democracia, a nova direita latina, de acordo com Codato *et al.* (2015), possui, como *statments*, a defesa da democracia e a defesa radical dos valores da família tradicional, além do liberalismo econômico, com intervenção limitada do Estado na economia. Em comparação, a velha direita latina enquadrava na sua agenda a ligação com as ditaduras militares, a defesa radical da não-intervenção estatal na economia, e a defesa moral cívica e da família tradicional Codato *et al.* (2015).

No trabalho, codificamos os comentários que utilizavam o argumento “a favor da família”, faziam menção a Deus e, ainda, posicionavam-se contrários à ideologia de gênero. Em conformidade com os dados trazidos pela tabela 15, 29 (1,1%, com 99% de confiança) comentários do nosso *corpus* utilizaram, ao mesmo tempo, argumentações contrárias à regulação discursiva e alegações a favor da família, como é o caso do comentário 47, que coloca o PC no mesmo nível de outros desalinhamentos sociais (pedofilia e crime, por exemplo).

Tabela 15 – Regulação discursiva X A favor da família

			A favor da família		Total
			Não identificável/Não se aplica	Sim	
Regulação	Não identificável/	Contagem	1132	1	1133
	Não se aplica	% do Total	42,40%	0,00%	42,50%

discursiva	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1407	29	1436
		% do Total	52,70%	1,10%	53,80%
	Defende a regulação	Contagem	87	1	88
		% do Total	3,30%	0,00%	3,30%
	Misto	Contagem	12	0	12
		% do Total	0,40%	0,00%	0,40%
Total		Contagem	2638	31	2669
		% do Total	98,80%	1,20%	100,00%

Casos omissos: n=0;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 20,718^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

A menção a Deus, de acordo com a Tabela 16, foi vista em 82 comentários (3,1%, com 99% de confiança) que sofrem do mal-estar da regulação discursiva. O valor religioso acionado em muitos comentários se deve ao fato de o período eleitoral de 2018 ter sido marcado pela ótica conservadora e moralista.

Além disso, Jair Bolsonaro, o protagonista das eleições, propõe uma vertente que mina o caráter laico do Estado brasileiro, ao afirmar em seu mote de campanha que Deus estaria acima de todos. Logo, é comum encontrar o argumento de devoção entre seus apoiadores.

Tabela 16 – Regulação discursiva X Menção a Deus/Jesus

	Menção a Jesus/Deus		Total
	Não identificável/Não se aplica	Sim	

Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	1110	22	1132
		% do Total	41,60%	0,80%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1354	82	1436
		% do Total	50,70%	3,10%	53,80%
	Defende a regulação	Contagem	82	6	88
		% do Total	3,10%	0,20%	3,30%
	Misto	Contagem	9	3	12
		% do Total	0,30%	0,10%	0,40%
Total		Contagem	2555	113	2668
		% do Total	95,80%	4,20%	100,00%

Casos omissos: n=1;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 36,566^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Para Miguel (2018), vê-se, no Brasil, a aliança entre o ultraliberalismo e o conservadorismo cristão. Por meio da valorização dos contratos “livremente” estabelecidos, o libertarianismo – uma das vertentes dos setores mais extremados das direitas, para o autor – reduz os direitos ao direito de propriedade e tem aversão a qualquer resquício de solidariedade social. Os libertarianos, segundo Miguel (*ibid.*), visam restringir a ação reguladora do Estado, e o libertarianismo original realça a convicção de respeitar a autonomia individual, levando a posições avançadas temas como consumo de drogas, liberdade sexual e direitos reprodutivos. Ainda de acordo com o autor, a partir dos anos 1990, com o investimento das igrejas neopentecostais em nome da eleição de seus pastores, o fundamentalismo religioso tornou-se uma força política no Brasil. Hoje, os pentecostais fazem parte do cenário político brasileiro. Conforme descreve Burity (2018), seu perfil se intensificou nos últimos anos devido ao acirramento do conflito com outros atores minoritários, que também desfrutaram do processo de democratização brasileiro – as mulheres, os negros, indígenas, grupos LGBTQI+ *etc.* Apesar disso, o cruzamento dos dados entre os comentários contrários à ideologia de gênero e o ataque à regulação discursiva não foram expostos aqui porque não encontramos uma associação significativa entre ambos ($p\ value=0,016$).

Do ponto de vista conservador, ou de direitas conservadoras, os atores políticos deveriam assumir certos papéis a fim da construção de uma sociedade mais harmônica.

Como dissertam Dryzek e Dunleavy (2009), os eleitores não deveriam se importar com interesses materiais próprios, mas sim com interesses comunitários. Das pessoas comuns, pede-se que façam sacrifícios pessoais em detrimento do bem-comum; dos funcionários públicos, a expectativa é que sirvam ao público, não o avanço de suas próprias carreiras; os públicos, em vez de se envolver em conflitos partidários, deveriam governar a fim de obter amplo apoio popular. Assim, ainda de acordo com os autores, todos deveriam conhecer seu lugar na ordem social e política, e não se considera certo o rompimento dessa ordem em benefício pessoal ou do bem-estar de sua classe social, categoria ocupacional, religião ou grupo étnico “Idealmente, essas tradições e valores seriam virtuosos – embora os conservadores reconheçam que as sociedades e os estados do mundo real podem ficar muito aquém do ideal, especialmente se estiverem sob a influência de nefastas doutrinas disruptivas, como pluralismo, marxismo, liberalismo de mercado ou feminismo” (DRYZEK e DUNLEAVY, 2009, p. 274 , tradução nossa⁸⁸).

6.4 A negação do conflito

"Aqui no Brasil não existe isso de racismo", afirmou⁸⁹ Bolsonaro, meses antes de ser eleito o chefe do executivo do país onde, segundo o IBGE⁹⁰, 54,9% da população se autodeclara negra ou parda, e a taxa de analfabetismo, em 2016, era de 9,9% entre pretos ou pardos, e de 4,2% entre brancos⁹¹, além de 75% das vítimas de homicídio no país serem negras⁹².

⁸⁸ No original: “Ideally, these traditions and values would be virtuous – though conservatives recognize that real-world societies and states may fall far short of the ideal, especially if they are under influence of nefarious disruptive doctrines such as pluralism, Marxism, market liberalism or feminism” (DRYZEK e DUNLEAVY, 2009, p. 274).

⁸⁹ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/no-dia-em-que-e-derrotado-na-pgr-bolsonaro-diz-que-nao-existe-racismo-no-brasil-1.1863223>. Acesso em: 09 de nov. de 2019.

⁹⁰ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101377>. Acesso em: 09 de nov. de 2019.

⁹¹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 09 de nov. de 2019.

⁹² Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>. Acesso em: 09 de nov. de 2019.

Tabela 17 – Regulação discursiva X Negação da problemática

			Problemática				Total
			Não identificável/Não se aplica	Negação do problema	Reconhecimento do problema	Misto	
Regulação discursiva	Não identificável/Não se aplica	Contagem % do Total	1114 41,80%	16 0,60%	0 0,00%	0 0,00%	1130 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1026 38,50%	404 15,20%	2 0,10%	3 0,10%	1435 53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	49 1,80%	0 0,00%	38 1,40%	1 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	10 0,40%	1 0,00%	1 0,00%	0 0,00%	12 0,50%
Total	Contagem % do Total	2199 82,50%	421 15,80%	41 1,50%	4 0,20%	2665 100,00%	

Casos omissos: n=4;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 1404,038^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

Não falar sobre o problema, negar o racismo estrutural, o machismo, a misoginia, a LGBTfobia, entre tantas outras pautas identitárias protegidas sob o aval do politicamente correto nega também a possibilidade de criação de soluções e cria o mal-estar da regulação discursiva, sintoma da virada conservadora que o país tem vivido nos últimos anos. A quinta e última hipótese da pesquisa corresponde ao que chamamos de negação da problemática: as pessoas que negam as diferenças históricas, sociais, políticas e econômicas das diversas identidades sofrerão mais do mal-estar da regulação discursiva em comparação àquelas que reconhecem as diferenças. De acordo com a tabela U, podemos ratificar a hipótese: com 99% de confiança, 15,2% dos comentários que negam o problema sofrem de uma indisposição à regulação discursiva, em comparação à 0,1% que reconhecem. Dos 404 comentários que omitem a existência dos obstáculos sociais e sofrem do mal-estar da regulação discursiva, destacaremos os nove abaixo:

Comentário 48: Excelente, esse é o Brasil que queremos! O mimimi só torna as pessoas mais frágeis. O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!

Comentário 49: Ele esta certo.. agora tudo é vitimismo, vievmos uma era onde as pessoas estão sendo incentivadas a ter pena de si mesmas... a não acreditarem nelas mesmas... O que se tem que ensinar em casa é respeitar as pessoas!

Comentário 50: Ele esta certo. Quanto mais fala pior fica. Pt separou os negros, graças a Deus me livre de pt e de vitimismo

Comentário 51: Tá difícil mesmo de viver tudo é preconceito mesmo se você discordar isso também é preconceito fudeu!!!!, difícil de viver neste BRASIL, é VITIMA é vitimismo pra todo lado pqp

Comentário 52: Fulano meu preconceito é contra o desemprego, contra as corrupção e a insegurança nas rua.

Acorda pra vida vacilão, para de mimimi e veja a realidade. Esse seu fanatismo barato ta levando o Brasil pro buraco.

Comentário 53: Acabar com essa insistência e incentivo a jovens Dako na mídia geral de dia a noite só se fala nisso em tv rádio e jornais revistas ..acabar com.super.poderes de vitimismo dos LGBTs e negros .. qualquer dia hetero e Chefe de família vai ser agredido apenas por pensar e existir diferente do que eles pensam..

Comentário 54: To com ele... Sou branca e por muitas vezes me chamaram de branquela, coalhada, e nunca achei ruim!!!! Agora o Negro vc chama ele de Negro e racismo, o Gay vc chama ele é preconceito.... Peraí??? Mais preconceito do que os próprios aceitando Cotas??? O que define uma vaga seria, o esforço dos estudos, a inteligência e não cor de Pele!!! Minha vó era negra e era racista, os próprios são mais racistas do que qualquer outro!! Hipocrisia pura!!! Vitimismo!!! Eu estou gordinha e se me chamarem no vou achar ruim, porque é verdade, igual uma magra se chamar não tem que achar ruim, porque é magra!!! Pra ser Gay ou Herero vc não precisa ser indecênte!

Comentário 55: Esse negócio de racismo é tudo frescura,no meu tempo a gente chamava os colegas de preto ,de polaco ,de bicha,de gordo de seco..e tudo não passava de palavras, éramos todos amigos, jogávamos bolas, íamos pro Rio..

Comentário 56: Quando tinha os trapalhões nos anos 90, não tinha essa frescura, tinha o negro o cearense o careca e era uma alegria só, o PT entrou e dividiu todo mundo criando classes e discórdia, e coitadismo mesmo dando privilegios para uns por conta da cor da pele.

Os autores dos comentários 48, 49 e 50 apoiam explicitamente as ideias de Jair Bolsonaro. O primeiro deles é uma resposta à publicação de Bolsonaro – já transcrita no trabalho – em que o candidato proclama a necessidade do tratamento igualitário entre as pessoas, e ainda afirma: "Ninguém gosta de ser tratado como coitadinho". No comentário 48, é levantada uma reflexão acerca da fragilidade dos indivíduos. Dizer que “o mimimi só torna as pessoas mais frágeis” é uma negação de que há um problema real. O “mimimi”, aqui, tem relação com as contestações contra o preconceito, a discriminação e a exclusão social sofrida por grupos minoritários. Tais reivindicações, conforme o comentário 48, seriam responsáveis pela vulnerabilidade das pessoas. A afirmação, nitidamente compatível ao mal-estar da regulação discursiva, nega o fato de que as intolerâncias e exclusões – por vezes mascaradas – veem como frágeis os indivíduos

pertencentes a grupos estigmatizados. Em relação ao slogan “Deus acima de tudo. O Brasil acima de todos”, também revisitado pelo comentário 48, apresenta-se, aqui, o pensamento de Alonso (2019) sobre a questão da pátria na propaganda eleitoral bolsonarista, evidenciada como uma forma de negação de classe. “Em vez de estratificação, homogeneidade. Nada separaria ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, senão talento e esforço. A única hierarquia reconhecida iguala a todos na subordinação às autoridades morais sobrepostas de nação e divindade” (*ibid.*, p. 54). Daí nasce o slogan.

Já os comentários 49 e 50 são relativos à publicação de Haddad (conforme Figura 7), em que o petista julga Bolsonaro por alegar que preconceito é “coitadismo”. A “pena de si mesmo”, como diz o comentário 49, seria o reconhecimento de certas consciências sociais e suas respectivas consequências: consciência de classe e desigualdade social; consciência de raça e racismo, por exemplo. A virada conservadora brasileira possui nuances que podem ser embasadas por diversas justificativas: seja pelo fato de sermos, desde sempre, uma nação muito mais excludente do que inclusiva (SCHWARCZ, 2019), seja porque o Brasil tem sua história marcada pelo processo de democratização tardia e ainda vive um pêndulo democrático (AVRITZER, 2019), ou, ainda, devido à experiência circunstancial a qual está submetido o setor médio da sociedade brasileira. A falta de consciência de classe da classe média molda a esfera pública brasileira de forma a levar ao ocultamento dos conflitos sociais e à dominação e estruturas de poder implícitas. Sendo assim, como relata Souza (p. 85, 2017), “sem a ideia de classe e o desvelamento das injustiças que ela produz desde o berço, temos a legitimação perfeita para o engodo da meritocracia individual do indivíduo competitivo”. Em outra obra, o autor (2018) ainda afirma que a soma de privilégios acumulados pelas elites, aliada ao racismo estrutural, caracterizam-se enquanto responsáveis pela desigualdade social brasileira.

No comentário 50, o indivíduo se mostra contrário aos mandatos do PT, culpabilizado por “separar os negros”. A oposição às políticas públicas de justiça social implantadas pelos governos petistas, conforme já mencionada aqui no trabalho, é uma das pautas levantadas pelas direitas (SANTOS JUNIOR, 2019; TELLES, 2015), ao alegar que certas agendas petistas foram responsáveis por dividir classes, gêneros e raças. Tal argumento também é visto no comentário 56.

A oposição à corrupção, a aversão à insegurança nas ruas e o protesto contra o desemprego são argumentos operacionalizados pelo autor do comentário 52, que coloca tais pautas em xeque e afirma sobre a necessidade primária de solucionar a realidade

desses problemas, em abnegação às resoluções dos preconceitos sociais. Em concordância à perspectiva de Chaloub (2019), a atual conjuntura de retórica virulenta passa pela moralização dos embates públicos, pela disseminação de denúncias de corrupção e pela normalização do flerte com soluções de exceções. Nesse cenário de radical moralização do mundo público, as disputas se remetem a uma concepção moral disjuntiva, em que as questões são vistas sob a ótica do bem e do mal (CHALOUB, 2019). O caminho possível para lutar “contra o mal” é extirpá-lo. Assim, o contexto assume tons desafiadores, visto que os inimigos a serem combatidos possuem vagos contornos, ora se refletem na “corrupção da esquerda”, ora na “subversão comunista” (*ibid.*). O tema da corrupção, ao ser utilizado como estratégia nas disputas políticas, constitui-se por um conjunto de práticas heterogêneas, que são combinadas por uma concepção que comporta um forte apelo moral (KOERNER e SCHILLING, 2015). “Quem poderia ser contra um movimento de regeneração dos princípios básicos da República, como o da defesa do bem comum?” (*ibid.*, p. 75).

Assim, é negligenciado, no comentário 52, o fato de que muitas das adversidades vividas por um país advêm da realidade de certas pautas sociais. A questão racial, por exemplo, como explica Sinhoretto e Morais (2018), ainda é uma temática pouco perceptível aos olhos do debate público e para a opinião majoritária. Porém, segundo a autora e o autor, aos poucos, a pauta tem ganhado visibilidade nos dados implementados pelo Governo Federal, como é o caso do enfoque racial introduzido no Mapa da Violência, no Índice de Vulnerabilidade Juvenil, no Mapa do Encarceramento, entre outros. Ainda em contraponto com a negação da problemática expressa pelo comentário 52, Sinhoretto e Morais (*ibid.*) afirmam que, em período recente, nota-se, pela análise dos dados, a discrepância da experiência com a violência entre brancos e negros, por meio da intensificação da desigualdade racial vista pelos indicadores sociais da violência.

As políticas públicas de inclusão, de acordo com o comentário 53, são chamadas de “superpoderes dos LGBT e negros”. E, ainda, no proferimento, vemos a argumentação em torno de um sistema que oprime o homem branco, hétero e chefe de família, que “pensa e age de maneira diferente” de grupos estigmatizados, ou seja, que é racista e homofóbico. Haveria, pela perspectiva desse comentário, um sistema que oprime quem pensa e age contra o pluralismo de identidades. Seria essa a inquietação do homem branco heterossexual que considerada demasiadamente privilegiadas as outras lutas identitárias, conforme conta Solano (2019).

O comentário 54 também entra para a lista da negação da problemática e da negação dos problemas identitários, ao distorcer os fatos e argumentar pela crença no chamado “racismo reverso”. Segundo Alves e Irala (2019), essa seria uma crença difundida entre os brancos, que, recentemente, têm ganhado força no Brasil, após o aumento da resistência da comunidade negra em relação ao racismo. As autoras acionam os pensamentos de Djamila Ribeiro (2014) para explicar que não existe o racismo de negros contra brancos, pois, na medida em que a visão conceitual se faz fundamental para a compreensão da temática, sabe-se que o racismo se baseia em um sistema de opressão, em relações de poder. Sendo assim, o histórico de opressão e violência que exclui a população negra, ao ser transferido discursivamente para a população branca, apresenta-se de maneira incoerente.

Nos proferimentos 55 e 56, nota-se um saudosismo do passado, por ter sido uma época livre de “frescura”. Segundo os comentários, nos tempos antigos, o discurso era liberado, já que a regulação discursiva, conforme nomeamos no trabalho, ainda não estava em voga. Há alguns anos, não eram pautadas certas questões da fala; no entanto, hoje, com a ascensão das lutas das pautas identitárias, preocupa-se mais com tais agendas.

Durante o processo de codificação, encontramos comentários que se utilizam do raciocínio “somos todos iguais” para encobrir determinadas lutas sociais e negar a existência das desigualdades. Como apontam os dados da Tabela 18, 63 comentários (2,4%, ao nível de 99% de confiança) que sofrem do mal-estar da regulação discursiva acionam argumentos baseados em “O Brasil é um só”, “somos todos iguais”, como é o caso dos comentários:

Comentário 57: Menos mimimi nesse Brasil! Menos vitimismo!! Somos todos iguais!! Estamos mais do que nunca unidos por um Brasil melhor! Domingo, #bolsonaro17

Comentário 58: Igualdade para todos! Somos todos iguais perante Deus 😊 sem mimimi

Comentário 59: Ele não quis dizer que preconceito é frescura, ele só acha que preconceito não deve existir. Somos todos iguais aos olhos do pai.

Tabela 18 – Regulação discursiva X O Brasil é um só

	O Brasil é um só		Total
	Não identificável/Não se aplica	Sim	

Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1126 42,20%	5 0,20%	1131 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1373 51,50%	63 2,40%	1436 53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	88 3,30%	0 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	11 0,40%	1 0,00%	12 0,40%
Total		Contagem % do Total	2598 97,40%	69 1,20%	2667 100,00%

Casos omissos: n=2;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 43,020^a; Significância Assintótica (Bilateral), 000

Fonte: Elaborado pela autora

As argumentações trazidas pelos comentários acima, além de negarem as diferenças sociais existentes em um sistema plural, negam também os problemas resultantes, não da multiplicidade identitária, mas sim da pluralidade de tratamentos destinados a diferentes indivíduos, além a existência de privilégios de classe, raça e gênero. Nos comentários 58 e 59, vemos a alegação de que, perante a Deus, somos todos iguais; logo, implicitamente, há a perspectiva de que não deveria haver políticas específicas para determinados grupos.

Uma questão que pode ser abordada a esta altura do trabalho é o revisionismo histórico. Starling (2019) atribui a visibilidade da disputa dos sentidos dos fatos às manifestações de 2013, cujas pautas se baseavam num imaginário conservador regressivo e reacionário, “com disposição para adulterar fatos históricos e adequá-los à sua conveniência ideológica” (*ibid.*, p. 342). Em nosso *corpus*, deparamos-nos com alguns comentários revisionistas, que negavam a ditadura ou, mesmo, conferiam outro significado ao período pós-64, além de recontarem a história da população negra.

A história tem uma função estratégica para a nossa vida pública. Se confiança na veracidade histórica for eliminada, as pessoas acreditam no que querem ou no mais conveniente; tudo se resume a uma questão de opinião e à melhor versão em curso – é o passado às avessas. É fácil entender o que esse problema significa para o funcionamento da democracia: quando as linhas divisórias ficam indistintas, deixa de existir uma base factual para se questionar o poder.

Assim, conforme explica a autora, a mentira se mistura à democracia até o ponto em que ambas se tornam similares, e, dessa forma, atores políticos negam, reescrevem e alteram uma mesma versão dos fatos, procedimento que ocorreu no Brasil anteriormente e pós- eleições de 2018.

A abordagem da negação das problemáticas históricas, sociais, identitárias e políticas não pode deixar de tratar da questão acerca da meritocracia, argumentação frequentemente acionada no nosso universo analítico, conforme os seguintes comentários:

Comentário 60: vitimismo, e coitadismo, sempre serao vitima e coitados, q jogam a culpa de seus fracassos nos outram e jogam patrao na justica, e é aquelee MIMIMI sem fim. Pessoas fortes de verdades sao homens, mulheres, gays, negros NORDESTINOS e etc. q batem no peito e falam:NINGUEM E MELHOR DO Q EU E IREI VENCER, PQ TD Q ENFRETEI DE RUIM NA MINHA VIDA, É O MEU TRANPOLIM PARA A VITORIA, Acordam as 4 da manha e vao a luta.

Comentário 61: Fulana ninguém vai assina essa merda que PETISTA fez para culpar os outros, cria vergonha e para de compartilhar besteiras!!

Mimimimimimi gente chata que fica se vitimando... quem trabalha não precisa ficar chorando se fazendo de vítima!!

Comentário 62: Fulana A percentagem vai depender do vitimismo de cada um. O que eu vejo são pessoas que batalharam para conquistar seus objetivos e outras que se entregaram as dificuldades. Oportunidades aparecem para todos, mas você e muitos preferem colocar a culpa na cor. Conheço brancos e negros que perderam o emprego e foram vender água mineral no sinal até as coisas melhorarem, conheço também brancos e negros começaram a vender drogas alegando que emprego estava difícil. Tem gente sofrendo de todas as cores e gente prosperando de todas as cores! É uma questão de escolha!!!!

O comentário 60, ao apresentar um enunciado meritocrático, relaciona a conquista da vitória pessoal ao fato de “acordar às 4h da manhã”. Assim, deparamo-nos com o discurso que alia o sucesso da vida privada ao esforço pessoal, de forma única e exclusiva, retirando do poder estatal toda e qualquer responsabilidade de resolução de certos problemas que deveriam ser tratados como públicos. No proferimento 61, temos a afirmação “quem trabalha não precisa ficar chorando e se fazendo de vítima”, que atribui, mais uma vez, aos indivíduos que sofrem por problemas públicos a culpa da situação. Já o 62 ainda aciona a temática racial e parte para o pretexto de negação do racismo (VAN DIJK, 1992; ALVES e IRALA, 2019). Além disso, no proferimento, vemos a alegação “é uma questão de escolha”, como se certas situações às quais os sujeitos são submetidos pudessem ser determinadas por eles próprios. Abaixo, foram selecionados alguns comentários cuja negação da problemática é uma argumentação proferida pelas vítimas.

Comentário 63: Desde quando homossexuais são minoria no Brasil? Ou então vítimas? Pelo contrário! São pessoas que trabalham honestamente e sempre se destacam em tudo que se dispõem a fazer de forma brilhante! O que falar de nós mulheres? Muito raro você encontrar uma mulher que exerça uma função de forma mediana, somos sempre acima da média! Não adianta querer usar esse discurso de vitimismo, não cola mais! Vítimas no Brasil são crianças, idosos e todos os brasileiros que estão sendo roubados há muito tempo, por esse partido que nos afundou num mar de corrupção, e não uma classe, ou grupo específico, como querem nos fazer acreditar. Outra coisa, não queremos que o seu partido sr. Haddad pague nossas contas, ou então nos ofereça migalhas! Não! Não é isso queremos! Queremos e merecemos é um Brasil justo que nos ofereça condições de trabalho dignas.

Comentário 64: Cara o preconceito tá aí sim, mas hoje realmente tudo é preconceito! E o que ele falou e verdade, eu sofri o tal do *bullying* na infância e o que eu fiz enfrentei em vez de ficar chorando, hoje sou um homem forte e com a mentalidade mais forte ainda para saber que as “zoacoes não me atinge” agora pega esses meninos de hoje em dia, e vê como eles crescem, cheio de mimimi, e sim esse é o presidenciável do qual eu vou votar, apesar de concordar sobre isso daí, não é por isso não é sim pelas suas propostas de governo, da qual eu li não concordei 100% mas coloquei na balança e vale muito mais do que as propostas do PT, sou pobre, nasci na favela, não sou branco, sofri *bullying* e racismo ! E mesmo assim escolhi vencer na vida, ao invés de chorar e reclamar.

Comentário 65: Tô fazendo campanha de graçaaa porque me identifiquei com você Jair Bolsonaro! Embora tenho sofrido retaliação por ser negra e votar em ti mas não quero carregar nos ombros o peso do vitimismo. Desejo um dia ser conhecida pelo que faço e não pela minha cor 🍷🍷 Brasil de igualdade para todos 🍷🍷 17

Comentário 66: Então eu sou uma negra racista, pq também sou contra cotas! Odeio vitimismo!

Comentário 67: Cara já falei, odeio vitimismo! Quem merecia isso foram meus antepassados e não eu! Eles sofreram! Eu posso com minha capacidade, eu sou negra mas sou inteligente! Sou dona de 2 confeitarias, comecei vendendo bolo de porta em porta, paguei minha faculdade vendendo trufas! Não precisei de vitimismo, precisei do meu esforço, minha garra e do meu dom! Assim como um Branco consegue, um Negro também, nós somos fortes, temos capacidade!

Comentário 68: Parabéns, vc é um homossexual inteligente, que se garante e não se vitimiza, que pensa pela nação inteira e não olha só pro seu umbigo, eu tbm sou gay e voto 17, Bolsonaro e mais ninguém é obrigado a gostar de gays, apenas respeita, da mesma forma que nenhum gay é obrigado a gostar de mulher, detesto esses gayzitas que querem privilégios, pq todos somos iguais perante a lei e tem mais, fala pra esses gays idiotas que se acham minorias de puro vitimismo, que minoria não elege presidente, abraço querido!

Em todos os comentários, nota-se um discurso por parte de pessoas advindas de grupos estigmatizados (mulheres, negros, comunidade LGBTQ+), sendo que apenas um deles desabafa que já sofreu preconceito (64). Observa-se uma argumentação correspondente à premissa de que ninguém quer ser visto como indivíduo frágil, que necessita de auxílios (estatais ou não) para obter sucesso. O discurso do “eu sou capaz”, ao mesmo tempo que atribui ao indivíduo a responsabilidade pelo próprio caminho a se tomar, também é um discurso mais sedutor, já que confere ao indivíduo a ideia de

engajamento pela própria trajetória. Para pessoas advindas desses grupos, de acordo com os comentários acima, lutar por si mesmo é uma opção mais íntegra do que aceitar “migalhas”, como afirma o comentário 63. Essas expressões, por vezes, podem ser confundidas com o discurso do empoderamento, que busca dar poder às vítimas, mas não negar os problemas, muito pelo contrário, procura reconhecer as adversidades e buscar formas de tratá-las. Como aponta Honneth (2009), nem em Head nem em Mead havia uma referência à maneira como a experiência de desrespeito social poderia incentivar um indivíduo a se mobilizar por uma luta ou por um conflito prático. Segundo o pensador alemão, a condução do mero sofrimento à ação ativa deve ser feita por, de certo modo, um elo psíquico, que informa cognitivamente o sujeito atingido de sua circunstância social. Ainda alinhado à discussão sobre as vítimas que não reconhecem a problemática, o autor aponta para o fato de que, nem sempre, a injustiça do desrespeito se revela em reações afetivas. “Somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política” (HONNETH, 2009, p. 224).

O último tópico tratado nesta seção diz respeito ao que nomearemos como a negação por meio do desconhecimento do problema. Até aqui, tratamos no trabalho da perspectiva conservadora que dominou as esferas públicas brasileiras nos últimos anos; porém, após a análise dos comentários, podemos inferir que, de um lado, há, sim, tal viés conservador, que, por vezes, comporta-se até mesmo como intolerante a certos grupos; no entanto, de outro lado, assistimos a um desconhecimento de certas agendas e certas lutas. Em alguns comentários, notamos que o revisionismo histórico, fruto das fraudes dos fatos, chega a tamanha repercussão que acaba confundindo aqueles que não acessam⁹³ determinadas informações. Os comentários 69, 70, 71, 72 e 73 correspondem a uma amostra dos proferimentos que entendem os meandros sociais e foram codificados como “reconhecimento do problema”.

Comentário 69: Vocês gostam de brincar com os oprimidos para exaltar o opressor, o mesmo vocês fazem, quando se trata de preconceito, racismo, homofobia, xenofobia... tudo isso para vocês é mimimi e vitimismo!

Comentário 70: Chegamos a um nível que as pessoas acreditam que tiveram negros que foram voluntariamente ser escravos. Que toda a história é mentira, que tudo é conspiração da esquerda. Que racismo não existe, que é puro

⁹³Não trataremos aqui das oportunidades diferentes para acessos a informações (apesar de saber da existência dessas desigualdades). Aqui nos referimos ao ato de não se buscar dados verídicos, seja por valores morais, seja por ausência de vontade *etc.*

vitimismo. Que negro não está rico hoje porque não quer. Eu fico boba com isso. Caramba! A cada dia que passa me convenço mais que sim fiz o certo.

Comentário 71: Comico. O cara que defende armas e tudo mais, também fala que *bullying* é vitimismo. Ah, se ele soubesse o que o *bullying* é capaz de fazer com a mente de alguém... Gente, esse cara não tá preparado pra ser presidente de um país. Por favor, se vocês tiverem um filho adolescente passando por *bullying*, eu imploro, não cheguem para ele e falem que é vitimismo. Os tempos mudaram e todo mundo com o mínimo de capacidade cognitiva é capaz de entender isso.

Comentário 72: Mano, o Brasil é um 5 países mais desiguais do mundo. É um dos que mais mata mulheres por conta do machismo porque homem acha que a mulher é só dele, é um dos que mais mata LGBT e negros por causa do preconceito e a intolerância religiosa no país gera uma perseguição doentia por aqueles que seguem outras doutrinas. Eu não consigo lidar com gente que acha que toda essa barbárie desumana do preconceito como um todo é vitimismo de quem sofre e que políticas públicas de inclusão social piora isso tudo. Vai perguntar quem matou a fome do seu filho graças ao Bolsa família, vai perguntar quem morou quase a vida toda em uma casa em condições precárias e teve uma vida melhor depois que ganhou um teto graças ao Minha casa minha vida, vai perguntar ao médico que salvou a sua vida graças ao ProUni que fez com que ele ingressar numa faculdade porque por mais que ele quisesse ser alguém na vida era muito difícil isso acontecer porque na corrida pra ser alguém na vida ele largou na última fila. O que falta pra vocês não é aprender com a história e sim, ter um pouco mais de humildade e entender a dor e sofrimento do seu próximo.

Comentário 73: Olha aqui a nossa frescura <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884666-brasil-patina-no-combate-a-homofobia-e-vira-lider-em-assassinatos-de-lgbts.shtml>

Retomando questões relativas, ao apresentar os comentários acima, observa-se que a negação e o reconhecimento dos conflitos são temas importantes para se entender as razões da indisposição à regulação discursiva e a defesa de tal regulação. Posteriormente ao trabalho de análise do *corpus*, entendemos que a perspectiva conservadora que se ascendeu no Brasil nos últimos anos dá as bases para a construção do que é moralmente aceitável e o que não é. Porém, inferimos, também, que o revisionismo histórico pode ser fruto do desconhecimento de certas agendas e realidades sociopolíticas.

6.5 O que se entende por politicamente correto e por regulação discursiva?

Um dos objetivos do trabalho perpassa pela compreensão do que as pessoas que comentaram nas páginas dos candidatos entendem por politicamente correto e por regulação discursiva. Foram adotados quatro códigos para lidar com essa temática, sendo eles: regulação discursiva como correção para tratar sobre pautas identitárias – quando a

regulação se refere à lutas identitárias; regulação discursiva como robustez da linguagem – quando a regulação faz alusão a uma linguagem elitista e difícil de ser compreendida; regulação/politicamente correta como aquilo que não ultrapassa as barreiras do discurso – aqui, categorizamos os comentários que enquadram a regulação como algo que não parte para a ação concreta; politicamente correto como símbolo de honestidade, honra e dignidade. Lembrando que, para a codificação desses códigos, não havia uma preocupação com o fato de o comentário ser contrário ou favorável à regulação, já que o foco era outro nesse momento. De acordo com a Tabela 19, 10,5% do *corpus* analisado relaciona o que chamamos regulação discursiva à questão das pautas identitárias.

Tabela 19 – Regulação discursiva para tratar de pautas identitárias

Regulação discursiva para tratar pautas identitária					
		Frequência	%	% válida	% cumulativa
Válido	Não identificável/ Não se aplica	2388	89,5	89,5	89,5
	Sim	279	10,5	10,5	100
	Total	2667	99,9	100	
Perdidos	Sistema	0,02	0,001		
Total		2669	100		

Casos omissos: n=2.

Fonte: Elaborado pela autora

Esse dado levantado conversa, de certa maneira, com os pensamentos de Wilson (1995), que alega que o PC é um “mito” construído pelo julgamento conservador para desmobilizar as políticas de identidade (SCABIN, 2018).

Parece haver um consenso entre os pesquisadores de que foi entre os anos 1980 e 1990 que a expressão “*political correctness*” passou a ser empregada por representantes da direita, conservadores ou liberais, para descrever, pejorativamente, tentativas de promoção de políticas de identidade, sobretudo aquelas voltadas à introdução de novas palavras e expressões supostamente menos discriminatórias, ganhando destaque na imprensa norte-americana a partir do início da década de 1990. (SCABIN, 2018, p. 40.)

Já 1,8% do *corpus* enquadrado a regulação discursiva como uma robustez, sofisticação da linguagem, conforme é apresentado na Tabela 20:

Tabela 20 – Regulação discursiva como robustez na linguagem

Regulação discursiva como robustez na linguagem				
	Frequência	%	% válida	% cumulativa
Válido	Não identificável/ Não se aplica	2620	98,2	98,2
	Sim	48	1,8	100
	Total	2668	100	100
Perdidos	Sistema	1	0	
Total		2669	100	

Casos omissos: n=1.

Fonte: Elaborado pela autora

Também foram encontrados argumentos que entendem a regulação discursiva como algo que permeia apenas o campo linguístico, não rompendo as barreiras do discurso para a ação concreta. Nesse código, foram categorizados 1,5% dos comentários, como mostra a Tabela 21.

Tabela 21 – Regulação discursiva como aquilo que não parte para ação concreta

Regulação discursiva como aquilo que não parte para a ação concreta				
	Frequência	%	% válida	% cumulativa
Válido	Não identificável/ Não se aplica	2628	98,5	98,5
	Sim	41	1,5	100
	Total	2669	100	100
Total		2669	100	

Fonte: Elaborado pela autora

Casos omissos: n=1.

Enquanto isso, em apenas três (0,1%) comentários vimos o politicamente correto e a regulação discursiva serem classificados como símbolo de honestidade, honra e dignidade, como explicita a Tabela 22:

Tabela 22 – Regulação discursiva como símbolo de honestidade/ honra/ dignidade

Regulação discursiva como símbolo de honestidade/ honra/ dignidade				
	Frequência	%	% válida	% cumulativa

Válido	Não identificável/ Não se aplica	2666	99,9	99,9	99,9
	Sim	3	0,1	0,1	100
	Total	2669	100	100	
Total		2669	100		

Fonte: Elaborado pela autora.
Casos omissos: n=0.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como são configurados os discursos das pessoas que sofrem do fenômeno do mal-estar da regulação discursiva, que comentaram nas páginas dos três principais candidatos à presidência? A busca pela resposta dessa questão norteou os caminhos trilhados por esta dissertação. Assim, foram desenhados os seguintes objetivos: a) analisar quais são os argumentos acionados pelas pessoas indispostas à regulação discursiva; b) compreender o que essas pessoas que comentam nas páginas dos candidatos entendem por politicamente correto e por regulação discursiva; c) analisar se os posicionamentos indispostos à regulação discursiva são de ataque e/ou de negação das pautas identitárias; d) compreender se tal mal-estar da regulação discursiva está ligado à defesa da liberdade de expressão; e) distinguir se a regulação discursiva é um mal-estar sofrido, majoritariamente, por eleitores de Bolsonaro, de Haddad ou de Ciro Gomes.

A direção metodológica pela qual a dissertação se empenhou nos levou à criação de um termo para explicar o fenômeno contemporâneo da indisposição ao alinhamento da linguagem com o objetivo de respeitar as diversas identidades e vozes que convivem em esfera pública. O mal-estar da regulação discursiva, como intitulado pelo trabalho, refere-se a um discurso metalinguístico, que trata de si próprio. Partindo da premissa da teoria crítica, que olha para a linguagem e para o caráter emancipatório dos sujeitos, entendemos que nomear o preconceito como vitimismo, frescura ou “mimimi” é uma maneira de deslegitimar o sofrimento do outro. A atualidade do termo batizado pelo trabalho se deve ao fato de a própria regulação discursiva ser uma atividade contemporânea, intensificando-se gradualmente nas esferas públicas. Aqui, entende-se a regulação como uma sistematização não-estatal baseada em acordos sociais de convivência. Apesar disso, observa-se a necessidade da intervenção pública em determinados casos, pautados pela proteção legal. O mal-estar diz respeito à não-aceitação de uma transformação social – a regulação discursiva. Acreditamos que as mudanças demandam tempo para serem digeridas pelas sociedades, entretanto, isso não significa que a implementação da regulação seja impossível.

Para garantir a assertividade das considerações finais do trabalho, sistematizaremos as informações de acordo com os objetivos traçados. Podemos associar os argumentos acionados pelas pessoas indispostas à regulação discursiva (a) ao fato de

que, entre os comentários contrários à regulação que atacam grupos políticos (1) e ideológicos (2), notamos um maior apelo às pautas que atacam a esquerda (97,5%) (1) e o progressismo (98,3%) (2), em relação às agendas que atacam a direita (0%) (1) e o conservadorismo (0%) (2). Foi observada, por exemplo, uma aversão às leis e políticas públicas de inclusão social, um ataque ao comunismo, ao feminismo, ao marxismo e, ainda, uma argumentação em prol dos valores da família e da palavra de Deus. O ataque ao politicamente correto, bem como à regulação discursiva, é um cenário roteirizado pela ascensão das direitas brasileiras.

A partir do processo de codificação, pode-se inferir algumas premissas acerca do que as pessoas que comentam nas páginas dos candidatos entendem por politicamente correto e por regulação discursiva (b). Os resultados nos levaram a entender que, predominantemente, os indivíduos/comentários analisados assimilam a regulação discursiva às pautas identitárias, já que 10,5% do nosso *corpus* pôde ser categorizado nesse conjunto, enquanto 1,8% foi enquadrado no código robustez da linguagem, 1,5% no código “regulação só no discurso” e 0,1% veem o PC como símbolo de honestidade.

Seriam os posicionamentos indispostos à regulação discursiva, majoritariamente, de ataque e/ou de negação das pautas identitárias (c)? Focaremos aqui nas pautas identitárias com maior associação significativa em relação ao código da indisposição à regulação. Dentro do *corpus* dos comentários que sofrem da indisposição à regulação, 5,6% atacam as mulheres, 5,2% atacam os negros, 5% atacam a comunidade LGBTQ+ e 10% são comentários intolerantes às pessoas e/ou grupos, enquanto 28,2% dos comentários indispostos à regulação discursiva são de negação das problemáticas.

Isso significa que as pessoas estão mais passíveis à negação das questões do que à expressão explícita de suas adversidades, o que não deixa de ser um problema. Tal discurso é compatível com o discurso de Jair Messias Bolsonaro durante o período eleitoral. Em uma publicação⁹⁴ através de sua página no Facebook, Fernando Haddad julga o ex-deputado que afirmou em uma entrevista que a melhor forma de combater o racismo é não tocando no assunto. A campanha de Bolsonaro se pautou na criação de um ser único: o indivíduo que se afirma brasileiro, antes mesmo de qualquer outra pauta identitária. Como diz Angela Alonso (2019, p. 54): “em vez da estratificação, homogeneidade”. Daí nasce o mote “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. A estratificação da sociedade pode se representar como uma realidade de difícil estratégia

⁹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=343944809506344>. Acesso em: 22 de jan. de 2020.

para o governo, porque traz consigo a necessidade da criação de pautas e lutas específicas para cada comunidade. O discurso de que “somos todos iguais”, por meio da união de todos os brasileiros para salvar a pátria, é mais atraente e mais fácil de ser compreendido, sobretudo, para algumas pessoas que pertencem a grupos estigmatizados.

O paradoxo em que nos encontramos hoje é que ao mesmo tempo que a extrema direita no mundo impõe um processo descivilizatório, ela está se colocando como alternativa de futuro para muita gente. Ao mesmo tempo em que se constrói com base em negações políticas, está fazendo com que muitos indivíduos se sintam empoderados politicamente porque não se apresenta como elitista e sim como popular, fazendo apelos contínuos a suas bases e a sua militância e se dirigindo às massas que foram abandonadas pelo sistema político tradicional (SOLANO, 2019, p. 320)

Em nosso universo analítico, notamos situações em que “vítimas” não se veem como tal, já que, como explica Honneth (2009), nem sempre a injustiça do desrespeito se revela em reações afetivas, pois seria necessária a disponibilidade de um movimento social para que o desrespeito se transforme em ações de resistência política.

Comprendemos, ainda, que, tratando-se do nosso *corpus*, não há relação entre o mal-estar da regulação discursiva com a liberdade de expressão (d). Acredita-se que a perspectiva (por um lado) liberal da construção dos apontamentos da pesquisa pode ter sido responsável pela criação dessa premissa de relação com a liberdade de expressão. A regulação não-estatal de interesse público aciona, de certa forma, a visão liberal. Entretanto, não há negligência, aqui, da necessidade da ação estatal perante a algumas posturas discursivas – racismo, LGBTfobia, entre outras. Entende-se também, que, para além da ação punitiva em determinados casos, defendemos a ação educativa do Estado, a fim de se trabalhar em prol da prevenção do mal-estar da regulação discursiva.

Em relação à associação do mal-estar com a postura de cada um dos candidatos (e), concluímos que, como o mal-estar é mais perceptível entre os eleitores de Bolsonaro, os comportamentos do então candidato poderiam estar avalizando e estimulando o mal-estar da regulação discursiva. Bolsonaro não é o único representante político que sofre desse mal-estar, tampouco é o criador do fenômeno; porém, suas posturas incentivam uma parcela da sociedade – que clama por mudanças no Brasil – a se atentarem para a regulação e a proclamarem que estão “cansados do politicamente correto”.

Tal fato poderia estar incitando o ataque à Haddad, já que, aliada à pauta que aciona a cultura do politicamente incorreto, estaria, como descreve Di Carlo e Kamradt (2018), o antipetismo. Por que constatamos uma identificação entre a defesa da regulação discursiva e a defesa de Fernando Haddad? Primeiramente, conferimos a isso a questão

de o candidato ter sempre prezando pela defesa dos direitos humanos. Além disso, em relação aos dados referentes a Ciro Gomes, podemos concluir que o pedetista não foi uma figura muito expressiva nas eleições de 2018, já que o protagonismo do período estava atribuído à figura de Jair Bolsonaro e todos os valores conservadores que carrega consigo e ao Partido dos Trabalhadores e todos seus escândalos de anos de governo. Apesar disso, vimos algumas constatações em relação à postura imprevisível de Ciro Gomes.

De um lado, há um viés estritamente conservador no mal-estar da regulação discursiva, que, por vezes, comporta-se até mesmo como intolerante a certos grupos. Por outro lado, presenciamos um desconhecimento e/ou negação de determinados problemas sociais. Sendo assim, atribuímos, de forma exploratória e como base para próximos passos de pesquisa, o mal-estar da regulação discursiva a dois âmbitos: a perspectiva conservadora (que aciona a argumentação de valores morais e desejo de manutenção de *status quo*, entre outras agendas) e a negação como desconhecimento do problema. O problema pode se apresentar como uma temática que não é de conhecimento de todos – seja pelo fato de que a linguagem das pautas progressistas possa ser, muitas vezes, elitista e complicada, difícil de ser acessada e não tão atraente quanto o discurso que unifica o Brasil em um só.

Reiteramos que esta dissertação não posiciona a regulação discursiva como a salvação para os problemas sociais brasileiros. Pelo contrário, entendemos a regulação como um caminho pelo qual a resolução dos problemas deve passar, mas nunca o fim. O politicamente correto pode não resolver nada, pode não conferir nenhum empoderamento às lutas identitárias, porém, ao menos nos faz pensar e refletir antes do ato discursivo. Como afirma Rajagopalan (2000, p. 99): “uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos sociais (...) é monitorando a linguagem por meio da qual tais preconceitos são produzidos e mantidos e obrigando os usuários, em nome da linguagem politicamente correta, a exercer controle sobre sua própria fala”. A reflexão anterior ao ato de fala já é um passo. Acreditamos que a ponderação já é o início do caminho da resistência e da transformação política. E, sobretudo, concluímos que as transformações discursivas são importantes indícios das escolhas pelos representantes políticos.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. IN: ABRANCHES et al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, p. 11-34, 2019.

ABTS, Koen; RUMMENS Stefan. **Populistische democratie: een contradictie?!**, Paper presented at the Politicologenetmaal, Antwerp, Maio, p. 19–20, 2005.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Póle Livros, 2018.

AGGIO, Camilo de Oliveira. Os candidatos ainda evitam a interação? Twitter, Comunicação Horizontal e Eleições Brasileiras. **E-Compós**, Brasília, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.1128>. Acesso em: 3 maio 2020.

AGGIO, Camilo. Campanhas *online*: o percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 426-445, 2010.

AKDENIZ, Yaman. Anonymity, democracy, and cyberspace. **Social Research**, Spring, v. 69, n. 1, p. 223-237, 2002.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: V. Mazzari (org.). **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, p. 11-34, 2019.

ALTEMEYER, Bob. **The authoritarianspecter**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1996.

ANTUNES, Deborah Christina; SOARES ZUIN, Antônio Álvaro. Do *bullying* ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2008.

ARSHAM, Hossein. Kuiper's P-value as a measuring tool and decision procedure for the goodness-of-fit test. **Journal of Applied Statistics**, Reino Unido, v. 15, n. 2, p. 131-135, 1988.

AVES, Mônica Carolina Ferreira. “Eu não sofro por ser negro, quer dizer, eu não posso me importar”: análise de uma experiência de estágio supervisionado com foco na temática do racismo. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 5, n. 2, 2019.

AVRITZER, Leonardo. O Pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise (2013-2018). In: AVRITZER, et. al. **Pensando a Democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil**. Belo Horizonte: Projeto República, p. 17-38, 2019

BABBIE, Earl. **The practice of social research**. Beimon, CA: Wads-worth, 1995.

BANKS, James. Regulating hate speech online. **International Review of Law, Computers & Technology**, v. 24, n. 3, p. 233–239, 2010.

BAPTISTA, Érica Anita; Lopes, Nayla; Martins, Ana Clara; Melo, Paulo Victor. Eleições 2018: a campanha para o cidadão de bem. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 42, 2018, Caxambú. Anpocs, 2018, Caxambú, MG. **Anais [...]**. Caxambú: ANPOCS, 2018.

BARBER, B. **Strong Democracy**: Participatory Politics for a New Age (20th ed.). University of California Press, 2003.

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Almedina, 1994.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARONAS, Roberto Leiser. PONSONI, Samuel. Bolsonaro e Trump: (Des) semelhanças enunciativas. **Guavira Letras**, Três Lagoas, v.14, n. 28, p. 24-35, 2018.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAYM, Nancy K. **Personal Connections in the Digital Age**. Cambridge: Polity, 2010.
- BEAL, Vangie. API – Application Program Interface. **Webopedia**, 2016. Disponível em: <http://www.webopedia.com/TERM/A/API.html>. Acesso em: 16 out 2019.
- BHUIYAN, S. I. Social media and its effectiveness in the political reform movement in Egypt. **Middle East Media Educator**, Dubai, v. 1, n. 1, p. 14-20, 2011.
- BIMBER, Bruce; COPELAND, Lauren. Digital Media and Traditional Political Participation over Time in the U.S. **Journal of Information Technology & Politics**, Abingdon, v. 10, n. 2, p. 125-137, 2013.
- BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 1. p. 83-94, 2018.
- BLOOM, Allan. **The Closing of the American Mind: How Higher Education Has Failed Democracy and Impoverished the Souls of Today's Students**. New York, Simon and Schuster, 1987.
- BRITO CRUZ, F.; MASSARO, H. Um raio-X do marketing digital dos presidenciáveis. **Você na Mira – InternetLab – Relatório #2**, 2018b. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/wpcontent/uploads/2018/09/Relat%C3%B3rioVoc%C3%AA-na-Mira-2.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- BRITO, Felipe Peixoto de. **A aplicabilidade da liberdade de expressão em relação ao direito à igualdade e não discriminação: o discurso de ódio sob a perspectiva internacional e no direito brasileiro**. 2018a. 127f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- BRUNI, Aline. Extreme right parties in Europe today: definition and electoral performance. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2018.
- BRUNS, Axel; HIGHFIELD, Tim. Is Habermas on Twitter? Social Media and the Public Sphere. *In*: BRUNS, Axel; ENLI, Gunn; SKOGERBO, Eli; LARSSON, Anders Olof; CHRISTENSEN, Christian. **The Routledge Companion to Social Media and Politics**. New York: Routledge, p. 56–73, 2016.
- BURDETTE, W. J. & GEHAN, E. A. **Planning and Analysis of Clinical Studies** (Springfield, Illinois, Charles C Thomas), 1970.
- BURITY, Joanildo. A Onda Conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In*: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOI, Rodrigo (orgs). **Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018.

- BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. [S.n]:London, 1790.
- CARRICO, André. O politicamente incorreto na comédia popular. **Rebento**, São Paulo, n. 8, p. 94-108, junho 2018.
- CARVALHO, Marina. Emoções como forma de engajamento político: as reações no Facebook durante a prisão do ex-presidente Lula. **Entremeios**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, Rio de Janeiro, 2018.
- CASSAR, J.; GRIMA SULTANA, M. Parents of Gay Sons Redefining Masculinity. **Open Journal of Social Sciences**, Novi Sad, v. 5, p. 170-182, 2017.
- CAVALCANTI, Jauranice R., Black is beautiful: a polêmica envolvendo o uso de um slogan. **Discurso & Sociedad**, v.12(3), p. 438-451, 2018.
- CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michelle; MAGALHÃES, Dandara. O Brasil vai virar venezuela: medo, memes e enquadramentos. **Revista Esferas**, Brasília, n. 14, 2019.
- CHALOUB, Jorge. A Banalidade do Mal na Política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n. 84, p. 32-41, 2019.
- CHOI, Jung Min; MURPHY, John. **The Politics and Philosophy of Political Correctness**. Santa Barbara: Praeger, 1992.
- CHUERI, Juliana. People against the elite? Jair Bolsonaro's presidential campaign. *In*: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 42, 2018, Caxambú. Anpocs, 2018, Caxambú, MG. **Anais [...]**. Caxambú: ANPOCS, 2018.
- CIOCCARI; Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A política e o espetáculo em Jair Bolsonaro, João Doria e Nelson Marchezan. **Imagofagia – Revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine e Audiovisual**, Buenos Aires, n. 18, 2018.
- CIOCCARIL, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: o deputado, o candidato e o presidente. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 135-151, 2019.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In*: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. **Galáxia**, São Paulo, n. 38. p. 28-39, 2018.
- DA SILVA, Rodrigo. **Guia Politicamente Incorreto da Política Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2018.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Angela, 1944. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani –1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

D’HOMBRES, Emmanuel. Régulation par qui? Régulation de quoi?. **Raisons politiques**, Paris, n. 28, p. 127-151, 2007.

DAHLBERG, Linda. The Internet and Democratic Discourse: Exploring The Prospects of *Online* Deliberative Forums Extending the Public Sphere. **Information, Communication & Society**, [S. l], v. 4, n. 4, p. 615–633, 2001.

DAHLGREN, Peter. Internet, public spheres and political communication: dispersion and deliberation. **Political Communication**, Reino Unido, v. 22, n. 2, p. 147-162, 2005.

DASTGEER, Shufoga. **Tolerance and Intolerance in Political Discourse on Twitter during the U.S. 2016 Presidential Election**. 2017. Tese (Doutorado em filosofia) – Universidade de Oklahoma, Oklahoma. 2017.

DE SOUZA, Rodrigo Augusto. A noção de liberdade no pensamento de John Dewey. **Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 41-49, 2011.

Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **UNESCO**, 1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>.

DEWEY, John. **El Hombre y Sus Problemas**. 1. ed. Buenos Aires: Paidós. 1952.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. “Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira”. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018.

DRYZEK, John & DUNLEAVY, Patrick. The conservative reaction. *In: Theories of the democratic state*. Hampshire: New York, 2009. p. 269-288.

EDSTRÖM, Maria. Trust and Values for Sale: Market-driven and democracy-driven freedom of expression. *In: CARLSSON, Ulla. Freedom of Expression and Media in Transition. Studies and Reflections in the Digital Age*. Gothenburg: Nordicom, 2016.

EMERSON, Thomas I. Toward a general theory of the First Amendment. **The Yale Law Journal**, [S.l], v. 72, n. 5, p. 877-956, 1963.

FELDMAN, Stephen M. Hate Speech and Democracy. **Criminal Justice Ethics**, v. 32, p. 78-90, 2013.

FERES JÚNIOR, João. Esquerda, direita e o politicamente correto: breve estudo comparado. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 51-66, 2017.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa. **Revista USP**, São Paulo, n. 69. p. 80-91, 2006.

FLEMING, Marie. Women and the “public use of reason”. Indiana: Bloomington. **Social Theory and Practice** 19, v. 19, p. 27-50, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt Ltda., 1933.

FORST, Rainer. **Toleration in Conflict: Past and Present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

FORST, Rainer. **Os limites da tolerância**. Tradução de Mauro Victória Soares. Novos Estudos-CEBRAP, n.84, p. 15-29, 2009.

FRANCA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **C. Legenda**, Niterói, v. 5, n. 1, 2001.

FRASER, Nancy. 'Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy'. *In*: Craig CALHOUN (ed.) **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, p. 109-142, 1992.

FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Revista Ecuador Debate**, Quito, n. 46, p. 139-173, 1999.

FREIRE, Silene de Moraes (Org.) **Direitos Humanos Para Quem? Contextos, Contradições e Consensos**. Rio de Janeiro: Gramma, 2014.

FREIRE, Silene et al. Direitos humanos no Brasil: a sedução do canto da sereia. *In*: **Anais XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviços Social**. Vitória, ES, p.1-16, 2018.

FRIGO, Diosana; DALMOLIN, Aline Roes. Tensionamentos entre liberdade de expressão e discurso de ódio: Jair Bolsonaro e o impeachment de Dilma Roussef. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE, 3, 2015, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: UFSM, 2017.

FUKS, Mario; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo. Polarização, Antipartidarismo e tolerância política no Brasil. *In*: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 42., 2018, Caxambú. Anpocs, 2018, Caxambú, MG. **Anais [...]**. Caxambú: ANPOCS, 2018.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. **Toleration as recognition**. London: Cambridge University Press, 2005.

GARCÊZ, Regiane Lucas; CAL, Danila Gentil Rodriguez. Deslizes morais na cena midiática: reprodução da intolerância ou oportunidade para novas gramáticas morais?. **E-compós**, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 2013.

GESSENHARTER, Wolfgang. Die Parteiprogramme der Rechtsparteien. *In*: *Kontinuität at ihresideologischen Kernbestandes*. **Sowi**, Bielefeld, v. 20, n. 4, p. 227–33, 1991.

GIBSON, James L. Political intolerance in the context of democratic theory. *In*: Robert E. Goodin (Ed.). **The Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: OUP Oxford, 2013.

GILLESPIE, Tarleton. The politics of 'platforms'. **New Media & Society**, Nova Iorque, v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

GILMORE, Jason. Ditching the pack: Digital media in the 2010 Brazilian congressional campaigns. **New Media & Society**, Nova Iorque, v.14, n. 4, p. 617-633, 2012.

GONDIM, L. . A política da tolerância como reconhecimento. *In*: Lafayette Pozzoli; Enoque Feitosa. (Org.). **Filosofia do Direito**. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. 1, p. 185-202.

- GOFFMAN, Erving. **The Presentation of Self in Everyday Life**. Nova Iorque: Anchor Books, 1959.
- GOMES, Angela de Castro. **A política brasileira em tempos de cólera**. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, p. 175-194, 2019.
- GOMES, Wilson; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcizio. Politics 2.0: a campanha *online* de Barack Obama em 2008. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-43, 2009.
- GOYA, Denise Hideko. A polarização ideológica no Twitter: um estudo sobre as redes de retweets durante as eleições presidenciais de 2018. **COMPOLÍTICA**. São Paulo, v. 8, 2019.
- GRAHAM, Jesse; NOSEK, Brian; HAIDT, Jonathan. Liberals and Conservatives Rely on Different Sets of Moral Foundations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 96, n. 5, p. 1029–1046, 2009.
- GRAHAM, Todd; BROERSMA, Marcel; HAZELHOFF, K; VAN'T HAAR, G. Between broadcasting political messages and interacting with voters: the use of Twitter during the 2010 UK general election campaign. **Information, Communication & Society**, Washington, v. 16, n. 5, p. 692–716, 2013.
- GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. O controverso discurso do politicamente correto: algumas considerações e desdobramentos. **Revista Brasileira de Psicologia**, 1(2), 2014.
- GUIMARÃES, Juarez; DE LIMA, Venício, A. **Liberdade de expressão: a várias faces de um desafio**. São Paulo: Paulo, p. 193, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do Outro**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia – entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 113-168, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. Intolerance and Discrimination. **I. CON.**, Nova Iorque, v. 1, n. 1, p. 02-12, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tempo brasileiro. RJ, 1984
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: UNESP, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **Three normative models of democracy**. Nova Iorque: Constellations, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. **Três modelos normativos de democracia**. São Paulo: Lua Nova, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication Theory**, Oxford, v.16, n. 4, p. 411-426, 2006.

- HALL, Stuart. Some 'Politically Incorrect' Pathways Through PC. *In*: S. Dunant (ed.) **The War of the Words: The Political Correctness Debate**, p. 164–84, 1994.
- HAMELEERS, Michael. **The Populism of *Online* Communities**: Constructing the Boundary Between “Blameless” People and “Culpable” Others. Oxford: Communication Culture & Critique, p. 1–19, 2019
- HENDRICKS, John Allen; DENTON JR, Robert E. **Political campaigns and communicating with the electorate in the twenty-first century**. Communicator-in-chief: How Barack Obama Used New Media Technology to Win the White House. Lanham: Lexington Books, 2010.
- HEPP, Andreas; BREITER, Andreas; FRIEMEL, Thomas N. Digital Traces in Context — An Introduction. **International Journal of Communication**, Los Angeles, v. 12, n. 11, 2018.
- HERZOGENRATH-AMELUNG. The new instantaneity: how social media are helping us privilege the (politically) correct over the true. **Media, Culture & Society**, Nova Iorque, vol. 38, n. 1, p. 1080–1089, 2016.
- HAYES, A. F.; KRIPPENDORFF, K. Answering the call for a standard reliability measure for coding data. **Communication Methods and Measures**, 1(1), 77-89, 2007.
- HIGHFIELD, Tim. **Social Media and Everyday Politics**. Cambridge: Polity, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- HOLSTI, Ole Rudolf. A computer content analysis program for analysing attitudes: the measurement of qualities and performances. *In*: GERBNER, G (org.). **The analysis of communication content, development in scientific theories and computer techniques**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1969.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2009.
- HUCKFELDT, Robert; IKEDA, Ken'ichi; PAPPI, Franz Urban. Patterns of Disagreement in Democratic Politics: Comparing Germany, Japan, and the United States. **American Journal of Political Science**, Bloomington, v. 49, n. 3, 2003.
- IGNAZI, Piero. The silent counter-revolution: hypotheses on the emergence of extreme-right wing parties in Europe. **European Journal of Political Research**, Hoboken, v. 22, n. 1–2, p. 3–34, 1992.
- IRALA, Valesca Brasil, & ALVES, Mônica C. Ferreira. “Eu não sofro por ser negro, quer dizer, eu não posso me importar”: análise de uma experiência de estágio supervisionado com foco na temática do racismo. **Crítica Educativa**, 5(2), 73-91, 2019.
- ITUASSU, Arthur; LIFSCHITZ, Sergio; CAPONE, Letícia; MANNHEIMER, Vivian. Campanhas *online* e democracia: as mídias digitais nas eleições de 2016 nos Estados Unidos e em 2018 no Brasil. *In*: PIMENTEL, Pedro Chapaval; TESSEROLI, Ricardo (org.). **O Brasil vai às urnas: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet**. Londrina: Syntagma Editores, 2019.
- JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Colonia, 1942.

KOEN, Abst; RUMMENS, Stefan. Populist is chedemocratie: eencontradictie?! **De Witte Raaf**, Brussel, [online], 2005.

KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. *In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

KOHL, Herbert. Uncommon Differences: On Political Correctness, Core Curriculum and Democracy in Education. **The Lion and the Unicorn**, Baltimore, v. 16, n. 1, p. 1-16, 1992.

KRIPPENDORF, Klaus. Testing the reliability of content analysis data: what is involved and why. *In: Klaus Krippendorf; Mary Angela Bock. The Content Analysis Reader.* Los Angeles: Sage Publications, p. 350-357, 2007.

KUNELIUS, Risto. **Free Speech at an Intersection.** Notes on the contemporary hybrid public sphere. Freedom of Expression and Media in Transition. Studies and Reflections in the Digital Age. Gothenburg: Nordicom, 2016.

LAUWE, P. H. C. Régulation et transformation sociale. *In: GADOFFRE, G.; LICHNEROWICZ, A.; PERROUX, F (Org.). L'idée de régulation dans les sciences.* Paris: Maloine-Doin, p. 49-58, 1977.

LAYTON-HENRY, Zig. Introduction: conservatism and conservative politics. *In: Layton-Henry, Zig (ed.). Conservative Politics in Western Europe.* Londres: PalgraveMacmillan, 1982.

LECHNER, Norbert. La democratización em el contexto de una cultura postmoderna. *In: LECHNER, Norbert (Org.) Cultura política y democratización.* Santiago: FLACSO/CLACSO/ICI, p. 253-262, 1997.

LEITE, Eldo Lima; FERREIRA, Andreza Silene Silva; BATISTA, José Roniere Moraes; ESTRAMIANA, José Luiz Álvaro; TORRES, Ana Raquel Rosas. Nacionalismo, Patriotismo e Essencialismo na Construção da Identidade Nacional Brasileira. **Trends Psychol**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 2063-2075, 2018.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Por que as democracias morrem?** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. *In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

LIMA, Venício A.; GUIMARÃES, Juarez. **Liberdade de expressão: as várias faces de um desafio.** São Paulo: Paulus, 2013.

LOBÃO. **Guia Politicamente Incorreto dos Anos 80 Pelo Rock.** Rio de Janeiro, Editora Leya, 2017.

LOPES, Neto A. Bullying: Comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Deliberation, the Media and Political Talk.** New York: The IAMCR Book Series, 2012.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. COMPÓS, 2002.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *In: ENCONTRO DA COMPÓS*, 15, 2006, Baurú. **Anais [...]** Baurú: Compós, 2006.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 63, p. 91-116, 2007.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Recognition and the Media**. Nova Iorque: Palgrave McMillan, 2014.

MAIA, Rousiley Celi Moreira, *et al.* A teoria crítica nos estudos da Comunicação: uma agenda empírica para o programa de Jürgen Habermas e de Axel Honneth. *In: FRANÇA, Vera Veiga, et al. [org.]. Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas*. Salvador: Edufba, 2014.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; REZENDE, Thaianne Aleksandra Silva. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais *online*: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34. p. 492-512, 2015.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; REZENDE, Thaianne Aleksandra Silva. Respect and Disrespect in Deliberation Across the Networked Media Environment: Examining Multiple Paths of Political Talk. **Journal of Computer-Mediated Communication**, Oxônia, v. 21, n. 2, p. 121–139, 2016.

MANOVICH, Lev. Trending: The Promises and the Challenges of Big Social Data. *In: M. K. Gold (ed.). Debates in the Digital Humanities*. University of Minnesota Press, p. 460–475, 2012.

MANSBRIDGE, Jane. Everyday Talk in the Deliberative System. *In: Macedo, Melissa S (ed.). Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement*. Oxford: Oxford University Press, p. 1–211, 1999.

MARGETTS, Helen, *et al.* **Political Turbulence: How Social Media Shape Collective Action**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2016.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Internet e Eleições 2010 no Brasil: Rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas *online*. *In: F.P.J.A. MARQUES; R.C. SAMPAIO; C.O. AGGIO (org.). Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: Edufba, 2013.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. Salvador: UFBA, 2016.

MASON, Lilliana. **Uncivil Agreement: How politics became our identity**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: RT, 2009.

- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 17-26, 2018.
- MILL, John Stuart. **Principles of political economy**. Carmel: D. Appleton, 1884-1973.
- MIN, Seong-Jae. *Online vs. face-to-face deliberation: Effects on civic engagement*. **Journal of Computer-Mediated Communication**, Oxford, v. 12, n. 4. p. 1369–1387, 2007.
- MITOZO, Isabele Batista; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos na eleição presidencial de 2014. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 459-484, 2017.
- MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. Editora Contexto. São Paulo: 2009
- MOUFFE, Chantal. The end of politics and the rise of the radical right. **Dissent**, Pensilvânia, v. 42, n. 4, p. 498–502, 1995.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MOURA, Marco Aurelio. **O Discurso de Ódio em Redes Sociais**. São Caetano do Sul, Lura Editorial, 2016.
- MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MUDDE, Cas. The populist *Zeitgeist*. **Government & Opposition**, Cambridge, v. 39, n. 3, p. 541–63, 2004.
- MUTZ, Diana C. **Hearing the other side: deliberative versus participatory democracy**. New York: Cambridge University Press, 2006.
- NARDIN, Daniel; ARAÚJO, Luisa. Por uma dialética da virtualidade: Reflexões sobre o uso de uma esfera pública virtual como conceito. In: CASTILHO, Alessandra de; ROCHA, Daniela; MACEDO, Roberto Gondo. **Comunicação Política na Esfera Pública: Democracia, eleições e cidadania no Brasil**. Capivari, SP: Editora Nova Consciência, p. 52-63, 2013.
- NARLOCH, Leandro. A nova História do Brasil. In: **Superinteressante**. São Paulo, n. 279, p. 56-65, 2010.
- NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya, 2011.
- NARLOCH, Leandro; TEIXEIRA, Duda. **Guia Politicamente Incorreto da América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2011.
- NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2013
- NARLOCH, Leandro. Politicamente incorreto: O guia dos guias: Uma seleção das melhores polêmicas da história do Brasil, da América Latina e do mundo. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2015.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2015.

NASCIMENTO, Flávia dos Santos. **Juventude e política: conversas com o jovem eleitor de Jair Bolsonaro**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, Cristóvão, 2019.

NETO, Tarcisio Vieira de Carvalho. O princípio da alternância no regime democrático. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 49, n. 196, p. 176, 2012.

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis guidebook**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

NEWFIELD, Christopher. What Was Political Correctness? Race, the Right, and Managerial Democracy in the Humanities. **Critical Inquiry**, v.19, n.2, 1993.

NIR, Lilach. Disagreement in Political Discussion. *In*: K. Kenski; K. H. Jamieson (ed.). **The Oxford Handbook of Political Communication**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. The cultural backlash theory; Eroding the civic culture. *In*: **Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

O'HEAR, Anthony. **Karl Popper: filosofia e problemas**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OLIVEIRA, Robson Rocha. Dos conceitos de regulação às suas possibilidades. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n.4, p. 1198-1208, 2014.

OLIVEIRA, Vanessa V. de. **Direitos humanos e suas justificativas na mídia: a controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3**. Dissertação (mestrado) – UFMG, Fafich, 2013.

PANKE, Luciana; THAUNY, Jeferson. Características do discurso eleitoral no Facebook. *In*: Castilho, Alessandra; Rocha, Daniela; Gondo Macedo, Roberto (org.). **Comunicação política na esfera pública: democracia, eleições e cidadania no Brasil**. Capivari: Editora Nova Consciência, p. 8-280, 2013.

PARKINSON, J., & MANSBRIDGE, J. J. **Deliberative systems: Deliberative democracy at the large scale**. Cambridge University Press, 2012.

PAPACHARISSI, Zizi. **A private sphere: Democracy in a digital age**. Cambridge: Polity Press, 2010.

PAPACHARISSI, Zizi. The virtual sphere: The internet as a public sphere. **New Media & Society**, Thousand Oaks, v. 4, p. 9-27, 2002.

PELBART, Peter Pál. O mimimi como categoria biopolítica. **Cadernos de Subjetividade**. (PUCSP), v. 20, 2019, p. 99-104.

PENA, Rodolfo F. Alves. Brasil: subdesenvolvido ou emergente?. **Brasil Escola**, 201?. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/bsil/brasil-subdesenvolvido-ou-emergente.htm>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PEREIRA, Luiz Ismael; CALDAS, Camilo Onoda Luiz. O fenômeno Shitstorm: Internet, intolerância e violação de direitos humanos. **Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v.6, n.1, p. 123 – 134, jun. 2017.

PINTO, Joana Plaza. É só mimimi? Disputas metapragmáticas em espaços públicos. **Interdisciplinar**, São Cristóvão, v. 31, jan.-jun., p. 221-236, 2019.

Plano de Governo - Coligação “O Povo Feliz de Novo” PT- PCDOB- PROS. Fernando Haddad e Manuela D’Ávila. 2018. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13-pdf.pdf. Acesso em: out. 2018.

Plano de Governo - Diretrizes Para Uma Estratégia Nacional De Desenvolvimento Para O Brasil – Coligação Brasil Soberano. PDT. Ciro Gomes e Kátia Abreu. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000605589/proposta_1533938913830.pdf. Acesso em: out. 2018.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia Politicamente Incorreto da Filosofia**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2012.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia Politicamente Incorreto do Sexo**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2015.

POPPER, Karl (1945). **The open society and its enemies**. Princeton and New Jersey: Princeton University Press, 1966.

POSSENTI, Roberto Leiser; BARONAS, Leiser Roberto. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira?. **Polifonia**. Campo Grande, v. 12, n. 12, p. 47-72, 2006.

POST, Robert C. The constitutional concept of public discourse: outrageous opinion, democratic deliberation, and *Hustler* magazine v. Falwell. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 103, n. 3, p. 601-686, 1990.

PRANZETTI, Mateus; GRUDA, Paul. O controverso discurso do politicamente correto: algumas considerações e desdobramentos. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 1, n. 2, 2014.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUSCHMANN, Cornelius; AUSSERHOFER, John. Social Data APIs. In: SCHÄFER, M. T.; VAN ES, K (eds.). **The Datafied Society**. Studying Culture Through Data. Amsterdam: Amsterdam University Press, p. 147–154, 2017.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem "politicamente correta". *In*: F. Silva & H. Moura (Orgs.). **O direito à fala**: a questão do preconceito lingüístico. Florianópolis: Insular, p. 93-102, 2000.

RAMOS, Maria Elisa T. O que pensam os alunos do ensino médio sobre o ensino de história apresentado no *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* de Leandro Narloch. **Diálogos**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 345-367, 2015.

RAMOS, Silvana de Souza. O politicamente correto e a topologia da exclusão. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 41-50, 2017.

RAWLS, John. **On justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

RIBEIRO, Andressa Dembogurski; POZOBON, Rejane de Oliveira. Eleições 2018: análise das estratégias discursivas dos candidatos à presidência do Brasil no Instagram. *In*: PIMENTEL, Pedro Chapaval; TESSEROLI, Ricardo (org). **O Brasil vai às urnas**: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet. Londrina: Syntagma Editores. 2019.

RIBEIRO, Djamila. Falar em racismo reverso é como acreditar em unicórnios. *In*: **Carta Capital**, nov., 2014.

RIBEIRO, Ednaldo; FUKS, Mario. Tolerância política no Brasil. **Revista Opinião Pública**. Campinas, v. 25, n.3, p. 531-555, setembro-dezembro, 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. Aqui não tem PC. *In*: **Folha de São Paulo**: Folha da Manhã, 29 de mar., 1992.

RICOEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. *In*: FORO INTERNACIONAL SOBRE INTOLERÂNCIA, Paris, 1997. **Anais [...]**. Academia Universal das culturas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ROGERS, Richard. O fim do virtual: os métodos digitais. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 10, n. 3, p. 1-34, 2016.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição; BAPTISTA, Érica Anita; OLIVEIRA, Vanessa Veiga; SAMPAIO, Rafael Cardoso. O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: a influência das pesquisas eleitorais nas estratégias das campanhas digitais. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 145-157, 2016.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição; LEAL, Paulo Roberto Figueira. Efeitos da campanha virtual no universo das mídias sociais: o comportamento do eleitor no Twitter nas Eleições 2010. **Revista Compolitica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, 2013.

ROSSINI, Patrícia. **Conversação Política, Incivilidade e Intolerância em Ambientes Digitais**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017a.

ROSSINI, Patrícia; HEMSLEY, Jeff; TANUPABRUNGSUN, Sikana; ZHANG, Feifei; ROBINSON, Jerry; STROMER-GALLEY, Jennifer. Social Media, U.S. Presidential Campaigns, and Public Opinion Polls: Disentangling Effects, #SMSociety17. *In*: INTERNACIONAL CONFERENCE ON SOCIAL MEDIA E SOCIETY, 8, 2017b. **Anais [...]**. Nova Iorque: Canadá, 2017b.

- ROSSI, Jones; MENDES JÚNIOR, Leonardo. **Guia Politicamente Incorreto do Futebol**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2014.
- ROTHENBURG, Walter Claudius; STROPPA, Tatiana. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE*, 3, Santa Maria, 2015. **Anais [...]**. Santa Maria: UFMS, 2015.
- RUPPERT, Evelyn; LAW, John; SAVAGE, Mike. Reassembling social science methods: The challenge of digital devices. **Theory, Culture & Society**, Nova Iorque, v. 30, n. 4, p. 22-46, 2013.
- RYAN, Charlotte. **Prime Time Activism: Media Strategies for grassroots organizing**. Boston: South End Press, 1991.
- SANGLARD, Fernanda; ORLANDINI, Maiara; SILVEIRA, Bruna. Virada Conservadora no Brasil: Intolerância e Repressão a Manifestações Culturais. *In: CONGRESSO POLÍTICA E COMUNICAÇÃO PÓS-ELEIÇÕES NO BRASIL*, 8, Brasília, 2019. **Anais [...]**. Brasília: COMPOLÍTICA, 2019.
- SANTA INÊS, Leonardo; SILVEIRA, Bruna; SANGLARD, Fernanda Nalon, MATTAR, Luciano. Como a ditadura, a violência e os direitos humanos aparecem na agenda eleitoral de 2018? **Revista Lumina**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 119-134, 2019.
- SANTANA, Gabriel, LEAL, Maria Virginia. Análise do discurso politicamente incorreto na atual mídia humorística televisiva brasileira: o caso de entrevistas feitas por Danilo Gentili. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 13, n. 1, 2019.
- SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos. **#VaipraCuba!:** A gênese das redes de direita no Facebook. Curitiba: Appris, 2019.
- SANTOS, Fabiano; TANSCHHEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colômbia Internacional**, Bogotá, n. 99, p. 151-186, 2019.
- SAVAGE, Mike. The ‘social life of methods’: A critical introduction. **Theory, Culture & Society**, Nova Iorque, v. 30, n. 4, p. 3-21, 2013.
- SCABIN, Nara Lya Cabral. **Politicamente correto, uma categoria em disputa**. Curitiba: Appris. 2018.
- SCHMIDT, Paulo. **Guia politicamente incorreto dos presidentes da República**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2016.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEWPAUL, V. On national identity, nationalism and Soccer 2010: Should social work be concerned? **International Social Work**, v. 52, n. 2, p. 143-153, 2009.
- SILVA, Luiz Rogério Lopes. **Discurso de ódio no Facebook: a construção da incivilidade e do desrespeito nas fanpages dos deputados Jair Bolsonaro, Marco Feliciano**

e Rogério Peninha Mendonça. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudos Sociais**, Bogotá, v. 64, 2018.

SOARES, Luiz Eduardo. **O Politicamente Correto, as Culturas Políticas e o Processo Civilizador**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), 1997.

SOLANO, Esther. “Eu voto no Bolsonaro porque ele vai mudar o Brasil”: escutando os eleitores de Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; MURGEL, Heloisa; PAULINE BRAGA, Priscila (Org.). **Pensando a democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, p. 119-131, 2019.

SOLANO, Esther. **A bolsonarização do Brasil**. Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, p. 307-322, 2019.

SOLANO, Esther. **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: Da escravidão à lava Jato. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe: Entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. 1.ed. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte, Editoria UFMG, 2009.

STANLEY, Jason. **How Fascism Works: The Politics of Us and Them**. Nova Iorque: Random House, 2018.

STARLING, Heloisa M. O passado que não passou. In: ABRANCHES et al., **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, p.337-354, 2019.

STRAUTS, Erin; BLANTON, Hart. That’s not funny: Instrument validation of the concern for political correctness scale. **Personality and Individual Differences**, v. 80, 2015.

STROMER-GALLEY, Jennifer. **Presidential campaigning in the Internet age**. New York: Oxford University Press, 2014.

STROMER-GALLEY, Jennifer; WICHOWSKI, Alexis. Political discussion *online*. **The handbook of internet studies**, v. 11, p. 168, 2011.

STROMER-GALLEY, J.; WEBB, N.; MUHLBERGER, P. Deliberative E-rulemaking project: Challenges to enacting real world deliberation. **Journal of Information Technology & Politics**, 9, 82–96, 2012.

STROPPA, Tatiana; ROTHENBURG, Walter Claudius. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, Santa Maria, v. 10, n. 2, 2015.

SULLIVAN, John. L.; Piereson, James; Marcus, George. E. **Political tolerance and American democracy**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

TAGGART, Paul. **Populism**. Buckingham: Open University Press, 2000.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). *In*: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs). **Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018.

TAVARES FURTADO, Henrique. O "Efeito Bolsonaro". **Open Democracy**, 2018.

TAVARES, D. n.; ARAÚJO, Luísa. Por uma dialética da virtualidade: reflexões sobre o uso de esfera pública virtual como conceito. *In*: CASTILHO, Alessandra; ROCHA, Daniela; GONDO MACEDO, Roberto (org.). **Comunicação política na esfera pública: democracia, eleições e cidadania no Brasil**. Capivari: Nova Consciência, v. 1, p. 8-280, 2013.

TELLES, Helcimara. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19. p. 97-125, 2016.

TELLES, Helcimara. Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: O Boom da Direita na Política Nacional? **Interesse Nacional**, n. 30, p. 28-46, 2015.

TRINDADE, Alexandro Dantas. O pensamento conservador e a formação do povo no Brasil. **Ciência&Trópico**, Recife, v. 25, n. 2, p. 301-314, 1997.

VAN DIJK, Teun A. Discourse and the denial of racism. **Discourse & Society**. London, v. 3, n. 1, p. 87-118, 1992.

VAN MILL, David. Freedom of speech (2002). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível: <http://plato.stanford.edu/entries/freedom-speech/>. Acesso em: 4 maio de 2020.

VERGEER, Maurice. Politics, elections and *online* campaigning: Past, present... and a peek into the future. **New Media & Society**, Nova Iorque, v. 15, n. 1, p. 9-17, 2012.

VERGEER, Maurice; HERMANS, Liesbeth; SAMS, Steven. *Online* social networks and micro-blogging in political campaigning: The exploration of a new campaign tool and a new campaign style. **Party Politics**, Nova Iorque, v. 19, n. 3, p. 477-501, 2013.

VIMIEIRO, Ana Carolina; BARGAS, Janine. A virada computacional nas pesquisas em Comunicação. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23, Belo Horizonte, 2018. **Anais [...]**. Belo Horizonte: COMPÓS, 2018.

WALLACE, N. The campaign and the press. *In*: K. H. Jamieson. **Electing the president 2008**: The insider's view. Philadelphia. Pennsylvania, p. 135-150, 2009.

WALTHER, Joseph, *et. al.* Interaction of interpersonal, peer, and media influence sources *online*: a research agenda for technology convergence. *In*: Papacharissi, Zizi (ed.). **A networked self**: identity, community and culture on social network *sites*. New York: Routledge, p. 17-38, 2011.

WILLIAMS, J. (org.). **PC wars: politics and theory in the academy**. London: Routledge, 1995.

WILSON, John K. **The Myth of Political Correctness**: The Conservative Attack on Higher Education. Durham: Duke University Press, 1995.

WODAK, Ruth. **Language, power and ideology**: Studies in political discourse. Amsterdã: John Benjamins Publishing, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELATÓRIO DE EXTRAÇÃO DE DADOS

Introdução

O que é *Web Scraping*

As páginas da *Web* são criadas usando linguagens de marcação baseadas em texto (*HTML – Hypertext Markup Language*) e, freqüentemente, contêm uma grande quantidade de dados úteis, que podem ser utilizados para os mais diversos tipos de análises.

No entanto, a maioria dessas páginas é projetada para usuários finais humanos, e não para facilitar o uso automatizado de extração desse conteúdo. Por causa disso, foram criados kits de ferramentas que coletam conteúdo da *web*.

Um *web scraper* é uma *API* ou uma ferramenta que utiliza os padrões de construção do *HTML* para extração de dados de um ou mais *sites*. Pode ser também uma *API* que consome o banco de dados de um software/aplicação para extração de dados direto da fonte, sem a necessidade de uma raspagem *HTML in situ*.

Diferença entre *Web Scraping* com *API's* e outras ferramentas

Uma *API (Application Programming Interface)* é um conjunto de sub-rotinas, funções e procedimentos que oferecem uma determinada biblioteca para ser usada por outro *software* ou por um terminal. Em outras palavras, uma *API* é composta por uma série de funções acessíveis somente por programação, que nos permite utilizar características do *software/aplicação*, menos evidentes ao utilizador tradicional.

Na área de *web scraping*, a *API* do *Twitter* é uma das mais conhecidas. Ela possui todas as funções necessárias para administrar contas, postar e ler *Tweets*, conversar por mensagens diretas (MDs), gerenciar campanhas publicitárias e *publisher* para *websites* [[link](#)]. Isso só é possível, pois essa *API* é feita pelo próprio *Twitter* e disponibilizada abertamente para o uso público.

Graças às suas funções de leitura de *Tweets*, o *web scraping* do *Twitter* é bem comum [\[link\]](#) e não possui grandes desafios, caso o escopo de sua análise se enquadre nos termos de uso da ferramenta. Para recuperar os *Tweets* de uma certa conta, por exemplo, basta algumas linhas de código para obtê-los [\[link\]](#). Além disso, é possível a extração de uma grande quantidade de dados em pouco tempo, uma vez que os dados estão sendo requisitados e não raspados.

Contudo, nem sempre temos uma *API* disponível para utilizar no processo de *web scraper*. O *Facebook*, por exemplo, possuía uma *API* capaz de ajudar nesse processo, mas depois do incidente com a *Cambridge Analytica*, essa *API* foi desativada e não possui mais os recursos necessários para *web scraper*.

Nesses casos, é necessário a utilização de um driver de emulação programável para execução de rotinas que simulam um usuário comum navegando em um *website*. Essas ferramentas se aproveitam das estruturas de marcação de linguagem (*HTML*) para navegar e extrair informações. O seu uso é complexo, demorado e está limitado ao poder que o usuário tem sobre a página que ele está navegando, não sendo possível extrair informações que não podem ser acessadas por esse mesmo usuário. Entretanto, essa técnica nos dá o poder de conseguir grandes volumes de dados sem viés: extraímos exatamente o que nos é oferecido em uma navegação *web* comum.

Uma vez que os dados são públicos e a regulamentação desse tipo de atividade ainda não está em vigor [\[link\]](#), não há impeditivos legais para esses processos. Entretanto, muitas plataformas têm, em seus termos de adesão, cláusulas que punem o usuário que executa tal atividade em seus domínios.

O caso *Cambridge Analytica*, ou o por que é tão difícil raspar dados do Facebook

A *Cambridge Analytica* é uma empresa de publicidade que analisa dados de eleitores e consumidores para executar planos de “comunicação estratégica”. Na política, utiliza técnicas de análise de personalidade para elaborar propagandas que estimulem eleitores de diferentes perfis a votar em um mesmo candidato ou proposta política.

Donald Trump derrubou todas as previsões ao ser eleito presidente dos EUA no ano de 2016. O principal responsável por essa vitória foi a *Cambridge Analytica*, que fez a propaganda eleitoral do republicano. Nesse mesmo ano, a empresa também atuou na campanha para que o Reino Unido saísse da União Europeia e somou mais uma vitória. Em 2017, abriu uma filial no

Brasil, para atuar nas eleições de 2018. Embora negue que tenha agido junto à equipe de Bolsonaro, o próprio CEO da empresa afirma que nosso atual presidente solicitou à mesma a sua consultoria [\[link\]](#)[\[link\]](#).

O uso de dados do *Facebook* para manipulação de massas populacionais, pela *Cambridge Analytica*, veio à público no início de 2018, e o congresso americano não hesitou em questionar Mark Zuckerberg sobre o acontecido. Ele foi ao Congresso americano várias vezes para prestar depoimento sobre as atividades do *Facebook*, especialmente com relação ao uso de dados e respeito à privacidade dos usuários. Teve que se justificar com as comissões Judiciária e de Comércio do Senado dos Estados Unidos e também com a Comissão de Energia e Comércio da Câmara de Representantes.

Devido à forte pressão do congresso e a quantidade quase incalculável de perda monetária na bolsa de valores [\[link\]](#), o *Facebook* tomou algumas medidas para impedir e dificultar a coleta de dados em sua plataforma. Sua *API* foi imediatamente bloqueada. Sua estrutura de código *front-end* foi alterada para dificultar qualquer tipo de raspagem. Classes, IDs, CSS, DOM, entre muitas outras, foram dinamizadas ao ponto que a raspagem utilizando os seus valores de parâmetros se tornaram inviáveis. Além disso, a criação de novas contas foi sutilmente dificultada, através de meios de confirmação de veracidade de informações (uso de um número de celular, por exemplo).

Nesse contexto, a raspagem de dados do *Facebook* torna-se não trivial. Para cada tipo de dados de raspagem, um script diferente é necessário. Para cada passo, exceções devem ser tratadas e generalizações corrigidas, e, quando houver um *script*, o monitoramento do mesmo é necessário, pois a estrutura da plataforma não é imutável e o tempo que se leva para raspar os dados não é curto.

Erros e limitações

É importante definirmos alguns conceitos, antes de explorarmos os erros ocorridos e as limitações encontradas durante o processo de raspagem.

Erros: os ocorridos, aqui chamados de ‘Erros’, são proposições tomadas como verdades na fase F de uma raspagem de dados X, que se tornam falsas ao generalizar para uma fase F’ dessa mesma raspagem de dados X.

Limitações: os ocorridos, aqui chamados de ‘Limitações’, são proposições tautológicas: são verdadeiras independente das circunstâncias.

Mobile Facebook: a versão mobile do *Facebook* é a versão da plataforma construída para dispositivos móveis. Essa versão se difere da versão comum por causa da forma em que a informação se apresenta. Enquanto na versão comum o *Facebook* apresenta um conteúdo em forma de *Timeline* infinita, na versão mobile essa informação é paginada e dividida em páginas. Para o processo de raspagem, as duas versões têm suas vantagens e desvantagens. A versão normal é mais rápida e fácil para raspagem; contudo, quando o número de dados é grande, o navegador/*drive* não comporta a renderização e trava. Já a versão mobile, por ser paginada, é leve e não trava por motivos de volumetria de dados. A versão mobile pode ser acessada através deste [link](#).

- **Erro 1: Diferença nas estruturas *HTML* do *Facebook* entre navegadores**

O *Chrome* é hoje o navegador mais utilizado no mundo [\[link\]](#). Desenvolvemos os primeiros *scripts* utilizando seu *drive*, para melhor compatibilidade do mercado. Contudo, o volume de dados relativos à raspagem eram muito maiores, e o *drive* do *Chrome*, por possuir apenas versão 32 bits/win [\[link\]](#), não aguentou a renderização.

Ao tentarmos utilizar o *drive* da *Mozilla* para esses *scripts*, notamos sua infuncionalidade. Ao analisarmos mais, notamos que a estrutura *HTML* das páginas do *Facebook* mudam conforme o navegador escolhido. Em analogia à vida cotidiana, embora o alfabeto seja o mesmo (*HTML*) o idioma é diferente (*DOM* do *HTML*).

Isso nos levou obrigatoriamente ao desenvolvimento de novos *scripts* e estratégias a partir do ponto zero, elevando o prazo de construção dos *scripts*.

- **Erro 2: Mutação temporal de estruturas *HTML***

Em essência, a raspagem de dados utiliza os *xpaths* de '*divs*' (estrutura *DOM* do *HTML*) para extrair dados da página. Uma das novas medidas para evitar o *web scraping*, que o *Facebook* implementou, é a atualização frequente em que as '*divs*' são alteradas. Conseqüentemente, temos que atualizar as *divs* de acordo para coletar corretamente os dados. Tentamos fazer os *scripts* mais generalistas possíveis, a fim de eles durem o maior tempo possível. Contudo, inevitavelmente, eles perderam sua funcionalidade com o passar do tempo.

- **Erro 3: Mutação atemporal de estruturas HTML**

Este erro é complementar ao erro 2. Trata-se de estruturas que possuem a mesma funcionalidade, mas com diferentes nomes (*ids*). Para ficar mais claro, tomemos como exemplo a estrutura XXX, responsável por manter os dados de um comentário. Ao passar para a página seguinte, a estrutura que mantém os dados dos comentários é a YYY (imagem abaixo). Perceba que a estrutura é essencialmente a mesma; contudo, os seus nomes (*ids*) mudam. A raspagem de maneira clássica implica na utilização desses nomes para a extração de informação. Isso fez com que nossos *scripts* perdessem a sua funcionalidade diversas vezes, uma vez que esse erro não possui frequência para seu acontecimento (o nome pode se manter em vários *posts* e mudar em alguns, por exemplo). Para contornar esse problema, tivemos que generalizar as buscas, não pelo nome das estruturas, mas sim por seu sequenciamento. O grande problema dessa alternativa é o tempo de desenvolvimento, sendo tão funcional e eficiente quanto a metodologia clássica.

- **Limitação 1: Número máximo de comentários por post**

Conforme supracitado, após o caso da *Cambridge Analytica* e os novos termos de uso do *Facebook*, várias medidas foram tomadas para limitar os casos de *scraping* em sua plataforma. Uma dessas medidas foi a limitação do número de comentários que podem ser visualizados por um usuário. Nos casos de uma navegação normal, um usuário final dificilmente perceberia essa limitação, haja visto que o número de comentários disponíveis por post é superior a nove mil. Contudo, para um *web scraper*, isso é facilmente percebido. Outra característica importante dessa limitação é o fato que quanto mais próximo do limite do número máximo de postagem, mais lenta fica a conexão com o servidor. Em alguns casos, o carregamento do comentário chegou a durar mais de dez segundos (normalmente é inferior a 0.1s).

- **Limitação 2: Limite no número de Excel**

Segundo as especificações dos limites de planilha e de pasta de trabalho do *Microsoft Excel*, o número máximo de linhas por colunas é de 1.048.576 x 16.384. De maneira análoga, o mesmo ocorre para o *Calc*, do *LibreOffice* e para o *Sheets*, do *Google*. Nesse sentido, sugiro a utilização do arquivo .CSV, conciliado a um *software* de banco de dados (*Oracle, SQL*,

Postgre) ou à uma linguagem de programação (*Python, R, Java*) para um estudo completo dos comentários/*replies*. Para casos excepcionais, a utilização dos arquivos *.CSV* separados por post também podem ser úteis (é possível importar dados *.CSV* para o Excel).

- **Funcionamento final das raspagens**

As raspagens são feitas de acordo com os seguintes passos:

1. **Raspagem de *IDs* de post:** dado uma página qualquer do *Facebook*, tal passo é responsável por percorrer essa página e coletar os *IDs* do posts.
2. **Raspagem dos Comentários de um post:** Os *IDs* coletados em [1], são selecionados em corte temporal de maneira manual (dado a simplicidade do problema) e, para cada comentário, a etapa [2] é responsável por percorrer todas as páginas de comentários desse post e recolher os seus dados (nome do usuário, texto do comentário, data do comentário *etc.*).
3. **Raspagem das Respostas de um comentário:** O passo [2] é responsável por coletar os *IDs* das respostas dos comentários e o passo [3] é responsável por raspá-los. Essa divisão ocorre, pois, para visualizar as respostas, é necessário sair na página atual (o que não é interessante durante o processo de raspagem). Assim como no passo [2], para cada *reply* é recolhido os seus dados (nome do usuário, texto do comentário, data do comentário *etc.*).

Para facilitar a raspagem, cada passo tem seu próprio *script*.

Os comentários são extraídos e armazenados, em formato *.CSV*, a cada *post*. Dessa forma, para cada *post* há um arquivo. Como o número de arquivos/*post* é muito alto, para facilitar os estudos é feito a concatenação dos mesmos em um único arquivo. Também convertemos os arquivos *.CSV* para formato padrão do *Excel* (*.XLSX*), visando a facilidade de uso.

APÊNDICE B – QUANTIDADE DE COMENTÁRIOS POR PALAVRAS-CHAVE E POR CANDIDATOS

Tabela 19 – Quantidade de comentários dentro de cada palavra-chave por candidatos.

Palavra-chave	Candidatos			Total
	Jair Bolsonaro	Fernando Haddad	Ciro Gomes	
Politicamente correto	102	22	1	125
Politicamente incorreto	6	3	0	9
"Mimimi"	897	1079	51	2027
Vitimização	32	16	0	48
Vitimismo	104	165	2	271
Discurso bonito	5	17	2	24
Frescura	65	90	3	158
Firula	4	2	1	7
Total	1215	1394	60	2669

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C – CRUZAMENTO MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Tabela 20 – Cruzamento entre regulação discursiva e em nome da liberdade de expressão

			Em nome da liberdade de expressão		Total
			Não identificável/Não se aplica	Sim	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	1129	1	1130
		% do Total	42,30%	0,00%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1430	6	1436
		% do Total	53,60%	0,20%	53,90%
	Defende a regulação	Contagem	87	1	88
		% do Total	0,50%	0,00%	0,50%
	Misto	Contagem	12	0	12
		% do Total	0,40%	0,00%	0,40%
Total		Contagem	2658	8	2666
		% do Total	99,70%	0,30%	100,00%

Casos omissos: n=3;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 4,45^a; Significância Assintótica (Bilateral) 0,217

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE D – CRUZAMENTO MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E GÊNERO

Tabela 21 – Cruzamento entre regulação discursiva e gênero.

			Gênero			Total
			Não identificável	Feminino	Masculino	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	46	415	671	1132
		% do Total	1,70%	15,60%	25,20%	42,50%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	9	659	767	1435
		% do Total	0,30%	24,70%	28,80%	53,80%
Defende a regulação	Contagem	0	60	28	88	
	% do Total	0,00%	2,30%	1,10%	3,30%	
Misto	Contagem	0	5	6	11	
	% do Total	0,00%	0,20%	0,20%	0,40%	
Total		Contagem	55	1139	1472	2666
		% do Total	2,10%	42,70%	55,20%	100,00%

Casos omissos: n=3;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 77,808^a; Significância Assintótica (Bilateral) ,000

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE E – CRUZAMENTO MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E ATAQUE A GRUPOS MINORITÁRIOS

Pessoas com deficiência

Tabela 22 – Cruzamento entre a regulação discursiva e o grupo minoritário pessoas com deficiência

			Grupo minoritário: pessoas com deficiência			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1131 42,40%	0 0,00%	0 0,00%	1131 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1429 53,60%	6 0,20%	1 0,00%	1436 53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	88 3,30%	0 0,00%	0 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	0,4 0,40%	0 0,00%	0 0,00%	12 3,30%
Total		Contagem % do Total	2660 99,70%	6 0,20%	1 0,00%	2667 100,00%

Casos omissos: n=2;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 6,016^a; Significância Assintótica (Bilateral) 0,421

Fonte: Elaborado pela autora

Imigrantes

Tabela 23 – Cruzamento entre regulação discursiva e grupos minoritários imigrantes.

			Grupo minoritário: imigrantes			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1130 42,40%	0 0,00%	0 0,00%	1130 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1432 53,70%	4 0,20%	0 0,00%	1436 53,90%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	87 3,30%	0 0,00%	1 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	12 0,40%	0 0,00%	0 0,00%	12 3,30%
Total		Contagem % do Total	2661 99,70%	4 0,20%	1 0,00%	2666 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Casos omissos: n=3;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 32,735^a; Significância Assintótica (Bilateral),000

Grupos regionais

Tabela 24 – Cruzamento entre regulação discursiva e grupos regionais.

			Grupo minoritário: grupos regionais			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	1129	0	1	1130
		% do Total	42,40%	0,00%	0,00%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1411	20	4	1435
		% do Total	52,90%	0,80%	0,20%	53,80%
	Defende a regulação	Contagem	82	0	6	88
		% do Total	3,30%	0,00%	0,00%	3,30%
	Misto	Contagem	11	1	0	12
		% do Total	0,40%	0,00%	0,00%	3,30%
Total		Contagem	2633	21	11	2665
		% do Total	98,80%	0,80%	0,40%	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Casos omissos: n=4;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 116,493^a; Significância Assintótica (Bilateral),000

Indígenas

Tabela 25 – Cruzamento entre regulação discursiva e grupo minoritário indígenas.

			Grupo minoritário: indígenas			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	1130	0	0	1130
		% do Total	42,40%	0,00%	0,00%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1433	1	2	1435
		% do Total	53,20%	0,00%	0,10%	53,80%
	Defende a regulação	Contagem	88	0	0	88
		% do Total	3,30%	0,00%	0,00%	3,30%
	Misto	Contagem	12	0	0	12
		% do Total	0,40%	0,00%	0,00%	3,30%
Total		Contagem	2663	1	2	2666
		% do Total	98,80%	0,80%	0,40%	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Casos omissos: n=3;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 2,573^a; Significância Assintótica (Bilateral) ,000

Minorias em geral

Tabela 26 – Cruzamento regulação discursiva e grupos minoritários minorias em geral

			Grupo minoritário: minorias em geral			Total
			Não identificável/Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	1129	0	2	1131
		% do Total	42,40%	0,00%	0,10%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem	1385	50	1	1436
		% do Total	51,90%	1,90%	0,00%	53,80%
	Defende a regulação	Contagem	75	0	13	88
		% do Total	2,80%	0,00%	0,50%	3,30%
	Misto	Contagem	11	0	1	12
		% do Total	0,40%	0,00%	0,00%	3,30%
Total		Contagem	2600	50	17	2667
		% do Total	98,80%	0,80%	0,40%	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Casos omissos: n=2;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 343,076^a; Significância Assintótica (Bilateral) ,000

APÊNDICE F – CRUZAMENTO MAL-ESTAR DA REGULAÇÃO DISCURSIVA E ARGUMENTAÇÃO CONTRA A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Tabela 27 – Cruzamento entre regulação discursiva e contra "ideologia de gênero".

			Grupo minoritário: contra ideologia de gênero		Total
			Não identificável/Não se aplica	Sim	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem % do Total	1129 42,40%	0 0,00%	1129 42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação	Contagem % do Total	1424 53,40%	12 0,50%	1436 53,80%
	Defende a regulação	Contagem % do Total	88 3,30%	0 0,00%	88 3,30%
	Misto	Contagem % do Total	12 0,50%	0 0,00%	12 0,50%
Total		Contagem % do Total	2653 99,50%	12 0,50%	2665 100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Casos omissos: n=4;

Qui-quadrado de Pearson: Valor 10,317^a; Significância Assintótica (Bilateral) ,000

ANEXOS

ANEXO A – LIVRO DE CÓDIGOS

Nota inicial: a codificação foi feita com atos de fala isolados, fora da conversação, já que não foi possível empreender os diálogos completos, devido à falha na raspagem dos dados. Porém, em alguns casos, foi necessário a leitura dos *post* para entender o contexto, bem como compreender se o comentário é uma reação ao que foi dito no *post*. Como a política de ID do Facebook mudou, não é possível acessar o link da publicação por meio do ID, por isso, é necessário achar a publicação pelo Google, colocando a frase completa do *post* para entender do que se trata. Já em relação aos *replies* (geralmente começam com o nome, em resposta a alguém), quando não se compreende qual o contexto da conversação, deve-se considerar o comentário impertinente. No entanto, quando for possível compreender o conteúdo, pode-se analisar, muitas vezes, sem necessidade de ver o *post* (este último válido para comentários e *replies*).

1. CATEGORIAS GERAIS

- A. **Pertinência**
- B. **Impertinente;**
- C. **Pertinente.**

Explicação: Os comentários relevantes são aqueles que apresentam discussão em torno do termo. Os impertinentes dizem respeito àqueles que apenas citaram o termo ou não acrescentaram nada de relevante para a discussão. Quando não foi possível empreender um entendimento acerca do que foi dito, consideramos também como impertinente.

- D. **Página**
 1. Bolsonaro
 2. Haddad
 3. Ciro

- E. **Gênero do usuário**
 1. Não identificável

2. Feminino

3. Masculino

Explicação: Por meio dos nomes apresentados dentro do Facebook, foi feita a identificação do gênero dos usuários. No caso de nomes de "casal", levamos em conta o primeiro nome. As inferências de gênero foram feitas pelo nome social.

2. CERNE DA PESQUISA

A. Regulação discursiva:

1. Não identificável
2. Sofre de uma indisposição à regulação – ataca a regulação
3. Defende a regulação.
4. Misto

Explicação: Quem é contra o politicamente correto sofre dessa indisposição. Quem usa termos como “mimimi”, frescura, firula, vitimização ou vitimismo para deslegitimar certas lutas também sofre desse mal-estar.

B. Politicamente correto: ataque ou defesa?

1. Não identificável
2. Ataque ao politicamente correto
3. Defesa do politicamente correto
4. Misto

Explicação: Código exclusivo das palavras-chaves politicamente incorreto e/ou politicamente correto.

C. Politicamente incorreto: ataque ou defesa?

1. Não identificável
2. Ataque ao politicamente incorreto
3. Defesa do politicamente incorreto
4. Misto

Explicação: Código exclusivo das palavras-chaves politicamente incorreto e/ou politicamente correto

3. NATUREZA DO ENTENDIMENTO SOBRE A REGULAÇÃO DISCURSIVA

A. Correção da linguagem ou posicionamento para tratar de pautas identitárias

1. Não se aplica
2. Sim

Explicação: Sempre que o comentário relacionar o tema às pautas identitárias, enquadra-se aqui.

Exemplo: *“Unir o Brasil? É sério? Faz sulista contra nordestino, negro contra branco, pobres contra ricos, gays contra heteros... Tudo isso através da desgraça do politicamente correto que assola a sociedade e agora quer vir com esse tipo de hipocrisia??? Rapaz..”*

B. Regulação discursiva como robustez da linguagem / sofisticação

1. Não se aplica
2. Sim

Explicação: tal código faz referência ao “discurso bonito”, chique, sofisticado, que não é popular. Geralmente, é utilizado como forma de ironia.

Exemplo: *“Enquanto o PT fala bonito, fala politicamente correto, faz de conta que protege as minorias, distrai o povo para roubar”*

C. Regulação discursiva como algo que fica “só no discurso”, que não vai para a ação, que não resolve nada:

1. Não se aplica
2. Não identificável
3. Sim

D. Politicamente correto como símbolo de honestidade/ honra/ dignidade

1. Não se aplica
2. Sim

Exemplo: *“Moderado, honesto, politicamente correto, ético e brilhante na medida certa. tal é o meu presidente Haddad!”*

5. ALVOS: ATAQUES OU DEFESAS

A. Ataque a grupos políticos

1. Não se aplica
2. Ataque à esquerda
3. Ataque à direita
4. Ataque misto

Explicação: Quando o alvo do ataque faz parte de um grupo que compartilha de uma mesma política, deve-se fazer uma menção exata aos grupos (esquerdismo, de esquerda, pessoas de..., petista, petismo, petralhada, comunista, de direita, *etc.*).

Exemplo: *“Esse é o meu futuro Presidente! Honesto! Ficha Limpa! Direto e reto, sem maracutaias! Olho no olho e sem mentiras! Sem firulas, sem o idiotismo do "politicamente correto", prática de esquerdistas!”*

B. Defesa de grupos políticos

1. Não se aplica
2. Defesa da esquerda
3. Defesa da direita
4. Misto

C. Ataque a grupos ideológicos

1. Não se aplica
2. Ataque ao progressismo
3. Ataque ao conservadorismo
4. Ataque misto

Explicação: Quando o alvo do ataque faz parte de um grupo, um conjunto de pessoas que compartilham de um mesmo ideal, deve fazer uma menção exata aos grupos (feministas, conservadores, militantes, sem-terra, marxismo, *etc.*).

D. Defesa de grupos ideológicos

1. Não
2. Defesa do progressismo
3. Defesa do conservadorismo
4. Defesa mista

E. Grupo minorias: raça

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

F. Grupo minorias: LGBTQ+

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

G. Grupo minorias: pessoas com deficiência

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

H. Grupo minorias: imigrantes

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

I. Grupo minorias: grupos regionais

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

J. Grupos minorias: indígenas

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

K. Grupos minorias: mulheres

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

L. Grupos minorias: GERAL

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

Explicação: tal código é para caso no comentário esteja escrito apenas “minorias”/ grupos estigmatizados ou sinônimos, sem especificar qual é.

5. MEDIDAS SOCIOPOLÍTICAS (remédios)

A. Leis e políticas públicas

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

Explicação: cotas, bolsa família, redistribuição de renda, entre outros com o viés de inclusão social.

B. Mobilizações sociais

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

Explicação: campanhas de conscientização, manifestações, eventos *online*, formação de organizações *etc.*

C. Pautas ambientais – meio ambiente

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

Explicação: direitos dos animais, proteção ao meio ambiente.

6. SISTEMA POLÍTICO FORMAL: CANDIDATOS, INSTITUIÇÕES

A. Candidato Jair Bolsonaro

1. Não se aplica/ não identificável
2. Ataque
3. Defesa

Explicação dos códigos dos candidatos: demonstram apoio ou contrariedade.

B. Candidato Fernando Haddad

1. Não se aplica/ não identificável
2. Ataque
3. Defesa

C. Candidato Ciro Gomes

1. Não se aplica/ não identificável
2. Ataque
3. Defesa

D. Lula

0. Não se aplica/ não identificável
1. Ataque
2. Defesa

E. Partidos: PT

1. Não se aplica
2. Ataque

3. Defesa

F. Partidos: PSL

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

G. Partidos: PDT

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

H. Partidos: outros ou de maneira geral

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

I. Outras instituições: judiciário, legislativo e executivo

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

Explicação: Judiciário: Ministério Público, juízes, defensoria *etc.* Legislativo: Câmara, Assembleia, vereadores, deputados *etc.* Executivo: Presidência, Ministérios, presidente, ministros *etc.*

7. FORMAS DE GOVERNANÇA

A. Democracia

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

B. Ditadura / regime militar

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

4. Não reconhece

Exemplo de não-reconhecimento da ditadura: “Ditadura é minha pomba, kkkkkkkk
Meus avos que são negros nordestinos nunca foram torturados. Deixa de frescura”

8. AÇÕES DO GOVERNO

A. Corrupção

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

B. Outras

1. Não se aplica
2. Ataque
3. Defesa

9. ARGUMENTO ACIONADO

A. Em nome da liberdade de expressão

1. Não
2. Sim

B. Para salvar/mudar o Brasil

1. Não
2. Sim

Explicação: clamor por salvar e/ou mudar o Brasil, demanda por resultados positivos, “para tirar o país da lama”, “muda Brasil de verdade”, “queremos um Brasil melhor, mais justo, etc”.

C. O Brasil é um só

1. Não
2. Sim

Explicação: argumentos que acionem o fato de que todos juntos somos um só. Por um Brasil único, etc, “somos todos iguais”.

D. A problemática – por trás da demanda do mal-estar da regulação.

1. Não
2. Negação da problemática
3. Reconhecimento do problema
4. Misto

Explicação: considerar a luta de pautas identitárias vitimismo ou vitimização pode ser uma forma de negar a problemática. Parte-se do pressuposto de que a indisposição à regulação discursiva está diretamente ligada à negação da problemática de batalhas sociais, econômicas e políticas brasileiras. É fato que, em um país onde a escravidão foi abolida há 131 anos, os traços do racismo ainda mantenham a estrutura da sociedade, circunstância essa potencializada pela negação do problema. Vemos essa negação nos momentos em que não se traz à tona o problema do racismo estrutural, não se fala sobre ele, nem muito menos sobre o combate a esse traço social.

Exemplo de negação: *“qual a relevância de relatar que a apresentadora é negra. Esse politicamente correto para se dar bem tá chato”.*

Exemplo de reconhecimento: *“Olha aqui a nossa frescura <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884666-brasil-patina-no-combate-ahomofobia-e-vira-lider-em-assassinatos-de-lgbts.shtml>” (HADDAD_FRESCURA).*

E. Contra a “ideologia de gênero”

1. Não
2. Sim

Explicação: argumentos que relacionam a questão à “ideologia de gênero”. A expressão carrega um sentido negativo. Há um medo de que tal ideologia incentive as crianças a serem

homossexuais ou transexuais; portanto, categorizamos os comentários contrários à chamada “ideologia de gênero” como intolerantes e, também, como um ataque à comunidade LGBTQ+.

F. A favor da família

1. Não
2. Sim

Explicação: Aqui, categorizamos os comentários que utilizam a argumentação favorável aos “valores da família”, de forma a defender ou atacar algo.

G. Menção a Deus/ Jesus

1. Não se aplica
2. Sim

10. CARÁTER DA ARGUMENTAÇÃO

A. Incivilidade

1. Não se aplica
2. Sim, uso de linguagem chula ou vulgar

Explicação: “As dimensões relacionadas à incivilidade, em nossa concepção, estariam alinhadas à falta de polidez e a adoção de um tom rude e pouco respeitoso em relação a atores e grupos” (ROSSINI, 2017, p. 213). Aqui, categorizamos palavras de baixo calão, comentários vulgares e/ou de cunho sexual.

B. Intolerância

B1. Intolerância personificada ou coletiva

1. Não se aplica
2. Sim, presente

2. Sim, presente

Explicação: esse código diz respeito aos ataques os quais não podem ser chamados como intolerâncias em si. A intolerância diz respeito a pressupostos não democráticos, por exemplo: há a intolerância aos negros, porém, não podemos dizer que existe uma intolerância aos racistas. Por isso, chamamos essa última de “intolerância”. Essa questão discute com o Paradoxo da tolerância de Popper (1966).

C2. “Intolerância” ao intolerante – à ideia

1. Não se aplica
2. Sim, presente

ANEXO B – RESULTADO DO TESTE DE CONFIABILIDADE

RESULTADO TESTE DE CONFIABILIDADE				
Variável	%	Krippendorff	Acordo	Desacordo
Pertinência	93.5%	0,732	257	18
Regulação discursiva	90.5%	0,718	249	26
Politicamente correto: ataque ou defesa	95.3%	0,799	262	13
Politicamente incorreto: ataque ou defesa	97.1%	0,813	267	8
Regulação discursiva como correção da linguagem – posicionamento para tratar de pautas identitárias	90.2%	0,738	248	27
Regulação discursiva como robustez da linguagem / sofisticação	97.1%	0,772	267	8
Regulação discursiva como algo que fica "só no discurso", não vai para a ação, não resolve nada	96.7%	0,782	266	9
Politicamente correto como símbolo de honestidade/honra/dignidade	98.9%	0,736	272	3
Ataque a grupos políticos	99.6%	1	274	1
Defesa de grupos políticos	95.3%	0,709	262	13
Ataque a grupos ideológicos	93.8%	0,785	258	17
Defesa de grupos ideológicos	100%	1	275	0
Grupo minorias: raça	96.7%	0,806	266	9
Grupo minorias: LGBTQ+	98.2%	0,791	270	5
Grupo minorias: pessoas com deficiência	100%	1	275	0
Grupo minorias: imigrantes	100%	1	275	0
Grupo minorias: grupos regionais	98.2%	0,775	270	5
Grupos minorias: indígenas	100%	1	275	0

Grupos minorias: mulheres	98.5%	0,724	271	4
Grupos minorias: GERAL	96%	0,787	264	11
Leis e políticas públicas	99.3%	0,702	273	2
Mobilizações sociais	98.5%	0,812	271	4
Pautas ambientais – meio ambiente	94.5%	0,799	260	15
Candidato Jair Bolsonaro	94.5%	0,799	260	15
Candidato Fernando Haddad	96%	0,801	264	11
Candidato Ciro Gomes	97.5%	0,787	268	7
Lula	97.8%	0,768	269	6
Partidos: PT	94.9%	0,781	261	14
Partidos: PSL	100%	1	275	0
Partidos: PDT	100%	1	275	0
Partidos: outros ou de maneira geral	100%	1	275	0
Outras instituições: judiciário, legislativo e executivo	98.5%	0,745	271	4
Democracia	99.6%	0,791	274	1
Ditadura / regime militar	98.5%	0,803	272	3
Corrupção	96.7%	0,788	266	9
Outras ações do governo	99.3%	0,793	273	2
Em nome da liberdade de expressão	99.6%	0,785	274	1
Para salvar/mudar o Brasil	97.8%	0,704	269	6
O Brasil é um só	98.5%	0,722	271	4
Problemática	98.2%	0,771	270	5
Contra a ideologia de gênero	100%	1	275	0
A favor da família	99.6%	0,738	274	1
Menção a Deus/ Jesus	98.9%	0,785	272	3

Incivilidade	97.1%	0,740	267	8
Intolerância personificada ou coletiva	97.8%	0,714	269	6
Intolerância a uma ideia	96.4%	0,676	266	10
"Intolerância" ao intolerante – personificada ou coletiva	98.5%	0,723	271	4
"Intolerância" ao intolerante – a uma ideia	99.6%	0,801	274	1

Fonte: a autora.